

26

N1

2026

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA**

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UIDB/00311/2025



Governo da República
Portuguesa

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, tem periodicidade semestral (a partir de 2022) e publica artigos de investigação na área da História, sujeitos a avaliação prévia por especialistas externos. Inclui uma secção de artigos originais e outra de resenhas críticas de livros. Aceita artigos submetidos por qualquer investigadora/or e propostas de cadernos temáticos, as quais serão sempre apreciadas pelo Conselho Editorial.

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* visa estimular o diálogo científico entre a comunidade historiográfica internacional. A Revista está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: Web of Science, Scopus, Dialnet, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPlus (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences) e Latindex (México).

The *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, founded in 2001, publishes two issues per year since 2022, including research articles in the area of History, subject to prior evaluation by external experts. It also has a section for book reviews. It accepts articles submitted by any researcher and proposals for thematic issues, which will always be assessed by the Editorial Board.

The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* aims to stimulate the scientific debate among the international historiographic community.

The Journal is indexed in the following international catalogues: Web of Science, Scopus, Dialnet, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPlus (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences) and Latindex (Mexico).

Diretor / Director

José Pedro Paiva / Universidade de Coimbra - CHSC / coordchsc@fl.uc.pt

Editor / Editor Chief

Jaime Ricardo Gouveia / Universidade de Coimbra - CHSC / jaime.gouveia@uc.pt

Assistente Editorial / Editor Assistant

Carla Rosa / gapci@fl.uc.pt

Conselho Editorial / Editorial Board

Antoine Destemberg, Université D' Artois, Arras, França; Bernardo Vasconcelos e Sousa, Instituto de Estudos Medievais - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal; Eric Morier-Genoud, Universidade de Belfast, Irlanda; Gabriel Rocha, Brown University, Providence, EUA; Giulia Albanese, Universidade de Padova, Itália; Inês Amorim, Universidade do Porto, Portugal; John-Paul Ghobrial, Oxford University, Inglaterra; José Eloy Hortal Muñoz, Universidade Rei Juan Carlos, Madrid, Espanha; José Luís Cardoso, Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa, Portugal; Luís Nuno Rodrigues, Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal; Maria Filomena Coelho, Universidade de Brasília, Brasil; Maria João Vaz, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal; Martial Staub, University of Sheffield, Inglaterra; Miki Sugiura, Hosei University, Tokyo, Japão; Serena Ferente, Universidade de Amsterdão; Silvia Liebel, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Vincenzo Lavenia, Universidade de Bolonha, Itália; Violet Soen, Universidade de Lovaina, Bélgica.

Propriedade / Ownership

Centro de História da Sociedade e da Cultura / <https://chsc.uc.pt/>

Endereços / Address

Arquivo da Universidade de Coimbra, Rua São Pedro, nº 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

Normas para a submissão de artigos: <https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/about/submissions> • **Telefone/Phone:** (351) 239859900

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra – IUC

Design e paginação: Fig - Indústrias Gráficas, S.A.

Depósito legal: 168142/01 • ISSN 1645-2259

Direitos de autor / Copyright ©

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_26-1

26

N1

2 0 2 6

Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Sumário

Artigos

De mulher para mulher: capelas e morgados de sucessão feminina nos territórios da coroa portuguesa (sécs. XIV-XVII) 11

MIGUEL AGUIAR

Identificando duas obras da livraria da Rainha D. Leonor (1458-1525): *O Livro dos Boos Costumes* e o *De Ornatu Mulierum* 49

ANA ISABEL BUESCU

De Propaganda Inquisitione. O controlo do Santo Ofício Romano sobre e através da Congregação Missionária 67

DENNY SOLERA

Transformación de la diplomacia en China bajo el orden westfaliano: tensiones geopolíticas y relaciones Sino-Europeas (siglos XVIII-XIX)..... 91

MANUEL PEREZ GARCIA

Sea bathing, architecture and law: an overview of 200 years of intersections at the seaside..... 115

LUÍS CARLOS MARTINS MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO

Ocio, pedagogía y propaganda: las giras anarquistas en *La Revista Blanca* durante la Segunda República española 143

ESTEFANÍA FERNÁNDEZ ANTÓN

Entrevista

Reflections on Medieval Parishes, Small Communities, and the *Christianitatis Limes*

Interview with Adinel-Ciprian Dinkă 171

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

Recensões Críticas

GÄNGER, Stefanie & OSTERHAMMEL, Jürgen (eds.) (2024) *Rethinking Global History*. Cambridge: Cambridge University Press, 292 pp.201

BERNARDO DE ALMEIDA HENRIQUES

ROSS, Corey (2024). *Liquid Empire: Water and Power in the Colonial World*. New Jersey: Princeton University Press, 465 pp.....207

ANDRÉ RIBEIRO FERNANDES

BRINCKLEY, Leanna T. P. (2024). *Coastal Trade and Maritime Communities in Elizabethan England*. Boydell & Brewer. 258 pp.213

BRUNO MIGUEL DUARTE FAUSTINO

VINE, Angus (2025). *Early Modern Merchants and their Books*. Oxford: Oxford University Press, 432 pp.219

MARIA RITA LOIO

CASTELNAU L'ESTOILE, Charlotte de (2022). *Páscoa e seus dois maridos. Um romance inspirado na história real de Páscoa Vieira, uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal*. Trad. Miguel Freitas da Costa. Alfragide: Edições ASA II, 255pp.223

CARLA ROSA

Ramirez, Janina (2025). *Femina – Uma Nova História da Idade Média Através das Mulheres Dela Omitidas*, trad. de Rita Carvalho, Lisboa: Casa das Letras, 532 pp.....229

MARISA DAS NEVES HENRIQUES

GARCÍA GONZÁLEZ, Francisco; ORTEGA DEL CERRO, Pablo (eds.) (2023). *Los hogares de los mares. La familia en la España marítima, siglos XVI-XIX*. Gijón: Ediciones Trea, 354 pp.233

INÊS TENREIRO BERNARDO

WILKES, Sue (2024). *Young Workers of the Industrial Age: Child Labor in the 18th and 19th Centuries*. Barnsley: Pen & Sword Books, 278 p.241

LAURA DA SILVA DUARTE

BERMEJO, Jesus Manuel (2023). *Portugal e a Sociedade das Nações (1919-1939): Distinção Diplomática*. Lisboa: Caleidoscópio, 259 pp.245

LUÍS MANUEL FRIAS RATO MARTINS

TENA FERNÁNDEZ, Ramón, SILVA, Sara Reis da e SOTO VÁZQUEZ, José (coord.) (2025). *Censura y educación en la LIJ durante las dictaduras de Franco y Salazar/Censura e educação na literatura infantojuvenil durante as ditaduras de Franco e Salazar*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 259 pp.253

RENATA FLAIBAN ZANETE

PERALTA, Elsa; DOMINGOS, Nuno (eds.) (2023). *Legacies of the Portuguese Colonial Empire: Nationalism, Popular Culture and Citizenship*. London, New York, Oxford, New Delhi, Sydney: Bloomsbury, 411 pp.257

LINDSEY DE OLIVEIRA CORRÊA



ARTIGOS

De mulher para mulher: capelas e morgados de sucessão feminina nos territórios da coroa portuguesa (sécs. XIV-XVII)¹

From woman to woman: female succession in the capelas and morgados of the portuguese crown territories (14th–17th centuries)

MIGUEL AGUIAR

Casa de Velázquez – École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques

miguel.pereira-aguiar@casadevelazquez.org

<https://orcid.org/0000-0002-1930-1845>

Texto recebido em / Text submitted on: 18/07/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 02/12/2026



Resumo. Este artigo explora um conjunto de fundações vinculares levadas a cabo em territórios da coroa portuguesa entre os séculos XIV e XVII, caracterizadas pela inversão dos princípios sucessórios mais comuns: ao invés de privilegiarem a sucessão por masculinidade e primogenitura, estas instituições preferiam explicitamente a sucessão feminina, transmitido o vínculo de mulher para mulher. A análise desta amostra é feita sob vários pontos de vista: a partir de problemas arquivísticos e da representatividade da informação; caracterizando sociologicamente quem funda estes vínculos; mapeando as estruturas parentais e o modo como se procura imaginá-las e organizá-las; e procurando compreender as modalidades organizativas no que concerne aos encargos pios e a outros dispositivos suscetíveis de constituir formas de distinção social e de construção identitária. A amostra é também interrogada através do conceito de *sororidade*, forjado em propostas historiográficas recentes, procurando reconstituir dinâmicas de consciencialização e solidariedade femininas, em articulação com a cultura patriarcal dominante.

Palavras-chave. Vínculos, morgados, capelas, sororidade, género.

Abstract. This article explores a set of entail foundations carried out in territories of the Portuguese crown between the 14th and 17th centuries, characterized by the inversion of the most common succession principles: instead of favoring succession by masculinity and primogeniture, these institutions explicitly preferred female succession, with the entail being passed on from woman to woman. This sample is analyzed from various points of view: the archival problems and the representativeness of the information; sociologically characterizing who founded these entails; mapping the parental structures and the way

¹ O presente artigo enquadra-se no projeto VINCULUM, que recebeu financiamento do European Research Council (ERC), ao abrigo do programa de investigação e inovação da União Europeia Horizon 2020 (contrato de bolsa nº 891734) e está alojado no IHC. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UID/04209 e LA/P/0132/2020 (doi.org/10.54499/LA/P/0132/2020).

in which they are imagined and organized; and trying to understand the organizational modalities regarding pious charges and other devices that could constitute forms of social distinction and identity construction. The sample is also examined through the concept of *sorority*, forged in recent historiographical proposals, seeking to reconstruct dynamics of female awareness and solidarity, articulated with the dominant patriarchal culture.

Keywords. Entails, morgados, capelas, sorority, gender.

Introdução

Desde o final da Idade Média e ao longo de todo o período moderno, a fundação de vínculos tornou-se uma prática altamente difundida na sociedade portuguesa. Através de milhares de morgados e capelas espalhados pelos territórios progressivamente incorporados sob domínio da coroa portuguesa, diversas dimensões da vida comunitária foram sendo organizadas. Integrando bens inalienáveis, cuidando das almas dos mortos, incorporando formas de distinção social e de construção identitária, e transmitidos primordialmente através das estruturas de parentesco consanguíneo, os vínculos foram entidades corporativas com uma agência social própria e específica (ROSA 2020). A sua enorme difusão moldou de forma significativa a organização das vidas familiares e comunitárias ao longo de séculos, até à sua definitiva abolição em 1863.

Os vínculos resultavam de um ato fundacional e eram regulados a partir do documento de instituição. Apesar do arbítrio dos fundadores quanto às cláusulas que deveriam nortear a organização da instituição, entre regras sucessórias, encargos pios e obrigações de administração dos bens, o modelo de transmissão assente na primogenitura e na masculinidade seria consagrado na jurisprudência e na tratadística como o modelo *regular*. Todos os esquemas sucessórios pensados à margem destes princípios entravam na categoria, também ela subdividida tipologicamente, de vínculos *irregulares* (CLAVERO 1974: 211-221). Dentro deste escopo, a vastíssima documentação vincular incorpora um conjunto restrito de instituições que invertem o princípio regular, optando explicitamente que a administração seja transmitida entre mulheres. Nos termos da época, o esquema sucessório prefere as *fêmeas aos machos*. Os casos colocam problemas de grande interesse, sobretudo considerando que a vinculação ficou associada a formas de manifestação e organização do poder dos grupos dominantes, assentes em princípios masculinos e patriarcais. Apesar de a fundação e administração de morgados e capelas ser característica determinante em percursos de ascensão e consolidação social (OLIVAL 2002; ROSA 2012: 360; ROCHA 2024, 2025), a prática teve um

alcance social muito mais abrangente (ABREU 2001-2002; ARAÚJO 1999: 433-435), como também se verificará nos dados apresentados no presente artigo: a vinculação não se restringiu às elites, nem se caracterizou apenas pelas grandes e ricas instituições. Tal diversidade permite enquadrar de forma mais complexa o conjunto de fundações femininas que analisaremos neste artigo: que peso tiveram? Que características se lhes pode atribuir? Que razões podem estar subjacentes ao estabelecimento de normas sucessórias e organizativas explicitamente contra a tendência dominante?

Os problemas colocados têm um alcance alargado. A vinculação permitia organizar diversas dimensões da vida individual, familiar e comunitária que se entendiam imbricadas entre si. A enorme difusão desta prática fez com que ela tivesse uma importância concreta em estruturas sociais mais abrangentes, o que, reciprocamente, permite-nos enquadrar este conjunto de instituições em problemas históricos e questões historiográficas que ultrapassam largamente o ato jurídico que concretiza a fundação. Tanto mais que, na sociedade de Antigo Regime, os espaços de poder são conceptualizados como essencialmente masculinos e necessariamente dominados pelos homens, tornando prementes investigações que procurem reconstituir espaços e dinâmicas subalternas, enriquecendo a compreensão da organização social. No âmbito desta investigação, o conceito de *sororidade* configura um instrumento analítico produtivo. Neologismo construído sobre a palavra latina *soror*, procurando enfatizar a solidariedade entre mulheres, relaciona-se com a construção da ideia de *sisterhood* forjada no seio dos movimentos feministas a partir do final da década de 1960. A sua consagração nos dicionários de língua espanhola e portuguesa é recente, mesmo que, como refere A. Atienza López, encerre “una existencia histórica muy larga” (ATIENZA LÓPEZ 2022a). Em 2022, uma obra coordenada por esta autora realiza uma extensa abordagem à sociedade de Antigo Regime através deste instrumento analítico, com estudos de caso centrados em diferentes esferas, entre o matrimónio, a pobreza, os conflitos judiciais, o mundo conventual e místico. A proposta também se relaciona com outras categorias que fizeram entretanto o seu caminho na análise historiográfica. Desde logo o género, uma vez que está subjacente a ideia segundo a qual as pautas de leitura sobre os comportamentos esperados das mulheres resultavam de construções sociais cuja história é necessário reconstituir. Ainda sob a influência de propostas do pós-modernismo, também a ideia de *interseccionalidade* é referida no livro, salientando que diferentes categorias – género, estatuto socioeconómico, entre outras – se cruzam entre si para produzir hierarquizações sociais. As abordagens através do conceito de sororidade pretendem pôr em relevo as ações em que as mulheres tomaram

consciência da especificidade da sua condição e procuraram interferir na ordem social, não num sentido da sua radical transformação, mas tentando criar condições de solidariedade entre si, com respostas aos problemas específicos que as afetavam (ATIENZA LÓPEZ 2022b). Noutra investigação, a mesma autora havia proposto pensar as comunidades monásticas femininas através do conceito de “comunidades de sororidade”, sobretudo analisando as tensas relações destas comunidades com os poderes eclesiásticos – e masculinos – que procuravam vigiá-las e controlá-las (ATIENZA LÓPEZ 2019).

À imagem da sociedade patriarcal em que se inseriam, os vínculos foram instituições “androcêntricas”, isto é, imaginadas como devendo ser possuídas e administradas pelos homens, ainda que permitindo espaço às mulheres para fundar e administrar morgados e capelas, e mesmo para litigar nos meios judiciais pelos direitos de administração (MELERO MUÑOZ 2019). As instituições que preferiam a sucessão feminina foram uma pequeníssima minoria, configurando, por conseguinte, um fenómeno social marginal, mas relevante pelas questões que permite suscitar. A descrição e problematização que de seguida faremos demonstrará que a maioria foram fundadas de mulheres para mulheres; outras também foram instituídas por casais ou mesmo por homens com o intuito de perpetuamente favorecer mulheres da família, respondendo nomeadamente ao problema dos dotes matrimoniais. Nos diferentes casos, tomou-se consciência da condição feminina e procurou-se agir sobre ela aportando respostas a problemas específicos, tornando, por conseguinte, premente e historiograficamente produtivo considerar a amostra analisada neste artigo como *vínculos de sororidade*. Um dos objetivos deste artigo consiste, pois, em testar este conceito e a sua eficácia.

1. Contextualização da amostra

O corpus que serve de base a este artigo foi constituído a partir dos levantamentos e da indexação da base de dados do projeto VINCULUM². Antes de caracterizá-lo, importa ter presente alguns aspetos quanto à representatividade da informação e os problemas de natureza arquivística que a condicionam. Os vínculos regiam-se por um documento fundacional que expressava a vontade dos fundadores e se convertia na sua “lei interna” (ROSA 1995: 221-222), sendo a referência a partir da qual se dirimiam os conflitos,

² <https://www.vinculum-database.fcsh.unl.pt/>. A secção “User’s Manual”, na coluna da esquerda, permite aceder a um documento no qual é explicado todo o processo de conceptualização, construção e correção da base de dados. A consulta deste manual é determinante para compreender a natureza e qualidade da informação.

sucessórios ou de outro tipo. Eram pela sua natureza entidades produtoras e arquivadoras de informação. Os sucessivos administradores necessitavam preservar o documento de instituição assim como, entre outros, documentos concernentes aos bens vinculados. Parte dessa informação encontrava-se replicada nos arquivos de várias corporações eclesiais e de instituições judiciais e administrativas na esfera da Coroa, as quais exerciam funções de fiscalização e de controlo. A natureza destas instituições e as relações que tinham entre si formavam um “sistema de informação vincular”³, profundamente estilhaçado com o desmantelamento da arquitetura institucional do Antigo Regime, no qual se inserem fenómenos impossíveis de aqui descrever em detalhe, mas que condicionam profundamente o acesso à informação e a sua representatividade: a progressiva extinção dos vínculos entre as leis pombalinas e 1863; a extinção das ordens religiosas e a nacionalização dos seus bens; o desmantelamento dos antigos tribunais e juízos da Coroa; a criação do Arquivo Nacional e patrimonialização de enormes fundos arquivísticos (processo não isento de grandes perdas), até hoje em condições muito desiguais de preservação e descrição. Por todas estas razões, e não obstante o enorme volume de informação que se pode recuperar no âmbito de investigações em torno dos vínculos, é necessário ter presente que operamos a partir de uma representação de um conjunto institucional e informacional que era muito mais volumoso. Quaisquer afirmações e hipóteses em torno de ordens de grandeza, representações espaciais, cronologias e tipos de instituições devem, por conseguinte, ser enformadas de prudência, expondo sempre os seus possíveis limites.

A descrição e indexação construída através do trabalho coletivo refletido na base de dados do projeto VINCULUM permitiu rastrear 81 referências de instituições favorecendo a sucessão feminina. O peso destas instituições no conjunto global da documentação vincular descrita na base de dados merece um primeiro conjunto de observações. A comparação com o número de documentos em que se prefere a sucessão masculina é muito elucidativa: são 1812 os documentos em que esta forma sucessória é escolhida, reforçando o carácter primordialmente androcêntrico dos vínculos. O conjunto de instituições femininas apresenta-se como uma solução marcadamente marginal no universo das práticas vinculares, aspeto que em nosso entender não menoriza a sua pertinência histórica. Em primeiro lugar, por evidenciar a plasticidade do instituto vincular. Apesar das características que a jurisprudência

³ Estas questões foram abordadas no *Guia do Sistema de Informação Vincular*, produzido por Mário Farelo, Maria de Lurdes Rosa, Abel Rodrigues, Arthur Curvelo e Ana Rita Rocha: <https://visg.vinculum.fcsh.unl.pt/>. O guia interativo está acessível através do link indicado. Foi também transformado em livro, disponível em acesso aberto: ROSA, FARELO 2025.

e a tratadística consagraram como *regulares* – primogenitura e masculinidade – há outro conjunto de mecanismos menos habituais ou até raros, como os vínculos femininos, que demonstram a abrangência de soluções que poderiam ser imaginadas pelos fundadores. As cláusulas menos comuns permitem observar o funcionamento do sistema nas suas margens, em consonância com outros aspetos da organização social. E é nesta esfera que se inserem os espaços de organização feminina como os que são descritos neste artigo, também pensados como meios de providenciar recursos para responder às contingências da vida das mulheres naquela sociedade: desde logo, como termos oportunidade de explicitar, imaginando os recursos dos vínculos como forma de dotar as mulheres para casarem convenientemente, respondendo à injunção, muito presente na sociedade de Antigo Regime, de assegurar as condições para *tomarem estado*, sobretudo através das tradicionais vias de enquadramento como o matrimónio e as profissões conventuais.

Quase todos os documentos são testamentos e codicilos⁴, utilizando a fundação de vínculos para organizar encargos perpétuos de missas e cuidar das almas dos testadores. O número de referências não se traduz exatamente no número de documentos e de vínculos. Por um lado, há documentos em que se instituem mais do que um vínculo: por exemplo, em 1638, Francisca de Meneses instituiu três vínculos a partir do seu testamento, favorecendo três sobrinhas (ANTT, Hosp. S. José, L. 79: fls. 282-284v). A construção da base de dados VINCULUM pressupôs respeitar a individualidade das instituições, identificando-as por códigos de referências e pelos nomes de fundadores, separados entre vírgulas, por vezes seguidos do nome do primeiro administrador depois de ponto e vírgula como meio de desambiguação. Por outro lado, há vínculos para os quais foram contemplados mais do que um documento, já que o dossier para compreender a fundação implicava analisar, como sucede no caso de Vicente Rodrigues Castelões e de Catarina Esteves, em 1633, dois testamentos e uma carta de instituição (ANTT, Conv. Carmo, L. 91: fls. 159-159v. ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 20: fls. 1v-5v). Apesar da abrangência cronológica das referências, a informação é muito mais volumosa para o século XVII, como se poderá apreciar na tabela 1. A evolução cronológica não é alheia quer à progressiva difusão da prática vincular, quer ao maior volume de informação produzido e preservado relativo àquelas centúrias. Acedemos a estes documentos através de cópias resultantes de empreitadas arquivísticas dos séculos XVII/XVIII, relacionadas

⁴ Complementados com quatro cartas de instituição, uma carta de doação e outra carta de dote. Para um enquadramento destas tipologias no contexto da documentação vincular considere-se a análise feita em ROSA, FARELO 2025.

com a organização de corporações na esfera da Coroa e da Igreja, e à gestão da informação feita pelas mesmas (ROSA, FARELO 2025).

Tabela 1. Distribuição das referências por séculos

Séculos	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII
Número de referências	1	0	19	61

A distribuição por entidades produtoras e detentoras condiciona a representatividade da informação e a distribuição regional e cronológica dos documentos. Idealmente, os documentos de instituição precisam a localização dos bens, das sepulturas e das igrejas onde deveriam ser celebradas as missas, apesar de, na prática, nem sempre esta informação estar total ou parcialmente contemplada em cada um deles. Dessa informação, afetada pelas questões arquivísticas de que acima dávamos conta, avultam certos espaços. Lisboa, os seus grandes conventos e a força gravitacional exercida sobre a região envolvente, destaca-se. Mas também os espaços da antiga provedoria de Portalegre, mercê sem dúvida da inabitual conservação dos livros de registos e tombos de morgados, capelas e outros encargos pios desta instituição, por oposição ao desaparecimento ou à insuficiente descrição arquivística de séries análogas e que existiriam forçosamente nas outras provedorias do reino⁵. Assim como se destacam os arquipélagos atlânticos, especialmente os Açores (OLIVEIRA, NÓVOA 2025) devido não só à enorme difusão da prática vincular nestes espaços (RODRIGUES 2004, 2007; COSTA 2005-2006), mas também, pelo menos nesta amostra, mercê do registo da documentação através de uma operação administrativa como o Registo Vincular, no estertor da vinculação em Portugal (ESTEVEES 2009).

A opção de construção da amostra deste estudo passou pela constituição de um dossier informativo em torno dos documentos de instituição, e numa perspetiva cronológica alargada. Outras opções, complementares à que aqui foi seguida, permitirão sem dúvida enriquecer a investigação. O alargamento da pesquisa, avançando para o século XVIII, permitirá seguramente alargar a amostra. Contemplar outros fundos e outras tipologias documentais (arquivos de família e a documentação administrativa neles contida; arquivos dos tribunais da coroa e o enorme volume de informação produzida em contextos de litígios) abrirá caminho à constituição de dossiers suscetíveis de

⁵ No caso, foram utilizados os livros da série “Tombos de capelas e morgados”, depositados no Arquivo Distrital de Portalegre.

alargar a abrangência da investigação, considerando perguntas como: como decorreu a sucessão? Com que incidência se mantiveram ou quebraram as linhas femininas? Qual o papel das mulheres na efetiva administração destas instituições? Finalmente, a documentação das corporações eclesiais poderá permitir recolher informações sobre a inserção destes vínculos no quotidiano religioso destas instituições.

Uma tabela simplificada da análise deste conjunto de documentos acompanha o presente artigo. Precise-se que a lista de fontes manuscritas apresentada depois do texto contempla apenas os documentos explicitamente citados no corpo do artigo ou em nota, não constituindo o universo dos documentos utilizados na pesquisa, os quais, tal como explicámos, se encontram elencados na tabela 2.

2. De mulher para mulher

Explicado o quadro conceptual e contextualizada a amostra, podemos começar por formular algumas questões: que características têm estes documentos? Que tópicos abordam, e como se organizam? Detenhamo-nos na descrição de dois documentos, criando uma primeira aproximação às fontes e aos modelos organizativos nelas contidos. Tal descrição permitirá ressaltar tópicos relevantes, construindo uma análise segmentada do conjunto mais alargado de documentos.

Em 1552, em Lisboa, Cecília Henriques, mulher de Jerónimo de Castro, ditou o seu testamento. A testadora pedia que lhe fosse concedida uma capela no convento de S. Elói de Lisboa, na qual se faria a sua sepultura (ANTI, Hosp. S. José, L. 21: fls. 186-191v). A capela seria da invocação de Nossa Senhora da Piedade. Nela deveria ser colocado um retábulo que a testadora possuía com esta imagem, e celebrada missa quotidiana com responso sobre a sepultura. A quinta do Turcifal, que recebera de sua mãe, ficaria vinculada à capela, suportando os encargos pios⁶. A mãe seria a primeira administradora. Depois da sua morte, a administração passaria para D. Joana, filha da fundadora, e depois dela para a sua descendência “correndo pela linha das mulheres no parentesco”, com condição de elas casarem sempre com acordo dos pais. Caso D. Joana morresse sem descendentes, a instituidora elegia como linhas alternativas o seu irmão D. Fernando ou a tia D. Beatriz de Gusmão, sempre na condição de o vínculo passar para as mulheres. Esgotadas estas alternativas

⁶ Cecília Henriques era filha de Rui de Melo o Punho, alcaide-mor do Alegrete, e de Joana Henriques: MORAIS 1943-1948: t. 1, vol. 1, 99. T. 1, vol. 2, 214. T. 2, vol. 2, 119.

parentais, o vínculo deveria passar para administração do convento de S. Elói.

Cerca de cem anos depois desta fundação, em 1647, Margarida Borges, mulher donzela, mandou lavrar o seu testamento (Arq. Dist. Guarda, Reg. Vinculares, L. 1: fls. 284v-250v). As casas em que vivia e outras propriedades eram deixadas à sobrinha Catarina Borges, filha de seu irmão João Borges, ficando vinculadas e com um encargo perpétuo de nove missas por ano. Também aqui se denota a importância do culto mariano, não só pela coincidência dessas missas com as principais festas associadas à Virgem, mas também devido a uma imagem que a testadora possuía de Nossa Senhora da Anunciação, e que deveria ser levada para a capela. O vínculo e as respetivas propriedades deveriam ser “lançadas em tombo” no prazo de seis meses, e registados na tábua da igreja onde as missas seriam celebradas. Por morte da sobrinha deveria suceder uma das filhas de outra sobrinha da instituidora, chamada Mécia Lourenço, cabendo-lhe a ela nomear uma descendente, com condição, porém, de ser mulher solteira, permitindo a nomeação de uma mulher casada se todas estivessem em estado matrimonial. Idealmente, a capela deveria ser sempre possuída por “fêmea limpa que seja minha parenta mais chegada”. Seria uma capela de nomeação podendo a última possuidora nomear “em a fêmea que for minha parenta mais chegada e solteira”. Em qualquer caso “sempre a fêmea preferirá ao macho”, e os homens só poderiam ser nomeados em defeito de mulher, ficando também excluídas as mulheres que casassem com pessoa “de inferior condição”.

2.1. Fundadoras e fundadores

A primeira questão pertinente a colocar prende-se com o género de quem funda. Nesta amostra, apenas uma minoria de vínculos é fundada por casais (12), e mesmo por homens (21). Conferindo pertinência à ideia de *vínculos de sororidade*, a maioria das instituições é levada a cabo por mulheres em favor de mulheres (48). Como é bem sabido por quem manuseia documentação desta época, categorias sociológicas ou *profissionais* são primordialmente atribuídas aos homens. Nesta amostra surgem categorias sociais privilegiadas, entre provedores da Misericórdia, cavaleiros de ordens militares e padres⁷. A terminologia não indicia, no entanto, pertença aos escóis cimeiros

⁷ Reforçando a caracterização do corpo do texto, citem-se dois exemplos de elites locais açorianas: em 1610, Sebastião da Costa Arruda dita o seu codicilo salientando a sua condição de cavaleiro professo da Ordem de Cristo (ANTI, Morgados e Capelas, Vinc., Ponta Delgada, L. 23: fls. 68-69). Em 1629, Gaspar Lourenço Machado manda lavrar o seu testamento na ilha do Pico, referindo-se como capitão e antigo provedor da Misericórdia (Bib. Púb. – Arq. Reg. João José da Graça, Horta, Gov. Civ. Reg. Vinc., L. 3: fls. 44-54v).

dos grupos dominantes, na esfera por exemplo da nobreza titular e curial, antes remetendo para uma diversidade sociológica construída sobre alguma riqueza material e sobre as *honras* distintivas, sobretudo de âmbito local, e tão procuradas nos séculos XVI e XVII. As mulheres, como se sabe, afora títulos nobiliárquicos ausentes desta amostra, identificam-se pelo nome, por vezes antecedido de um qualificativo nobiliárquico como *dona*, e pelo estado, surgindo neste conjunto donzelas e viúvas⁸. As indicações que podem situar sociologicamente as fundadoras – os apelidos, a referência aos maridos ou outros parentes, e a escala de bens vinculados – remetem de todo modo para um universo sociológico tendencialmente privilegiado, mas em camadas intermédias e de projeção eminentemente local (DUARTE 2001; MONTEIRO 1997).

2.2. Conceitos jurídicos

Mais de metade dos documentos (46) recorrem explicitamente a terminologia vincular (morgado e/ou capela) para consagrar o ato fundacional, a que se juntam menções mais vagas como as quotas de bens (como a *terça*), a referência à *obrigação* de missas que agregava a instituição, precisando depois a inalienabilidade das propriedades e as regras sucessórias⁹. Uma minoria (8) emprega o conceito de *morgado*, procurando, como surge na instituição de Baltasar Gorjão em 1613, emprestar às propriedades “força de morgado” (ANTT, Hosp. J. José, L. 128: fls. 96-97). Dois desses casos dão azo à sobreposição de conceitos, isto é, à fundação de “morgado e capela”¹⁰, ou deixando os bens “encapelados com vínculo de morgado”¹¹. Na maioria dos casos (40), é o conceito jurídico de *capela* que é mobilizado, consagrando uma sobreposição de grande significado: a crença na mais eficaz gestão dos bens e cuidado das almas pelos parentes de sangue (ROSA 2012), e consolidando uma prática, cada vez mais visível na documentação, de fundar capelas “à maneira de morgado” como estratégia de distinção social, emulando a nobreza (ABREU 2001-2002). A fluidez dos conceitos, para mais quando a

⁸ No seu testamento de 1634, Maria do Quintal identifica-se como dona e viúva de Aires de Mendonça (ANTT, Fam. Siqueira, Cond. S. Martinho, cx. 89: doc. 16). Em 1678, Inês Mendes identifica-se no testamento como viúva de Diogo Fernandes do Calvário (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 4: fls. 434v-436).

⁹ O testamento de Leonor Fernandes, lavrado em 1551, não emprega conceitos como morgado ou capela, mas salienta que os bens “sempre ande na linha da sobredita Branca de Figueiredo com o dito encargo e obrigações” (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq. L. 7: fls. 181v-183).

¹⁰ Inês Pires Francês, 1604 (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 11: fls. 201-202v). Vicente Rodrigues Castelhão, Catarina Esteves, Joana de Almeida, 1633 (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 20: fls. 1v-5v).

¹¹ Maria da Fonseca, 1655 (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 7: fls. 164-165v).

maioria da documentação fora produzida no século XVII, época em que as tipificações jurídicas em torno dos objetos e fundamentos dos morgados e das capelas e sua diferenciação já estava consagrada, poderá ser um primeiro indício do carácter relativamente incipiente e pouco estruturado da maioria das fundações no que concerne a preocupações tradicionalmente associadas à vinculação, como a constituição de ricas e simbólicas instituições¹². Nesta lógica, o objetivo central seria a instituição e o cumprimento dos encargos pios, explicando a predominância das capelas, surgindo as estruturas familiares como suporte à boa execução dos mesmos, não deixando em todo o caso de cumprir desideratos na organização dos grupos de parentesco, um não se compreendendo sem o outro.

2.3. Primeira(o)s nomeada(o)s

Correspondendo a uma maioria de fundadoras nesta amostra, e à explícita preferência sucessória pelo género feminino, não surpreende que também por uma larga maioria sejam as mulheres as primeiras nomeadas (54 casos). Em ambos os géneros, o parentesco consanguíneo assume-se como o grande campo de recrutamento, com o parentesco colateral a ser o espaço de escolha mais comum, entre sobrinhas (33), irmãos (4) e primo (1), o que se assevera uma escolha lógica num escopo constituído por instituidoras e instituidores solteiros e viúvos, e por casais sem descendentes. Registam-se igualmente casos raros, mas ainda assim reveladores da plasticidade de soluções possíveis, em que se recorre ao parentesco batismal¹³ e por afinidade¹⁴.

2.4. Definir a sucessão, construir o perfil da herdeira

Escolher um critério sucessório assente na transmissão feminina definia o perfil de quem deveria administrar o vínculo, com os privilégios e deveres associados a esse encargo. O modelo assentava num esquema que fica decla-

¹² Uma análise de conjunto com base em oito centenas de instituições produzidas entre os séculos XIV e XVII demonstra, contudo, que esta fluidez era comum, observando-se tanto em fundações levadas a cabo por homens como por mulheres, embora com maior prevalência das capelas e de instituições menos estruturadas nas fundações femininas: AGUIAR 2024: 163-195, propondo “tipos de instituições” como categorias de trabalho e analisando, entre outros conjuntos, as fundações levadas a cabo por mulheres.

¹³ Em 1662 Jorge Fernandes, morador em Cabeço de Vide, nomeia herdeira do vínculo a afilhada Maria Marques (Arq. Dist. Portalegre, Gov. Civil, Reg. Vinculares, L. 3: fls. 236v-240).

¹⁴ Em 1631, Francisco da Veiga, homem viúvo, institui o vínculo e deixa-o à cunhada Maria Carvalho (ANTI, Hosp. S. José, L. 142: fls. 72-75). Em 1688, Leonor Pedrosa do Avelar funda um vínculo em Grimancelos, no termo de Barcelos, deixando como administradora do mesmo a enteada Margarida Pedrosa, filha de seu falecido marido (Arq. Dist. Braga, Mitra Arquiep., Juízo dos Resíduos, B18: fls. 70-73).

rado, por exemplo, na instituição de Afonso Pires, feita no Funchal em 1597: “e daí irá sempre pelo género feminino e não entrará macho nesta dita herança senão enquanto não houver fêmea” (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 7: fls. 252-253v). Mas que outros critérios ajudam a precisar a sucessão e a construir o perfil da herdeira? A experiência na leitura de documentos de instituição vincular faz ressaltar algumas cláusulas mais comuns. No panorama geral aportado pela base de dados do projeto VINCULUM, a primogenitura é, de longe, o critério sucessório mais comum (1990 docs.). Existiam também vínculos de nomeação (805 docs.). Outros critérios de definição do herdeiro poderiam ser impostos, muitas vezes surgindo nos mesmos documentos: a exclusão de clérigos (467 docs.) e a obrigação de legitimidade de nascimento do administrador (443 docs.).

De que modo se manifestam estas tendências mais gerais na amostra de vínculos femininos? A primogenitura é o critério mais vezes observado (24). Instituidores de ambos os géneros deixariam explícita a preferência pelas mulheres e, havendo mais do que uma, pela mais velha. Em 1575, Agostinho Fernandes explicita que as propriedades deveriam andar vinculadas “como morgado na filha mais velha” (ANTT, Hosp. S. José, L. 128: fls. 40-41v). Maria da Fonseca (1655) deixa diversos bens para serem “encapelados com vínculo de morgado”, devendo ser transmitidos à filha mais velha da última possuidora (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 7: fls. 164-165v). Subsidiariamente, outras instituições deixarão como critério a possibilidade de nomear a sucessora (13), em fórmulas como as previstas por Diogo Fernandes no seu testamento feito no Brasil em 1621 (“esta capela sucederá por nomeação sempre nas filhas fêmeas, e em defeito delas virá ao macho”) (Arq. St^a Casa Miseric. Bahia, A40: fls. 36-41v).

Menos comuns são os casos de obrigação de legitimidade e de exclusão de clérigos. Nos documentos que impõem o legítimo nascimento da herdeira (6) também se contemplam cláusulas mais complexas, como a exclusão de quem cometa crimes de lesa-majestade¹⁵, ou a obrigação do uso do apelido familiar¹⁶. Quanto à exclusão de clérigos (6), relaciona-se com a intenção, tal como surge declarado na carta de instituição do morgado e capela de Inês Pires Francês (1604), de que os bens fossem sempre possuídos por “pessoa secular” (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 11: fls. 201-202v), decerto por através delas se gerar a descendência legítima que transmitiria o vínculo.

¹⁵ Luís Lopes Peres, Branca Lopes, 1635 (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 11: fls. 350v-352). Maria Antónia, 1623 (ANTT, Hosp. S. José, L. 88: fls. 51v-54).

¹⁶ Maria do Quintal, 1634 (ANTT, Fam. Siqueira – Condes S. Martinho, cx. 89: doc. 16).

2.5. Imaginar e organizar o parentesco

Vários documentos enunciam que dar estado às herdeiras do vínculo é um dos motivos da fundação, justificando a sucessão feminina. Jorge Fernandes (1662) declara ser sua intenção que “as pobres parentas se emparem com esta esmola” (Arq. Dist. Portalegre, Gov. Civil, Reg. Vinculares, L. 3: fls. 236v-240). Já Beatriz Viana (1618) realça que “sempre as mulheres hão de mister mais pera seu amparo e sustentação” (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 8: fls. 110v-111), enquanto Maria Antónia (1623) explica que a herdeira ficaria com esta administração “para ajuda de seu dote” (ANTT, Hosp. S. José, L. 88: fls. 51v-54). A maior necessidade de que padeciam as mulheres, com menos acesso a fontes de rendimento por si mesmas por comparação com os homens, é um dos motivos apresentados por João Gonçalves de Matos e Maria Martins (1656) para privilegiarem a sucessão feminina (ANTT, Hosp. S. José, L. 105: fls. 160-162v).

Dimensão intrínseca dos vínculos, o modo como o parentesco é imaginado e organizado pode ser analisado em duas dimensões. Por um lado, estudando as operações subjacentes à delimitação de *polos quentes* dentro do universo parental, isto é, a definição do perímetro de parentes recrutável, sob uma hierarquia definida, para administrar o vínculo. E, depois, inquirindo as formas de organizar e moldar esse grupo, as quais se situavam em paradigmas de representação das relações familiares muito distintos dos nossos, fazendo da hierarquia, da autoridade entre gerações e entre membros da família, dados naturais, óbvios e desejáveis (AGUIAR 2024: 221-229).

No que concerne aos *polos quentes*, o manuseamento da documentação vincular demonstra que a delimitação dos grupos suscetíveis de integrar a instituição se fazia através de várias operações: anunciando quem começaria por deter a administração, seguido do delineamento das linhas subsequentes de sucessão e apelando para a figura do “parente mais chegado”; e, finalmente, imaginando alternativas caso essas linhas parentais se esgotassem, de modo a que o vínculo perdurasse e o cuidado com as almas não se desvanecesse. Quase todos os documentos enunciam, embora com graus diversos de complexidade, quem deteria a administração em primeiro lugar e como se devia suceder, implicando as linhas subsequentes e alternativas. Nesse processo, revelam o que entendem ser a extensão máxima das estruturas de parentesco. A amostra não contempla documentos através dos quais os instituidores imaginem um conjunto alargado de alternativas, o que denota estarmos em presença de contextos sociológicos com estruturas de parentesco relativamente fluídas, ou mesmo restritas. Observação que nos permite salientar

duas ideias. Por um lado, a de que este conjunto de instituidoras e instituidores não pertenciam a grupos sociais cujas redes de relações parentais – pelo poder e carisma que delas emanavam, essenciais para a cultura da nobreza – fossem particularmente estruturadas, entroncando numa frondosa árvore de consanguíneos e afins. Por outro lado, estes casos de vinculação, ainda que parcialmente estruturadores dos grupos familiares, não aparentam ter como intuito fundamental imaginar e imprimir formas de organização parentais à imagem da nobreza, e como tal socialmente distintivos.

Confirmando a ideia de um horizonte relativamente restrito e sem uma forte cultura genealógica, apenas 19 documentos enunciam a figura do “parente mais chegado” ou, neste âmbito, da *parenta mais chegada*. Os documentos de instituição referem esta figura quer enquanto esquema de transição sucessória (isto é, o vínculo deveria passar consecutivamente para a pessoa mais próxima), quer também, e é o que mais nos interessa agora, como figura abstrata a quem recorrer quando a sucessão linear é interrompida. Mas também o recurso a esta figura se faz de modo algo genérico: é a parenta mais chegada “da sua linha e sangue” (Maria da Fonseca, 1655 - Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 7: fls. 164-165v), ou “o mais chegado do meu linhagem” (Raimundo Eanes, 1341 – ANTT, Hosp. S. José, L. 1191: fls. 151v-155v). Só raramente surgem instituidores a precisar que se trata por exemplo do parente mais chegado da parte da mãe (Simão Correia Lomelino, Guiomar Cabea, 1602 – ANTT, Hosp. S. José, L. 56: fls. 100v-110), do pai (Isabel Coutinho, 1587 – ANTT, Gov. Civil, Reg. Vinculares, L. 104: fls. 163-168v) ou, lembrando o nome como identificação de grupo de parentesco, “um parente mais chegado dos Mendanhas” (Isabel de Mendanha, 1593 – ANTT, Gov. Civil, Reg. Vinculares, L. 104: fls. 163-168v). Há casos aliás em que a proximidade de parentesco deve ser complementada com outras condições: Jorge Fernandes (1662) estabelece que se devia recorrer à pessoa mais pobre e mais chegada que vivesse na vila, da parte dos Nogueira (Arq. Dist. Portalegre, Gov. Civil, Reg. Vinculares, L. 3: fls. 236v-240).

Seja como for, estas cláusulas não são inibidoras de modos de pensar os vínculos enquanto instrumentos que reforçam certas linhas dentro do universo de parentes, e é por isso que, embora não com grande frequência, em certos documentos se deixará claro que o vínculo não se devia diluir num conglomerado de instituições, antes sobressaindo de modo a reforçar linhas menos dotadas. Leonor Leitão (1593) estipula que se a sucessora da capela viesse a possuir um vínculo de maior rendimento deveria passar a administração a uma irmã, decerto pensando na divisão das fontes de rendimento por mais parentes (ANTT, Hosp. S. José, L. 2: fls. 161v-152). Mas o mesmo

também sucede em sentido contrário, isto é, admitindo a incorporação num vínculo mais estruturado, possivelmente como estratégia de defesa da alma de quem funda. Margarida Borges (1647) prevê que na ausência de herdeiros o vínculo ficasse integrado na capela a ser fundada pelo sobrinho João de Sousa, sob o argumento de assim não se perder “a memória” (Arq. Dist. Guarda, Reg. Vinculares, L. 1: fls. 284v-250v).

Definidos os *polos quentes*, delimitando quem, a cada geração, integraria o corpo vincular e sobre ele deteria direitos de administração, a outra marca característica da organização parental dentro destas entidades era a instituição de mecanismos para moldar e regular comportamentos. Estes assentavam em pressupostos típicos da organização social de Antigo Regime: o poder do *pater familias*, expresso, na lógica vincular, pela regulação ditada pelo fundador, com poder normativo e constituindo-se em si mesmo como fonte de direito; a desigualdade e as relações de autoridade que lhe eram intrínsecas, exercidas entre gerações e entre géneros, e constituindo princípios plenamente aceites, ainda que sujeitos a negociação em cada caso concreto, numa “discriminação” como forma de “neutralizar desequilíbrios”, e com efeitos nas transmissões das heranças (ATIENZA HERNÁNDEZ 1991; RAMOS COBANO 2008; HERNÁNDEZ FRANCO 2011). Como pano de fundo, subjaz a conceção de uma organização social de matriz corporativa, em que os indivíduos não se pensam como átomos colaborantes entre si, mas como membros de corpos, para mais dotados de personalidades morais e jurídicas (CLAVERO 1992, 1993-1994; HESPANHA 1993; CARDIM 2000: 205-246, 325-362). As estruturas familiares, nas suas diversas configurações e níveis possíveis de organização, imporão comportamentos e expectativas aos indivíduos numa negociação permanente entre interesses singulares e benefícios do grupo: este, em princípio, prevalecendo sobre aqueles. E é dentro desta lógica de uma “hierarquia corporativa da desigualdade” que devem ser lidos os mecanismos incorporados nas instituições de modo a regular comportamentos e a moldar os grupos de parentesco (AGUIAR 2024: 221-229).

Nesta amostra, a cláusula que com mais frequência procura condicionar os grupos parentais concerne o casamento das herdeiras (11 casos). A instituição levada a cabo pelo padre João de Sousa (1650) estabelece que as herdeiras que casem a furto, sem licença dos pais e demais parentes, sejam removidas da administração (Arq. Dist. Guarda, Reg. Vinculares, L. 1: fls. 239v-243v). Recordemos que a efetivação do sacramento matrimonial dependeria sempre da expressão de consentimento dos nubentes. Pelo menos desde o século XIII, a legislação permite apenas que os filhos que casem a furto e contra a vontade dos pais sejam deserddados, sem que esse mecanismo

detenha força para anular a efetividade do sacramento (AGUIAR 2021: 530-535). A colocação de cláusulas deste tipo nas fundações vinculares acrescentava níveis suplementares de institucionalização de modos de organizar os grupos de parentesco, em teoria protegendo-os de comportamentos passíveis de desagregar o grupo. O casamento – e sobretudo um casamento indevido, socialmente desprestigiante – não se podia pensar apenas numa lógica individual. Tradicionalmente, as instituições prescrevem maior vigilância com a sucessão feminina, pressupondo, nas conceções da época, maior necessidade de controlar as mulheres. A descrição deste artigo também já demonstrou como alguns destes vínculos foram pensados como meios para ajudar nos casamentos das mulheres, estabelecendo uma relação entre matrimónio e o devido encaminhamento feminino. Nos séculos XVI e XVII, as obrigações matrimoniais cumular-se-iam com cláusulas que procuravam evitar casamentos com um rol de grupos étnico-religiosos suscetíveis de “manchar” o sangue, interditar o acesso às honras e no limite ameaçar a existência dos vindouros. Surgirão assim cláusulas de exclusão de quem case com cristãos-novos, mouros, negros, entre outras tipificações, num rol hierarquizador cada vez mais complexo. A base de dados do projeto VINCULUM conta com 691 documentos indexados com a categoria “Morals”, na qual se agrupam vários tópicos, entre os quais as interdições matrimoniais com cristãos-novos e outros grupos. Ainda assim, haverá instituidoras com consciência das dificuldades de aplicar rigorosamente estas condições, prevendo diferentes cenários. Nos três vínculos que instituiu em 1638, Francisca de Meneses impediu as sucessoras de casarem “baixamente” e com pessoas de “raça de mouro ou de judeu”, excluindo o cumprimento desta condição em caso de pobreza: “salvo se fosse tão pobre que lhe convenha casar para mais remédio com quem tenha muito cabedal das rendas e doutra maneira não” (ANTT, Hosp. S. José, L. 79: fls. 282-284v).

Outro modo suplementar de organização dos corpos familiares, já bem identificado na bibliografia, consistia em criar uma espécie de prebenda familiar através da vinculação, dando preferência a que os capelães encarregados de celebrar as missas fossem recrutados dentro da família (PRO RUIZ 1989: 587-589; SORIA MESA 2002: 137-141; FERNANDES 2012). Nas duas capelas que instituíram em 1614 nas igrejas da Misericórdia e de S. Francisco da Azurara, Francisco Gonçalves Vila Chã e Maria Gonçalves nomearam capelães Bartolomeu Manuel, designado genericamente como “parente”, e um sobrinho chamado Luís Monteiro, impondo que em ambas tivessem preferência de recrutamento os clérigos da família (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 53: fls. 307-309v). A construção de um perfil da herdeira e de mo-

delos de relação desta com os corpos familiares também se imporá de outros modos. Por um lado, exigindo qualidades morais, como ser “boa e honesta mulher de geração” (Beatriz Borges, 1534 – ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 2: fls. 132-132v). Mas também estatuindo a utilização dos recursos do vínculo para que a herdeira, na linguagem da época, “ampare” os parentes mais próximos: como prescrevem Rodrigo Fernandes e Violante Fernandes em 1542, usando os rendimentos do vínculo para suprir dotes matrimoniais ou sustentar um filho clérigo (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 32: fls. 254v-257).

2.6. As casas materiais e espirituais: salvação das almas, distinção social e construção de identidades

Afora o carácter mais ou menos estruturado que se procura imprimir às estruturas de parentesco e à imaginação de uma herdeira idealizada, é fundamental compreender a escala das instituições com que estamos a lidar através de duas vertentes. Qual era a dimensão material destes vínculos? Que qualidade de bens eram neles incorporados? Seriam importantes estruturas produtoras de riqueza cuja administração era apetecível, tornando-se pontos centrípetos da organização dos grupos de parentesco? Simultaneamente, e decorrente da escala da fortuna vinculada, que dimensão se procurava imprimir a estas “casas materiais da alma” (ROSA 2012: 635-668)? Estamos a falar de capelas com densos ou escassos ciclos de missas? Que relações se estabelecem com locais de sepultura e objetos espirituais como imagens? Todos estes aspetos também se relacionam com o modo como a vinculação permitiu, por um lado, enquadrar comportamentos socialmente distintivos, num contexto marcadamente estratificado e em que a hierarquização formal das categorias sociais se vai tornando mais premente; e, por outro, no modo como as instituições vinculares foram veículos de construções identitárias, não só em si mesmas e nos grupos que enquadravam, mas nas relações que estabeleciam com outras corporações e com as comunidades em que se inseriam. De maneira variável, a distribuição dos rendimentos dos bens vinculados dividia-se entre a parte que deveria ser canalizada para o pagamento dos encargos pios prescritos, e a parte que deveria ficar para o mantimento da pessoa encarregada da administração.

Mais de metade dos documentos especificam qual a quota de bens que seria vinculada (48 referências). Dentro destes casos, verifica-se em 21 a vinculação das terças testamentárias, por vezes incorporando a terça do cônjuge

ou de outros parentes¹⁷. Em 22 casos, as instituidoras e instituidores vinculavam todos os bens, alegando não terem herdeiros forçosos e poderem dispor livremente das suas propriedades. Trata-se desde logo de mulheres que se declaram solteiras (Maria da Fonseca em 1655 – Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 7: fls. 164-165v) ou viúvas (Leonor Pedrosa do Avelar, 1622 – Arq. Dist. Braga, Mitra Arquiep., Juízo dos Resíduos, B18: fls. 70-73). Essas quotas por si só não nos permitem compreender o tipo, qualidade e capacidade produtiva dos bens, a não ser que nos documentos se precisem quais são. Seja como for, é crível que a grande maioria não andasse longe do que João Varela e Maria Quaresma, em 1622, caracterizaram como o seu “pequeno morgado” (ANTT, Conv. Carmo, L. 91: fls. 77-78v).

Dentro do conjunto de documentos que precisam quais os bens que devem ser incorporados, o mais frequente é que comecem por vincular as casas de morada. Por vezes, como faz Joana Lopes (1689), salientando certas características das mesmas, como as casas que possuía na rua Direita em Portalegre com as suas portas em mármore de Estremoz (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 3: fls. 337v-339v). Noutras circunstâncias, vinculam-se casas de morada e bens fundiários com potencial produtivo, como as casas, tapada, olival e courelas em Amieira do Tejo vinculados por Branca de Jesus (1649 – Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 6: fls. 421v-423v); as casas na rua larga de S. Roque, em Lisboa, complementadas por bens na Golegã, vinculadas por Vicente Rodrigues Castelão e Joana de Almeida (1633 – ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 20: fls. 1v-5v); as casas na rua da Barroca junto à porta de Santa Catarina, em Lisboa, e a quinta de Colares, vinculadas por Luís do Rego Nobre (1624 – ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 7: fls. 120-121); ou as propriedades agrícolas e as casas sobradadas em Angra, na ilha Terceira, vinculadas por Rodrigo Fernandes e Violante Fernandes (1658 – ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 32: fls. 254v-257). Menos representativas são as propriedades que aparentam ter uma escala de monta, tendo sido transmitidas entre gerações de famílias privilegiadas, como a quinta do Seixal, deixada por Isabel Coutinho em morgado à sobrinha Filipa de Figueiredo (1587 – ANTT, Gov. Civil, Reg. Vinculares, L. 104: fls. 163-168v), ou a quinta do Turcifal, na posse de Cecília Henriques por herança de sua mãe (1552 – ANTT, Hosp. S. José, L. 21: fls. 186-191v).

Talvez devido à escala tendencialmente não muito significativa, são muito raros os casos em que se define a obrigação de as herdeiras vincularem

¹⁷ Entre vários exemplos possíveis: Maria de Aboim (1632 – Bibl. Publ. e Arq. Reg. João José da Graça, Gov. Civil, Reg. Vincular, L. 8: fls. 35-38); Beatriz Nunes Florença (1642 – ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 50: fls. 144-146).

mais bens (5 instituições). Míngua que, a nosso ver, é coerente com as justificações encontradas ao longo desta amostra, nas quais se enfatiza tratar-se de pequenos vínculos cujo intuito parental era ajudar no casamento das mulheres. Entre alguns casos daquele tipo, João Varela e Maria Quaresma (1622) e Maria Soares Baeta (1641) estipulam que as administradoras devem vincular a terça parte da terça. A pequena escala também poderá explicar a raridade de documentos em que se obriga à produção de um tombo das propriedades ou à entrega de cópias do documento de fundação (4 casos), como estipula Margarida Borges em 1647, deixando um prazo de seis meses para completar a tarefa (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 2: fls. 280v-281). Por norma, quando se obriga à produção deste instrumento, duplicam-se os possuidores da informação, decerto como maneira de salvaguardar o vínculo, os bens e as obrigações pias nele contidas. Em 1534, Beatriz Borges ordena que o primeiro administrador entregue uma cópia da instituição no cartório da igreja de S. Miguel de Penela, pedindo ao reitor que a guarde entre as suas escrituras e vigie os administradores (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 2: fls. 132-132v). Em 1593, Leonor Leitão ordena que se faça tombo dos bens no prazo de um ano depois da sua sepultura, ficando o original para a Torre do Tombo e um treslado para o possuidor do vínculo (ANTT, Hosp. S. José, L. 2: fls. 161v-162). Em 1698, Joana Lopes manda tombar os bens “no livro do tombo dos religiosos de São Francisco” (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 3: fls. 337v-339v).

Em suma, as indicações sobre bens apontam para uma caracterização geral como pequenos vínculos, a qual por seu turno não se distingue da grande maioria das instituições fundadas ao longo dos séculos, independentemente do género de quem institui. Esta escala tem uma tradução na dimensão espiritual. São poucos os casos em que se prevê a construção ou reorganização de capelas propriamente ditas, isto é, de espaços físicos em que quem funda e os parentes vindouros, com especial incidência na linha de administradores, se pudessem sepultar em exclusividade, apondo os seus sinais identitários, e onde as missas fossem celebradas. Isabel Coutinho (1587) deixou instruções para sepultar o seu corpo junto da tia Filipa de Figueiredo no convento de S. Bento de Xabregas, mais precisamente na capela de Nossa Senhora da Assunção, a qual ficaria sob administração do possuidor do morgado (ANTT, Gov. Civil, Reg. Vinculares, L 104: fls. 163-168v). Diogo Garcia, lavrando testamento conjunto com sua mulher Guiomar Feio (1553), manda sepultar-se junto do pai no mosteiro de S. Vicente de Fora, mas deixa instruções às herdeiras para, caso a igreja do mosteiro fosse derrubada para erguer uma nova, colocarem os seus ossos e os do pai “num caixão cerrado com seu letreiro”, até

ao dia em que, completado o novo edifício, voltassem a dispor os restos mortais defronte do altar de Nossa Senhora da Enfermaria (ANTT, Cap. Coroa, L. 2: fls. 253-254). Margarida Borges (1647) mandava que as missas fossem celebradas na capela que o sobrinho viesse a instituir, e para onde seria levada “a Nossa Senhora da Anunciação que tenho em minha casa” (Arq. Dist. Guarda, Reg. Vinculares, L. 1: fls. 284v-250v). Leonor Delicado (1687), viúva do doutor António Galeano, mandava sepultar o seu corpo na cova onde jazia o marido, localizada na ermida que ambos mandaram fazer dedicada a Nossa Senhora da Vitória (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 3: fls. 482-484).

As indicações sobre sepultamentos tendem a ser mais simples. Nesta amostra, 50 documentos contêm essas instruções, coincidindo em 31 dos casos com indicações explícitas para os encargos pios perpétuos serem celebrados no mesmo local. Por oposição, não foram encontrados casos em que os locais de sepultura e das missas fossem distintos. Sempre que possível, os parentes de sangue partilhariam este espaço, embora não da forma estruturada e hierarquizada que observamos nas grandes capelas da nobreza (ROSA 2012: 652-654). Trata-se de formulações e arranjos mais simples, embora por vezes garantindo a exclusividade do uso do espaço funerário, tal como solicita Maria da Fonseca em 1655 na igreja matriz de Nisa, pedindo às irmãs que fizessem uma sepultura com letreiro “para que se possa enterrar em ela meus herdeiros e ninguém outrem” (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 7: fls. 164-165v). De resto, o esquema tende a ser mais simples e pode ser exemplificado com o pedido de Pedro Vaz Ceia em 1660: o seu corpo devia ser sepultado na cova defronte do altar da Virgem da Conceição na igreja de S. Martinho de Portalegre, mas se estivesse ocupada “com outro defunto de meu sangue serei sepultado na cova e sepultura de minha tia Isabel Vaz que está defronte de Nossa Senhora do Carmo na Sé desta cidade” (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 3: fls. 15-16). Dissonante, e talvez devido a diferenças de devoções, é o caso do casal Francisco Gonçalves de Vila Chã e Maria Gonçalves, em 1614: ele designando sepultura e missas perpétuas na capela-mor da igreja da Misericórdia de Azurara, ela estipulando sepultura e missas no mosteiro de S. Francisco da mesma localidade (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 53: fls. 307-309v).

Decerto também pela míngua de recursos que gerariam, os vínculos desta amostra caracterizam-se pela reduzida quantidade de missas anuais prescritas, geralmente entre duas e seis: isto é, suficientes para fazer lembrar os primeiros possuidores dos bens e inscrevê-los no ciclo do tempo até ao Juízo Final, mas não de molde a marcar de forma clara, e por si mesmos, o calen-

dário e os rituais litúrgicos das comunidades em que se inseriam, aspetos claramente procurados pelas grandes instituições e corporizando a distinção social através de expressões de piedade refinada. Os casos mais estruturados e comparáveis às grandes fundações deveriam alicerçar-se em bens significativos, mas também, possivelmente, em estruturas familiares já de si coesas e conscientes da nobreza da piedade refinada. O vínculo instituído por Beatriz Borges em 1534 tinha encargo de duas missas todas as semanas na igreja de S. Miguel de Penela (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 2: fls. 132-132v). Na primeira instituição que haviam feito conjuntamente em 1633, Vicente Rodrigues Castelão e Joana de Almeida, sem filhos e dispendo livremente de seus bens, haviam instituído capela com encargo de quatro missas por semana no convento do Carmo de Lisboa (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 20: fls. 1v-5v).

A investigação sobre a vinculação, tanto nos territórios portugueses como no mundo ibérico em geral, e numa perspetiva cronológica transversal, tem demonstrado como a fundação de morgados e capelas se constituiu como uma etapa determinante em processos de ascensão social (OLIVAL 2002; ROCHA 2024, 2025), configurando ainda para a nobreza um modelo reprodutivo (MONTEIRO 2001; CUNHA, MONTEIRO 2010; SORIA MESA 2007: 116-134). Reconverter a fortuna, criar dispositivos organizativos e identitários pensados como emuladores da nobreza, fizeram parte integrante desse *cursus honorum*. O conjunto restrito de fundações favorecedoras de administração feminina funcionou nas margens destes processos mais conhecidos de ascensão social. A descrição apresentada reforça a diversidade da prática vincular, enquadrando formas de organização de grupos sociais distintos, e com impactos diversificados.

Simultaneamente, as formas de construir e perpetuar identidade dos grupos familiares através dos vínculos foram uma das modalidades de agência destas entidades corporativas, manifestando-se em diversas esferas: no uso de apelidos e da heráldica, na gestão do arquivo, na memória dos mortos e na relação com a comunidade. Modalidades construtoras de distinção social, mas que não se esgotam nem nestes propósitos, nem numa utilização exclusivamente nobiliárquica. Configurando, enfim, várias dimensões em que o conceito de identidade desenvolvido pela historiografia e pelas ciências sociais se pode tornar fecundo e operatório (NÓVOA 2024). Dentro deste leque, as que com maior propriedade se relacionam com grupos nobiliárquicos são as cláusulas que obrigam ao uso de nome e de armas, traduzindo um esforço ativo e consciente por parte de quem funda em preservar uma identidade heráldica e onomástica (NÓVOA 2025). Na base de dados do projeto

VINCULUM, há um conjunto significativo de documentos indexados com estas categorias: 526 como “Family name” e 235 com “Coat of Arms”. Contudo, cláusulas desta natureza constam de apenas dois documentos desta amostra. Isabel de Mendanha (1593) obriga as possuidoras do vínculo a usarem o seu apelido (ANTT, Conv. S. Francisco de Lisboa, L. 3: fls. 187-188). Em 1687, fundando dois morgados, Leonor Delicado impõe cláusulas de modo a transmitir dois apelidos: num deles seria o apelido dos Delicados, enquanto o outro morgado seria transmitido em mulher que tivesse o apelido Tarouca (Arq. Dist. Portalegre, Provedoria Portalegre, L. 3: fls. 482-484). Raridade que nos parece coerente com o nível relativamente incipiente da construção simbólica de teor nobiliárquico operada nestas instituições.

A relação com a comunidade poderia expressar-se de diferentes modos. Citámos casos, embora raros, de fundações mais estruturadas que implicavam a designação de espaços próprios para capelas familiares e talvez a construção das mesmas, a aposição de objetos espirituais como imagens, a realização de ciclos densos e teologicamente elaborados de missas. Dimensões que contribuíam para o incremento do culto e para o seu enriquecimento, em louvor de Deus e benefício da comunidade, selando a relação imbricada entre indivíduos e comunidade, distinção social e assunção de um perfil piedoso, ilustrado, espiritual (ROSA 2012: 669-694). Não se pense, porém, que a raridade destes casos (distintivos afinal na sua grandeza e também pela sua excecionalidade) minorizaria o efeito social das pequenas fundações, com apenas algumas missas por ano. Estes casos, multiplicados por milhares de fundações, funcionarão agregados nas igrejas locais ou nos mais apetrechados e reputados conventos, alimentando, no seu funcionamento conjunto, uma *economia sacra* de marcada pujança¹⁸. E que, mesmo numa lógica mais anonimizada em comparação com as grandes capelas (às quais por vezes estavam associados direitos de padroado ou análogos sobre igrejas e cenóbios), contribuíam para essa relação imbricada entre os vínculos e as comunidades em que estes se inseriam. Em todo o caso, e como se referiu na contextualização da amostra, estudar estas dimensões implica a formação de um corpus mais alargado, recorrendo também à documentação eclesial.

Finalmente, a relação com outras corporações é enunciada em vários documentos (11), numa lógica quer de vigilância do cumprimento dos encargos pios, quer sobretudo de suprir a falência de alternativas sucessórias

¹⁸ Ao utilizar o conceito de *economia sacra* queremos pôr em relevo os circuitos pelos quais transitam os amplos recursos materiais ativados por via eclesial, alimentando o funcionamento das instituições: sustentando as comunidades religiosas, assegurando a celebração dos sacramentos, construindo e mantendo os edifícios e o aparato litúrgico.

dentro do parentesco dos fundadores, garantindo a existência do vínculo e o cumprimento dos encargos pios em defesa das almas, princípio sobre o qual assentará todo o sistema de vigilância construído e exercido pela Coroa e pela Igreja (ROSA 2012: 62-108, 165-290). Por vezes, essa missão é atribuída ao mosteiro onde as missas seriam celebradas, como sucede com Branca Nunes (1597) e o mosteiro de S. Domingos de Lisboa (ANTT, Most. S. Domingos Lisboa, L. 48: fls. 152v-255). Mas há também fundadores que recorrem a confrarias, embora com alguma relação com a igreja de sepultura e dos sufrágios. Rodrigo Fernandes e Violante Fernandes (1568) estipulam que, caso os parentes não quisessem aceitar o encargo, este ficaria para a confraria de Nossa Senhora do Rosário de Angra (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 32: fls. 254v-257). Diogo Fernandes (1621) funda uma capela no convento de Nossa Senhora do Carmo de Salvador da Baía, no Brasil, e define que em caso de extinção do parentesco da sobrinha a administração fique a cargo da Misericórdia daquela cidade (Arq. St^a Casa Miseric. Bahia, A40: fls. 36-41v). Em 1633, Vicente Rodrigues Castelão e Catarina Esteves deixam a administração da capela que instituíam no convento do Carmo de Lisboa em caso de extinção de parentesco à Congregação e Irmandade de S. Roque dos Nobres (ANTT, Arq. do Arquivo, Reg. do Arq., L. 20: fls. 1v-5v).

Conclusão

Concluindo, importa retomar a questão de partida: é possível considerar estas fundações como *vínculos de sororidade*? Dentro de certos limites fornecidos pelos contextos históricos (e que impedem uma retroprojeção literal de conceitos forjados para outros tempos e realidades sociais), consideramos que o exercício de investigação aqui apresentado demonstra como o conceito pode ser fecundo para a análise historiográfica, desde o momento de imaginar os problemas, passando pela procura dos materiais e pelos modos de interrogá-los. A maioria destas instituições foram levadas a cabo por mulheres. Foram explicitamente constituídas a partir de um projeto de sucessão feminina em oposição à prática mais comum, e até mesmo pensada como natural dado o androcentrismo da instituição, favorecedora da sucessão masculina. Apesar do género de quem funda, a cadeia sucessória é declaradamente feminina. Também consideramos que o facto de algumas instituições terem sido concretizadas por homens e por casais não menoriza a pertinência do conceito de sororidade, uma vez que também essas fundações procuravam instituir mecanismos pensados para responder a necessidades femininas, na-

turalmente dentro do horizonte de destinos socialmente aceites para a época. Configuram, portanto, espaços pensados como especificamente femininos, com características próprias e outras partilhadas com o universo global da vinculação. Trata-se na sua maioria de pequenas instituições, sem grandes concentrações de bens, assentes em estruturas de parentesco relativamente fluídas e com poucas cláusulas de molde a constituí-las como fatores de marcada distinção social e enquanto marcadores identitários; enfim, este conjunto de características não se distingue grandemente da maioria das fundações de vínculos nos territórios da coroa portuguesa neste alargado âmbito cronológico. Pequenas fundações que conviviam com as maiores, mais ricas e estruturadas sob diversos pontos de vista. Aspetos que são reveladores da diversidade intrínseca à prática vincular, e às diferentes modalidades organizativas que esta abarca, assim como à transversalidade do fenómeno na sociedade portuguesa de Antigo Regime, explicável pela variedade de dimensões da vida familiar e comunitária organizadas através deste recurso. Tanto as mais raras instituições particularmente estruturadas como as mais pequenas e fluídas revelam um espaço de agência feminina, indicativo da existência de práticas, minoritárias e talvez menos visíveis nas fontes, de constituir esquemas organizativos nas margens do modelo dominante, marcadamente patriarcal no seu discurso e normatização, e em diálogo e confrontação com este. Alargar a cronologia da pesquisa e incrementá-la com outro tipo de documentação, inquirindo de forma sistemática o papel das mulheres na administração quotidiana dos vínculos e dos seus grupos de parentesco, trará certamente material mais rico e abundante, permitindo pensar mais a fundo nas formas de efetiva agência feminina, paralelas – e talvez em certos casos contestatárias – ao dominante esquema androcêntrico e patriarcal que se naturaliza como a organização por defeito dos vínculos e de outros corpos do tecido social.

A seguinte tabela permite, através do código de referência na primeira coluna, aceder às descrições arquivísticas na base de dados do projeto VINCULUM (<https://www.vinculum-database.fcsh.unl.pt/>), através da qual esta informação foi reunida. Os documentos foram sujeitos a uma análise mais detalhada. Apresenta-se uma versão simplificada com a lista dos documentos e algumas cláusulas sucessórias que neles se encontram.

Tabela 2. Documentos de instituição com cláusulas sucessórias de preferência feminina.

Código de referência na base de dados VINCULUM	Nomes dos instituidores	Tipologia documental	Cota arquivística (Sílgas VINCULUM)	Data	Primogenitura	Obrigação legitimidade Exclusão de clérigos	Nomeação do sucessor
VINC000105 REAL EA/004a	Raimundo Eanes, Afonso das Leis	Testamento	TT-HSJ-1191- 151v-155v	1341-10-10		X	
VINC000359 BB EA/006a- caa	Beatriz Borges	Testamento	TT-AA-RA-2- 132-132v	1534-01-27	X		
VINC000752 LFBF EA/002a	Leonor Fernandes; Branca de Figueiredo	Testamento	TT-AA-RA-7- 181v-183	1551-10-06			
VINC007274 CH EA/001	Cecília Henriques	Testamento	TT-HSJ-021-186- 191v	1552-00-00			
VINC001645 DGGF EA/007a	Diogo Garcia, Guiomar Feio	Testamento	TT-FC- CC-2-253-254	1553-01-02	X		
VINC001547 BC EA/001a	Beatriz Chamorra	Testamento	TT-MC-V- FUN-1-243-246	1565-04-27			
VINC003974 GCGP EA/001	Guiomar da Costa; Gomes Pamplona	Testamento	BPARL- SR-GCAH- RV-10-1-5	1565-06-30	X	X	
VINC007171 MAFM EA/001	Maria Antunes; Francisco de Mesquita	Testamento (verba)	TT-HSJ-106- 193v-194v	1566-04-12			X
VINC000781 RFVF EA/001aaa	Rodrigo Fernandes, Violante Fernandes	Testamento	TT-AA-RA-32- 254v-257	1568-04-30			

Código de referência na base de dados VINCULUM	Nomes dos instituidores	Tipologia documental	Cota arquivística (Sílgas VINCULUM)	Data	Primogenitura	Obrigação legitimidade	Exclusão de clérigos	Nomeação do sucessor
VINC008112 MAAMHMA EA/001	Maria Antunes; António de Miranda Henriques, Maria Ana	Testamento (verba)	TT-HSJ-141-340-341	1571-01-27				
VINC007176 AF EA/001	Agostinho Fernandes	Testamento (verba)	TT-HSJ-128-40v-41v	1575-04-19	X			
VINC004011 MFBC EA/001a	Madalena Fernandes; Bárbara de Chaves	Testamento	BPARPD-GCPD-RV-13-1-7	1586-09-22	X			
VINC005205 IC EA/001a	Isabel Coutinho	Testamento	TT-GCL-RV-104-163-168v	1587-04-11	X			
VINC002205 MR EA/001aa	Maria Rodovalho	Testamento	BPARPD-GCPD-RV-8-90v-102	1593-02-15				X
VINC005742 LL EA/001	Leonor Leitão	Testamento (verba)	TT-HSJ-002-161v-162 / TT-CS-FL-003-406-407	1593-02-26	X		X	
VINC003196 IM EA/002	Isabel de Mendanha	Testamento (verba)	TT-CS-FL-003-187-188	1593-05-03	X			
VINC004017 FVF EA/001a	Francisco Vaz da Fonseca	Testamento	BPARLSR-PRCIT-1-193-195v	1594-11-16				X
VINC005893 BN EA/001	Branca Nunes	Testamento	TT-MSDL-48-152v-155	1597-09-15				
VINC000862 APL EA/001a	Afonso Pires	Testamento	TT-AA-RA-7-252v-253v	1597-10-29	X	X		
VINC006949 JFMT EA/001a	João Fernandes; Maria de Teives	Testamento	ABM-JRC-241-01	1600-08-11	X			
VINC002779 SCLGC EA/003	Simão Correia Lomelino, Guiomar Cabea	Testamento (verba)	TT-HSJ-056-100v-110	1602-12-07	X		X	

Código de referência na base de dados VINCULUM	Nomes dos instituidores	Tipologia documental	Cota arquivística (Sílbas VINCULUM)	Data	Primogenitura	Obrigaçāo legitimidade	Exclusāo de clérigos	Nomeaçāo do sucessor
VINC000879 IPF EA/002a	Inês Pires Francês	Carta de instituiçāo	TT-AA-RA-11-201-202v	1604-01-16			X	
VINC007400 CF EA/001	Crispina de Faria	Testamento (verba)	TT-HSJ-079-67-68v	1608-11-15	X			
VINC000899 FRMA EA/003a	Feliciana Ribeiro, Maria do Avelar	Carta de instituiçāo	TT-AA-RA-7-160-161	1610-09-11	X			
VINC002356 SCA EA/002a	Sebastiāo da Costa de Arruda	Codicilo	TT-MC-V-PDL-23-68-69	1610-10-19				X
VINC007182 IFHG EA/001	Inês Fernandes; sobrinha	Testamento (verba)	TT-HSJ-128-260v-262v	1612-11-14				
VINC007177 BG EA/001	Baltasar Gorjāo	Testamento (verba)	TT-HSJ-128-96-97	1613-11-25	X			
VINC000913 FGVCMGMT EA/001	Francisco Gonçāves Vila Chā, Maria Gonçāves; Maria Tomé	Testamento	TT-AA-RA-53-307-309v	1614-04-04				X
VINC008276 MMUM EA/001	Maria de Miranda; Úrsula de Miranda	Carta de dote	TT-FSC-002	1617-02-17	X			
VINC000937 BV EA/001aa	Beatriz Viana	Codicilo	TT-AA-RA-8-110v-111	1618-11-24				X
VINC002200 MP EA/002	Maria Pais	Testamento (verba)	TT-HSJ-077-30v-31	1619-02-12				
VINC003467 DFMG EA/001a	Diogo Fernandes; Maria de Gouveia	Testamento	ASCMB-A-40-36v-41	1621-00-00				X
VINC002165 MSFA EA/001	Maria da Silveira; Francisco de Aguiar	Testamento	BPARPD-GCPD-RV-31v-36	1621-12-11	X			

Código de referência na base de dados VINCULUM	Nomes dos instituidores	Tipologia documental	Cota arquivística (Sílbas VINCULUM)	Data	Primogenitura	Obrigação legitimidade	Exclusão de clérigos	Nomeação do sucessor
VINC007084 MQJV EA/001baa	Maria Quaresma, João Varela	Testamento	TT-CNSCL-091- 77-78v	1622-13-15				X
VINC007905 MA EA/001	Maria Antónia	Testamento (verba)	TT-HSJ-088- 51v-54	1623-08-31	X	X		
VINC000971 LRN EA/001a	Luís do Rego Nobre	Testamento	TT-AA- RA-7-120-121	1624-09-04	X			
VINC006224 LC EA/002	Lopo Cabreira	Testamento	ADPTG-PCP- 016-49v-51	1630-10-26				
VINC005346 CP EA/001a	Constança Pimentel	Testamento	ABM- JRC-112-01	1630-11-19	X			
VINC008249 FV EA/001	Francisco da Veiga	Carta de doação	TT- HSJ-142-72-75	1631-12-02				
VINC002169 MB EA/001a	Maria de Aboim	Testamento (verba)	BPARGG-GCH- RV-8-35-38	1632-03-16	X			
VINC003107 VRCCEJA EA/005	Vicente Rodrigues Castelão, Catarina Esteves, Joana de Almeida	Testamento	TT-CNSCL-091- 159-159v	1632-06-15				
VINC006960 AB EA/001	Ambrósio Barreto	Testamento (verba)	TT-HSJ-149-8-8v	1633-02-13				
VINC003107 VRCCEJA EA/002	Vicente Rodrigues Castelão, Catarina Esteves, Joana de Almeida	Carta de instituição	TT-AA-RA-20- 1v-3v	1633-02-22	X		X	
VINC003107 VRCCEJA EA/003	Vicente Rodrigues Castelão, Catarina Esteves, Joana de Almeida	Testamento (verba)	TT-AA-RA-20- 3v-5v	1633-05-12	X			
VINC008301 MQEA/001aa	Maria do Quintal	Testamento	TT-FSCSM-089- 0016	1634-02-11	X	X		

Código de referência na base de dados VINCULUM	Nomes dos instituidores	Tipologia documental	Cota arquivística (Sítgas VINCULUM)	Data	Primogenitura	Obrigaçãõ legitimidade	Exclusãõ de clérigos	Nomeaçãõ do sucessor
VINC005968 MCC EA/001	Maria Correia; Catarina	Testamento	ADPTG-PCP- 011-413v-415	1634-07-06	X			
VINC001021 LLPBL EA/001aaa	Luís Lopes Peres, Branca Lopes	Testamento	TT-AA-RA-11- 350v-352	1635-08-17	X	X		
VINC007417 MC EA/001	Mariana Cabral	Testamento (verba)	TT-CNSCL-090- 85-85v	1636-08-25	X			
VINC007812 FMU EA/001	Francisca de Meneses; Úrsula	Testamento (verba)	TT-HSJ-079-282- 284v	1638-06-19	X			
VINC007813 FMI EA/001	Francisca de Meneses; Isabel	Testamento (verba)	TT-HSJ-079-282- 284v	1638-06-19	X			
VINC007814 FMA EA/001	Francisca de Meneses; Ana	Testamento (verba)	TT-HSJ-079-282- 284v	1638-06-19	X			
VINC005983 VC EA/001	Violante da Conceiçãõ	Testamento	ADPTG-PCP- 013-310v-313v	1639-08-02				
VINC007407 GT EA/001	Graça Torres	Testamento (verba)	TT-CNSCL-090- 81v-82	1640-09-26				
VINC003954 LV EA/001	Luzia de Vasconcelos	Testamento	BPARLSR- GCAH-RV-4- 83-86v	1640-09-30	X			
VINC003954 LV EA/001b	Luzia de Vasconcelos	Codicilo	BPARLSR- GCAH-RV-4- 86v-89	1640-11-19	X			
VINC004596 MSB EA/001b	Maria Soares Baeta	Testamento chart	ADPTG-PCP- 002-280v-281	1641-03-06				X
VINC006977 FG EA/001	Francisco da Guerra	Testamento (verba)	TT- HSJ-151-41-42	1642-01-03				
VINC001046 PNFBNF EA/001a	Pedro Nunes Florença, Beatriz Nunes Florença	Testamento	TT-AA- RA-50-144-146	1642-04-29				X

Código de referência na base de dados VINCULUM	Nomes dos instituidores	Tipologia documental	Cota arquivística (Sílbas VINCULUM)	Data	Primogenitura	Obrigação legitimidade Exclusão de clérigos	Nomeação do sucessor
VINC004963 MB EA/001	Margarida Borges	Testamento	ADGRD-GCG- RV-1-248v-250v	1647-08-16	X		X
VINC005645 BJB EA/001	Branca de Jesus; Beatriz	Testamento	ADPTG-PCP- 006-421v-423v	1649-09-03			X
VINC004961 JSCB EA/001	João de Sousa, Catarina Borges	Testamento	ADGRD-GCG- RV -1-239v-243v	1650-07-09			
VINC002084 MAMCN EA/001a	Manuel de Almeida, Margarida da Costa Nozeda	Testamento	TT-MC-V-PDL- 24-59v-63v	1651-03-26			
VINC005902 MFLVCS EA/001	Maria da Fonseca; Leonor Vaz, Clara Semedo	Testamento	ADPTG-PCP- 007-164-165v	1655-05-28	X		
VINC007166 JGMMM EA/001	João Gonçalves de Matos, Maria Martins	Testamento (verba)	TT-HSJ-105-160- 162v	1656-08-23			X
VINC005045 JRV EA/001a	Joana Rodrigues Velez	Testamento	ADPTG-PCP- 003-344v-345v	1658-07-08	X		
VINC004877 PVC EA/001b	Pedro Vaz Ceia	Testamento	ADPTG- PCP-003-15-16	1660-09-16	X		
VINC005234 JFMM EA/001	Jorge Fernandes; Maria Marques	Testamento	ADPTG-GCP- RV-3-236v-240	1662-09-03			
VINC005235 JFID EA/001	Jorge Fernandes; Iria Dias	Testamento	ADPTG-GCP- RV-3-236v-240	1662-09-03			
VINC005119 LDDAT EA/002a	Leonor Delicado; Diogo Afonso Tarouca	Carta de instituição	ADPTG-PCP- 003-484v-485v	1663-05-04			

Código de referência na base de dados VINCULUM	Nomes dos instituidores	Tipologia documental	Cota arquivística (Sílbas VINCULUM)	Data	Primogenitura	Obrigaç�o legitimidade	Exclus�o de clérigos	Nomea�o do sucessor
VINC007632 GJ EA/001	Guiomar Jorge	Testamento (verba)	TT-HSJ-024-106- 106v	1663-12-13				
VINC002695 IM EA/002a	In�s Mendes	Testamento	ADPTG-PCP- 004-434v-436	1678-08-27	X			
VINC005100 MAP EA/001	Manuel de Almeida Pimenta	Testamento	ADPTG-PCP- 004-44v-46	1683-02-17				X
VINC005118 LDMD EA/001	Leonor Delicado; Manuel Delicado	Testamento	ADPTG- PCP-003- 482- 484	1687-07-15				
VINC005119 LDDAT EA/001	Leonor Delicado; Diogo Afonso Tarouca	Testamento	ADPTG- PCP-003- 482- 484	1687-07-15				
VINC003347 LPA EA/001	Leonor Pedrosa do Avelar	Testamento	UM-ADB-MAB- -JR-B-18-70-73	1688-03-18				
VINC005026 IM EA/001	In�s de Moura	Testamento	ADPTG-PCP- 003-247v-248v	1689-08-15				
VINC005221 GLMMS EA/001a	Gaspar Louren�o Machado; Maria de Santiago	Testamento	BPARJJG-GCH- RV-3-44-54v	1692-02-21	X			
VINC005222 GLMJS EA/001a	Gaspar Louren�o Machado; João Silveira	Testamento	BPARJJG-GCH- RV-3-44-54v	1692-02-21	X			
VINC005042 JL EA/001b	Joana Lopes	Testamento	ADPTG-PCP- 003-337v-339v	1698-08-05		X		
VINC004229 MVMG EA/001a	Maria Velez; Manuel Gonçalves	Testamento	ADPTG-PCP- 001-10-12v	1700-09-21				
VINC004230 MVBV EA/001a	Maria Velez; Brás Velez	Testamento	ADPTG-PCP- 001-10-12v	1700-09-21				

Tabela 3. Conversão das siglas arquivísticas VINCULUM.

Siglas arquivísticas VINCULUM	Referência arquivística completa
ABM-JRC	Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Juízo dos Resíduos e Capelas
ADGRD-GCG-RV	Arquivo Distrital da Guarda, Governo Civil da Guarda, Registo Vincular
ADPTG-PCP	Arquivo Distrital de Portalegre, Provedoria da Comarca de Portalegre
ASCMB	Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, Livro do Tombo da Santa Casa de Misericórdia da Baía (1629-1652)
BPARJG-GCH-RV	Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (Horta), Governo Civil do Distrito da Horta (1821-1976), Registo Vincular
BPARLSR-GCAH-RV	Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, Registo Vincular
BPARLSR-PRCIT	Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, Provedoria dos Resíduos e Capelas da Ilha Terceira
BPARPD-GCPD-RV	Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, Registo Vincular
TT-AA-RA	Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo, Registo do Arquivo
TT-CNSCL	Torre do Tombo, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa
TT-CSFL	Torre do Tombo, Convento de S. Francisco de Lisboa
TT-FC-CC	Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Capelas da Coroa
TT-FSC	Torre do Tombo, Família Sinel de Cordes
TT-FSCSM	Torre do Tombo, Família Siqueira, Condes de São Martinho
TT-GCL-RV	Torre do Tombo, Governo Civil de Lisboa, Registo Vincular
TT-HSJ	Torre do Tombo, Hospital de S. José
TT-MC-V-FUN	Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Registos Vinculares, Funchal
TT-MC-V-PDL	Torre do Tombo, Morgados e Capelas, Registos Vinculares, Ponta Delgada
TT-MSDL	Torre do Tombo, Mosteiro de S. Domingos de Lisboa
UM-ADB-MAB-JR	Arquivo Distrital de Braga, Mitra Arquiepiscopal de Braga, Juízo dos Resíduos

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo do Arquivo, Registo do Arquivo, Livro 2, fls. 132-132v.

_ Livro 7, fls. 120-121, 181v-183, fls. 252-253v.

_ Livro 8, fls. 110v-111.

_ Livro 11, fls. 201-202v, fls. 350v-352.

_ Livro 20, fls. 1v-5v.

_ Livro 32, fls. 254v-257.

_ Livro 50, fls. 144-146.

_ Livro 53, fls. 307-309v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, Capelas da Coroa, Livro 2, fls. 253-254.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Convento de Nossa Senhora do Carmo, Livro 91, fls. 77-78v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Convento S. Francisco de Lisboa, Livro 3, fls. 187-188.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Família Siqueira – Condes S. Martinho, Caixa. 89, doc. 16.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Governo Civil de Lisboa, Civil, Registos Vinculares, Livro 104, fls. 163-168v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Hospital de S. José, Livro 2, fls. 161v-152.

_ Livro 21, fls. 186-191v.

_ Livro 56, fls. 100v-110.

_ Livro 79, fls. 282-284v.

_ Livro 88, fls. 51v-54.

_ Livro 105, fls. 160-162v.

_ Livro 128, fls. 40-41v, fls. 96-97.

_ Livro 142, fls. 72-75.

_ Livro 1191, fls. 151v-155v.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, Livro 48, fls. 152v-255.

Arquivo Distrital de Braga, Mitra Arquiepiscopal de Braga, Juízo dos Resíduos, Livro B18, fls. 70-73.

Arq. Distrital da Guarda, Governo Civil, Registos Vinculares, Livro 1, fls. 239v-243v, fls. 284v-250v.

Arquivo Distrital de Portalegre, Provedoria Portalegre, Livro 2, fls. 280v-281.
_ Livro 3, fls. 15-16, fls. 337v-339v, fls. 482-484.
_ Livro 6, fls. 421v-423v.
_ Livro 7, fls. 164-165v.
Arquivo Distrital de Portalegre, Governo Civil, Registos Vinculares, Livro 3, fls. 236v-240.
Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, Livro do Tombo da Santa Casa de Misericórdia da Baía (1629-1652), A40, fls. 36-41v.
Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (Horta), Governo Civil, Registo Vincular, Livro 8, fls. 35-38.

Bibliografia

- ABREU, Laurinda (2001-2002). “Algumas considerações sobre vínculos”. *Revista Portuguesa de História*, 35, 335-346.
- AGUIAR, Miguel (2021). *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Tese de doutoramento em História. Porto/Paris: Universidade do Porto/Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. <https://hdl.handle.net/10216/135875> (consultado a 09/06/2025).
- AGUIAR, Miguel (2024). *VINCULUM. Imagining and organizing kinship: the entailment system (14th-17th centuries)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://monographs.uc.pt/iuc/catalog/book/471> (consultado a 09/06/2025).
- ARAÚJO, Ana Cristina (1999). “Vínculos de ‘eterna memória’: esgotamento e quebra de fundações perpétuas na cidade de Lisboa”, in *Actas do Colóquio Internacional - A Piedade Popular, sociabilidades, representações e espiritualidades*. Lisboa: Centro de História da Cultura-Terramar, 433-442.
- ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio (1991). “Teoría y administración de la casa, linaje, familia extensa, ciclo vital y aristocracia en Castilla (s. XVI-XIX)”, in F. Chacón Jiménez (coord.), *Familia, grupos sociales y mujer en España (siglos XV-XIX)*. Murcia: Universidad de Murcia, 13-48.
- ATIENZA LÓPEZ, Ángela (2019). “‘No pueden ellos ver mejor...’ Autonomía, autoridad y sororidad en el gobierno de los claustros femeninos en la Edad Moderna”. *ARENAL*, 26, 1, 5-34.
- ATIENZA LÓPEZ, Ángela (2022a). “Sororidad. Una palabra con una historia bien corta y una existencia histórica bien larga. Presentación”, in A. Atienza López (dir.), *Historia de la sororidad, historias de sororidad. Manifestaciones y formas de solidaridad en la Edad Moderna*. Madrid: Marcial Pons, 9-35.

- ATIENZA LÓPEZ, Ángela (2022b). “Historia de la sororidad en la edad Moderna. Perspectivas y problemas de um camino de investigación por recorrer”, in A. Atienza López (dir.), *Historia de la sororidad, historias de sororidad. Manifestaciones y formas de solidariedad en la Edad Moderna*. Madrid: Marcial Pons, 37-90.
- CARDIM, Pedro (2000). *O Poder dos Afectos. Ordem amorosa e dinâmica política do Antigo Regime*. Lisboa: Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- CLAVERO, Bartolomé (1974). *Mayorazgo. Propiedad feudal en Castilla (1369-1836)*. Madrid: Siglo XXII de España Editores.
- CLAVERO, Bartolomé (1992). “Favor Maioratus, Usus Hispaniae: Moralidad de Linaje entre Castilla y Europa”, in L. Bonfield (ed.), *Marriage, Property, and Succession*. Berlin: Duncker and Humblot, 215-254.
- CLAVERO, Bartolomé (1993-1994). “*Beati dictum*: derecho de linaje, economia de familia y cultura de orden”. *Anuario de Historia del derecho español*, 63-64, 7-148.
- COSTA, Susana Goulart (2005-2006). “Da eternidade à historicidade: traços das fundações pias setecentistas na ilha de São Miguel”. *Arquipélago. História*, 9-10, 309-322.
- CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2010). “Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII”, in J. Hernández Franco e M. Soares da Cunha (eds.), *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica*. Lisboa/Murcia: Colibri/CIDEHUS/Ediciones de la Universidad de Murcia, 47-75. <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.5343> (consultado a 10/11/2025).
- DUARTE, Luís Miguel (2001). “Os melhores da terra (um questionário para o caso português)”, in F. Themudo Barata (ed.), *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Lisboa: Colibri/CIDEHUS, 91-106.
- ESTEVES, Judite Maria Nunes (2009). *Do Morgadio à Divisão Iguatária dos Bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*. Tese de doutoramento em História. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- FERNANDES, Paula Sofia Costa (2012). “Legados de missas: salvar a alma protegendo parentes capelães”, in C. Santos (coord.), *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM, 175-186.
- HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (2011). “Historiar e historizar la herencia”. *Studia historica. Historia moderna*, 33, 17-28.
- HESPANHA, António Manuel (1993). “Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na

- época moderna”. *Análise Social*, 28, 123-124, 951-973.
- MELERO MUÑOZ, Isabel (2019). “Mujeres y vinculaciones de bienes: el androcentrismo y el discurso legitimador en los pleitos de mayorazgo”, in M. A. Fernández Valle, C. López Calderón, e I. Rodríguez Moya (eds.), *Discursos e imágenes del barroco iberoamericano*. Santiago de Compostela/Sevilha: Andavira; E. R. A. Arte, Creación y Patrimonio, vol. 3, 329-344.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1997). “Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime”. *Análise Social*, 32, 141, 335-368.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2001). “Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular”, in F. Chácon Jiménez Francisco e J. Hernández Franco (eds.), *Familias, poderosos y oligarquías*. Murcia: Universidad de Murcia, 17-37.
- MORAIS, Cristóvão Alão de (1943-1948). *Pedatura Lusitana. Nobilário de Famílias de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado.
- NÓVOA, Rita Sampaio da (2024). *VINCULUM. Entailment identity: construction, transmission, perpetuation*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://monographs.uc.pt/iuc/catalog/book/470> (consultado a 09/06/2025).
- NÓVOA, Rita Sampaio da (2025). “Heraldry and entailment identity in pre-modern Portugal”. *Eikón / Imago*, 14. <https://revistas.ucm.es/index.php/EIKO/article/view/95905> (consultado a 09/06/2025).
- OLIVAL, Fernanda (2002). “Juristas e mercadores à conquista das honras: quatro processos de nobilitação quinzentistas”. *Revista de História Económica e Social*, 4, 7-53.
- OLIVEIRA, Maria Teresa; NÓVOA, Rita Sampaio da (2025). “Entailment in the Azores” in *Entailment Societies? Entails in the Portuguese Atlantic (14th-17th centuries)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 221-239. <https://monographs.uc.pt/iuc/catalog/book/517> (consultado a 09/06/2025).
- PRO RUIZ, Juan (1989). “Las capelanías: familia, iglesia y propiedad en el Antiguo Régimen”. *Hispania Sacra*, 41, 585-602.
- RAMOS COBANO, Cristina (2008). “De la ley a la práctica: la transmisión de los bienes en el seno de la familia Cepeda durante el siglo XVIII (Villalba del Alcor, Huelva)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. <https://journals.openedition.org/nuevomundo/23382> (consultado a 09/06/2025).
- ROCHA, Ana Rita (2024). *VINCULUM. Power: Entailment, status, and social mobility (14th-17th centuries)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://monographs.uc.pt/iuc/catalog/book/472> (consultado a 09/06/2025).

- ROCHA, Ana Rita (2025). “‘Making treasure in heaven’: family chapels as manifestation of the social power of urban elites (Portugal, 14th-17th centuries)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 25, 1. https://doi.org/10.14195/1645-2259_25-1_7 (consultado a 10/11/2025).
- RODRIGUES, José Damião (2004). “Nobrezas locais e apropriação do espaço: a vinculação em São Miguel no reinado de D. Manuel”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães D. Manuel e a sua época*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, vol. III, 435-449.
- RODRIGUES, José Damião (2007). “Vínculos, cultura genealógica e identidade entre as elites micalenses em finais do Antigo Regime”, in A. Freitas de Meneses, J. P. Oliveira e Costa (coords.), *O reino, as ilhas e o mar-oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*. Ponta Delgada/Lisboa: Universidade dos Açores/CHAM, vol. 2, 477-493.
- ROSA, Maria de Lurdes (1995). *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSA, Maria de Lurdes (2012). *As Almas Herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ROSA, Maria de Lurdes (2020). “Preventing Household Failure: Figures of Authority in Familial Corporate Bodies (The Portuguese Morgadio System from the Fourteenth to the Seventeenth Century)”. *L’Atelier du Centre de recherches historiques*, 22. <https://journals.openedition.org/acrh/11096> (consultado a 09/06/2025).
- ROSA, Maria de Lurdes; FARELO, Mário (2025). *VINCULUM. Institutions, documents and entails in medieval and modern Portugal: Handbook of administrative and diplomatic history*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1843-2> (consultado a 07/11/2025).
- SORIA MESA, Enrique (2002). “Las capellanías en la Castilla moderna: familia y ascenso social”, in *Familia, transmisión, y perpetuación (siglos XVI-XIX)*. Murcia: Universidad de Murcia, 135-148.
- SORIA MESA, Enrique (2007). *La nobleza en la España moderna: cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons.

Identificando duas obras da livraria da Rainha D. Leonor (1458-1525): O Livro dos Boos Costumes e o *De Ornatu Mulierum**

Identifying two works from the library of Queen Leonor (1458-1525): The Book of Good Manners and De Ornatu Mulierum

ANA ISABEL BUESCU

NOVA-FCSH/CHAM

aib@fcsch.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5938-8463>

Texto recebido em / Text submitted on: 31/10/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 02/03/2026



Resumo. Assinalaram-se em 2025 os 500 anos da morte da rainha D. Leonor (1458-1525), figura singular e interveniente na história política, social e cultural do seu tempo. Os livros e a cultura escrita foram parte integrante dos seus interesses, tendo a rainha patrocinado a publicação de obras cimeiras da proto-tipografia portuguesa, sendo também possuidora de uma livraria que hoje sabemos ter tido uma dimensão notável para o seu tempo. No contexto de uma panorâmica de conjunto da sua livraria, este texto dará especial destaque aos seus livros de carácter profano, sublinhando a diversidade temática que reflecte o eclectismo de interesses de D. Leonor. Em particular, procederemos à identificação de duas obras, de cariz bem diverso mas ambas de grande significado cultural.

Palavras-chave. D. Leonor, livraria, Christine de Pisan, *De Ornatu Mulierum*.

Abstract. The year 2025 marks the 500th anniversary of the death of Queen Leonor (1458-1525), a unique figure who played an important role in the political, social and cultural history of her time. Books and written culture were an integral part of her interests, and the queen sponsored the publication of seminal works of early Portuguese typography. She also owned a library that we now know to have been remarkable in size for its time. In the context of an overview of her library, this text will give special emphasis to her secular books, highlighting the thematic diversity that reflects the eclecticism of Queen Leonor's interests. In particular, we will identify two works, which are very different in nature but both of great cultural significance.

Keywords. D. Leonor, library, Christine de Pisan, *De Ornatu Mulierum*.

*A primitiva versão deste texto corresponde à comunicação apresentada às *Jornadas sobre os 500 Anos da morte da Rainha D. Leonor*, Lisboa, Casa Ásia, org. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em parceria com o CSEM-NOVA/FCSH e a CML/DMC/GEO, 17 e 18 de Setembro de 2025.

Introdução

A rainha D. Leonor (1458-1525), cujo 5º centenário de morte assinalamos em 2025, é uma figura extraordinária da história portuguesa, quer sob o ponto de vista da sua trajectória pessoal e humana, a que não falta uma dimensão trágica, quer das iniciativas que tomou e das acções que cumpriu ao longo da vida. Os embates da sangrenta política anti-senhorial de D. João II na sua família, a dramática morte do seu único filho Afonso e o papel determinante na ascensão do seu irmão Manuel ao trono definem uma personalidade a quem a vida não poupou os desafios. Num outro plano, a institucionalização das Misericórdias, a protecção e incentivo de figuras como Gil Vicente e a sua arte (MARTINS 1958: 249)¹, as suas ligações ao mundo do humanismo italiano e especificamente florentino, hoje bem conhecidas (LOWE 2000; SOUSA 2002), ou o patrocínio de obras cimeiras da proto-tipografia portuguesa são aspectos centrais da sua inserção actuante e diversa no seu tempo e no seu espaço (SÁ 2016).

O texto adiante diz respeito a um dos aspectos desta galáxia de interesses e de acções da rainha D. Leonor que foram os livros. Após uma panorâmica sobre os conteúdos da sua livraria, em particular dos livros de carácter profano, focaremos a nossa atenção em duas obras que não foram até hoje identificadas, que vêm enriquecer o que sabemos sobre os interesses e os livros da rainha.

1. Os livros da rainha

Não conhecemos de forma integral a composição da livraria da rainha D. Leonor, mas a aquisição no início dos anos quarenta do século XX, pela Biblioteca Nacional de Portugal, entre outros manuscritos, de um pequeno códice do século XVI que incluía um inventário dos seus livros (BNP cod. 11352) e a sua posterior publicação e estudo por Isabel Cepeda foram decisivos para permitir uma importante aproximação aos livros que a rainha possuiu (CEPEDA 1987).

Na verdade, o documento, datado de 1537, produzido no Convento da Madre de Deus cerca de 12 anos após a morte da rainha, além de diversas

¹ “por ser cousa nova em Portugal gostou tanto a Raynha velha desta representação [*Auto da Visitação*, 1502], que pedio ao autor que isto mesmo lhe representasse às matinas do Natal”. Gil Vicente não fez representar o mesmo auto, compondo então o *Auto Pastoril Castelhana*, e um outro, para o dia de Reis, escrevendo então o *Auto dos Reis Magos*, a que se seguiram muitos outros com o patrocínio da rainha.

relações de objectos de culto e retábulos, inclui um inventário dos livros legados ao Convento, que a rainha fundara em 1509. Podemos supor que fosse parte substancial dos livros que possuiu, dada a sua estreita ligação àquela casa conventual, e sobretudo o teor do seu testamento, desaparecido mas em parte transcrito por Fr. Jerónimo de Belém (1755: 85-86). Neste declarava deixar, entre muitas outras preciosidades, como relicários, cálices e outros objectos de culto, paramentos e retábulos,

todos meus livros de latim e os da lingoagem e quaesquer Breviarios, diurnaes, cadernos, contemplações, orações, quantos se acharem em minha Capella, Oratorio, arcas todos se entreguem á Madre Abbadessa do dito Moesteiro; e assi lhe seja entregue o Breviario que agora mandei fazer para rezarem por elle no Coro, ho qual he de purgaminho porque [sic] ora rezão os Capellães em minha capella; e assi os livros, porque [sic] me lem á mesa, com todos os outros, que em minha casa acharem (Fr. JERÓNIMO DE BELÉM 1755, Liv. XIII, cap. XXI: 86).

O legado à Madre de Deus inventariado em 1537, que ascendia a oitenta e dois livros, não dizia, no entanto, respeito à totalidade da sua livraria. Por exemplo, dele não consta a monumental edição da tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, de 1495, por Nicolau de Saxónia e Valentim Fernandes, marco maior da tipografia quatrocentista e considerada até aos anos sessenta do século XX o primeiro incunábulo em língua portuguesa, edição patrocinada por D. João II e pela rainha, que obviamente estaria entre os seus livros; ou a *Bíblia* em latim em dois volumes *in-folio*, impressa em Basileia em 1498, incunábulo pertencente à Biblioteca Nacional (BNP, INC. 71-72) que ostenta a seguinte nota manuscrita: “Este livro foi da Rainha dona Lianor [...] nom se pode dar a nemguem de todo sô pena de excomunhão porque asi deixou que fezese em seu testamento”; pelo formato, não poderia corresponder às “Duas Brivias pequenas” arroladas no inventário (CEPEDA 1987: 53, 58; CUSTÓDIO 2018: 37-38).

Idêntica anotação tem a edição castelhana da *Vita Christi*, mandada imprimir pelos Reis Católicos em 1502, pertença da Biblioteca de D. Manuel II: “Este livro nõ se pode dar fora sob pena d’escmunhão porque foy da rainha dona Lianor” (CEPEDA 1987: 53), bem como o *Cõpendio de la Salud Humana*, incunábulo de 1494, exemplar do Museu Nacional de Arqueologia. Também uma outra obra, a *Vita Patrum*, deixada à Madre de Deus pela rainha, hoje pertença do Arquivo Distrital de Leiria, ostenta anotação semelhante (SÁ 2016: 258). Dos casos invocados – e outros haverá – podemos inferir

que D. Leonor terá feito outros legados, embora menores, de livros, a pessoas ou instituições religiosas, ou que o inventário de 1537 não cobria, por motivo que desconhecemos, a totalidade dos livros da rainha.

Uma carta de quitação de 1538, passada a Leonor Álvares, criada da rainha e que tinha a seu cargo a “guarda das cousas de seu oratório” menciona, entre outros objectos de que se dá por quite, “vinte e oito fronhas de livros e duzentos e hũ livros de sortes”, correspondendo a 231 livros (CUSTÓDIO 2018: 37), acrescentando-se que “foram entregues à abadessa e freiras do Mosteiro da Madre de Deus, onde as deixou por verba de seu testamento”. Sendo o documento posterior à inventariação dos livros em 1537, poderiam assim explicar-se algumas ausências gritantes neste rol, e ainda especular sobre a verdadeira dimensão da livraria da rainha D. Leonor, colocando-a num outro patamar (*Chancelaria de D. João III, Doações*, Livro 44, f. 68, cit. CEPE-DA 1987: 53-54; CUSTÓDIO 2018: 37)

Apesar de todas as incertezas, a livraria da rainha seria, numa perspectiva comparada, de grande dimensão no contexto da época, mais significativa ainda se considerarmos as livrarias possuídas por mulheres (VITERBO 1902: 26-41; BUESCU 2016: 82-83; CÁTEDRA e ROJO 2004). De acordo com Ivo Carneiro de Sousa a livraria de D. Leonor “deve ter constituído uma das mais importantes colecções de livros do seu tempo, certamente a mais extensa reunida por uma personagem feminina” (SOUSA 2002: 889).

2. Conteúdos

Tomando como ponto de apoio o inventário de 1537, publicado e estudado por Isabel Cepeda em 1987, vejamos os seus conteúdos, deles traçando uma visão de conjunto. Apesar de não ser possível uma identificação segura de todas as obras, era apreciável a variedade de temas, entre história, filosofia, literatura antiga e coeva, saber enciclopédico, agricultura e medicina, evidenciando um leque alargado de interesses por parte de D. Leonor. Naturalmente, os livros de teor religioso ocupavam um lugar de destaque entre os livros da rainha. Assim, tinham especial protagonismo os livros necessários ao cumprimento das obrigações religiosas, práticas litúrgicas e devocionais quotidianas, como os confessionários, breviários, missais, sermonários, os seus magníficos livros de horas, três deles identificados por notas de pertença, correspondendo às *Perfeitíssimas Horas da Rainha D. Leonor* (BNP IL. 165), às *Pequenas Horas da Rainha D. Leonor* (BNP IL. 166) e ao recentemente identificado códice de Baltimore por Delmira Custódio (Walters Art Museum, Ms. W.

196. CUSTÓDIO 2018: 38), bem como a literatura espiritual e as vidas de mártires e de santos, surgindo maioritariamente em latim, mas também em português e castelhano.

3. Obras patrocinadas pela rainha D. Leonor

É sabido o papel destacado que a rainha D. Leonor teve no primeiro impulso da actividade tipográfica em Portugal, e este inventário testemunha isso mesmo. Se, como referimos, a edição da *Vita Christi* por ela patrocinada não consta deste rol mas integrava a sua livraria, aqui encontramos várias obras cuja edição a rainha promoveu e patrocinou: o *Livro de Marco Polo*, impresso em 1502 por Valentim Fernandes, “escudeyro da excellentissima Raynha Dona Lyanor”, uma das mais precoces edições europeias da obra em vernáculo (RESENDE 2018); o *Auto dos Apóstolos*, versão portuguesa da segunda parte de “uma obra hagiográfica de grandes dimensões compilada por ordem do rei Afonso X”, publicada em 1505, em dois exemplares (CEPEDA 1987: 76); o *Boosco Deleytoso*, obra marcante da espiritualidade medieval, publicado em Lisboa em 1515; o *Espelho de Cristina*, versão portuguesa do *Livre des Trois Vertus* de Christine de Pisan, dado à estampa em 1518, em dois exemplares. A pedido expresso da rainha, o monge jerónimo Fr. António de Beja escreveu a obra *Contra os Juízos dos Astrólogos*, publicada em 1523, peça da polémica em torno da astrologia divinatória no contexto do prognóstico do fim do mundo para 1524, que ocorreria através de um segundo dilúvio universal, em virtude da conjunção do sol e da lua, sob o signo de Peixes, anunciado pelos matemáticos e astrólogos Johannes Stoëfler e Jacob Pflaum no *Almanach* para o período de 1493-1531 (SOLÉ 1979: 218-229).

4. Livros profanos

Sendo que os livros de carácter religioso tinham natural supremacia entre os livros da rainha, a nossa atenção incidirá sobre algumas obras de carácter profano, que nos permitem divisar gostos literários, aspectos da presença da cultura antiga e do Renascimento numa corte em que era patente o influxo dos modelos culturais de matriz italiana, ou ainda um conjunto de saberes específicos, como a agricultura e a medicina, que D. Leonor fazia questão de ter representados na sua livraria, bem como nomear duas obras até hoje não identificadas.

Sempre partindo da possibilidade – hoje certeza, como assinala Delmira Custódio – de este não ser um inventário integral da sua livraria, surpreende um pouco a ausência de crónicas, com a assinalada excepção do *Supplementum Chronicarum*, do monge agostinho italiano, cronista e teólogo Giacomo Filippo Foresti da Bergamo (+1520). O *Supplementum Chronicarum* pretendia ser uma história universal desde o começo do mundo, fundindo narrativas cronísticas, de feição marcadamente medieval. Publicado pela primeira vez em 1483, em Veneza, teve grande impacto tipográfico na Europa e esteve na base do extraordinário *Liber Chronicarum* de Hartmann Schedel, com edição *princeps* em 1493². Pela descrição no inventário – “*Suplimentum das Crónicas*” – poderia tratar-se da versão latina ou de uma tradução castelhana, como sugere Isabel Cepeda (CEPEDA 1987: 69), que foi impressa pela primeira vez em 1510 com o título *Suma de todas las Crónicas del Mundo llamado en latin Supplementum Chronicarum*, traduzida do latim para castelhano por Narcis Viñoles e impresso em Valencia por Jorge Costilla em 1510.

Uma outra entrada que queremos destacar é relativa a uma obra descrita “Das cousas que há em Roma” (CEPEDA 1987: 73), descrição vaga e que impossibilita a sua identificação. Mas é possível que se tratasse da obra pioneira de Francesco Albertini intitulada *Opusculum de Mirabilibus Novae & Veteris Urbis Romae*, publicada em Roma por Jacobum Mazochium, em 1510, que apesar de não ter imagens é considerada como o mais importante guia dos edifícios da Roma antiga na primeira metade do século XVI. Podemos também aventar a hipótese de ser um exemplar da obra *Epigrammata Antiquae Urbis*, primeira grande recolha epigráfica impressa de Roma, publicada em 1521, ilustrada por gravuras que mostravam alguns edifícios e monumentos da cidade, como o Panteão e o arco de Constantino, muito cedo conhecida nos círculos cultos da corte portuguesa. Na verdade, Luís Teixeira, mestre do futuro D. João III, possuía um exemplar da obra *Epigrammata Antiquae Urbis*, na sua edição de 1525, que ainda hoje se conserva na Biblioteca Nacional (BNP Res. 1000//1 A.), referenciado por Sylvie Deswarte (DESWARTE 2012: 30-33), e que posteriormente pertenceu a Francisco de Holanda, que dele se serviu como “guia” em Roma (DESWARTE 1988: 198, 261). O facto é que, até à sua morte em 1525, a rainha permaneceu atenta ao mundo, como o comprova a escrita a seu pedido e a publicação em 1523 por si patrocinada, do tratado de Fr. António de Beja contra a astrologia judiciária, pelo que um livro editado em 1521 poderia ainda ter integrado a sua livraria.

² O *Supplementum Chronicarum* foi traduzido em italiano em 1491, com edições sucessivas: Brescia, 1485; Veneza, 1486, a primeira com ilustrações, 1490 e 1492; Nuremberga, 1503; Veneza, 1503 e 1506; Paris, 1535, e outras.

Exemplar da irradiação da cultura Antiga, dos seus valores, modelos e mitos na cultura literária e artística do Renascimento era a obra *Metamorphoseon Libri XI* do filósofo platónico Lucius Apuleius (séc. II d.C) mais conhecida como *O Asno de Ouro*, sobre o mito de Eros e Psique, a história de amor greco-romana de maior fortuna na cultura europeia, sobretudo a partir do Renascimento (AA. VV. 2013). Redescoberto no século XIV por Boccaccio, *O Asno de Ouro* estava presente entre os livros de D. Leonor, embora apenas identificado pelo nome do seu autor, e teve intensa circulação impressa após a edição *princeps* impressa em Roma, em 1469, tornando-se, ao longo dos séculos, um tema maior da literatura e da arte europeias³.

De cariz bem diferente, evidenciando a diversidade de interesses e matérias dos livros reunidos pela rainha, encontramos um livro de medicina, da autoria de Johannes de Ketham, médico alemão que ensinou em Itália e foi autor de um importante *Fasciculus Medicinæ*, publicado em Veneza em 1491. A obra, devedora da medicina hipocrático-galénica e astrológica então vigente, era composta por uma série de seis tratados sobre várias afecções e doenças e o respectivo tratamento, abordando o diagnóstico através da urina, a prática das sangrias, tratamento de feridas, a peste e a saúde das mulheres. Primeiro livro impresso a incluir ilustrações anatómicas, o que contribuiu também para o seu impacto, teve a sua primeira edição em língua castelhana em 1494, com o título *Compendio de la salud humana*, publicada em Saragoça, por Pablo Hurus.

Sabemos que era precisamente esta a edição que se encontrava na livraria da rainha. Um exemplar deste incunábulo, que pertence hoje ao Museu Nacional de Arqueologia (Cota antiga: LA/3. Localização: LA/INC/1 (BMNARQ) – 16089) a que faltam vários fólhos, apresenta em nota manuscrita no fólho 1, a marca de posse de D. Leonor, que já encontrámos noutros livros que lhe pertenceram: “este livro nom se pode dar fora sob pena d’escomunhão porque foy da raynha dona Leonor”⁴. Os fólhos em falta dizem respeito ao quarto tratado, relativo às doenças das mulheres “ – Siguese el quarto tractato delas dolencias

³ Edição *princeps* Roma, Giovanni Andrea de Bussi, 1469, comentado por Beroaldo. Há um número muito elevado de edições impressas: Bolonha, 1499/1500, Roma, 1472, 1499, Veneza 1488, 1493, 1500, 1504, 1515, 1560... Todas as edições descendem de um único manuscrito F (Florença, Laurentianus 68-2) copiado no Montecassino nos finais do século XI. Referenciamos na BNP um exemplar da edição veneziana de 1504, com comentários de Beroaldo (Res. 367 A), um da edição também veneziana de 1510 (Res. 366 A), proveniente do Convento de Santa Maria de *Scala Coeli*, Évora, bem como dois exemplares da edição latina de 1521 (Res. 1774 P e Res. 5905 P).

⁴ O incunábulo, sem capa de encadernação, possui um fólho em branco (muito danificado) antes da página de rosto e outro fólho, em branco (solto) depois do último fólho numerado (LXV = 65). Total de fólhos = 67, estando em falta os fólhos relativos à “saúde das mulheres”. Agradecemos a generosidade do Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. António Carvalho, que nos facultou toda a detalhada informação sobre este incunábulo e a respectiva digitalização integral. Numa edição conjunta com o jornal *Público* e com a editora A Bela e o Monstro, este incunábulo foi objecto de edição fac-similada publicada em 2022.

delas mujeres” (fol. 15-25), bem como a várias gravuras do corpo humano, desaparecimento certamente devido a um acto de censura posterior⁵.

Significativamente, no testamento desta rainha tão empenhada na assistência e fundadora de um hospital, logo após traçar o destino dos seus livros, a rainha legava também ao mosteiro toda a sua botica, e determinava que o que lhe não fosse necessário fosse repartido em partes iguais pela “Enfermaria de Enxobregas, e de Santa Clara, e a do Moesteiro de JESU, que esta em Setuval [...]” (FR. JERÓNIMO DE BELÉM 1755: 87).

A medicina era um dos muitos saberes contemplados na monumental obra *De Proprietatibus rerum* (c. 1240) do franciscano Bartholomaeus Anglicus (†1272), ou de Glanville, uma das mais difundidas enciclopédias medievais, verdadeira suma dos saberes de então. Deus e as criaturas angélicas inauguravam um itinerário que conduzia o leitor pelas partes e órgãos que compunham o corpo humano, as idades da vida, enfermidades e doenças, astrologia, os quatro elementos, terras do mundo, os mundos animal, vegetal e mineral, as cores e os sabores, fascinante percurso de um livro sobre as propriedades de todas as coisas, aspirando a um saber universal. O livro surge no rol de 1537 com o título *De Proprietatibus Rerum*, pelo que não podemos assegurar se se tratava de uma edição em latim ou em castelhano, cuja primeira edição impressa, com o título *El Libro de Proprietatibus Rerum*, trasladado del latín en romance por Fray Vicente de Burgos, Toulouse, Heinrich Mayer, 1494⁶, inclinando-se Isabel Cepeda para que se tratasse de uma edição em língua castelhana (CEPEDA 1987: 64).

5. Duas obras que agora se identificam

Reservamos para o final duas referências a obras manuscritas da livraria da rainha D. Leonor que identificámos, ambas, por motivos bem diferentes, de grande interesse e significado. A primeira delas diz respeito a uma autora representada na livraria da rainha, Christine de Pisan (1364-1430?)⁷. Recor-

⁵ A consulta do exemplar da BNE permite recuperar a informação dos fólhos desaparecidos e, apesar de alguns fólhos estarem também rasurados, reconstituir os seus conteúdos: entre fol. 7v e 8: fol. em branco, figura humana, fólho branco; faltam fólhos 14 (também no exemplar da BNE) -25, bem como imagem dupla do corpo humano; falta fólho 32; o fólho 42 está repetido; fol. 47r repetido (ex. BNE não tem 47v); faltam fólhos 49, 52.

⁶ A BNP possui um exemplar deste incunábulo da obra de Bartholomaeus Anglicus, *El Libro de Proprietatibus Rerum*, trasladado del latín en romance por Fray Vicente de Burgos, que pode ser consultado em https://purl.pt/32009/4/inc-536_PDF/inc-536_PDF_24-C-R0150/inc-536_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

⁷ Sobre a vida e obra de Christine de Pisan, entre muitas outras, v. a excelente síntese de Maria Vicenta HERNÁNDEZ ALVAREZ 2017.

daremos que Christine de Pisan redigiu em 1405 uma obra de carácter didáctico-moralístico, o *Livre des Trois Vertus*, visando a educação de três estados de mulheres – princesas, damas da corte e mulheres de inferior condição, que alcançou grande notoriedade nomeadamente em meio cortesão.

Como sabemos, não é consensual a opinião dos eruditos sobre a chegada do manuscrito francês a Portugal. Nos *Livros Antigos Portugueses (1489-1600)*..., D. Manuel II sustenta que o manuscrito do *Le Livre des Trois Vertus* teria sido trazido de França pelo infante D. Pedro, que o ofereceu a sua filha D. Isabel (I, 1929: 349-355), mulher de D. Afonso V, cuja primeira versão portuguesa foi por ela ordenada entre 1447 e 1455. O respectivo manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional de Espanha e foi publicado em 1961 por Dorothy Carstens-Grokenberger. Por seu turno Charity Cannon Willard considera que a presença em Portugal desta obra de Christine de Pisan deve ser vista no contexto das relações portuguesas com a corte da Borgonha (WILLARD 1963: 459-464; 1965: 961-969; CRISPIM 2002: 15-37), estreitadas com o casamento de Isabel, filha de D. João I, com o duque Filipe o Bom, em 1430. Como era usual, a infanta levou livros consigo quando casou, teve preocupações de natureza cultural e acção mecenática de algum relevo na Borgonha, e manteve contacto próximo com a sua família portuguesa⁸. Mais recentemente, foi avançada a hipótese de o manuscrito ter chegado à corte portuguesa em tempos da rainha Filipa de Lencastre, embora tendo sido traduzido mais tarde, por iniciativa da rainha D. Isabel (MENDONÇA 2014: 53-68). A rainha D. Leonor, como já evocámos, ordenou a publicação da obra de Pisan em tradução portuguesa, em 1518, com o título de *Espelho de Cristina*⁹. O manuscrito que esteve na base desta edição é uma versão diferente do manuscrito de Madrid (WILLARD 1963: 460), o que comprova o acolhimento desta obra de Pisan na corte portuguesa¹⁰.

5.1. “O Livro de bons costumes”

Ora, no rol de 1537 surge uma obra descrita apenas como “Livro de bons costumes” (CEPEDA 1987: 71), que identificámos como sendo uma outra obra da autoria de Christine de Pisan, intitulada no original francês *Le Livre*

⁸ Não se conhece qualquer inventário dos seus livros (WIJSMAN 2010: 177). Sobre a posse de manuscritos e acção mecenática, ib.: 177-87. VAN HOOREBEECK sublinha que “le rôle fondamental d’Isabelle de Portugal en matière de pédagogie et de sensibilisation à une certaine forme de culture humaniste a été amplement démontré” (2014: 138).

⁹ Objecto de edição fac-similada com Introdução de Maria Manuela Cruzeiro em 1987.

¹⁰ Devemos a CRISPIM 2002: 15-72, um ponto de situação sobre o intrincado problema dos manuscritos desta obra.

*des faits et bonnes mœurs du sage roi Charles V*¹¹. Trata-se de uma biografia do rei Carlos V de França, falecido em 1380, e foi encomendada a Christine em 1404 por Filipe da Borgonha, irmão do monarca, o que provocou alguma hostilidade de quem considerava o género cronístico um território masculino (HERNÁNDEZ ALVAREZ 2017: 18-19 e 24).

Através da construção panegírica de Carlos V, seu protector, num texto destinado à educação de Luís, então herdeiro do trono, Christine de Pisan erigiu um retrato ideal do bom príncipe (BLANCHARD 2020: 61-70), enfatizando as virtudes da prudência e da cavalaria (DUDASH 2008). Inscrevia-se na ampla tradição medieval dos *specula principis*, que teve também um eco singular na corte portuguesa, num momento em que era necessário legitimar a nova dinastia de Avis (BUESCU 1996: 46-52).

Neste âmbito deve evocar-se a figura do infante D. Pedro (+1449), pelo conjunto de iniciativas textuais de grande coerência cultural e política, de que destacamos a sua eventual tradução – perdida – do *De Regimine Principum* (c. 1287) de Egidio Romano, uma das obras da literatura política medieval sobre o ofício de rei de maior circulação europeia entre finais do século XIII e o século XVI, verdadeira *summa* do pensamento medieval sobre a realeza. O cronista Rui de Pina atribuiu a tradução ao infante D. Pedro, no que foi seguido no século XVIII por Barbosa Machado. Esta atribuição está contudo longe de ser consensual, e enquanto Joaquim de Carvalho dá crédito à informação de Rui de Pina, Joseph Piel atribui a tradução a Vasco Fernandes de Lucena. Também esta versão portuguesa se perdeu, embora tal facto pareça ter ocorrido bastante tardiamente. Na verdade, no século XIX o historiador Alexandre Herculano parece ter visto ainda um fragmento do *Regimento de principes* da livraria de D. Duarte.

D. Pedro fez também traduzir um dos modelos mais relevantes da literatura política desde a Antiguidade, o *Panegírico* de Plínio a Trajano, bem como a obra *De Ingeniis Moribus et Liberalibus Studiis* (1402-3) de Pier Paolo Vergerio (+1444), considerada o primeiro tratado humanista sobre educação. A obra de Vergerio foi objecto de intensa difusão e circulação, manuscrita e impressa, nos séculos XV e XVI. Desta tradução resta somente o prólogo, embora saibamos que permanecia ainda na livraria de D. João V (r. 1707-1750). Numa mesma linha de intenção política deve-se talvez também à sua iniciativa o *Tratado das Virtudes que ao Rei Pertencem*, ainda destinado ao jovem monarca seu sobrinho, da autoria de Vasco Fernandes de Lucena, de que também só resta o prólogo. Em suma: a literatura especular teve um lugar de grande destaque na corte dos

¹¹ Texto integral da crónica *Le Livre des faits et bonnes mœurs du sage roi Charles* de Christine de Pisan em https://books.google.pt/books?id=VJLZtgAACAAJ&pg=PA17&hl=pt-PT&source=gbs_selected_pages&cad=1#v=onepage&q&f=false

príncipes de Avis, pelo que não espanta a presença na livraria da rainha de um modelo do bom governante, neste caso de autoria feminina, porventura pensado à intenção da educação do seu filho e herdeiro Afonso.

Claro que são mais as dúvidas do que as certezas perante esta obra singelamente descrita como “livro dos boos costumes”: seria um manuscrito, em tradução portuguesa, como parece sugerir a breve descrição? Destiná-la-ia a rainha a uma eventual edição impressa? Poderia também tratar-se de um manuscrito no original francês, que também existia na livraria de Isabel a Católica (+1504) (HERNÁNDEZ ALVAREZ 2017: 30), uma vez que não existiu à época, e durante vários séculos, qualquer tradução castelhana das obras de Christine: as primeiras traduções para castelhano datam de finais do século XX e princípios do século XXI. No caso do *Le Livre des faits et bonnes mœurs du sage roi Charles*, de 2012¹².

A presença destas duas obras de Christine de Pisan na corte portuguesa testemunha e vem reconfirmar as estreitas relações, também literárias, com a corte da Borgonha na primeira metade do século XV, e o conhecimento de uma autora extremamente valorizada na época, sendo que uma dessas obras sobreviveu graças à edição impressa promovida por D. Leonor, em 1518, e a outra desapareceu, caindo no esquecimento.

5.2. “*De ornatu mulierum dialogus*”

A segunda obra que queremos destacar é descrita no rol de 1537 como “*De ornatu mulierum dialogus*”, descrição que diz obviamente respeito a um texto relativo ao mundo das mulheres, mas que ao ser publicado o inventário não foi identificado no conjunto dos livros da rainha D. Leonor (CEPEDA 1987: 59). O facto é que esta obra traz à luz uma componente desconhecida e diferente da sua livraria. O *De Ornatu* é um pequeno tratado medieval, que em conjunto com outros dois textos, de autores diferentes, tomou na Idade Média o nome de *Trotula*. São eles: o *Liber de Sinthomatibus Mulierum/Livro sobre os Sintomas das mulheres*; o *De Curis Mulierum/Sobre os tratamentos das mulheres*; e o *De Ornatu Mulierum/Sobre os cosméticos das mulheres*.

A autoria destes três textos, envolta em mistério e alvo de controvérsia, foi tradicionalmente atribuída a uma mulher, de nome *Trotula*, que teria sido a primeira mulher professora de medicina nos séculos XI-XII na cidade de Salerno, no sul de Itália, de cuja afamada escola e cultura médica os textos efectivamente derivam. Apesar de persistir a convicção da existência de uma

¹² Raquel HOMET FLORENSA (trad.) (2012). *Libro de los hechos y buenas costumbres del Sabio Rey Carlos V: Traducción de la obra de Cristina de Pizan*. Editorial Académica Española.

mulher chamada Trotula enquanto autora dos três tratados¹³, investigações recentes defendem que apenas o segundo deles, o *De Curis Mulierum*, será efectivamente do trabalho de uma médica salernitana chamada Trota, de onde aliás o nome *Trotula* deriva, enquanto os dois outros foram muito provavelmente de autoria masculina¹⁴.

Em todo o caso, e apesar de todas as incertezas, o *Trotula*, que resulta da interacção de variadas tradições médicas e culturais, constituiu o mais influente compêndio de saúde feminina na Idade Média, circulando intensamente em manuscrito sobretudo a partir do século XIII. O último destes três tratados, o *De Ornatu Mulierum* era um pequeno receituário de beleza, considerado por alguns autores como o primeiro tratado europeu de cosmética se bem que a fronteira entre higiene, cosmética e medicina fosse então bastante fluida (CAVALLO et al. 2008: 79-86; MOULINIER-BROGI 2011: 43). O seu impacto foi tão significativo que o tema do *ornatus* passou a integrar os tratados de medicina a partir dos séculos XIII e XIV, alcançando também grande popularidade nomeadamente em meio cortesão (MOULINIER-BROGI 2011: 39). Era precisamente este tratado, ou uma sua adaptação ou versão, que existia na livraria da rainha D. Leonor.

O protagonismo do *De Ornatu*, como os outros dois tratados com os quais formava o *Trotula*, era o corpo feminino, mas ao contrário daqueles privilegiava não a componente ginecológica, as afecções e as doenças, mas a aparência, a beleza e o bem-estar físico das mulheres. Consistia em gestos de beleza (ROSSEL 1999), através de um conjunto de receitas e remédios naturais para a pele, cabelo, rosto, lábios, dentes e genitália. Ao contrário dos outros tratados que compunham o *Trotula*, o *De Ornatu* reflectia estritamente a dimensão empírica da escola médica de Salerno, isto é, não tratava de condições médicas, as suas causas ou os seus tratamentos, mas descrevia em detalhe as preparações cosméticas, em que entravam frutos, plantas, minerais, óleos, mel, vinho e substâncias animais, e as suas aplicações (GREEN 2002: 3). O cuidado inicial era o banho, protagonista dos gestos de beleza desde a Antiguidade (*LE BAIN ET LE MIROIR* 2009), a que se seguiam receitas para remover pelos indesejados, cuidar da pele e torná-la mais branca, combater as rugas, ocultar borbulhas, tratar quemaduras do sol, amaciar os lábios; mas também conselhos de maquilhagem, como cuidar, perfumar e pintar o cabelo, tratar dos dentes, receitas para tratar e colorir os lábios (GREEN 2002: 113-124).

¹³ V. por ex. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35822229/> <https://germinablog.wordpress.com/trotula-de-ruggiero> ou o artigo português da Wikipédia https://pt.wikipedia.org/wiki/Trotula_de_Salerno

¹⁴ V. os estudos de Monica H. GREEN, a maior especialista sobre o tema, nomeadamente: GREEN 2002. Actualizações sobre a temática por GREEN, https://www.academia.edu/41537366/WHO_WHAT_IS_TROTULA_2020.

Vejamos, por exemplo, uma das receitas para pintar os lábios:

Toma-se mel desnatado, ao qual juntam um pouco de briónia branca, briónia vermelha¹⁵, sumo de pepino e um pouco de água de rosas. Ferve-se tudo até reduzir para metade. Com este unguento, as mulheres pintam os lábios (GREEN 2002: 121).

Ou esta outra, entre várias para pintar o cabelo de louro:

Toma-se casca média de buxo, flor da giesta, açafraão e gemas de ovo e coze-se em água. Recolhe-se o que flutuar em cima e passa-se pelo cabelo (GREEN 2002: 116)

ou para ter um longo cabelo negro:

se a mulher quiser ter cabelos compridos e pretos, tome um lagarto verde e, depois de lhe tirar a cabeça e a cauda, coza-o em óleo comum. Untar a cabeça com este óleo. O cabelo fica comprido e negro (GREEN 2002: 115).

Mais uma vez, também neste caso não sabemos se o manuscrito possuído por D. Leonor era em latim ou em vernáculo. A possibilidade de se tratar de uma tradução é pertinente, pois que no século XIII o *Trotula* foi traduzido, no todo ou em parte, para anglo-normando¹⁶ e francês antigo, e nos séculos XIV e XV para neerlandês, inglês médio, francês, alemão, irlandês e italiano, surgindo maioritariamente em miscelâneas médicas; recentemente foi descoberta uma tradução para catalão também numa miscelânea médica do século XV (Florença, Biblioteca Riccardiana). De acordo com cálculos recentes (GREEN 1996: 137-175; 1997: 80-104; 2002: 52-61; 2020: 5-7), existem mais de 130 cópias das versões latinas do *Trotula*, e mais de 60 manuscritos das muitas traduções para vernáculo, sendo que parte do *Trotula*, mas não o *De Ornatu*, conheceu a primeira edição impressa apenas em 1544¹⁷.

¹⁵ Planta trepadeira (*bryonia dioica*), da família das cucurbitáceas, com uso medicinal.

¹⁶ *L'Ornement des Dames (Ornatus Mulierum). Texte anglo-normand du XIIIe siècle: le plus ancien recueil en français de recettes médicales pour les soins du visage, publié avec une introduction, une traduction, des notes et un glossaire* par Pierre Ruelle (1967). Bruxelles: Presses Universitaires de Bruxelles.

¹⁷ Pelo médico e humanista alemão Georg Kraut, em Estrasburgo, na tipografia de Johannes Schottus, com o título *Experimentarius medicinae*, juntamente com outras obras médicas, com destaque para Hildegard de Bingen. https://archive.org/details/bub_gb_rExBAAAAcAAJ/page/n9/mode/2up.

Conclusão

As duas obras que agora se identificam, que integramos no contexto dos livros profanos da rainha D. Leonor têm grande relevância e significado cultural, embora de diversa natureza. A primeira, descrita como *Livro de bons costumes*, corresponde à crónica do rei Carlos V de França da autoria de Christine de Pisan, confirmando o conhecimento na corte portuguesa de uma autora então muito prestigiada através não de uma, mas de duas das suas obras. A segunda, o *De Ornatu*, pequeno receituário de beleza traz, sem dúvida, a uma nova luz uma vertente que não sabíamos presente entre os livros de D. Leonor.

Quem sabe se, tendo sobrevivido aos séculos, não terá alguém a fortuna de encontrar o manuscrito, talvez em versão portuguesa, da crónica de Christine de Pisan, ou, a ter existido, da versão latina ou da tradução portuguesa do pequeno tratado sobre as mulheres e o seu corpo, de grande fortuna e circulação desde a Idade Média, que, sabemos agora, estiveram entre os livros dessa notável mulher que foi a rainha D. Leonor.

Fontes

- Compendio de la salud humana* (2002). Saragoça: Pablo Hurus (1494), edição fac-similada do exemplar do MNA. Lisboa: Público e A Bela e o Monstro.
- JERÓNIMO de Belém, Fr. (1755). *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves [...], Parte Terceira, que trata da origem, fundaçam, e progressos do real Mosteiro da Madre de Deos de Xabregas, com as vidas de seus Regios Fundadores, a Senhora Dona Leonor, molher do Senhor D. João o II [...]*. Lisboa: Mosteiro de São Vicente de Fora <https://www.digitale-sammlungen.de/de/view/bsb10939852?page=5>
- KETHAM, Johannes de (1494). *Compendio de la salud humana*. Saragoça: Pablo Hurus. <https://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000052266>
- PIZAN, Christine de (2002). *O Livro das três virtudes. A ensinança das damas*, ed. crítica de Maria de Lourdes Crispim. Lisboa: Editorial Caminho.

Bibliografia

- AA. VV. (2013). *Psyché à la Renaissance*, actes du LII^e Colloque International d'Études Humanistes (29 juin-2 juillet 2009), textes réunis et édités par Magali Bélimé-Droguet, Véronique Gély, Lorraine Mailho-Daboussi et Philippe Vendrix. Turnhout: Brepols.

- AA.VV. (2009). *Le bain et le miroir. Soins du corps et cosmétiques de l'Antiquité à la Renaissance*. Paris: Gallimard.
- BLANCHARD, Joël (2020). “Le Livre des faits et bonnes moeurs du sage roi Charles V de Christine de Pizan: Aristote support de l’engagement politique?”, in Étienne Anheim et Patrick Boucheron (éd.), *De Dante à Rubens: l’artiste engagé*. Paris: Éditions de la Sorbonne, Publications de l’École française de Rome, 61-70. <https://doi.org/10.4000/books.psbbonne.83440>
- BUESCU, Ana Isabel (1996). *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-1549)*. Lisboa: Cosmos.
- BUESCU, Ana Isabel (2016). *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.
- CÁTEDRA, Pedro M. e ROJO, Anastasio (2004). *Bibliotecas y lecturas de mujeres. Siglo XVI*. Madrid: Instituto de Historia del Libro y de la Lectura.
- CAVALLO, P.; PROTO, M.C.; PATRUNO, C.; del SORBO, A.; BIFULCO, M. (2008). “The first cosmetic treatise of history. A female point of view”. *International Journal of Cosmetic Science*, 30, 2, 79-86. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2494.2007.00414>
- CEPEDA, Isabel Vilares (1987). “Os livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice 11 352 da Biblioteca Nacional, Lisboa”. *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, 2, 2, 51-81.
- CRISPIM, Maria de Lourdes (2002). “Introdução” a Christine de Pizan, *O Livro das Tres Vertudes. A insinança das damas*, ed. Crítica. Lisboa: Ed. Caminho, 15-37.
- CUSTÓDIO, Delmira Espada (2018). *As perfeitíssimas Horas da rainha D. Leonor*. Lisboa: BNP e Madrid/La Massana: Taberna Libraria – A4 Edições.
- DESWARTE, Sylvie (1988). “La Rome de D. Miguel da Silva (1515-1525)”, in *O Humanismo Português 1500-1600. Primeiro Simpósio Nacional 21-25 de Outubro de 1985*. Lisboa: Academia das Ciências, 177-307.
- DESWARTE, Sylvie (2012). “Le voyage épigraphique de Mariangelo Accursio au Portugal, printemps 1527”, in Maria Barbara and Karl A. E. Enenkel (ed.), *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*. Leyden: Brill, 17-111.
- DUDASH, Susan J. (2008). “Prudence et chevalerie dans le Livre des faits et bonnes meurs du sage roy Charles V”. *Cahiers de recherches médiévales* [En ligne], 16|2008, mis en ligne le 15 décembre 2011. <http://journals.openedition.org/crm/10872>; <https://doi.org/10.4000/crm.10872> (consultado a 07/04/2025).

- GREEN, Monica H. (1996). “A Handlist of the Latin and Vernacular Manuscripts of the So-Called *Trotula*. Texts. Part I: The Latin Manuscripts”. *Scriptorium*, 50, 137-175.
- GREEN, Monica H. (1997). “A Handlist of the Latin and Vernacular Manuscripts of the So-Called *Trotula*. Texts. Part II: The Vernacular Texts and Latin Re-Writings”. *Scriptorium*, 51, 80-104.
- GREEN, Monica H. (2002). *The Trotula. An English Translation of the Medieval Compendium of Women’s Medicine* (ed. e trad.). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- GREEN, Monica H. (2020). https://www.academia.edu/41537366/WHO_WHAT_IS_TROTULA_2020, 5-7.
- HERNÁNDEZ ALVAREZ, Maria Vicenta (2017). *El camino del largo estudio de Christine de Pizan*, Intr. e trad.. Sevilla: ArCiBel Editores, 11-30 https://escritoras.usal.es/wp-content/uploads/sites/17/2020/06/Hern%C3%A1ndez%C3%81lvarez_El-camino-interior_1.pdf
- HOOREBEECK, Cécile Van (2014). *Livres et lectures des fonctionnaires des ducs de Bourgogne (vers 1420-1520)*. Turnhout: Brepols.
- LOWE, Kate (2000). “Rainha D. Leonor of Portugal’s Patronage in Renaissance Florence and Cultural Exchange”, in K. J. P. Lowe (ed.), *Cultural Links Between Portugal and Italy in the Renaissance*. Oxford: Oxford University Press, 225-248.
- MANUEL II, D. (1929). *Livros Antigos Portugueses (1489-1600)*. I. Cambridge: University Press, Londres: Maggs bros.
- MARTINS, Mário (1958). “A rainha D. Leonor e os livros”. *Brotéria*, LXVII, 4, 249-257.
- MENDONÇA, Manuela (2014). “O Espelho de Cristina (Séc. XV)”. *História Revista*, Goiânia, 18, 1, 53-68. DOI: 10.5216/hr.v18i1.29903. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/29903> (acesso a 06/04/2025).
- MOULINIER-BROGI, Laurence (2011). “Les soins du corps à la cour de France au tournant du XVe siècle”, in Catherine Lanoë, Mathieu da Vinha & Bruno Lauriou (dir.), *Cultures de Cour, Cultures du Corps XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 31-50.
- RESENDE, Vasco (2018). “La diffusion européenne de l’édition portugaise du Livre de Marco Polo (1502)”, in A. Dan Boulou & G. Tolia (eds.), *Orbis disciplinae: Hommages en l’honneur de Patrick Gautier Dalché*. Turnhout: Brepols Publishers, 537-554.
- ROSSEL, Marie Geneviève (1999). “Entre médecine et magie, les gestes de beauté”, in *Le Geste et les Gestes au Moyen Age*. Aix-en Provence: Presses

- Universitaires de Provence, 255-272. <https://books.openedition.org/pup/3511>
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2016). *Leonor de Lencastre. De princesa a rainha-velha*. Col. Rainhas de Portugal, coord. Ana Maria S. A. Rodrigues, Isabel dos Guimarães Sá, Manuela Santos Silva. Lisboa: Temas e Debates.
- SOLÉ, Jacques (1979). *Les mythes chrétiens. De la Renaissance aux Lumières*. Paris: Albin Michel.
- SOUSA, Ivo Carneiro de (2002). *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, misericórdia, religiosidade e espiritualidade no Portugal do Renascimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- VITERBO, Francisco de Sousa (1902). “A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel”, in *Historia e Memorias da Academia Real das Ciencias de Lisboa*, 9, 1, 1-73.
- WIJSMAN, Hanno (2010). *Luxury Bound. Illustrated Manuscript Production and Noble and Princely Book Ownership in the Burgundian Netherlands (1400-1550)*. Turnhout: Brepols.
- WILLARD, Charity Cannon (1963). “A Portuguese Translation of Christine de Pisan’s *Livre des trois vertus*”. *Publications of the Modern Language Association of America*, 78, Nova Iorque, 459-464.
- WILLARD, Charity Cannon (1965). “Isabel de Portugal and the French Translation of the ‘Triunfo de las Doñas’”. *Revue Belge de Philologie et d’Histoire*, 43, 961-969.

[texto escrito no antigo acordo ortográfico]

De Propaganda Inquisitione. O controlo do Santo Ofício Romano sobre e através da Congregação Missionária

De Propaganda Inquisitione. The control of the Roman Holy Office over and through the Missionary Congregation

DENNJ SOLERA

Università degli Studi di Siena, Dipartimento di Scienze Storiche e dei Beni Culturali

dennj.solera@unisi.it

<https://orcid.org/0000-0003-2345-7946>

Texto recebido em / Text submitted on: 04/03/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 01/09/2025



Resumo. A Congregação da Inquisição Romana tem sido o centro da cúria papal durante séculos e, em alguns aspetos, ainda o é. Ao longo dos séculos, mostrou-se determinada a não conceder a outras instituições o controlo da ortodoxia, da ortopraxia, da moralidade e da disciplina do clero, tanto em Itália como no resto do mundo. O ensaio destaca alguns dos principais desacordos doutrinários e diplomáticos que dividiram o Santo Ofício papal e a Propaganda Fide, desde as primeiras tentativas de criação desta última até aos nossos dias. Foi uma longa tensão, feita de sinergias e de confrontos, através da qual a Igreja de Roma conseguiu impor a sua autoridade à custa dos padroados reais, de algumas ordens religiosas e de outras Inquisições.

Palavras chave. Inquisição Romana, Missões, Jesuítas, Dubia, Padroado Real.

Abstract. The Congregation of the Roman Inquisition was for centuries, and in some respects still is, the centre of the papal curia. Over the centuries it has shown itself determined not to allow other institutions to control orthodoxy, orthopraxis, morality, and discipline over the clergy, both in Italy and in the rest of the world. The essay highlights some of the main doctrinal and diplomatic disagreements that have divided the Holy Office and Propaganda Fide, from the first attempts to create the latter to the present day. It was a long tension, made up of synergies and clashes, through which the Roman Church managed to impose its authority at the expense of royal patronages, some religious orders and other Inquisitions.

Keywords. Roman Inquisition, Missions, Jesuits, Dubia, Royal Patronage.

A estreita relação que durante quatro séculos uniu a Inquisição Romana e a Propaganda Fide (hoje Dicastério para a Doutrina da Fé e Dicastério para a Evangelização) (BOLLETTINO B0189; SOLERA 2023) constitui um dos fenómenos históricos que mais contribuíram para caracterizar o catoli-

cismo moderno (METZLER 1971-1975)¹. Ainda hoje, num contexto muito diferente, em que estes organismos mudaram de nome e de parte das suas tarefas, continua a ser impossível separar completamente as suas áreas de competência. Nos séculos passados, as relações entre as duas congregações foram muitas vezes contrastantes, com períodos de colaboração e outros de desconfiança mútua, num contexto mundial complexo e em constante mutação, caracterizado por delicadas relações diplomáticas e aspirações religiosas que envolviam monarquias e impérios, padroados reais e companhias mercantis, ordens religiosas e clero secular, outras congregações romanas e populações a converter ou a cristianizar pela primeira vez.

É, pois, necessário retrazar a história conjunta dos dois dicastérios papais, inquisitorial e missionário, para compreender até que ponto a Inquisição Romana se posicionou face à Propaganda ao longo dos séculos. Como se verá, muitos foram os expoentes do Santo Ofício papal que consideraram o corpo missionário inferior na proteção da doutrina, da moral, no governo do clero ou nas relações com as várias culturas espalhadas pelo globo (PIZZORUSSO 2011; 2022). A relação entre a Inquisição e a Propaganda nunca foi igualitária, mas sim colaborativa, num quadro em que a proteção da fé tinha primazia sobre a rápida difusão da mesma. Isso determinou a conformação e o potencial da mais jovem congregação missionária.

O Santo Ofício mostrou-se determinado, a longo prazo, a impor-se a qualquer autoridade, secular ou eclesiástica, que perturbasse ou impossibilitasse a exaltação da ortodoxia, do primado papal (do qual era uma das expressões máximas) e, não menos importante, do seu próprio prestígio (SOLERA 2020). A tese que aqui se propõe é a de que, ao perseguir estes objetivos ao longo dos séculos, a Inquisição Romana acabou por condicionar os restantes órgãos que compunham a Cúria papal, sobretudo aqueles cujas esferas de atividade se aproximavam das questões inquisitoriais. A Propaganda ofereceu novas potencialidades ao Santo Ofício papal numa escala global, de tal forma que foi capaz de estender para fora da Europa e pela primeira vez, não só o credo romano, mas também a autoridade do próprio tribunal. Isto aconteceu, de forma limitada, mesmo nos contextos em que já estavam ativas outras Inquisições, a espanhola e a portuguesa, ambas sujeitas ao seu próprio rei e de facto autónomas de Roma. Os numerosos decretos do Santo Ofício e a influência que este exercia sobre a Cúria e os papas, conseguiram, com o tempo, en-

¹ As funções e as relações entre as duas instituições pontifícias foram regulamentadas em 2022 pelo Papa Francisco com a *Constituição Apostólica "Praedicate Evangelium" sobre a Cúria Romana e o seu serviço à Igreja e ao mundo*. Expresso a minha sincera gratidão à Revista e aos revisores anónimos pelas observações perspicazes e sugestões que me ofereceram durante a fase de edição.

fraquecer os padroados régios, circunscrever a influência de algumas ordens missionárias (desde logo a Companhia de Jesus, tão importante para a manutenção do Império português), bem como interferir, por vezes, na atividade da Inquisição portuguesa, em particular, que se viu ultrapassada, em finais do século XVII e inícios do século XVIII, em questões de diuturnidade na China e na Índia. A Propaganda revelou-se, assim, um volante para estender a autoridade no domínio espiritual, primeiro reivindicada e depois efetiva, do bispo de Roma e do seu mais alto tribunal da fé, em todo o mundo. Isto não deve levar-nos a pensar em campanhas experimentais organizadas pelo Santo Ofício à escala mundial, mas numa crescente interferência da Congregação nos vários contextos mundiais onde se desenvolveram as missões católicas, concretizada na emissão de várias bulas papais, na concessão de faculdades específicas e na dissolução de dúvidas enviadas a Roma.

Esta complexa instrumentalização à escala global da Propaganda não parece ter sido totalmente apreendida pelos académicos por duas razões. A primeira é a dicotomia substancial que caracterizou e, em certa medida, ainda caracteriza os estudos sobre a congregação missionária. Em termos gerais, é possível dividir as análises realizadas sobre o tema em duas secções, uma composta por estudos dedicados à génese, aos acontecimentos romanos e curiais do dicastério, a outra por investigações centradas nas missões específicas, nos múltiplos contextos e nas suas complexidades religioso-culturais (PIZZORUSSO 2018: 11). A isto há que acrescentar a ausência de investigações exaustivas sobre o papel desempenhado pela Inquisição Romana no mundo e não apenas limitado ao contexto italiano e europeu: por outras palavras, falta ainda uma história global do tribunal papal². No entanto, alguns estudiosos avançaram nesta direção, interessados sobretudo na gestão das dúvidas sacramentais enviadas para Roma ou na mistura de atitudes repressivas e pastorais na figura do inquisidor e do missionário³. Uma melhor articulação entre a dimensão romana e a dimensão mundial de ambas as congregações permitiria uma reconstrução mais complexa da história dos dicastérios e, em particular, da subordinação da Propaganda ao Santo Ofício papal.

Fundada em 21 de julho de 1542 por Paulo III com a bula *Licet ab initio*,

² Em vez disso, temos resumos à escala global para os tribunais ibéricos. Entre os principais, ver BETHENCOURT 2009, em que o tribunal papal também é discutido, destacando a ausência de um cenário global para este último; MARCOCCI, PAIVA 2013. Apesar de não dispor, ao contrário dos tribunais ibéricos, de um contexto não europeu para atuar territorialmente, o Santo Ofício romano exerceu a sua autoridade com eficácia alternada sobre todo o mundo, precisamente a partir dos acontecimentos relativos à Propaganda Fide e à difusão da Igreja Apostólica nos restantes continentes.

³ PROSPERI 1996; BROGGIO, CASTELNAU-L'ESTOILE, PIZZORUSSO 2009; FATTORI 2010; MARCOCCI 2011: 178-179, 195-196; 2012; CASTELNAU-L'ESTOILE 2019.

a “Sagrada Congregação da Inquisição Romana e Universal” assumiu e reforçou o que restava da Inquisição medieval, num contexto que tinha mudado radicalmente em consequência da difusão das doutrinas protestantes também em Itália (FELICI 2016). A pureza da fé tinha de ser preservada a todo o custo e em todo o lado, mesmo no seio da cúria papal, onde o Santo Ofício implementou uma clara “tomada de poder” no início dos anos 50, instalando-se no topo da Igreja, determinando a sua doutrina e influenciando a sua pastoral, a política interna e a diplomacia, os perfis de novos santos e o estabelecimento de novas ordens (FIRPO 2014; BONORA 2007)⁴. Se, por um lado, isso permitiu um controlo apertado sobre a Itália Central e Setentrional, onde atuava uma densa rede de vicariatos inquisitoriais geridos por um pessoal numeroso e problemático (SOLERA 2021), por outro, contribuiu para a progressiva despromoção do Papado, a nível internacional, para um poder de importância média, cada vez mais condicionado pela ideologia confessional (VISCEGLIA 2013). Como Giovanni Pizzorusso e outros argumentaram, o mesmo espírito de Contra-Reforma induziu os pontífices do final do século XVI e do início do século XVII a reivindicar o controlo direto também sobre as missões e a Igreja que se tinha espalhado, na sequência dos impérios ibéricos, nas Américas, na Índia, no Extremo Oriente, em algumas regiões importantes do continente africano, bem como no Norte da Europa, nos Balcãs e no Próximo Oriente, desde a segunda metade do século XV (PIZZORUSSO 2000: 480; DOMPNIER 2009; NOTARFONSO 2020).

A primeira tentativa de instituir a realeza pontifícia sobre as missões remonta ao inquisidor Pio V (1566-1572), que, apesar do apoio do general jesuíta Francisco Borja, não conseguiu quebrar a resistência de Filipe II de Espanha, a partir de 1580 rei também de Portugal. Desde logo, pareceu claro ao monarca que a iniciativa romana violaria os direitos decorrentes do padroado real, concedidos pelos papas na Idade Média e repetidamente reafirmados até então (TING PONG LEE 1972; SORGE 1984). A fundação de colégios nacionais em Roma (germânico, grego, húngaro, maronita, inglês) e na Europa católica, sobretudo durante o pontificado de Gregório XIII (1572-1585), para formar o clero destinado aos respetivos territórios de origem, foi, sem dúvida, uma solução menor, mas que evidenciou a vontade dos papas de reforçar o seu primado sobre a evangelização na Europa e noutros lugares.

O segundo passo em direção a um órgão único de coordenação das missões foi dado pelo secretário do Santo Ofício Giulio Antonio Santori, que, com o apoio de Clemente VIII (1592-1605), criou em 1599 uma primeira

⁴ Para uma história geral do tribunal em Itália, para além do já referido volume de Prosperi, ver DEL COL 2006; BLACK 2009.

comissão denominada *de fide propaganda* (e com outras expressões menos recorrentes nos documentos), destinada a coordenar as atividades dos católicos na terra da conversão (SCHWEDT 2013: 226-227; RICCI 2002; 2010). Após a intervenção do papa inquisidor Ghislieri, mais uma vez a decisão partiu da cúpula da Inquisição Romana, do seu secretário. Isto exprimia também o amplo poder detido naquelas décadas pelo Santo Ofício, primeiro entre todas as congregações papais, tal como estabelecido pela reforma da cúria implementada por Sisto V (outro papa inquisidor, 1585-1590) em 1588 através da bula *Immensa Aeterni Dei*. O problema das missões e do seu controlo foi colocado com urgência aos cardeais inquisidores, que participaram ativamente nos debates sobre o valor das conversões em massa, sobre a conveniência da coerção e da violência, sobre a humanidade real das novas populações conhecidas e sobre a legitimidade da condição de escravo (FATTORI 2020). No entanto, em finais do século XVI, só os membros da comissão inquisitorial tinham autoridade e margem de manobra política para fazer tais propostas, que encontravam discreta oposição nos cardeais protetores dos reinos ibéricos, ligados por razões familiares ou de interesse às coroas de Lisboa e Madrid. Em particular, do ponto de vista dos inquisidores, a autoridade do papa corria o risco de ser progressivamente debilitada face ao poder avassalador dos reinos ibéricos, a quem a Igreja tinha confiado a cristianização durante a *Reconquista*, num período de grande instabilidade para o papado e para o contexto italiano, como o final da Idade Média e o início da Idade Moderna (SOLERA 2019: 20 e ss)⁵. O reforço do Magistério Petrino no Concílio de Trento e da própria Congregação Inquisitorial permitia agora exigir a esses monarcas a restituição de uma autoridade só temporariamente concedida pela Sé Apostólica. Apesar disso, a congregação *de fide propaganda* sofreu um duro golpe em 1602 com a morte do seu inspirador Santori, cessando a sua atividade dois anos depois (JACOV 2005; MOLNÁR 2014). Figuras de relevo da cúria da época, como Cesare Baronio, Federico Borromeo e Roberto Bellarmino, fizeram parte desta primeira comissão, que só teve tempo para tratar de alguns casos relativos ao Próximo Oriente e aos ortodoxos, temas a que Santori tinha dedicado muito tempo (KRAJCAR 1966; PERI 2000; LAVENIA 2014).

Entretanto, Clemente VIII, com a bula *Onerosa pastoralis officii cura*, de 1600, tinha negado o monopólio das missões no Extremo Oriente à Compa-

⁵ A Inquisição persistiu na defesa da primazia papal e da sua inseparabilidade, mesmo no final do século XVII, como evidenciam as acusações de heresia apresentadas contra o Cardeal DE LUCA 1669-1673. O cardeal tinha teorizado a união de quatro pessoas diferentes na figura do papa, algumas das quais suscetíveis de falibilidade, cf. PRODI 1982.

nhia de Jesus, abrindo caminho à chegada de missionários de outras ordens, sobretudo mendicantes. Este facto terá estado na origem da longa controvérsia dos ritos, uma vez que foram precisamente as queixas recebidas dos missionários dominicanos contra alguns jesuítas que desencadearam a longa *querelle* que só terminou no início do século XVIII. A Companhia permaneceu hostil à criação de uma congregação especial para as missões mesmo durante o reinado de Paulo V (1605-1621), temendo que um novo organismo favorecesse a revogação das concessões e privilégios concedidos pelos pontífices. Semelhante desconfiança (RIVERO RODRIGUEZ 2014) foi simetricamente alimentada também no seio do Santo Ofício romano, onde não poucos dominicanos e franciscanos se inquietavam com a excessiva liberdade usada pelos jesuítas em terras de missão, onde se adotavam práticas que noutros locais teriam sido sem hesitação condenadas como heréticas. O prestígio da Companhia e o mérito decorrente dos batismos realizados não eram suficientes para justificar o desrespeito pela doutrina e pela ortopraxia. Na Europa, os inquisidores combatiam a dissemelhança, a exceção, o nicodemismo e a acomodação religiosa: era perigoso permitir que isso acontecesse noutros lugares apenas para obter o consentimento das elites locais ou para conseguir mais conversões. Até que ponto esses neófitos estariam em comunhão com Roma? No entanto, não faltaram apoiantes da Companhia mesmo entre os cardeais inquisidores, alguns dos quais fascinados pelo carisma jesuíta, enquanto outros eram expressões dessa mesma ordem, como Francisco de Toledo Herrera e Roberto Bellarmino (nomeados inquisidores em 1593 e 1599, respetivamente) (SCHWEDT 2013: 250-253, 72-74)⁶.

Foi neste contexto que Gregório XV (1621-1623) instituiu a Congregação em 1622 e que Francesco Ingoli (PIZZORUSSO 2004) assumiu o cargo de seu secretário, mantendo-o até 1649. O secretário do Santo Ofício era automaticamente membro da nova instituição, facto significativo tendo em conta os precedentes de Pio V e Santori, embora não fosse invulgar, então como agora, que um prelado participasse em várias comissões. O cardeal secretário da Inquisição, o poderoso Giovanni Garsia Mellini, desempenhou um papel decisivo na definição da estrutura inicial da Propaganda, uma vez que, na planeada divisão do mundo em treze macro-áreas a serem confiadas cada uma a um cardeal da congregação, foi nomeado como referente para as missões portuguesas. Os territórios missionários espanhóis foram confiados ao cardeal Gaspar de Borja y Velasco, mas, apesar disso, Mellini desempenhou também a função de referente para este último, devido ao seu conhecimento do contex-

⁶ Para uma visão geral dos componentes do dicastério ver PIZZORUSSO 2020; LAVENIA 2020.

to espanhol, tendo sido seu núncio em Madrid entre 1605 e 1607. Uma tarefa difícil, tendo em conta a desconfiança que os Habsburgos de Espanha tinham manifestado em relação à possível criação do dicastério missionário (GIORDANO 2008; 2009). O recém-nascido conselho pontifício chegou mesmo a prever a fundação de duas sedes, uma em Lisboa e outra em Madrid, para formar o clero secular a enviar para os respetivos impérios; um projeto que não vingou. A criação de um organismo que promovesse a presença católica no mundo foi também possibilitada pelo novo clima de *revanche* católica (de literal “contra-reforma”) que se tinha propagado após a vitória da Montanha Branca, em 1620, na sangrenta Guerra dos Trinta Anos. Nesse contexto, o triunfo do catolicismo sobre os “hereges” protestantes (mais esperado do que real e duradouro) serviu de ponto de partida para uma nova era expansionista da Igreja de Roma, que voltou a olhar para o resto do continente e do mundo com um espírito evangelizador renovado. Isso suscitou a resistência da Espanha e de Portugal, na época ainda coroas unidas, que se opunham ao envio de missionários dependentes da Propaganda aos seus territórios. Roma tentou tranquilizar em 1628 aqueles que tinham interpretado essa fundação como um *vulnus*, garantindo que os patrocínios e privilégios reais concedidos às ordens não seriam reformados. Pelo contrário, o rei de França e o imperador mostraram-se favoráveis, conscientes da forma como isso minava o poder dos reinos rivais. Com a eleição de Urbano VIII (1623-1644), a linha diplomática papal vai deslocar-se ainda mais a favor dos Bourbons.

Quando a Propaganda começou a operar à escala mundial, o Santo Ofício controlou escrupulosamente as suas atividades, reafirmando em todas as ocasiões úteis a sua superioridade em matéria de forma e de fundo. Os conflitos não demoraram a manifestar-se sobre duas questões centrais relativas ao governo religioso e político das missões. O primeiro era a concessão de *facultates* apostólicas, os privilégios concedidos a clérigos individuais ou a ordens religiosas em derrogação das normas do direito canónico. Os mais comuns eram os que diziam respeito à absolvição dos casos de consciência reservados apenas ao pontífice e ao que era lícito ou não fazer nas missões, onde a estrutura eclesíástica era ainda inexistente ou muito precária. O segundo conflito foi a regulação da ortopraxis, ou seja, os textos sagrados a adotar, os ritos a seguir, a forma dos sacramentos a transmitir e muitas outras questões decorrentes do encontro com outros sistemas religiosos e culturais. Do ponto de vista do Santo Ofício, nem sempre era possível fazer uma distinção clara entre estas duas dimensões, uma vez que a ortopraxis era uma expressão direta e essencial da ortodoxia; pelo contrário, a doutrina traduzia-se em determinados ritos e não noutros, mesmo que fossem muito semelhantes. Para tornar

os seus esforços mais frutuozos, muitos missionários tinham optado por traduzir fórmulas rituais com expressões ambíguas ou por manter os costumes indígenas nas cerimónias cristãs, provocando a desconfiança do Santo Ofício em relação à Propaganda, mais atenta às condições impostas pelos vários contextos locais.

Na década de 1630, teve lugar a primeira e mais importante clarificação de competências e precedências entre a Inquisição e a Propaganda. Em 1633, uma comissão intitulada *Super facultatibus missionariorum* e composta por membros de ambas as congregações estabeleceu um procedimento geral para a concessão de dispensas apostólicas (PAVENTI 1952). Se surgisse a necessidade de estabelecer uma nova missão, a Propaganda seria a intermediária do pedido, averiguando a sua viabilidade, calculando as suas complexidades políticas e religiosas e, finalmente, submetendo o projeto ao Santo Ofício, que o avaliaria e, eventualmente, o aprovaria. O contexto internacional havia mudado radicalmente em relação à época em que os papas delegaram aos monarcas, entre o final do século XV e o início do século XVI, a evangelização das novas terras: agora, a Roma de Urbano VIII Barberini podia reivindicar um poder mais sólido e, sobretudo, direto sobre os novos cristãos e as missões que os administravam. Caberia à Propaganda comunicar a decisão aos requerentes. O decreto, assinado por Ingoli e pelo cardeal inquisidor Desiderio Scaglia, só seria posto em causa em 1765, quando foi concedida ao departamento missionário a possibilidade de receber faculdades também diretamente do pontífice em audiências semanais. O *Super facultatibus* permaneceu ativo até 1643, contando com Francesco Barberini e Francesco Albizzi, respetivamente secretário e conselheiro do Santo Ofício na época, entre os seus membros, para além do ancião Scaglia. Isto mostra como a Inquisição, não só adquiriu a capacidade de decisão que Ingoli tinha previsto para a nova congregação naquele período, mas também como manteve a sua própria representação dentro da Propaganda durante muito tempo, incluindo os seus próprios líderes. Albizzi, em particular, excelente jurista e defensor da luta anti-jansenista, permanecerá como assessor do Santo Ofício até 1654, antes de ser nomeado cardeal da Inquisição (SIGNOROTTO 1999: 133-135)⁷. Em 1649, foi escolhido como secretário *ad interim* da Propaganda, após a morte de Ingoli, ocupando o cargo durante quatro meses. Um período curto, mas que mostra, mais uma vez, como era estreita a relação entre os dois dicastérios⁸.

Resolvido, pelo menos momentaneamente, o conflito de autoridade

⁷ Ver, ainda que mais recuada no tempo, a entrada MONTICONE 1960.

⁸ Seria substituído por Dionisio Massari, um homem inexperiente nas práticas curiais, que permaneceu à frente da instituição durante oito anos, ver PIZZORUSSO 2008.

sobre as *facultates*, permanecia em aberto, com toda a sua urgência, o problema das *dubia*, que chegavam a Roma de todas as partes do mundo para obter um conselho, uma indicação sobretudo sobre a transmissão dos sacramentos, em particular do batismo e do matrimônio⁹. Não se sabia bem a quem competia resolver estas questões, se ao dicastério missionário ou ao dicastério inquisitorial, já então marcado por um conceito de missão cada vez mais diferente¹⁰. Para o primeiro, no seio do qual a atenção aos pedidos vindos da Companhia continuava a ser forte, era oportuno refletir sobre a conveniência de uma *accommodatio*, de uma modulação diferente da liturgia nos vários contextos locais. Para o Santo Ofício, por outro lado, a forma (e matéria) dos ritos era o próprio fundamento dos sacramentos e não era suscetível de qualquer modificação, sob pena de invalidação do rito, de acusação de abuso do sacramento ou, pior ainda, de idolatria e heresia, todas acusações de competência inquisitorial. Ingoli e Juan Bautista Vives (fundador do Pontifício Colégio Urbano) acusaram o Santo Ofício de obtusidade, de estar apenas parcialmente consciente das dificuldades encontradas nas missões e de atuar com um rigor míope que atrasaria, se não impedisse, a evangelização daqueles povos. Por isso, foi instituída uma nova comissão mista, chamada *de Tuenda Fide*, para regular em particular a questão das *dúbia* (KOWALSKY 1965; METZLER 1967; 1969). Também este organismo, depois de muitas vicissitudes, interrompeu o seu trabalho, quando, em 1658, Alexandre VII (1655-1667) estabeleceu que os *dubia* (tanto teológicos como morais) seriam recolhidos pela Propaganda e submetidos ao Santo Ofício. Este último teria também a tarefa de nomear consultores a quem seria confiada a análise das questões recolhidas (SANTUS 2018). Os decretos emitidos pela Congregação seriam finalmente distribuídos aos requerentes pela Propaganda. Mais uma vez, a Inquisição não deu mostras de recuar, limitando o campo de ação da Propaganda. Esta segunda vitória das prerrogativas inquisitoriais sobre as do departamento missionário também permaneceu incontestada durante muito tempo. Em 1862, a regulamentação das relações com as Igrejas Orientais e as *dubia* anexas foram confiadas a uma comissão especial elevada a congregação em 1917. Apesar disso, o primeiro *Código de Direito Canônico* foi impresso no mesmo ano, no qual a supremacia do Santo Ofício sobre a Propaganda foi claramente estabelecida, mesmo para casos incertos (*Somma-*

⁹ Sobre este tema tão vasto, remeto para CASTELNAU-L'ESTOILE 2009; BROGGIO 2009; BETTA 2009, rico em informações também para o período anterior.

¹⁰ Outros órgãos romanos, como a Congregação do Concílio (instituída em 1564), a Congregação dos Bispos e Regulares (instituída em 1601), a Chancelaria, a Dataria Apostólica ou as casas gerais das várias ordens, eram mais raramente chamados a intervir em tais litígios, cf. ALBANI 2009; BROGGIO 2009: 179; PIZZORUSSO 2009; 2018: 25; BONORA 2015.

rio 1940)¹¹. O contexto geopolítico havia, portanto, mudado radicalmente. A reforma da Cúria implementada por Pio X (1903-1914) em 1908 constatou a mudança do modelo de missão que se definira na era moderna¹². Propaganda perdeu o controlo dos territórios outrora rotulados como protestantes e, a partir de 1917, também daqueles em que vigorava o rito oriental. A partir de então, o Dicastério passou a operar quase exclusivamente em relação às missões em África e na Ásia.

A vitória inquisitorial sobre a Propaganda, em 1658, deveu-se talvez também à anterior carreira inquisitorial do Papa Chigi, que sucedeu ao prudente Inocêncio X (1644-1655), que, pelo contrário, tinha servido nas fileiras do dicastério missionário. Uma consequência clara disto foi o envio cada vez mais frequente de visitantes apostólicos para as terras de missão, delegados superiores a qualquer outra autoridade eclesiástica nesses lugares, porque eram representantes diretos do pontífice. Roma pretendia reforçar cada vez mais o seu controlo, sobretudo na Ásia, sobre os bispos e missionários que ainda estavam demasiado ligados à coroa portuguesa¹³. Entretanto, a Propaganda exigia obediência a todas as missões, mesmo às ordens expressas que se tinham mostrado hostis à congregação, *em primeiro lugar* os jesuítas (em parte também os dominicanos), ciosos do canal direto de comunicação que os unia a Roma e do poderoso apoio de Portugal (PIZZORUSSO 2010). Já em 1645, o dominicano Juan Bautista Morales tinha apresentado à Propaganda uma lista de dezassete dúvidas sobre as conversões, a seu ver controversas, obtidas pelos jesuítas na China, onde tinham conservado muitos costumes

¹¹ 25, canon 247: “A Congregação do Santo Ofício, presidida pelo Papa, protege a fé e os costumes, julga os crimes que lhe estão reservados não só em recurso, mas também em primeira instância, se forem diretamente submetidos. Também lhe é reservado o privilégio paulino, a disparidade de culto, a religião mista e as respectivas dispensas, a inquisição dos livros com exame, proibição e dispensas para a sua leitura; o jejum da Eucaristia para a Missa”; p. 27, canon 252: “A Propaganda ocupa-se das Missões, da celebração dos Concílios nos seus territórios e da sua confirmação; exerce jurisdição onde a hierarquia com todas as suas dependências não está estabelecida ou é inicial. Remete para os outros Dicastérios os assuntos que não são seus, e também dirige e governa os Religiosos como Missionários” (minhas traduções do texto original italiano). A relação entre os dois dicastérios será novamente remodelada com a Constituição Apostólica *Pastor Bonus* (Art. 48-55, 85-92) de 1988.

¹² Sobre a relação entre a Propaganda e o Santo Ofício entre o final do século XIX e a reforma curial de Pio X é fundamental PRUDHOMME 1994.

¹³ Um conflito de autoridade semelhante envolveu também os núncios papais no mundo missionário. Esses prelados mantinham relações tanto com a Inquisição romana, que os aconselhava em questões doutrinárias, culturais e políticas, quanto com a Propaganda, que os empregava como coletores de informações em contextos em que a instituição eclesiástica era suficientemente estruturada e as ordens missionárias pouco obedientes à congregação. Os núncios foram também fundamentais para a circulação da correspondência dos missionários, entre estes e as instituições romanas, cf. PIZZORUSSO 1998; BONORA 2015: 15. O duplo papel de emissário papal e de controlador da religiosidade local caracterizou também os visitantes apostólicos mais recentes, cf. PANNIER 2010.

locais no culto cristão, incluindo a devoção aos antepassados, a Confúcio e a tradução do termo *Deus* com expressões ambíguas, como “Senhor do Céu” ou “Senhor do Alto” (SANGKEUN 2004). O assunto foi enviado ao Santo Ofício, ao qual os jesuítas também recorreram, considerando-se caluniados (BROCKEY 2007; CATTO, MONGINI, MOSTACCIO 2010). Este evento é considerado o início da longa contenda que se iniciaria em torno dos rituais praticados na China e em parte da Índia. É importante recapitulá-la sucintamente, uma vez que as instituições envolvidas e os interesses políticos e religiosos em jogo foram essenciais para determinar as relações entre a Congregação do Santo Ofício e a Propaganda. Depois de uma primeira condenação dos ritos chineses em 1645, a Inquisição Romana voltou a ocupar-se do assunto em 1655, sob o reinado do Papa Chigi, que nomeou uma comissão especial composta pelos cardeais inquisidores Francesco Barberini, Albizzi e Marzio Ginetti. Apesar da aprovação parcial dos ritos em 1656, a questão continuou a inquietar as duas congregações, de tal modo que, em 1669, o Santo Ofício voltou a pronunciar-se sobre o assunto, reafirmando paradoxalmente a validade dos decretos de 1645 e 1656, decisões contraditórias¹⁴. Entretanto, na Cúria, crescia a desconfiança em relação aos métodos adotados pela Companhia, cada vez mais identificada com os interesses da coroa portuguesa na Índia e na China, enquanto se abriam novas esperanças para Roma com as *Missions Etrangères de Paris*, criadas em 1663 sob o patrocínio do rei de França e que viriam a desempenhar um papel fundamental na erosão do monopólio missionário português no Extremo Oriente, bem como na crescente contestação anti-jesuíta¹⁵. Francês foi o Vigário Apostólico enviado por Inocêncio XI (1676-1689) em 1687 à China, Charles Maigrot, que reabriu a *querelle* dos ritos chineses ao condenar os jesuítas aí ativos com o *Mandatum*. Com esse título resumido, entende-se o documento oficial emitido por Maigrot em 26 de março de 1693 (*Declaratio seu mandatum provisionale illustrissimi ac reverendissimi domini Caroli Maigrot*), no qual o francês denunciava que informações falsas haviam sido transmitidas a Roma sobre a situação que ele havia encontrado na China. Maigrot voltou a questionar os rituais contestados, pedindo a condenação por parte de Roma. Apesar da aprovação dos ritos pelo imperador chinês em 1700, estes foram condenados pelo

¹⁴ É impossível dar conta aqui da vasta bibliografia disponível sobre o assunto. Limite-me a referir PAVONE 2010; GINZBURG 2011; ARANHA 2021; ŽUPANOV, FABRE 2018; TRENTO 2022. Muito importante para uma maior contextualização das controvérsias sobre os ritos chinês e malabar em relação a outras questões que assolavam o Santo Ofício e a Propaganda nesse período (sobretudo no que diz respeito ao Médio Oriente) é SANTUS 2021.

¹⁵ RAGOT-DELCOURT 2008; MARIN 2011; LI 2021, para a qual se remete também para a bibliografia atualizada; cfr. SANTUS 2019: 135.

Santo Ofício a 20 de novembro de 1704, com o decreto *Cum Deus optimum*, posteriormente notificado aos missionários pelo legado *a latere* e visitador apostólico Carlo Tommaso Maillard de Tournon em 1707. O golpe desferido no modelo jesuíta de missão na China foi um duro golpe para toda a Companhia, contribuindo para o enfraquecimento do controlo português naquele setor do mundo, onde os portugueses eram cada vez mais substituídos pelas companhias mercantis holandesas e francesas. Coube à Inquisição impor aos generais das principais ordens missionárias (jesuítas, dominicanos, franciscanos conventuais, franciscanos observantes, agostinhos) um juramento solene de obediência ao decreto de condenação de 1710 (PIZZORUSSO 2005). Em 1715, o Papa Clemente XI (1700-1721), com a bula *Ex illa die*, submeteu todos os missionários à autoridade direta de Roma, tornando obrigatório o juramento de obediência para partir ou permanecer em missão. A condenação de 1704 seria reiterada por Bento XIV (1740-1758) com a bula *Ex quo singulari de* 1742, sobre a qual as gerações de missionários que partiam para a China faziam um juramento. Esta obrigação só foi revogada por Pio XII (1939-1958) em 1939 com a *Instuctio circa quosdam caeremonias super ritibus sinensibus*, num contexto geopolítico e religioso radicalmente alterado.

Paralelamente à questão chinesa, o Santo Ofício também assumiu a gestão dos controversos rituais de Malabar, cerimónias muito difundidas na zona limítrofe com o Malabar indiano e que os primeiros jesuítas que chegaram lá em 1606, juntamente com Roberto Nobili, preferiram observar, como a reverência aos *sannyasi*, o *kudumi* (mecha de cabelo atada), o *panul* (cordão pendurado no pescoço), o *santal* (pasta de sândalo colocada na testa) ou as abluções previstas para as castas (ŽUPANOV 1999). Mais uma vez, o conflito surgiu dentro dos limites do Império Português e em relação ao modelo missionário jesuíta. O contraste religioso e político que se desenvolveria em torno dos rituais defendidos por Nobili e praticados em Malabar contribuiria para definir as relações entre a Inquisição romana, a ordem jesuíta e a Propaganda nas décadas seguintes. Nessa ocasião, a Inquisição romana entrou em contacto com a Inquisição portuguesa, colaborando numa primeira fase com o Inquisidor de Goa, encarregando-o e aos arcebispos de Goa e Cranganor de examinar os casos controversos (PAVONE 2010a¹⁶). O tribunal era uma

¹⁶ Arquivo do Dicasterio para a Doutrina da Fé, *Sanctum Officium, Stanza Storica*, QQ 1-g, 4, decreto de 25 de novembro de 1615. Pavone cita este documento como prova de que a Inquisição romana remeteu o exame do caso aos arcebispos de Goa, Cranganor e ao primeiro inquisidor das Índias Orientais, sublinhando assim que a delegação do Santo Ofício romano teve como destinatário um inquisidor sujeito a Lisboa. Outros estudos tendem a não considerar o documento romano como uma delegação oficial de uma inquisição para outra, considerando-o, em vez disso, dirigido às principais autoridades eclesíásticas locais, incluindo, portanto, o inquisidor em Goa, MARCOCCI 2018; LOURENÇO 2023.

emanação direta da coroa portuguesa, tal como o clero local dependia do patrocínio régio, o que tornava muito delicada a intervenção do Santo Ofício romano num contexto em que o plano religioso se sobrepunha tão claramente aos interesses políticos e diplomáticos. A confiança inicial da corte papal no inquisidor de Goa parece, pois, dever-se à evidente incapacidade política de arrancar o controlo dos missionários a Portugal, que tinha estabelecido firmemente a sua autoridade nessa mesma parte do mundo, estabelecendo uma capital e a única outra sede inquisitorial em todo o império¹⁷. A diatribe sobre os ritos do Malabar prolongou-se até ao início do século XVIII, altura em que, num contexto mais precário para Portugal, minado nos seus domínios pela expansão e missões de outros, Roma teve a força necessária para resolver a questão. Em 1704, de Tournon volta a condenar as primeiras concessões do arcebispo de Goa. Os apelos a Roma foram infrutíferos e a condenação foi reiterada por Clemente XI em 1708 e depois por Bento XIV em 1744 com a bula *Omnium sollicitudinum*, que tornava obrigatório o juramento de obediência para os missionários que partiam. Coube ao Santo Ofício impor o silêncio sobre a questão em 1760 (PAVONE 2010a: 1328), enquanto que só em 1940 o juramento foi revogado, sinal de uma Igreja que voltava a olhar para as periferias do mundo católico com renovado interesse e ímpeto missionário¹⁸.

Em suma, a relação que se estabeleceu entre a Inquisição Romana e a Propaganda Fide foi, sem dúvida, sinérgica, mas desequilibrada a favor da primeira. Sobretudo quando se questionou a validade dos rituais e, em geral, a abordagem das diferentes culturas, o Santo Ofício soube promover a emissão de documentos que reconheciam a sua autoridade. No entanto, tratava-se de uma relação não isenta de nuances, de diferentes pontos de vista num e noutro dicastério, uma vez que os cardeais inquisidores nem sempre eram os mais intransigentes, como mostra o caso do Cardeal Desiderio Scaglia. O cardeal promoveu uma atitude inquisitorial rígida na Europa em relação aos protestantes, mas mais flexível noutros locais, de modo a encorajar as conversões ao cristianismo, como exigiam muitos missionários (DOMPNIER 2009: 26). As disputas aqui reconstruídas mostram como a Inquisição Romana utilizou as oportunidades oferecidas pela Propaganda e por esse contexto religioso, político e curial para estender a sua autoridade muito para além da península italiana, reafirmando uma única ortodoxia e uma única ortopraxia para to-

¹⁷ BALÃO 1945; DA CUNHA 1995; MARCOCCI 2011; MARCOCCI, PAIVA 2013; PAIVA 2017.

¹⁸ É impossível dar conta aqui da vasta bibliografia disponível sobre o assunto. Limito-me a referir os já citados trabalhos de ŽUPANOV e MINAMIKI 1985; CUMMINS 1993; MUNGELLO 1994; PAVONE 2010; 2011; STANDAERT 2018.

dos os católicos, impondo a égide papal a uma Igreja “espalhada por toda a terra” (*Messale Romano* 2020)¹⁹, animada por missionários e clérigos outrora sujeitos a padroados. A Propaganda, apesar das severas limitações impostas, manteve a sua autonomia em vastas áreas geográficas e jurisdicionais que ainda aguardam uma investigação aprofundada. Uma coisa é certa, porém: a congregação missionária representou um gânglio fundamental para permitir uma evangelização rápida e alargada, mantendo sempre aberto o confronto entre Roma e os múltiplos contextos mundiais, por sua vez parte essencial de um processo de evolução contínua da Igreja Romana, segundo tendências centrípetas e não apenas centrífugas de reforma. Ambos os dicastérios foram a expressão de um período complexo, do qual a Igreja Católica foi uma expressão eminente, uma entidade demasiadas vezes estudada apenas através da lente da Contra-Reforma e dos fechamentos adotados nos campos doutrinal, cultural e científico. Como defende Adriano Prospero, a Igreja de Roma viveu nesses séculos uma “revolução passiva” que redefiniu a sua teologia, os cânones, a liturgia, mas também os seus horizontes intelectuais e a sua visão do mundo, estimulando uma nova abordagem do diferente, do não-cristão e do novo-cristão (PROSPERI 2022: VII-XVII).

Os acontecimentos mencionados a propósito das *facultades*, dos *dubia* ou dos ritos condenados não foram os únicos, mas certamente os mais importantes momentos de confronto entre os dois dicastérios. A relação entre eles continua a inervar a espinha dorsal da Igreja, como se depreende do motu proprio *Fidem Servare* emitido a 11 de fevereiro de 2022 pelo Papa Francisco. Depois de recordar que “guardar a fé” (cf. 2Tm 4,7) é a tarefa principal, bem como “o critério último a seguir na vida da Igreja”, e que “A Congregação para a Doutrina da Fé desempenha este importante compromisso” (BOLLETTINO B0106), o pontífice estabeleceu a Secção Doutrinal. Esta Secção

ocupa-se de matérias relacionadas com a promoção e a salvaguarda da doutrina da fé e da moral. Além disso, ela favorece os estudos destinados a aumentar a compreensão e a transmissão da fé ao serviço da evangelização, a fim de que a sua luz seja critério para compreender o significado da existência, sobretudo diante das interrogações apresentadas pelo progresso das ciências e pelo desenvolvimento da sociedade (FIDEM SERVARE 2022).

Raramente a promoção (*propaganda*) e a proteção da fé e da moral foram colocadas em relação tão estreita em documentos, como os pontifícios, mui-

¹⁹ 152 (liturgia da Sexta-feira Santa), 426 (Oração Eucarística II) etc.; CASTELNAU-L'ESTOILE 2013; CATTO, PROSPERI 2017.

to atentos ao léxico e à evolução dos campos semânticos. O documento explicita assim a relação inseparável entre a defesa da fé e a sua propagação, entre a doutrina e o proselitismo, ou seja, entre a Inquisição da fé e a Propaganda da fé. Uma dinâmica que, à luz da análise aqui efetuada, não pode deixar de se afigurar historicamente mais complexa do que aquilo que apenas se pode deduzir do *motu proprio*. Um documento que, no entanto, sublinha como, mesmo perante os desafios do nosso tempo e, antes de mais, da bioética, há apenas uma doutrina a difundir no mundo²⁰.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes impressas

DE LUCA, Giovanni Battista (1669-1673). *Theatrum veritatis et justitiae sive decisivi discursus per materias*, 15 vol. Romae: Typis Haeredum Corbelletti.

Messale Romano (2020). Roma: Fondazione di Religione (3ª ed.).

METZLER, Josef (ed.) (1971-1975). *Sacrae Congregationis De Propaganda Fide Memoria Rerum. 350 anni al servizio delle missioni. 1622-1972*. Herder: Rom-Freiburg-Wien.

Fontes manuscritas

Arquivo do Dicastério para a Doutrina da Fé, *Sanctum Officium, Stanza Storica*, QQ 1-g, 4.

Bibliografia

A dieci anni dall'apertura dell'archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede: storia e archivi dell'Inquisizione (2011). Roma: Scienze e Lettere editore commerciale.

ALBANI, Benedetta (2009). "In universo christiano orbe': la Sacra Congregazione del Concilio e l'amministrazione dei sacramenti nel Nuovo Mon-

²⁰ Pela primeira vez na história, o antigo dicastério inquisitorial é agora dirigido por um jesuíta, o cardeal prefeito Luis Francisco Ladaria Ferrer, que trabalha em estreita colaboração com o pontífice, também ele antigo membro da Companhia. Francisco sempre concedeu à Doutrina da Fé a plenitude das suas prerrogativas. No entanto, os atritos que o pontífice teve com o anterior prefeito, o cardeal Gerhard Ludwig Muller, atraíram a atenção da opinião pública. Entre os muitos artigos, limitamo-nos a alguns exemplos: ORDAZ 2015; GRANA 2017; CHAMBRAUD, GAUTHERET 2017; SENÈZE 2017; RODARI 2019; MUOLO 2019.

- do (séculos XVI-XVII)”. *Mélanges de l’École française de Rome : Italie et Méditerranée modernes et contemporaines*, 121, I, 63-73.
- ARANHA, Paolo (2021). “Sacramenti o saṃskārāḥ? L’illusione dell’accommodatio nella controversia dei riti malabarici”. *Cristianesimo nella Storia*, 31, 621-646.
- BAIÃO, António (1945). *A Inquisição de Goa. Tentativa de História da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção. (Introdução à correspondência dos Inquisidores da Índia 1569-1630)*. Lisboa: Academia Das Ciencias.
- BETHENCOURT, Francisco (2009). *The Inquisition. A Global History, 1478-1834*. Cambridge: Cambridge University Press (ed. ou. 1994).
- BETTA, Emmanuel (2009). “Il Sant’Uffizio e il battesimo di necessità (secc. XIX-XX)”, in P. Broggio, C. de Castelnau-L’Estoile e G. Pizzorusso (eds.), *Le temps des doutes*, 123-137.
- BLACK, Christopher F. (2009). *The Italian Inquisition*. New Haven and London: Yale University Press.
- Bollettino della Sala Stampa della Santa Sede*, B0106. <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2022/02/14/0106/00215.html> (consultado em 1 de agosto de 2025).
- Bollettino della Sala Stampa della Santa Sede*, B0189. <https://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2022/03/19/0189/00404.html> (consultado em 1 de agosto de 2025).
- BONORA, Elena (2007). *Giudicare i vescovi. La definizione dei poteri nella Chiesa posttridentina*. Roma-Bari: Laterza.
- BONORA, Elena (2015). “Il sospetto d’eresia e i “frati diplomatici” tra Cinque e Seicento”, in *Hétérodoxies croisées. Catholicismes pluriels entre France et Italie, XVIe-XVIIe siècles*. Roma: Publications de l’École française de Rome, 24-38.
- BROCKEY, Liam Matthew (2007). *Journey to East: The Jesuit Mission to China, 1579-1724*. Cambridge: Harvard University Press.
- BROGGIO, Paolo (2009). “Le congregazioni romane e la confessione dei neofiti del Nuovo Mondo tra facultates e dubia: riflessioni e spunti di indagine”, in P. Broggio, C. de Castelnau-L’Estoile e G. Pizzorusso (eds.), *Le temps des doutes*, 171-197.
- BROGGIO, Paolo; CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de; PIZZORUSSO, Giovanni (eds.) (2009). *Le temps des doutes: les sacrements et l’Église romaine aux dimensions du monde. Mélanges de l’École française de Rome : Italie et Méditerranée modernes et contemporaines*, 121, I.
- CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de (2009). “Le mariage des infidèles au XVIe siècle : doutes missionnaires et autorité pontificale”, in P. Brog-

- gio, C. de Castelnu-L'Estoile e G. Pizzorusso (eds.), *Le temps des doutes*, 95-121.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de (2013). “Une Église aux dimensions du monde: expansion du catholicisme et ecclésiologie à l'époque moderne”, in *Les clercs et les princes*. Paris: Presses de l'École nationale des Chartes, 313-330.
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de (2019). *Un catholicisme colonial: le mariage des Indiens et des esclaves au Brésil, XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- CATTO, Michela e PROSPERI, Adriano (eds.) (2017). *Trent and beyond: the Council, other powers, other cultures*. Turnhout: Brepols.
- CATTO, Michela; MONGINI, Guido e MOSTACCIO, Silvia (eds.) (2010). *Evangelizzazione e globalizzazione: le missioni gesuitiche nell'età moderna tra storia e storiografia*. Roma: Società editrice Dante Alighieri.
- CHAMBRAUD, Cécile e GAUTHERET, Jérôme (2017). “Le pape François remplace le cardinal Müller, gardien des mœurs de l'Église”. *Le monde* (4 de julho). https://www.lemonde.fr/europe/article/2017/07/04/le-pape-francois-remplace-le-cardinal-muller-gardien-des-m-urs-de-l-eglise_5155231_3214.html (consultado em 1 de agosto de 2025).
- CUMMINS, J.S. (1993). *A question of rites: Friar Domingo Navarrete and the Jesuits in China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DA CUNHA, Ana Cannas (1995). *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- DEL COL, Andrea (2006). *L'inquisizione in Italia. Dal XII al XXI secolo*. Milano: Mondadori.
- DOMPNIER, Bernard (2009). “L'administration des sacrements en terre protestante à la lumière des *facultates* et des *dubia* des missionnaires (XVIIe-XVIIIe siècles)”, in P. Broggio, C. de Castelnu-L'Estoile e G. Pizzorusso (eds.), *Le temps des doutes*, 23-38.
- FATTORI, Maria Teresa (2020). “‘Licere-Non licere’. La legittimità della schiavitù nelle decisioni della Sede Apostolica Romana tra XVII e XIX secolo”. *Rivista Storica Italiana*, 132, II, 393-436.
- FATTORI, Maria Teresa (ed.) (2010). “Politiche sacramentali tra Vecchio e Nuovi Mondi, secoli XVI-XVIII”. *Cristianesimo nella storia*, 31, II.
- FELICI, Lucia (2016). *La Riforma protestante nell'Europa del Cinquecento*. Roma: Carocci.
- Fidem Servare (2022). https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/20220211-motu-proprio-fidem-servare.html (consultado em 1 de agosto de 2025).

- FIRPO, Massimo (2014). *La presa di potere dell'Inquisizione romana (1550-1553)*. Roma-Bari: Laterza.
- GINZBURG, Carlo (2011). "Ancora sui riti cinesi", in *A dieci anni dall'apertura*, 131-144.
- GIORDANO, Silvano (2008). "Il cardinal Giovanni Garzia Mellini e la congregazione de Propaganda Fide", in F. Lovison e L. Nuovo (eds.), *Scritti in onore di P. Luigi Mezzadri*. Roma: Edizioni CLV, 251-268.
- GIORDANO, Silvano (2009). "Mellini, Giovanni Garsia", in *Dizionario Biografico degli Italiani*. Roma, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 100 vol., 1960-2020 (DBI), vol. 73.
- GRANA, Francesco Antonio (2017). "Papa Francesco silura il cardinale Müller: decisiva la gestione 'soft' dei casi di pedofilia da parte dell'ex Sant'Uffizio". *il Fatto Quotidiano* (consultado em 1 de agosto de 2025). <https://www.ilfattoquotidiano.it/2017/07/01/papa-francesco-silura-il-cardinale-muller-decisiva-la-gestione-soft-dei-casi-di-pedofilia-da-par-te-dellex-santuffizio/3699559/> (consultado em 3 de março de 2025).
- JACOV, Marko (2005). "Clément VIII et la fondation de la Congrégation pour la Propagation de la Foi en 1599". *Revue Historique Ecclésiastique*, 100, I, 5-14.
- KOWALSKY, Nicola (1965). "Sacra Congregatio "de Tuenda Fide"". *Pontificiae Universitatis Urbanianae Annales*, 21, 26-39.
- KRAJCAR, John (ed.) (1966). *Cardinal Giulio Antonio Santoro and the Christian East. Santoro's audiences and consistorial acts*. Roma: Pontificum Institutum Orientalium Studiorum.
- LAVENIA, Vincenzo (2014). "'Quasi haereticus'. Lo scisma nella riflessione degli inquisitori dell'età moderna". *Mélanges de l'École française de Rome : Italie et Méditerranée modernes et contemporaines*, 126, II, 307-324.
- LAVENIA, Vincenzo (2020). "Cardinals and the Inquisition", in M. Hollingsworth, M. Pattenden e A. Witte (eds.), *A Companion to the Early Modern Cardinal*. Leiden: Brill, 109-123.
- LI, Ji (2021). *Missions Étrangères de Paris (MEP) and China from the Seventeenth Century to the Present*. Leiden: Brill.
- LOURENÇO, Miguel Rodrigues (2023). "From Idolatry to Gentilidade: Assessing Local Christians' Religious Offences in the Goa Inquisition (17th Century)". *Religion*, 14, 1498. <https://doi.org/10.3390/rel14121498>.
- MARCOCCI, Giuseppe (2011). "La fede di un impero: l'Inquisizione nel mondo portoghese del Cinquecento", in *A dieci anni dall'apertura*, 163-196.
- MARCOCCI, Giuseppe (2012). "Is There Room for the Papacy in Global History? On the Vatican Archives and Universalism". *Rechtsgeschichte*, 20, 366-367.

- MARCOCCI, Giuseppe (2018). “Rites and Inquisition: Ethnographies of Error in Portuguese India (1560-1625)”, in *The Rites Controversies*, 145-164.
- MARCOCCI, Giuseppe e PAIVA, José Pedro (2013). *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- MARIN, Catherine (dir.) (2011). *La Société des missions étrangères de Paris : 350 ans à la rencontre de l’Asie, 1658-2008*: colloque à l’Institut catholique de Paris (4 et 5 avril 2008). Paris: Karthala.
- METZLER, Josef (1967). “Die verschollene S. Congregatio “de Tuenda Fide” und ein mißglückter Bischofsrat im 17. Jahrhundert”. *Neue Zeitschrift für Missionwissenschaft / Nouvelle revue de science missionnaire*, 23, 40-45.
- METZLER, Josef (1969). “Controvérsia entre a Propaganda e o Santo Ofício sobre uma comissão teológica (1622-1658)”. *Pontificae Universitatis Urbanianae Annales*, 24, 47-62.
- MINAMIKI, George (1985). *Chinese Rites Controversy from Its Beginning to Modern Times*. Chicago: Loyola University Press.
- MOLNÁR, Antal (2014). “Il Sant’Uffizio e le missioni balcaniche prima della fondazione della Congregazione de Propaganda Fide (1622)”, in M. Ghilardi, G. Sabatini, M. Sanfilippo e D. Strangio (eds.), *Ad ultimos usque terrarum terminos in fide propaganda. Roma fra promozione e difesa della fede in età moderna*. Viterbo: Sette città.
- MONTICONE, Alberto (1960). *Albizzi, Francesco*, DBI.
- MUNGELLO, David E. (1994). *The Chinese Rites Controversy: Its History and Meaning*. London: Routledge.
- MUOLO, Mimmo (2019). “Il cardinale Müller pubblica un “Manifesto della fede” senza citare il Papa”. *Avvenire* (10 de 2019). <https://www.avvenire.it/chiesa/pagine/cardinale-mueller-manifesto-fede-senza-citare-papa> (consultado em 1 de agosto de 2025).
- NOTARFONSO, Silvia (2020). “Crypto-Christianity and Religious Hybridisation in the Ottoman Balkans: a Case Study (1599-1622)”. *Studia Ceranea*, 10, 217-226.
- ORDAZ, Pablo 2015. “El Papa topa con una feroz oposición al cambio en el Sínodo de la Familia”. *El País* (5 de outubro). https://elpais.com/internacional/2015/10/04/actualidad/1443982833_844255.html consultado em 1 de agosto de 2025).
- PAIVA, José Pedro (2017). “The Inquisition Tribunal in Goa: Why and for What Purpose?”. *Journal of Early Modern Studies*, 21, 565-593.
- PANNIER, Guy (2010). “Visiteur apostolique ou inquisiteur? : Le père Henri Prouvost des Missions Etrangères de Paris envoyé par Rome en

- Afrique après la seconde guerre mondiale”. *Histoire & missions chrétiennes*, 14, 165-194.
- PAVENTI, Saverio Maria (1952). “Congregazione Urbaniana ‘Super Facultatibus Missionariorum’”. *Studia Missionalia*, 7, 217-240.
- PAVONE, Sabina (2010). “Riti cinesi”, in A. Prosperi (dir.), *Dizionario storico dell’Inquisizione*, colaboração de Vincenzo Lavenia, John Tedeschi, 4 vol. Pisa: Edizioni Della Normale (DSI). <https://edizioni.sns.it/prodotto/dizionario-storico-dell-inquisizione-2/> (consultado em 1 de agosto de 2025).
- PAVONE, Sabina (2010a). *Riti malabarici*. DSI.
- PAVONE, Sabina (2011). “Roman Inquisition and Malabar Rites”, in *A dieci anni dall’apertura*, 145-161.
- PERI, Vittorio (2000). *Chiesa romana e rito greco. G. A. Santoro e la Congregazione dei Greci (1566-1596)*. Brescia: Paideia.
- PIZZORUSSO, Giovanni (1998). ““Per servizio della Sacra Congregazione de Propaganda Fide”. I nunzi apostolici e le missioni tra centralità romana e Chiesa universale (1622-1660)”. *Cheiron*, 30, 201-227.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2000). “Agli antipodi di Babele. Propaganda Fide tra immagine cosmopolita e orizzonti romani (XVII-XIX secolo)”, in L. Fiorani e A. Prosperi (eds.), *Storia d’Italia Einaudi. Annali 16: Roma la città del papa. Vita civile e religiosa dal Giubileo di Bonifacio VIII al Giubileo di papa Wojtyła*. Torino: Einaudi, 477-518.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2004). *Ingoli, Francesco*. DBI, vol. 62.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2005). “La congregazione de Propaganda Fide e gli Ordini Religiosi: conflittualità nel mondo delle missioni del 17. Secolo”. *Religione, conflittualità e cultura: il clero regolare nell’Europa d’antico regime*, *Cheiron*, 43-44, 197-240.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2008). *Massari, Dionisio*. DBI, vol. 71.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2009). “I dubbi sui sacramenti dalle missioni ad infideles. *Caminhos nas burocracias da Cúria*”, in P. Broggio, C. de Castelnau-L’Estoile e G. Pizzorusso (eds.), *Le temps des doutes*, 39-61.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2010). “Le pape rouge et le pape noir. Aux origines des conflits entre la Congrégation “de Propaganda Fide” et la Compagnie de Jésus au XVIIe siècle”, in P.-A. Fabre e C. Maire (eds.), *Les Antijésuites. Discours, figures et lieux de l’antijésuitisme à l’époque moderne*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 539-561.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2011). “Le fonti del Sant’Uffizio per la storia delle missioni e dei rapporti con Propaganda Fide”, in *A dieci anni dall’apertura dell’Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede: storia e archivi*

- dell'Inquisizione, Roma, 21-23 febbraio 2008, Atti dei Convegni Lincei, 260. Roma, Scienze e Lettere, 393-423.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2018). *Governare le missioni, conoscere il mondo nel XVII secolo. La congregazione pontificia de Propaganda Fide*. Viterbo: Sette città.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2020). "Cardinals and the Congregation of the Propaganda Fide", in M. Hollingsworth, M. Pattenden e A. Witte (eds.), *A Companion to the Early Modern Cardinal*. Leiden: Brill, 419-432.
- PIZZORUSSO, Giovanni (2022). *Propaganda fide. La congregazione pontificia e la giurisdizione sulle missioni*. Roma: Edizioni di storia e letteratura.
- PRODI, Paolo (1982). *Il sovrano pontefice: un corpo e due anime, la monarchia papale nella prima età moderna*. Bologna: il Mulino.
- PROSPERI, Adriano (1996). *Tribunali della coscienza. Inquisitori, confessori, missionari*. Torino: Einaudi.
- PROSPERI, Adriano (2022). *Una rivoluzione passiva. Chiesa, intellettuali e religione nella storia d'Italia*. Torino: Einaudi.
- PRUDHOMME, Claude (1994). *Stratégie missionnaire du Saint-Siège sous Léon XIII (1878-1903)*. Roma: École Française de Rome.
- RAGOT-DELCOURT, Véronique (2008). "Evolution des relais et des moyens d'évangélisation des Missions Etrangères de Paris du 17ème au 21ème siècle". *Histoire & missions chrétiennes*, 7, 37-57.
- RICCI, Saverio (2002). *Il Sommo Inquisitore. Giulio Antonio Santori tra autobiografia e storia (1532-1602)*. Roma: Salerno.
- RICCI, Saverio (2010). *Santoro, Giulio Antonio*. DSI.
- RIVERO RODRIGUEZ, Manuel (2014). *La doble lealtad: entre el servicio al rey y la obligación a la Iglesia*, número especial de *Los Libros de la Corte*, 6-8.
- RODARI, Paolo (2019). "Il Manifesto del cardinale Müller per attaccare la dottrina di Francesco". *La Repubblica* (9 de fevereiro). https://www.repubblica.it/vaticano/2019/02/09/news/cardinale_mu_ller-218700536/ (consultado em 1 de agosto de 2025).
- SANGKEUN, Kim (2004). *Nomes estranhos de Deus. The Missionary Translation of the Divine Name and the Chinese Responses to Matteo Ricci's "Shang-ti" in Late Ming China, 1583-1644*. New York et al.: Peter Lang.
- SANTUS, Cesare (2018). "Les papiers des consultants. Questions missionnaires et procès de décision au Saint-Office, XVII -XVIII^e siècles". *Mélanges de l'École française de Rome : Italie et Méditerranée modernes et contemporaines*, 130, II, 431-445.
- SANTUS, Cesare (2019). *Trasgressioni necessarie: Communicatio in sacris, co-*

- esistenza e conflitti tra le comunità cristiane orientali (Levante e Impero ottomano, 17.-18. secolo)*. Roma: École française de Rome.
- SANTUS, Cesare (2021). “L’adoration de Naaman. Pour une histoire croisée des querelles des rites”. *Revue d’Histoire Ecclésiastique*, 116, III-IV, 804-830.
- SCHWEDT, Herman H. (2013). *Die Anfänge der Römischen Inquisition. Kardinal und Konsultoren 1542 bis 1600*. Freiburg: Herder.
- SENÈZE, Nicolas (2017). “Le cardinal Müller critique durement son renvoi par le pape François”. *La Croix* (11 de julho). <https://www.la-croix.com/Religion/Catholicisme/Pape/Le-cardinal-Muller-critique-durement-renvoi-pape-Francois-2017-07-11-1200862179> (consultado em 1 de agosto de 2025).
- SIGNOROTTO, Gianvittorio (1999). “Lo “squadrone volante”. I cardinali ‘liberi’ e la politica europea nella seconda metà del XVII secolo”, in Id. e M.A. Visceglia (eds.), *La corte di Roma tra Cinque e Seicento, ‘teatro’ della politica europea*. Roma: Bulzoni, 93-138.
- SOLERA, Denny (2019). *‘Sotto l’ombra della patente del Santo Ufficio’. I familiares dell’Inquisizione romana tra XVI e XVII secolo*. Firenze: Firenze University Press. DOI: 10.36253/978-88-6453-993-5.
- SOLERA, Denny (2020). “Les privilèges plutôt que l’orthodoxie. L’Inquisition à Malte et sa lutte pour le pouvoir pendant la Contre-Réforme”. *Revue historique*, 696, 117-154.
- SOLERA, Denny (2021). *La società dell’Inquisizione romana. uomini, tribunali e pratiche del Sant’Uffizio romano*. Roma: Carocci.
- SOLERA, Denny (2023). “Coordinate del mondo moderno: i rapporti tra Inquisizione romana e Propaganda Fide”, in B. Ardura, L. Sileo e F. Belluomini (eds.), *Euntes in mundum universum, IV Centenario dell’istituzione della Congregazione di Propaganda Fide (1622-2022)*. Città del Vaticano, Urbaniana University Press, 455-469.
- Sommario del Codice di Diritto Canonico* (1940). Torino: Società Editrice Internazionale. <https://archive.org/details/CodiceDirittoCanonico1917> (consultado em 1 de agosto de 2025).
- SORGE, Giuseppe (1984). *Il “Padroado” regio e la Congregazione ‘de Propaganda Fide’ nei secoli XIV-XVII*. Bologna: CLEUB.
- STANDAERT, Nicolas (2018). “Chinese Voices in the Rites Controversy: The Role of Christian Communities”, in Ines G. Županov, Pierre Antoine Fabre (eds.), *The Rites Controversies in the Early Modern World*. Leiden: Brill, 50-67.
- TING PONG LEE, Ignacio (1972). “La actitud de la Sagra Congregación frente al Regio Patronado”, in J. Metzler (ed.), *Sacrae Congregationis De*

- Propaganda Fide Memoria Rerum. 350 anni al servizio delle missioni. 1622-1972*, Herder, Rom-Freiburg-Wien, 1971-1975. vol. 1/I, 353-438.
- TRENTO, Margherita (2022). *Writing Tamil Catholicism. Literature, Persuasion and Devotion in the Eighteenth Century*. Leiden: Brill.
- VISCEGLIA, Maria Antonietta (ed.) (2013). *Papato e politica internazionale nella prima età moderna*. Roma: Viella.
- ŽUPANOV, Ines G. (1999). *Disputed Mission: Jesuit Experiments and Brahmanical Knowledge in Seventeenth-Century India*. Oxford: Oxford University Press.
- ŽUPANOV, Ines G. e FABRE, Pierre-Antoine (ed.) (2018). *The Rites Controversies in the Early Modern World*. Leiden: Brill.

Transformación de la diplomacia en China bajo el orden westfaliano: tensiones geopolíticas y relaciones Sino-Europeas (siglos XVIII-XIX)¹

Transformation of China's diplomacy under the Westphalian order: geopolitical tensions and Sino-European relations (XVIIIth-XIXth centuries)

MANUEL PEREZ-GARCIA²

Shanghai Jiao Tong University, Department of History, School of Humanities

mpergar@sjtu.edu.cn

<https://orcid.org/0000-0003-4520-3760>

Texto recibido em / Text submitted on: 08/12/2025

Texto aprobado em / Text approved on: 01/04/2026



Resumen. Este artículo explora las relaciones diplomáticas entre China y Gran Bretaña centrándose en el intento fallido de imponer el modelo westfaliano a la China Qing. Se pretende dar un enfoque distinto al estudio del ejercicio de poder y relaciones internacionales durante la dinastía Qing mediante un análisis cualitativo de los textos y manuscritos de los jesuitas como testigos privilegiados en la corte imperial. Se aplica de esta forma la propuesta de una historia conectada para analizar mediante diversos textos de misioneros cristianos el desarrollo, complejidades y rituales culturales en los que se basaban las relaciones internacionales de la China imperial. La principal novedad de este estudio es ofrecer una reevaluación mediante un análisis cualitativo, relativo a aspectos culturales y sociales en torno al ejercicio de poder y articulación de las relaciones internacionales de China, revisando la misión diplomática británica dirigida por Lord Macartney.

¹ La presente investigación está financiada y patrocinada dentro del Proyecto GECM (*Global Encounters between China and Europe: Trade Networks, Consumption and Cultural Exchanges in Macau and Marseille, 1680-1840*), proyecto financiado por el ERC (European Research Council)-Starting Grant, ref. 679371, under the European Union's Horizon 2020 Research and Innovation Programme, www.gecem.eu. El Investigador principal (I.P.) es el profesor Manuel Perez-Garcia (Investigador Distinguido), igualmente I.P. del Proyecto *Global Peripheries and "Baker's Happiness-Theory" in Qing China and Europe: Big Data Mining and Economic Development*, programa BG22/00132 financiado por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades (España) desarrollado en la Universidad de Murcia. Esta investigación también ha formado parte de las actividades académicas de la *Global History Network in China* (GHN) www.globalhistorynetwork.com bajo el programa de investigación *Start-Up Research Funding*, School of Humanities, Shanghai Jiao Tong University (China). Igualmente, la elaboración de este artículo e investigación se ha podido realizar a través del patrocinio y financiación del grupo PAI HUM-1000 *Historia de la Globalización: Violencia, Negociación e Interculturalidad* del Área de Historia Moderna (Universidad Pablo de Olavide), dirigido por el profesor Igor Pérez Tostado.

Me gustaría agradecer los comentarios y sugerencias de los profesores Patrick O'Brien, Pat Manning, Joe P. McDermott, Leonard Blusse, François Gipouloux, Debin Ma, Antonio Ibarra, Robert Antony, Zhang Yi, Qiu Pengsheng, Liu Shiyun (Michael), Cai Xiangyu (Ellen), Li Qingxin and Wang Zhenzhong.

² P.I. of GECM Project (ERC-StG. 679371), 800 Dongchuan Road, SJTU, 200240, Shanghai (P.R.China).

Palabras clave. Sistema tributario, sinocentrismo, Guerras del Opio, embajada Macartney, Qianlong.

Abstract. This article explores the diplomatic relations between China and Britain, focusing on the failed attempt to impose the Westphalian model upon Qing China. This study seeks to provide a distinct approach to the examination of power dynamics and international relations during the Qing dynasty based on the tributary system. This is achieved through a qualitative analysis of texts and manuscripts by Jesuits, who served as privileged witnesses at the imperial court. In this manner, the proposal of a connected history is applied to analyse, through various texts by Christian missionaries, the development, complexities, and cultural rituals upon which the international relations of imperial China were founded. The principal novelty of this study lies in offering a re-evaluation through qualitative analysis, pertaining to cultural and social aspects surrounding the exercise of power and the articulation of China's international relations. It re-examines the British diplomatic mission led by Lord Macartney.

Keywords. Tributary system, sinocentrism, Opium Wars, Macartney embassy, Qianlong.

Introducción: divergencias entre los sistemas diplomáticos europeo y chino, rituales y pragmatismo

A finales del siglo XVIII e inicios del XIX, el orden Eurocéntrico marcaba una geopolítica y relaciones internacionales basadas en el sistema westfaliano, en donde las principales potencias europeas bajo el liderazgo del imperio británico trataron de imponer un nuevo modelo diplomático en la China Qing (KAYAOGLU 2010; STIRK 2012). Este paradigma se basaba en un principio de soberanía estatal guiado por la igualdad jurídica entre naciones y una diplomacia formal, que se diferenciaba notablemente del sistema sinocéntrico tradicional que había regido las relaciones exteriores de China durante siglos (PEREZ-GARCIA 2021). En Asia Oriental el orden geopolítico y las relaciones diplomáticas se habían estructurado históricamente bajo un principio asimétrico y jerárquico, conocido como el sistema tributario. En este marco, el Reino del Centro (China) ocupaba una posición hegemónica, mientras que las naciones circundantes rendían tributo al emperador, consolidando un modelo de relaciones informales basadas en rituales culturales y simbólicos (FAIRBANK y YU 1941; FAIRBANK 1942; PERDUE 2015; KANG 2020; WOMACK 2012). Frente a esta tradición, los intentos europeos por establecer relaciones diplomáticas basadas en los principios westfalianos chocaron con la firme resistencia de la corte imperial Qing, regida por la dinastía manchú. Para los dirigentes Qing, estas iniciativas no solo representaban una amenaza a su visión jerárquica del mundo, sino también un desafío directo a su autoridad imperial y a su concepción cosmológica del orden internacional.

Este período marcó un hito trascendental en la historia de las relaciones internacionales y la diplomacia de China. La presión extranjera, junto con los conflictos que desembocaron en la Primera Guerra del Opio (1839-42), obligó al imperio Qing a integrarse, aunque de manera forzada, en el nuevo orden mundial (ROWE 2009). Este proceso generó profundas tensiones dentro de la sociedad china y contribuyó a la formación de una conciencia de victimismo que atribuía las penurias económicas y sociales de los siglos XIX y XX a la imposición de modelos occidentales.

Una línea de investigación esencial en los estudios de historia de las relaciones internacionales y las ciencias políticas es aquella que se centra en las formas de contacto político, económico y diplomático entre las naciones modernas (WALLERSTEIN 1980; LANDES 1998; YE 2002; ACEMOGLU 2005; WESTAD 2012; DENG 2016). Asimismo, resulta crucial indagar en los orígenes del sistema mundial de embajadas y en el papel de los embajadores que lo rigen. Este enfoque no solo permite comprender mejor las dinámicas que dieron forma al orden internacional contemporáneo, las relaciones internacionales entre China y las potencias occidentales, sino también evaluar críticamente las estructuras que hoy consideramos universales, pero que en su momento fueron el resultado de procesos históricos específicos y, en muchos casos, impuestos.

Aunque el nombramiento de embajadores permanentes está ampliamente extendido en el mundo moderno y tiene sus raíces en las prácticas diplomáticas tradicionales de Europa, resulta difícil identificar el momento preciso en el que surgió el sistema moderno de diplomacia. Expertos en la materia señalan el “Concierto de Europa”, establecido tras la caída de Napoleón, como el período en el que las prácticas diplomáticas modernas se expresaron y codificaron por primera vez (CHAPMAN 2006; GHERVAS 2008; MARK 2013). Sin embargo, esta respuesta resulta, en cierta medida, insatisfactoria. Un ejemplo ilustrativo de esta ambigüedad se encuentra en la declaración del británico lord Castlereagh, quien, en respuesta a una propuesta rusa de que los embajadores aliados supervisaran los asuntos internos de la Francia de posguerra, afirmó que el sistema diplomático no estaba “destinado a ser una unión para el gobierno del mundo, ni para la supervisión de los asuntos internos de otros estados” (HINDE 1985: 258). Esta declaración contrasta notablemente con las controversias en las que suelen verse envueltos los representantes diplomáticos modernos, donde frecuentemente se cuestiona

qué constituye un comportamiento político apropiado para un embajador³.

Existe, por tanto, una clara tensión entre los objetivos declarados de los embajadores —facilitar la comunicación entre dos países soberanos— y las ambiciones reales de aquellos funcionarios seleccionados para representar los intereses de sus naciones, así como sus propios intereses personales y profesionales. Para comprender esta tensión y su origen histórico, este artículo tiene como objetivo examinar las conexiones y divergencias entre la diplomacia británica y su contraparte plenamente desarrollada en Asia: el sistema diplomático internacional de la dinastía manchú (Qing) de China. A través de este análisis, se busca arrojar luz sobre cómo las prácticas diplomáticas modernas evolucionaron en contextos culturales y políticos radicalmente distintos, y cómo estas diferencias han influido en la concepción actual del papel de los embajadores y las relaciones internacionales.

Un ejemplo ilustrativo de esta diferencia se encuentra en la breve estancia de la embajada de lord Macartney en Vietnam [*Việt Nam* 越南], antes de su llegada a China. Al descubrir que el imperio vietnamita estaba sumido en una guerra civil entre dos facciones, sir George Staunton, oficial de la embajada británica, demostró una comprensión avanzada de las “esferas de influencia” en el ámbito de la política internacional. Staunton evitó cuidadosamente cualquier relación o intromisión con una de las facciones antes de establecer contacto formal con el gobierno chino⁴. Este enfoque reflejaba la cautela británica ante la posibilidad de que China, como potencia hegemónica en la región, defendiera celosamente la integridad de su estado tributario y castigara a quienes socavaran a su facción preferida en el conflicto vietnamita.

Sin embargo, las acciones posteriores de la China Qing con respecto a Vietnam revelaron un compromiso mucho más flexible y pragmático del que los británicos habían anticipado. Inicialmente, la corte Qing envió un ejército para proteger al monarca vietnamita, pero, al encontrar dificultades en el terreno, el emperador Qianlong optó por una solución más conciliadora (MOMOKI 2015; HOLCOMBE 2017). Aceptó la lealtad de los rebeldes y permitió que el antiguo gobernante de Vietnam se uniera a las divisiones ad-

³ Por ejemplo, el embajador de Estados Unidos en Hungría en 2022 fue objeto de varios ataques personales por parte del presidente de Hungría debido a sus frecuentes reuniones, hechas públicas, con figuras de la oposición (BAYER 2022).

Aunque la Embajada de Estados Unidos respondió a estos ataques con el argumento de que los diplomáticos húngaros se reúnen frecuentemente con una gran variedad de dignatarios y estadistas de los Estados Unidos, esta respuesta desvía la atención de la cuestión fundamental de si tales actividades son apropiadas para cualquier diplomático supuestamente neutral y no intervencionista.

⁴ The Anton Library / The Beijing Center for Chinese Studies (AN / TBC), TBC 00022333, signature: DS 708 S78, Sir George Staunton, *An Authentic Account of an Embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*, vol. 1 (London, W. Bloomer and Co., 1797), 329-333.

ministrativas y militares Qing, específicamente a las llamadas “divisiones de los ocho estandartes” [*baqí* 八旗] (ELLIOT 2002). Esta decisión no solo reflejaba la capacidad de adaptación de la diplomacia Qing, sino también su enfoque pragmático para mantener la estabilidad en su esfera de influencia, incluso si ello implicaba transigir con facciones rebeldes.

Este episodio subraya las profundas diferencias entre las concepciones europeas y chinas en diplomacia y gestión de las relaciones internacionales. Mientras que los británicos operaban bajo un marco de esferas de influencia y alianzas estratégicas, los Qing priorizaban la flexibilidad y el pragmatismo, adaptándose a las circunstancias para preservar su autoridad y estabilidad regional.

La importancia de las relaciones sino-británicas, y por extensión las relaciones entre Europa y Asia Oriental es un fenómeno ampliamente estudiado (HOLCOMBE 2017; ZHANG, ZHAI 2019; HAN 2021). Sin embargo, existe una notable carencia en la literatura académica que aborde de manera seria y profunda los dos intentos diplomáticos oficiales realizados por el gobierno británico hacia el gobierno chino en las décadas previas al estallido del conflicto armado. Tanto el fracaso digno de la embajada Macartney en 1793 como el fracaso embarazoso de la embajada Amherst en 1816 fueron interpretados por el gobierno de lord Melbourne en 1838 como evidencia contundente de la imposibilidad de establecer relaciones diplomáticas normales entre Gran Bretaña y China (UK PA, House of Commons, Deb. vol. 44, col. 747, July 1838). Aunque las Guerras del Opio obligaría posteriormente a China a entablar relaciones diplomáticas formales con Gran Bretaña, este artículo sostiene que el estallido del conflicto estuvo predeterminado por dos factores clave: la incapacidad del gobierno Qing para interactuar con las potencias europeas, especialmente Gran Bretaña, bajo los principios de un estado-nación westfaliano, y la insistencia británica en imponer sus propios modelos y principios en su relación con China.

Un análisis detallado de los relatos de primera mano producidos por las embajadas de Macartney y Amherst, junto con una revisión exhaustiva de los documentos generados tanto por el gobierno Qing como por el británico en relación con estas misiones diplomáticas, proporcionará evidencia suficiente para demostrar que el deterioro de las relaciones sino-británicas era inevitable desde sus orígenes, hacia 1792. Estos intentos diplomáticos no solo revelan un choque de visiones y sistemas, sino también la profunda incompatibilidad entre las concepciones chinas y británicas de soberanía, diplomacia y el orden internacional.

1. El legado de la embajada Macartney: resistencia de la corte manchú en la adopción prácticas europeas en diplomacia

No cabe duda de que la embajada Macartney logró un éxito sin precedentes al establecer contacto directo con el emperador Qianlong sin someterse plenamente a los estrictos rituales de la corte Qing. Este hecho, en sí mismo, aunque representó un hito en las relaciones sino-británicas, demostró la capacidad de los británicos para negociar en términos que desafiaban, aunque no completamente, el orden sinocéntrico tradicional. El resultado final de la embajada fue un fracaso en su objetivo principal: establecer vínculos diplomáticos formales entre Gran Bretaña y China. La preocupación del gobierno Qing por mantener la estabilidad social y política, junto con un genuino desconocimiento de las normas diplomáticas occidentales entre sus funcionarios, contribuyó significativamente al fracaso de la misión Amherst dos décadas después. Aunque la embajada de Amherst (1816) representó un nuevo intento por parte de los británicos de establecer relaciones formales con China, su resultado fue aún más desastroso que el de su predecesora. Este desenlace evidenció la imposibilidad de conciliar dos sistemas antagónicos como el sistema tributario sinocéntrico y el modelo westfaliano de las potencias europeas.

Estos fracasos diplomáticos no solo marcaron el fin de los intentos británicos por establecer relaciones formales con China a corto plazo, sino que también sentaron las bases para el deterioro irreversible de las relaciones sino-británicas y el choque frontal entre China y Occidente. El fracaso de la embajada Amherst, que ni siquiera logró alcanzar un acuerdo sobre los rituales diplomáticos y las ceremonias, revela la profunda intransigencia de la mentalidad diplomática británica. Esta postura se fundamentaba en la insistencia de tratar al imperio Qing como si fuera una nación europea, con el objetivo principal de expandir el comercio y, en última instancia, convertir a China en una especie de “semi-colonia” bajo la influencia de Gran Bretaña.

El análisis de la embajada Macartney cumple una doble función que resulta esencial para comprender las relaciones sino-británicas en el siglo XVI-II. Por un lado, establece de manera clara los intereses divergentes entre el gobierno británico y la corte Qing, y por otro, destaca la importancia de las transferencias culturales y las percepciones de la política internacional en aquel período. Las ambiciones del imperio británico en China eran amplias, y la lista de demandas presentadas al emperador Qianlong reflejaba una agenda ambiciosa. Estas exigencias incluían: 1) la apertura de puertos comerciales en la costa china, más allá de Cantón; 2) el establecimiento de una factoría

británica en Pekín; 3) el arrendamiento de una isla cerca de *Zhōushān* 舟山 para albergar a comerciantes británicos; 4) la reducción de aranceles comerciales; y 5) el permiso para que los misioneros británicos predicaran en China (HAT, BACKHOUSE, OTWAY, BRAND 1914: 327-330). Sin embargo, el emperador Qianlong rechazó categóricamente estas solicitudes, reafirmando la posición de China como el “Reino del Centro” y su desinterés en integrarse plenamente en el sistema comercial y diplomático europeo⁵.

A pesar de la importancia de estas demandas formales, no constituían el objetivo principal de lord Macartney y su comitiva durante su viaje a China. Sir George Staunton, uno de los miembros clave de la embajada, sintió la necesidad de matizar estas exigencias en su relato oficial, bajando las expectativas sobre las intenciones británicas. En sus palabras:

Se supuso naturalmente... cuando se conoció la decisión de enviar una embajada a China desde Gran Bretaña, que ésta se emprendió con fines comerciales. De hecho, el intercambio entre los dos países se llevaba a cabo de una manera que requería un cambio (AN / TBC, TBC 00022333, DS 708 S78, STAUNTON 1797: 1).

Esta declaración sugiere que, más allá de las demandas específicas, la embajada buscaba sentar las bases para una relación más amplia y duradera entre ambas potencias, aunque sin comprender plenamente las limitaciones impuestas por el sistema sinocéntrico Qing. El deseo británico de establecer vínculos directos con el emperador Qianlong, en lugar de operar a través de intermediarios locales, se evidenció de manera clara en la decisión audaz y arriesgada de la embajada Macartney de viajar directamente a Pekín sin detenerse en Cantón.

Esta estrategia incluía incluso evitar contratar a marinos locales para pilotar las embarcaciones que los llevarían a la corte imperial. El objetivo de esta maniobra era eludir la interferencia de los funcionarios de Cantón, en particular del *hoppo* [粤海关部 *yuèhǎi guānbù*], supervisor y administrador de las

⁵ Recordemos que en 1757 Qianlong estableció el conocido “Sistema de Canton” [*yīkǒu tōngshāng* 一口通商], el cual restringía el comercio de las potencias europeas con China a través de Cantón. Se establecieron trece factorías [*shí sān háng* 十三行] en la isla de Whampoa [*Huángpǔ* 黄埔] que albergaron a las compañías comerciales europeas en donde los comerciantes chinos de Cantón, conocidos como Hong [*háng shāng* 行商], ejercían como intermediarios con las compañías y potencias europeas. El objetivo del imperio británico a través de la embajada Macartney, y posteriormente Amherst, era romper este sistema y crear un sistema comercial y económico ad hoc a los intereses de expansión británicos para convertirse en el poder hegemónico a escala global y así controlar el mercado chino que tanto ansiaban por dominar las potencias europeas (VAN DYKE 2005; PEREZ-GARCIA, LEI JIN 2021).

aduanas de Cantón, quien podría haber obstaculizado o manipulado la misión de lord Macartney (VAN DYKE 2005; WILLS, CRANMER-BYNG 2016; PEREZ-GARCIA, LEI JIN 2021). Los británicos creían firmemente que el contacto directo con el emperador era la clave para lograr resultados favorables, una convicción que se vio reforzada por el comportamiento del gobernador de *Zhōushān*. Temiendo ser degradado por faltarle al respeto a los invitados del emperador, el gobernador reclutó rápidamente a dos pilotos reticentes para guiar a los barcos británicos en su trayecto hacia Pekín (AN / TBC, TBC 00022333, DS 708 S78, STAUNTON 1797: 393). La idea de eludir a los funcionarios locales para presentar quejas o solicitudes directamente al emperador no era una novedad en la historia china. Sin embargo, la forma y el enfoque del discurso de los británicos, así como la audiencia que buscaban, representaban un serio desafío para la corte Qing. La decisión de la embajada de evitar a los intermediarios de Cantón no fue simplemente una táctica logística, sino un intento de redefinir las reglas del juego diplomático entre China y Gran Bretaña.

Es importante remarcar que el objetivo británico no se limitaba a lograr una reunión aislada con el emperador Qianlong, ni a que este concediera las demandas específicas presentadas por el rey Jorge III y la Compañía Británica de las Indias Orientales. La embajada Macartney perseguía un propósito mucho más ambicioso: establecer un embajador británico permanente en la capital china, cuya función sería negociar asuntos relacionados con las relaciones sino-británicas y, en última instancia, integrar a China en el orden westfaliano de estados-nación. Los principales miembros de la embajada Macartney reflexionaron meticulosamente sobre la conveniencia y viabilidad de este plan. Sin embargo, la firmeza con la que impulsaron este objetivo se vio confrontada por la resistencia del emperador Qianlong. En una breve carta de tres párrafos dirigida al rey Jorge III, el emperador rechazó de manera categórica la mera sugerencia de establecer un embajador británico permanente en Pekín:

En cuanto a su súplica de enviar a uno de sus nacionales para ser acreditado en mi Corte Celestial y estar a cargo del comercio de su país con China, esta solicitud es contraria a todas las costumbres de mi dinastía y no puede ser considerada de ninguna manera... Sería completamente imposible dejarlos (a los embajadores) a su libre albedrío... Europa está compuesta por muchas otras naciones además de la suya: si todas y cada una exigieran estar representadas en nuestra Corte, ¿cómo podríamos consentirlo? Esto es totalmente impracticable. ¿Cómo podría nuestra dinastía alterar todo su procedimiento y sistema de etiqueta (diplomacia), establecido durante más de un siglo, para satisfacer sus puntos de vista individuales? ... Incluso si su enviado fuera ca-

paz de adquirir los rudimentos de nuestra civilización, no podría trasplantar (transferir) nuestras costumbres y modales a su suelo extranjero. Por lo tanto, por muy hábil que llegara a ser el Enviado, nada se ganaría con ello (HAT, BACKHOUSE, OTWAY, BRAND 1914: 323-324).

Qianlong consideraba el sistema westfaliano de embajadores residentes en Pekín, con inmunidad diplomática y canales abiertos de comunicación con sus gobiernos de origen, como algo ajeno y peligroso para China. Las preocupaciones de Qianlong eran bastante legítimas debido a que durante los dos meses de la embajada el séquito de Macartney provocó varios incidentes: la degradación de un alto funcionario por desobedecer al emperador, avergonzó a los médicos del emperador al demostrar la teoría de la circulación sanguínea, despertó celos entre los representantes de los estados tributarios de la corte Qing, descubrió las intensas divisiones étnicas que amenazaban el dominio manchú y se enzarzó en una disputa abierta con un general tibetano de alto rango (AN / TBC, TBC 00022333, DS 708 S78, STAUNTON 1797: 247, 252, 254, 271, 278). Estos incidentes no solo revelaron las vulnerabilidades del sistema Qing, sino también el potencial disruptivo de la presencia extranjera en China.

Para Qianlong, la idea de permitir un embajador permanente de cualquier país extranjero habría significado contar con un funcionario residente sin lealtad al emperador disfrutando de una posición privilegiada para conocer “secretos”, y acceder a asuntos internos, de la política china, introducir ideas extranjeras que puedan desestabilizar al régimen, perturbar a otras naciones que no tuvieran un embajador permanente y alterar toda la cadena de mando Qing al informar directamente al emperador de los acontecimientos sin ningún control por parte de los mandos civil o militar chino. Sin duda, recayó sobre Macartney y su embajada la hercúlea tarea de convencer al emperador Qianlong de que un intercambio comercial y diplomático abierto con Europa no representaba una amenaza para la estabilidad del régimen imperial chino.

Sin embargo, el éxito de esta misión resultó imposible debido a la profunda ignorancia mutua de las costumbres y protocolos diplomáticos, así como a la firme creencia británica en la universalidad de su modelo político y económico. La ignorancia china sobre el orden diplomático westfaliano se evidencia en la carta de Qianlong al rey Jorge III, donde describe las solicitudes británicas de un enviado permanente como “sus puntos de vista individuales”, creyendo que los estándares diplomáticos westfalianos eran una peculiaridad o característica británica. Este nivel de ignorancia se extendía incluso a los funcionarios y diplomáticos chinos que habían participado en negociaciones de alto nivel con el gobierno ruso.

Durante su partida de Pekín, lord Macartney fue acompañado por Sun-ta-Zhin, un funcionario chino con experiencia en la negociación de disputas fronterizas con diplomáticos rusos (AN / TBC, TBC 00022333, DS 708 S78, STAUNTON 1797: 341). Dado que Macartney había servido previamente como embajador británico en Rusia, ambos comenzaron a compartir experiencias y reflexiones de sus carreras diplomáticas:

La conversación aquí se volvió menos formal; al descubrir, en el curso de la misma, que la residencia del Embajador había continuado durante tres años en Rusia, él (Sun-ta-Zhin) pareció perplejo al intentar adivinar qué asuntos públicos podría haber tenido que tramitar allí durante un período tan largo (AN / TBC, TBC 00022333, DS 708 S78, STAUNTON 1797: 356).

Para Sun-ta-Zhin, y para todo el cuerpo de oficiales y dignatarios chinos, la diplomacia consistía en recibir emisarios tributarios de pequeños estados y, ocasionalmente, reunirse en la frontera con funcionarios rusos para discutir importantes cuestiones de estado sobre la gestión territorial con una potencia vecina tan grande y poderosa como era el imperio ruso.

El ejemplo de la diplomacia rusa con China fue importante porque el arreglo especial de *kowtows* [kòutóu 叩头] mutuos entre los funcionarios rusos que visitaban al emperador y funcionarios chinos que visitaban al zar ruso obligó a Macartney a buscar un permiso especial para evitar hacer un *kowtow* completo durante su propia visita (AN / TBC, TBC 00022333, DS 708 S78, STAUNTON 1797: 131)⁶. Aunque Qianlong accedió a recibir a Macartney sin exigirle el ritual completo, la expectativa de Macartney de recibir un trato similar al de los rusos revela un malentendido fundamental de los valores Qing. Tal malentendido se basaba en la creencia de que las negociaciones comerciales y territoriales serían tratadas con respeto y trato de equidad por parte del gobierno chino. La famosa afirmación de Qianlong de “*I set no value on objects strange or ingenious, and have no use for your country’s manufactures* [no aprecio objetos extraños o ingeniosos, y no me interesan las manufacturas de su país]” reveló que el ideal británico en establecer relaciones recíprocas, en definitiva, un modelo westfaliano, no tenía fundamento ninguno (HAT, BACKHOUSE, OTWAY, BRAND 1914: 325).

⁶ Staunton menciona que *kowtow* es el acto de respeto y postración ante el emperador de acuerdo al protocolo, prácticas, rituales y ceremonias de la China imperial. *Kòu* 叩 significa “golpear”, y *tóu* 头 significa “cabeza”, siendo, por tanto, el acto de golpear la cabeza en el suelo, postrarse y arrodillarse ante el emperador. Véanse más referencias sobre el *kowtow* en: ROCKHILL 1897; PRITCHARD 1943; HEVIA 1995, 2009; GAO 2016.

La política interna y exterior de la China imperial se basaba, por tanto, en un sistema económico basado en la autarquía y política mercantilista, protección de fronteras y unificación del vasto territorio conquistado durante las campañas militares llevadas a cabo en los siglos XVII y XVIII. En definitiva, el Reino del Centro se caracterizaba por su autosuficiencia y su principal objetivo era mantener la unidad territorial evitando toda injerencia de potencias extranjeras. El gobierno chino estaba perfectamente satisfecho con permitir que los funcionarios locales, designados en las ciudades comerciales, controlaran el flujo de bienes extranjeros. Quizás la principal debilidad de la misión Macartney, y a la postre su fracaso, fue su total dependencia y creencia en la utilización e imposición de una lógica profundamente europea, cuyo objetivo era transformar y revertir las prácticas comerciales, modelos diplomáticos y rituales que la dinastía Qing había establecido tras el derrocamiento de la dinastía Ming.

2. El choque de sistemas diplomáticos: sinocentrismo versus westfalianismo

Un enfoque acertado para analizar el *modus operandi* y la lógica del gobierno británico en sus relaciones diplomáticas con la China Qing consiste en examinar la composición de la embajada Macartney, integrada por noventa y siete personas:

La guardia de Lord Macartney no era numerosa, pero consistía en hombres seleccionados de la infantería, así como de la artillería, con piezas de campo ligeras, cuyo manejo, de acuerdo con las recientes mejoras, junto con las diversas evoluciones de los hombres, podría, en estos aspectos, transmitir alguna idea del arte europeo de la guerra y ser un espectáculo interesante para el Emperador de China... La Embajada contaba con un médico muy capacitado: una circunstancia deseable... considerando que, después de su llegada a China, el ejercicio exitoso de su profesión... podría despertar su admiración (del pueblo chino) así como su gratitud... El Doctor también estaba profundamente versado en química... muy útil en la sociedad... El Doctor Dinwiddie y el Sr. Barrow, ambos conocedores de astronomía, mecánica y todas las demás ramas dependientes de las matemáticas, fueron probablemente útiles... En la elección de los regalos... se pensó que todo lo que tendiera a ilustrar la ciencia o promover las artes daría una satisfacción más sólida y permanente a un Príncipe, cuya etapa de vida lo llevaría, naturalmente, a

buscar, en cada objeto, la utilidad de la que fuera susceptible... Muestras de las mejores manufacturas británicas, y todas las innovaciones recientes para agregar comodidades y confort a la vida social, podrían cumplir el doble propósito de gratificar a aquellos a quienes se les presentarían y de excitar una demanda más general para la compra de artículos similares (AN / TBC, TBC 00022333, DS 708 S78, STAUNTON 1797: 35-43).

Entre los miembros seleccionados no solo se encontraban diplomáticos y expertos, sino también “una banda de seis músicos... un relojero... (y) un fabricante de instrumentos matemáticos”, además de una amplia variedad de especialistas y regalos destinados a impresionar a la corte Qing (AN / TBC, TBC 00022286, DS 708 A54, ANDERSON 1795: xvii). Investigadores que han estudiado esta misión han señalado, con acierto, que lord Macartney y su comitiva “esperaban dar un golpe espectacular que dejaría atónitos a los Qing y los pondría en una postura amistosa al abrumarlos con muestras gratuitas de la magia tecnológica de Europa” (PRITCHARD 1943; GILLINGHAM 1993; CROSSLEY 1999).

Sin embargo, este enfoque estaba condenado al fracaso desde el principio, ya que su lógica subyacente no era sutil ni respetuosa hacia el gobierno chino, sino que buscaba explícitamente la ostentación y la demostración de la hegemonía científica y tecnológica de Occidente, en particular del imperio británico. Macartney creía firmemente que exhibir los avances británicos en ciencias militares, médicas, químicas, físicas y mecánicas convencería a la corte Qing de la superioridad científica y tecnológica de Gran Bretaña sobre cualquier otra potencia, tanto europea como oriental. Según esta lógica, una vez que los Qing reconocieran esta superioridad, estarían dispuestos a interactuar con Gran Bretaña para expandir sus propias capacidades científicas y tecnológicas, uniéndose así a Europa en lo que consideraban la marcha inexorable hacia el progreso humano.

No obstante, la corte Qing no podía saber, ni siquiera intuir, que los eruditos y las imponentes máquinas exhibidas por Macartney representaban los orígenes de la industrialización y el alcance del desarrollo europeo en ciencia y tecnología. Aunque los conciertos de música ofrecidos por los británicos entusiasmaron al público chino y los regalos mecánicos —especialmente los relojes— complacieron al emperador Qianlong, estos debieron parecer meras curiosidades y objetos brillantes, más que indicadores de una superioridad tecnológica. Contrario a las intenciones declaradas de Macartney, solo dos aspectos de la embajada captaron plenamente la atención de Qianlong: la ciencia militar demostrada por la guardia británica y la ciencia naval repre-

sentada por los imponentes barcos que acompañaron la misión. Estas muestras de poderío militar y naval no pasaron desapercibidas para el emperador, quien, según documentos internos de la administración Qing, inició los preparativos para responder a un posible ataque británico poco después de que se le pidiera a Macartney abandonar Pekín. Para Qianlong, la embajada no era solo una misión diplomática, sino también una demostración de fuerza que podía representar una amenaza potencial para la estabilidad del imperio.

Inglaterra es más fuerte y feroz que otros países del océano occidental. Dado que las cosas no han salido como ellos deseaban, podría causar que provoquen problemas... también hay una gran cantidad de cartas sobre cómo deshacerse de los cinco barcos británicos ahora anclados en *Zhōushān*, especialmente el buque de guerra fuertemente armado HMS Lion (HARRISON 2017).

Quizás si Macartney hubiera sido más sensible a la historia imperial Qing, se habría dado cuenta de que un grupo de extranjeros fuertemente armados sería visto con inmensa sospecha por el gobierno manchú. La dinastía Qing había llegado a China apenas un siglo antes como un grupo extranjero, utilizando su poderío militar para subyugar a la etnia mayoritaria Han y consolidar su dominio. Esta experiencia histórica hacía que los Qing fueran particularmente cautelosos ante cualquier presencia extranjera que pudiera representar una amenaza potencial para su autoridad.

Un ejemplo claro de esta desconfianza es el bien conocido “caso Flint”. James Flint, un comerciante y diplomático británico, desafió las leyes y costumbres chinas al viajar a Tianjin para presentar un informe directamente al emperador, denunciando la extendida corrupción y malversación en Cantón, con el *hoppo* (superintendente de aduanas) como principal responsable (WILLS, CRANMER-BYNG 2016). Este acto de insubordinación no solo enfureció a Qianlong, sino que también llevó al emperador a establecer el “Sistema de Cantón” en 1757, cerrando todos los puertos de China al comercio exterior, excepto el de Cantón. En una orden dirigida al *liǎng guǎng zǒngdū* 两广总督 (gobernador general de las provincias de Guangdong y Guangxi), Qianlong declaró efectivo el cierre de los puertos de China: “Haced saber a los hombres de negocios extranjeros que en el futuro sólo podrán comerciar en Guangdong (Cantón) y no podrán ir a Ningbo. Si esta orden fuera desobedecida, deberán escoltar el barco para que regrese a Guangdong” (FHAC, Jun Ji Chu Shang Yu Dang, 10th November, Qianlong 21st Year, 1757).

Este edicto imperial que estableció el “Sistema de Cantón” supuso una

profunda transformación en las relaciones económicas e internacionales entre China y las potencias occidentales, particularmente el imperio británico, durante la segunda mitad del siglo XVIII e inicios del siglo XIX. Este sistema puede considerarse un testimonio emblemático de los primeros esfuerzos de la China imperial en controlar el comercio dentro de los confines de sus políticas proteccionistas, una medida que guarda notables similitudes con los principios mercantilistas adoptados por los imperios europeos. Sin embargo, más allá de su dimensión económica, esta maniobra estratégica reflejaba las ansiedades palpables de los gobernantes Qing ante la creciente intrusión extranjera, que amenazaba con alterar el equilibrio de poder en el Mar del Sur de China y los mercados del Pacífico.

Desde que los manchúes, un pueblo extranjero ajeno a la etnia mayoritaria Han, ascendieron al trono del Reino del Centro en 1644 tras derrocar a la dinastía Ming, la dinastía Qing se enfrentó a una coexistencia incómoda entre conquistadores y conquistados. Esta tensión interna obligó a mantener una vigilancia constante sobre posibles levantamientos e insurrecciones por parte de la población Han. El “caso Flint” exacerbó estos temores. Qianlong sospechaba que los navíos extranjeros que transportaban a Flint y su expedición a Tianjin podían albergar insurgentes Han dispuestos a derrocar a la dinastía manchú para recuperar el poder.

Estos episodios, anteriores a la misión de Macartney, muestran el desconocimiento de los dignatarios británicos para enfocar las relaciones comerciales con China. Había, por tanto, un gran abismo con relación a la comprensión del progreso y la ciencia en la China y Gran Bretaña del siglo XVIII. El fracaso de Macartney y Qianlong en salvar este abismo significó que China finalmente sería arrastrada, en lugar de persuadida, a unirse al emergente orden mundial westfaliano. El establecer un principio de reciprocidad en las relaciones diplomáticas con China era una empresa imposible. Este error ha persistido notoriamente llegando hasta nuestros días, ya que la divergencia entre el orden westfaliano europeo y el sistema sinocéntrico basado en rituales culturales, sistema tributario y orden jerárquico de carácter confuciano, imposibilitaba que hubiese reciprocidad en las relaciones internacionales y diplomáticas entre China y Occidente.

Cuando lord Macartney abandonó Pekín, el gobierno británico no fue consciente de los serios problemas estructurales que impedían la apertura de relaciones diplomáticas y comerciales con China. Un misionero europeo residente en Pekín llegó a aconsejar a Macartney que la misión diplomática había sido un éxito y que representaba el comienzo de una nueva relación entre ambas potencias:

los chinos tenían poca noción de celebrar tratados con países extranjeros; pero cualquier asunto que fuera deseable tramitar con ellos debía, después de sentar una base favorable mediante la concesión de una Embajada, posteriormente debía ser llevado a cabo lentamente a través de pequeños pasos y acciones... los mismos temas podrían volver a plantearse, cuando el tono ofensivo de la nueva idea presentada con anterioridad hubiera pasado, para una consideración más seria y desapasionada (AN / TBC, TBC 00022333, DS 708 S78, STAUNTON 1797: 335-336).

La idea de que la embajada de Macartney representaba un pequeño primer paso en la evolución de las relaciones sino-británicas podría haber ayudado a mitigar el orgullo británico después de que sus demandas fueran categóricamente rechazadas por Qianlong. Sin embargo, la década de 1810 demostró claramente que el statu quo en las relaciones entre ambos imperios permanecía inalterado. Los británicos continuaron tratando con los comerciantes Hong y los funcionarios locales de Cantón como si fueran embajadores de facto de China, una práctica que reflejaba la falta de avances en la diplomacia formal entre ambas potencias. El incidente que provocó que el gobierno británico y la Compañía Británica de las Indias Orientales colaborasen en enviar una segunda embajada británica a la corte Qing se fundamentó en una discrepancia sobre la ley marítima. Durante la guerra anglo-estadounidense de 1812, un capitán naval británico decidió capturar barcos comerciales estadounidenses en aguas cercanas a Cantón en pleno cumplimiento de la ley y la costumbre marítima europea (AN / TBC, TBC 951.03 18, DS709 E48, ELLIS 1840: 11).

Los funcionarios locales de Cantón no aceptaron la ley marítima europea y consideraron los actos como simple piratería, exigiendo que la Compañía Británica de las Indias Orientales pagara una indemnización por los daños causados a los estadounidenses y enviara todos los buques británicos de guerra de regreso a Europa. El hecho de que la Compañía de las Indias Orientales no tuviera control sobre los barcos de la Marina Real [Royal Navy] no causó buena impresión a las autoridades cantonesas, quienes tomaron medidas inmediatas para castigar a la Compañía por incumplimiento de sus obligaciones. Curiosamente, la Compañía Británica de las Indias Orientales atribuyó la culpa de este escándalo a los funcionarios locales de Cantón: "Los propios directores tenían la opinión de que la verdad estaba oculta por el Emperador y, por lo tanto, concluyeron que podría esperarse una reparación de agravios mediante una solicitud directa a su autoridad suprema" (AN / TBC, TBC 951.03 18, DS709 E48, ELLIS 1840: 12).

Henry Ellis, comisionado de la misión Amherst, se mostró menos optimista sobre el resultado de cualquier interacción directa con el emperador Jiaqing: “Asegurar el disfrute de los privilegios que ahora existen o, más apropiadamente, la estabilidad en las regulaciones para establecer comercio es el límite de todos los cálculos probables” (AN / TBC, TBC 951.03 18, DS709 E48, ELLIS 1840: 12).

En realidad, ambos puntos de vista eran extremadamente optimistas sobre el interés chino en su interacción con Gran Bretaña como un estado-nación westfaliano, en lugar de como un miembro del sistema tributario Qing. La misión Amherst tomó la medida de evitar Cantón y, por lo tanto, eludir cualquier cooperación con los funcionarios Qing cantoneses, tal como lo había hecho lord Macartney. Sin embargo, un comentario hecho por funcionarios manchúes de que Gran Bretaña era la nación europea favorita del emperador porque “venían de una gran distancia para manifestar su respeto” debería haber dado indicios de que Jiaqing estaba decidido a tratar a esta embajada británica como un grupo de enviados de un estado tributario (AN / TBC, TBC 951.03 18, DS709 E48, ELLIS 1840: 19).

Las cuestiones relacionadas con los rituales ceremoniales y lenguaje dominaron el discurso de Amherst con los funcionarios manchúes durante su viaje a Pekín. El emperador Jiaqing estableció una serie de condiciones estrictas para la recepción de la embajada británica: solo cincuenta enviados británicos podían viajar a Pekín, la misión tendría un solo día para visitar al emperador antes de que este partiera hacia su palacio en Jehol, los músicos europeos no eran bienvenidos en Pekín, y lord Amherst debía realizar la ceremonia completa del *kowtow* ante el emperador (AN / TBC, TBC 951.03 18, DS709 E48, ELLIS 1840: 18-30). Por su parte, lord Amherst presentó una serie de contra exigencias que evidenciaban su rechazo a someterse a las normas Qing. En primer lugar, se opuso al uso de terminología china que, en su opinión, rebajaba el estatus de sus enviados a una posición de inferioridad. En segundo lugar, mintió al afirmar que había recibido instrucciones específicas del rey de Gran Bretaña para no realizar el *kowtow* bajo ninguna circunstancia. En tercer lugar, se negó a realizar cualquier tipo de reverencia hacia funcionarios que no fueran el propio emperador. En cuarto lugar, argumentó que lord Macartney no había realizado el *kowtow* ante Qianlong, lo cual era técnicamente cierto, pero omitía que Macartney había realizado una reverencia modificada. Finalmente, rechazó los argumentos manchúes de que ser atendido por mandarines de alto rango era prueba suficiente de que Jiaqing no consideraba a Gran Bretaña como un estado tributario (AN / TBC, TBC 951.03 18, DS709 E48, ELLIS 1840: 18-57).

Estas discrepancias sobre la ceremonia no deben interpretarse como un choque de egos entre políticos, sino entenderse como dos escuelas de pensamiento diplomático en competencia, cada una buscando subsumir a la otra bajo su propio sistema. Jiaqing y su corte estaban claramente decididos a enterrar la única excepción a la diplomacia tributaria Qing representada por la recepción de lord Macartney por parte de Qianlong y restablecer la normalidad en su trato con los países extranjeros. El gobierno británico veía el precedente de lord Macartney como un pequeño paso hacia un compromiso con el gobierno chino como un estado-nación igual. Tal comprensión westfaliana del comercio, diplomacia y soberanía no podía coexistir por mucho tiempo con una visión tributaria que efectivamente colocaba a China como el centro del mundo en un sistema sinocéntrico.

Tal y como escribió el capitán Elliot, jefe superintendente del comercio británico en China, en 1836, la situación en China era:

un estado de cosas que no puede continuar dejándose al azar de los acontecimientos sin arriesgar seriamente grandes intereses públicos y privados, o sin causar un daño profundamente arraigado al carácter nacional en la estimación de esta enorme parte de la humanidad, algo que es verdaderamente doloroso de reflexionar (AN / TBC, TBC 951.03 18, DS709 E48, ELLIS 1840: vi).

Desafortunadamente las relaciones sino-británicas estaban condenadas a “dejarse al azar de los acontecimientos” una vez que el gobierno británico decidió que el comercio y la diplomacia china podrían abrirse a Gran Bretaña mediante una demostración de superioridad tecnológica, cultural, científica y militar en la corte del emperador Qianlong. El argumento era sólido desde una perspectiva europea basándose en que la tecnología representaba un gran avance en el progreso humano, el comercio exterior podría proporcionar acceso a esta tecnología, y la representación diplomática permanente aseguraría el flujo seguro de ese comercio.

El gobierno Qing no compartía esa visión británica. La tecnología representaba una distracción interesante, pero nada más; y, por su parte, el comercio exterior era considerado como un regalo del emperador, otorgado para el beneficio de sus estados tributarios. Por tanto, la concesión de una representación diplomática permanente era vista por parte de la corte Qing como un elemento desestabilizador. La cuestión comercial era especialmente reveladora de las diferencias entre el modelo westfaliano y el sistema tributario Qing. Para los estados-nación modernos, como Gran Bretaña, el comercio era un interés esencial que justificaba la intervención política, ya fuera a tra-

vés de la diplomacia o, en última instancia, de la guerra. La interrupción del comercio por parte de potencias extranjeras era, por tanto, una amenaza que requería una respuesta contundente. Para los Qing, sin embargo, el comercio no era un derecho ni una necesidad económica, sino un privilegio otorgado por el emperador. Como tal, podía ser suspendido o revocado si los extranjeros o los grupos comerciantes abusaban de sus privilegios y desestabilizaban el orden imperial.

Utilizar la diplomacia para resolver el conflicto entre Gran Bretaña y China resultó imposible en un contexto en el que ambas potencias se negaban a comprometer sus principios fundamentales. Por un lado, Gran Bretaña, como estado-nación westfaliano, rechazaba cualquier acto que pudiera interpretarse como una sumisión al sistema tributario Qing, como realizar el *kowtow* o visitar China en calidad de tributario. Por otro lado, China se negaba a socavar su posición como líder de una vasta red tributaria permitiendo que diplomáticos europeos residieran permanentemente en su corte o interactuaran con el emperador en términos de igualdad. Fue finalmente lord Palmerston, como secretario de relaciones exteriores del gobierno británico, quien demostró de manera irrefutable la abrumadora superioridad que otorgaba la tecnología europea del siglo XIX. A través de la Primera Guerra del Opio, Gran Bretaña no solo impuso sus demandas comerciales y diplomáticas, sino que también obligó a China a ingresar en el orden mundial westfaliano, no como un igual o superior, sino como un socio menor. Este conflicto marcó el fin del sistema tributario Qing en sus relaciones con Occidente y el inicio de una nueva era en la que China, debilitada y humillada, se vio forzada a aceptar los términos de las potencias extranjeras.

Conclusiones

En julio de 1816, durante su regreso desde China, lord Amherst y su embajada visitaron a Napoleón en Santa Elena. El depuesto emperador, desinteresado en reunirse con Amherst, criticó su conducta en China, afirmando que Jorge III debió exigirle cumplir con las ceremonias Qing o no enviarlo. Tres días después, reflexionando sobre el tema, Napoleón cuestionó el enfoque de Amherst, destacando que “un embajador está para los asuntos de estado, y no para las ceremonias del país al que está designado” (O’MEARA 1822: 469-475).

Napoleón destacó la divergencia entre las concepciones diplomáticas europea y china al diferenciar los asuntos de estado de los rituales ceremoniales.

Aunque Gran Bretaña pudo establecer contacto diplomático con China, las embajadas de Macartney y Amherst ante los emperadores Qianlong y Jiaqing revelaron que el problema principal subyacía en que los británicos no llegaban a entender que estaban tratando directamente con el gobierno central chino, no sólo con meros funcionarios locales de Cantón. Este desencuentro reflejaba el enfoque hegemónico y eurocéntrico del imperio británico, que aspiraba a dominar los mercados de Asia Oriental. Sin embargo, la corte Qing operaba bajo principios distintos: los asuntos de estado y el comercio exterior se gestionaban internamente, sin injerencia externa. Por tanto, el envío de un embajador a Pekín para discutir los asuntos de la política internacional era algo inconcebible. El comercio con potencias extranjeras se regulaba exclusivamente a través de los comerciantes Hong y las trece factorías de Cantón, donde operaban las compañías europeas. Así, la diplomacia británica chocó con un sistema que priorizaba la autonomía y la jerarquía interna sobre los tratados internacionales.

Cuando lord Macartney llegó a Jehol, aunque priorizaba los asuntos de estado sobre los rituales, la corte Qing centró la audiencia en prácticas ceremoniales, reflejo de la cultura milenaria china. Macartney buscó infructuosamente discutir asuntos políticos con oficiales manchúes, y fue tratado como un comerciante más, no como un embajador ante el emperador. Solo al partir comprendió que el verdadero avance en las relaciones con China dependía de los funcionarios de Cantón, quienes tenían la autoridad para tratar los asuntos comerciales británicos. Aunque Macartney disimuló su fracaso resaltando sus logros ceremoniales y concesiones en Cantón, sus sucesores no captaron el desdén y la falta de empatía que caracterizaron su enfoque diplomático con China.

Staunton se enfocó en traducir documentos políticos para comprender las prácticas culturales que sustentaban la diplomacia china, con el fin de negociar más efectivamente con los funcionarios Qing en Cantón. Esperaba el momento oportuno para discutir asuntos de estado directamente con altos oficiales de la corte, sin intermediarios y en su idioma. Sin embargo, ese momento nunca llegó, ya que ningún británico dominaba el “lenguaje real” que fundamentaba las prácticas de gobierno Qing. Los rituales de la corte servían para mantener a los extranjeros alejados de las estructuras internas del imperio. China no consideraba a Gran Bretaña como un igual, sino como un estado bárbaro más allá de sus fronteras, y gestionaba las relaciones con cautela para evitar insurrecciones, fracturas sociales o episodios como el “caso Flint”. Macartney y Staunton interpretaron las concesiones chinas como triunfos diplomáticos, cuando en realidad formaban parte de una estrategia manchú para apaciguar a los británicos sin comprometer el orden interno.

Las embajadas a Pekín agravaron las tensiones y desconfianza de los gobernantes chinos. La conducta de Amherst y los conflictos generados por su misión llevaron a los británicos a suspender el envío de embajadores. China mantuvo su política de confinar a las naciones extranjeras en la periferia, en Cantón y Macao, durante décadas. Incluso tras la Primera Guerra del Opio, que forzó concesiones humillantes, los Qing resistieron la presencia de embajadores extranjeros en Pekín. No fue hasta la Segunda Guerra del Opio, a finales del siglo XIX, que esta resistencia se volvió insostenible, marcando el fin de su capacidad para evitar la injerencia diplomática directa.

Las investigaciones sobre este tema han destacado la actitud Qing como un vestigio caduco que debía ser reemplazado por la modernidad occidental. Sin embargo, el sistema Qing, basado en prácticas ancestrales y en su legitimidad como dinastía manchú gobernante sobre la mayoría Han, no debe subestimarse. Su exclusión de embajadores extranjeros no fue un mero arcaísmo, sino una estrategia para evitar la injerencia europea en su sistema de gobierno y toma de decisiones. Esto contrastaba con las tácticas europeas de expansión mediante la diplomacia intervencionista y conquista de mercados. Tras expandir considerablemente su territorio, el objetivo Qing era consolidar la unidad interna, no construir un imperio marítimo. Su autosuficiencia y política mercantilista reflejaban esta prioridad. Además, la flexibilidad del sistema Qing permitía que los estados tributarios entraran o salieran de relaciones formales sin alterar el orden internacional chino, como ocurrió con Vietnam. Esta diplomacia no intervencionista demostró ser eficaz para preservar la integridad territorial y autonomía, algo que las potencias europeas no lograron comprender.

Queda por investigar si el sistema internacional resultante de estos desencuentros representa verdaderamente “el mejor de los mundos posibles”. Aunque el sistema moderno de relaciones internacionales tiene aspectos positivos, cuestiones como la intromisión de embajadores o disputas de legitimidad en organizaciones internacionales no existirían bajo el sistema Qing. La diplomacia china del siglo XIX, aunque ofensiva para los conceptos británicos de honor, no era necesariamente más atrasada. Su debilidad radicó en gestionar las relaciones mediante recompensas y castigos cuyos matices se perdieron en naciones como Gran Bretaña.

El análisis de las embajadas Macartney y Amherst es clave para entender las relaciones entre China y Occidente en la actualidad. La geopolítica actual, marcada por la guerra en Ucrania y las tensiones entre potencias como Rusia, China, Estados Unidos y Europa, refleja dinámicas similares a las de los siglos XVIII y XIX: conquista de mercados, acceso a recursos, imposición de mo-

delos políticos y culturales, e injerencia en estados soberanos. Estas tensiones, que derivaron en las Guerras del Opio y tratados desiguales, sentaron las bases para conflictos a gran escala, guerras mundiales y disputas territoriales que persisten en la actualidad.

Archivos Históricos

The Anton Library / The Beijing Center for Chinese Studies (AN / TBC).

HathiTrust Archive (HTA).

United Kingdom Parliament Archives (UK PA).

First Historical Archives of China (FHAC).

Fuentes

ANDERSON, Aeneas (1795). *A Narrative of the British Embassy to China, in the Years 1792, 1793 and 1794: Containing the Various Circumstances of the Embassy*. London: W. Bulmer and Co.

BACKHOUSE, Edmund; OTWAY, John; BRAND, Percy (1914). *Annals and Memoirs of the Court of Peking: From the 16th to the 20th Century*. Boston and New York: Houghton Mifflin Company.

ELLIS, Henry (1840). *Journal of the Proceedings of the Late Embassy to China; Comprising a Correct Narrative of the Public Transactions of the Embassy, of the Voyage to and from China, and of the Journey from the Mouth of the Pei-Ho to the Return to Canton*. Dover Street, London: Edward Moxon.

House of Commons, Deb. vol. 44, col. 747, July 1838. Accessed from Hansard.

STAUNTON, Sir George (1797). *An Authentic Account of an Embassy from the King of Great Britain to the Emperor of China*, vol. 1. London: W. Bloomer and Co., London.

Bibliografía

ACEMOGLU, Daron (2005). "Politics and Economics in Weak and Strong States". *Journal of Monetary Economics*, 52, 7, 1199-1226.

BAYER, Lili (2022). "Orban's New Public Enemy: A Twitter-Savvy US Ambassador Calling Out Conspiracies". *Politico*, 15.

CHAPMAN, Tim (2006). *The Congress of Vienna 1814-1815*. London: Routledge.

CROSSLEY, Pamela Kyle (1999). *A Translucent Mirror: History and Identity in Qing Imperial Ideology*. Berkeley: University of California Press.

DENG, Kent (2016). *Mapping China's Growth and Development in the Long Run: 221 BC to 2020*. London: World Scientific Publishing.

- ELLIOT, Mark (2002). *The Manchu Way: The Eight Banners and Ethnic Identity in Late Imperial China*. Stanford: Stanford University Press.
- FAIRBANK, John King (1942). "Tributary Trade and China's Relations with the West". *The Far Eastern Quarterly*, 1, 2, 129-149.
- FAIRBANK, John King; YU, Teng Ssü (1941). "On the Ch'ing Tributary System". *Harvard Journal of Asiatic Studies*, 6, 2, 135-246.
- GAO, Hao (2016). "The "Inner Kowtow Controversy" During the Amherst Embassy to China, 1816-1817". *Diplomacy & Statecraft*, 27, 4, 595-614.
- GHERVAS, Stella (2008). *Réinventer la tradition. Alexandre Stourdza et l'Europe de la Sainte-Alliance*. Paris: Honoré Champion.
- GILLINGHAM, Paul (1993). "The Macartney Embassy to China, 1792-94". *History Today*, 43, 11, 28-34.
- HAN, Sean (2021). "Informal Diplomacy in Choson Korea and New Engagement with the West and Westernized Japan, 1873-1876". *Modern Asian Studies*, 21, 1-31.
- HARRISON, Henrietta (2017). "The Qianlong Emperor's Letter to George III and the Early-Twentieth-Century Origins of Ideas about Traditional China's Foreign Relations". *The American Historical Review*, 122, 3, 680-701.
- HEVIA, James L. (1995). *Cherishing Men from Afar: Qing Guest Ritual and the Macartney Embassy of 1793*. Durham: Duke University Press.
- HEVIA, James L. (2009). "'The Ultimate Gesture of Deference and Debasement': Kowtowing in China". *Past and Present*, 203, 4, 212-234.
- HINDE, Wendy (1985). *Castlereagh*. London: Collins.
- HOLCOMBE, Charles (2017). *A History of East Asia: from the Origins of Civilization to the Twenty-First century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KANG, David C. (2020). "International Order in Historical East Asia: Tribute and Hierarchy Beyond Sinocentrism and Eurocentrism". *International Organization*, 74, 1, 65-93.
- KAYAOGLU, Turan (2010). "Westphalian Eurocentrism in International Relations Theory". *International Studies Review*, 12, 2, 193-217.
- LANDES, David (1998). *The Wealth and Poverty of the Nations: Why Some Are So Rich and Some So Poor*. New York: W.W. Norton.
- MARK, Jarret (2013). *The Congress of Vienna and its Legacy: War and Great Power Diplomacy after Napoleon*. London: I.B. Tauris & Company, Ltd.
- MOMOKI, Shiro (2015). "The Vietnamese Empire and its Expansion, c. 980-1840", in Geoffrey Wade (ed.), *Asian Expansions: The Historical Experiences of Polity Expansion in Asia*. London: Routledge, 144-166.
- O'MEARA, Barry Edward (1822). *Napoleon in Exile*. London: W. Simpkin and R. Marshall. 2nd edition.

- PERDUE, Peter (2015). "The Tenacious Tributary System". *Journal of Contemporary China*, 24, 96, 1002-1014.
- PEREZ-GARCIA, Manuel (2021). *Global History with Chinese Characteristics. Autocratic States along the Silk Road in the Decline of the Spanish and Qing Empires 1680-1796*. Singapore: Palgrave-Macmillan.
- PEREZ-GARCIA, Manuel; JIN Lei (2021). "The Economic "Micro-Cosmos" of Canton as a Global Entrepôt: Overseas Trade, Consumption and the Canton System from the Kangxi to Qianlong Eras (1683-1795)". *Atlantic Studies*, 19, 3, 384-403.
- PRITCHARD, Earl H. (1943). "The Kotow in the Macartney Embassy to China in 1793". *Journal of Asian Studies*, 2, 2, 163-203.
- ROCKHILL, William W. (1897). "Diplomatic Missions to the Court of China: The Kotow Question I". *The American Historical Review*, 2, 3, 427-442.
- ROWE, William T. (2009). *China's Last Empire: The Great Qing*. Cambridge: Harvard University Press.
- STIRK, Peter (2012). "The Westphalian Model and Sovereign Equality". *Review of International Studies*, 38, 3, 641-660.
- VAN DYKE, Paul (2005). *The Canton Trade: Life and Enterprise on the China Coast, 1700-1845*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1980). *Modern World System, 2: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*. New York: Academic Press.
- WESTAD, Odd A. (2012). *Restless Empire: China and the World since 1750*. Philadelphia: Basic Books.
- WILLS, John; CRANMER-BYNG, John L. (2016). "Ch'ing Relations with Maritime Europeans", in Willard J. Peterson (ed.), *Cambridge History of China. The Ch'ing Dynasty to 1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 265-328.
- WOMACK, Brantly (2012). "Asymmetry and China's Tributary System". *Chinese Journal of International Politics*, 5, 1, 37-54.
- YE, Weili (2002). *Seeking Modernity in China's Name: Chinese Students in the United States, 1900-1927*. Stanford: Stanford University Press.
- ZHANG, Haipeng; ZHAI, Jinyi (2019). *A Brief Modern Chinese History*. Beijing: China Social Sciences Press.

Sea bathing, architecture and law: an overview of 200 years of intersections at the seaside

LUÍS CARLOS MARTINS MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO

Universidade do Minho, Lab2PT, Escola de Arquitetura, Arte & Design

luismestrinho@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9481-8441>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/04/2025

Texto aprovado em / Text approved on: 14/01/2026



Abstract. This study explores the historical links between sea bathing, architecture and law. It shows how architecture has served to mediate the practice of sea bathing, from its revival in the eighteenth century, to the contemporary spatialisation of the multiple uses of the sea for bathing. It examines the role of law in regulating not only the accessibility and use of maritime space, but also the social practice of sea bathing itself, by attempting to impose moral standards, what we call the 'spatialisation of decency'. In light of the recognition of water-related activities in urban settings, this work sheds light on the complex and often contradictory, yet ever-present, relationships between sea bathing, law and architecture that have shaped both the sea-land interstice as well as the bather's experience throughout history and concludes that this triad has been closely linked, either embracing or opposing the social organisation and habits of sea bathers.

Keywords. Sea bathing, contested places, moral codes, architectural history, law history.

Introduction

Every year, during the bathing season, millions of people flock to coastal settlements to enjoy beach life and its most distinctive feature, sea bathing. While it is easy to associate sea bathing with sun, sea and leisure, it is unlikely that many of these beachgoers would associate sea bathing with architecture and law. However, although seemingly disparate, these three subjects have had much in common throughout history and continue to have intersections in the present day. This study sheds light on these shared histories and explores the links between sea bathing, architecture and law from the late 18th century to the present day.

The historical roots of urban bathing cultures in Europe and worldwide have already been explored in the literature (MCMANAMON 2021; CARR 2022), demonstrating that sea bathing is not only a lived and embodied experience, but above all, a cultural construct that changes over time, reflecting the practices, beliefs, social rules and tensions that exist within a society

at any given time. These cultural mutations may partially explain the differences between the bathing practices of our ancestors and those of our own time. What seems to be constant, however, is the complex interplay between sea bathing practices, architecture and law, where the latter have often been linked to the former, either embracing or opposing the social organisation and habits of the users of a given period, who may have their own social codes and needs while on the beach. Therefore, this research delves into the intricate relationship between architecture, the practice of sea bathing, and the regulations that govern such activities. It also considers the influence of these regulations on urban spaces, such as the governance of beach accessibility, and the regulation of moral standards that are accepted on the beach but not necessarily welcome at other areas of the seaside, a phenomenon that still takes place today, which we call the “spatialisation of decency”.

1. Methods

This study uses a historical research design, drawing on a variety of sources including historical records, paintings, postcards, photographs and legal norms, combined with a narrative literature review to gain insight and trace the connections between sea bathing, architecture and law from the last 200 years. McDowell (2002) defines historical research as the systematic study of the past based on the examination of a wide range of relevant source material and argues that a better understanding of the past puts us in a better position to appreciate change in the present and to try to learn from past mistakes (MCDOWELL 2002: 5).

Although the history of sea bathing is much older than this period, we choose to start with its renaissance in the late eighteenth century because, despite having its peculiarities, it is more similar to what we have today, i.e. a social practice that is transformed into a mass phenomenon with implications for the social fabric and the urban realm.

2. A very different kind of sea dipping, the renaissance of sea bathing as a healing practice by the transition from the 18th to the 19th century

For several centuries, until the beginning of the modern era, the sea remained associated with danger and was considered a place to be avoided

(CORBIN 2010). Despite this dissociation, the situation began to change on the eve of the 19th century, with the increasing promotion of the benefits of the sea for the health of the individual, influenced by works of medical literature that spread first in England and then in the rest of Europe, extolling the virtues of bathing in the sea (RITCHIE 2021). At the time, sea bathing was valued for its preventive and curative medical benefits and restorative powers (POUGET 1851).

As it was common for people, especially men, to swim naked, it was particularly difficult to maintain etiquette when bathing in the sea (PARSONS 2018). Victorian decorum, shared by other parts of the world, demanded that bathing in the sea observed the common sense of decency, and many places had separate male and female bathing areas, although usually only a short distance apart (SHRIMPSTON 2017). Spatial and temporal management were the two tools used to promote the spatialisation of decency in beach areas, meaning the designation of specific areas for the use of one gender or separate time slots for the use of the same area, usually men early in the morning and women later (RITCHIE 2021). An example of space management can be seen in the disposal of Les Sables d' Olonne municipal by-law of 5 June 1841 (VINCENT no date):

Les Sables d' Olonne municipal by-law of 5 June 1841

Art. 2. The central part of the beach, indicated by two posts, one pointing north towards the west wall of the Calvary enclosure and the other towards the west wall of the Place d' Armes, is reserved for men's bathing. However, men may only bathe in this area in trousers or shorts [...].

Art. 3. The two lateral parts of the beach between the large harbour pier and the post to the west on the one hand, and between the second post to the east and the line corresponding [...] to the mill situated on the edge of the beach, below the town boundary wall, are exclusively reserved for female bathing. However, men may also bathe in these areas but must always wear trousers and a shirt or waistcoat.

Art. 4. Outside the line mentioned in the previous article [...], everyone is permitted to bathe as they wish.

In addition, to comply with the strict social codes of the Victorian era and maintain privacy while bathing, individuals would disrobe in a bathing machine (fig. 1) before being lowered into the sea, most often with the assistance of a same-sex attendant known as a “dipper” (DAVIDSON 2022).



Fig. 1. Illustration of a sea bathing scene in Brighton Bay/UK by George Walker (1814).
© Public Domain.

Victorian bathing machines were therefore designed to mediate this transition from the land to the sea, where architecture was used for its most primordial purpose, that of providing shelter, in this case not exactly from the elements, but rather from predatory eyes. The utility of the bathing machines was therefore twofold: firstly, they helped female bathers to get in and out of the water safely, as swimming skills were relatively unknown to them at the time; and most importantly, they created a space to preserve a woman's modesty at the seaside, acting as a mobile changing room on wheels that could be transported into the water and back, as undressing in public was considered inappropriate (SHRIMPSON 2017). In fact, even in places where there were no bathing machines, this transitional space was considered. For example, in Turkey during the "Tanzimat" period (19th century), sea bathing was also segregated by gender and forbidden outside the sea baths (fig. 2) which were built under special permission and highly monitored by public authorities (EKINCI 2014; Pera Museum & Istanbul Research Institute 2018).



Fig. 2 Vintage post-card showing wooden enclosures used as sea baths on the Turkish coast (no date). © Public Domain

In Portugal, in the mid-19th century, naval architecture made it possible to adapt old boat hulls for the new purpose of saltwater bathing, making it fashionable to bathe in the Tagus estuary, which the locals traditionally considered their “sea”. The bathing barges (fig. 3), as they came to be known, were equipped on deck with a long wooden box divided into dressing rooms and also composed by a submerged part fitted with an internal flooding system allowing water to enter the compartments and a floorboard surrounded by laths where the swimmers could take a dip in the flowing water in total safety and intimacy. For those who could not afford a bath in the barge, a more simple and economic solution was to use the services of a smaller boat, a “catraio” (fig. 4), also equipped with an indispensable canopy to preserve discretion (SILVA 1949; BRIZ 2003).

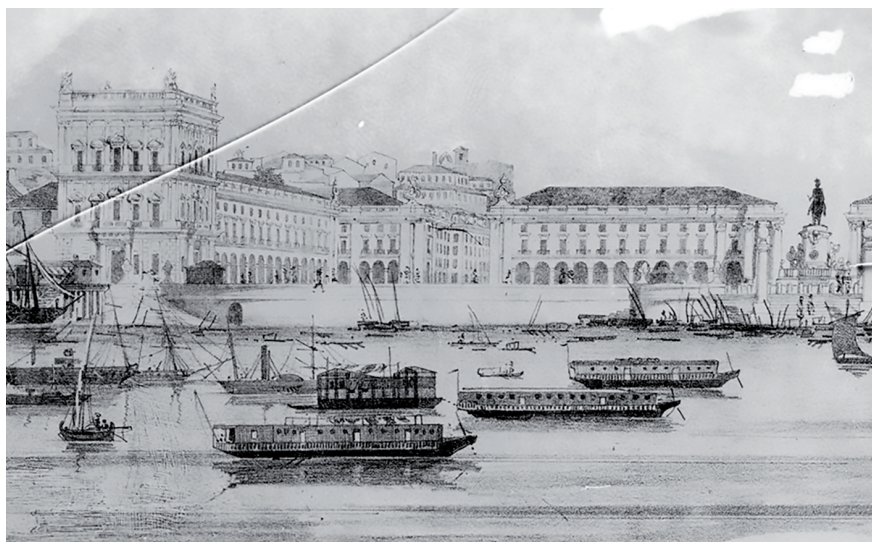


Fig. 3. Vintage lithography showing the bathing barges “Flor do Tejo”, “Diligência” e “Deusa do Mar” anchored at the Tagus (1848). © Public Domain.



Fig. 4. Bathing at the Tagus (1826). © A.P.D.G./ Public Domain.

3. The tricky challenge of promoting and controlling sea bathing with its popularisation in the middle of the 19th century

As sea bathing became more fashionable and popular, a trend later fuelled by the expansion of railway networks, the need for stricter regulation of the activity also increased. In that time, it was required a careful balance between promoting it as a driver of economic growth for coastal settlements and ensuring that it conformed to the urban environment and the stringent moral standards of that era.

As a result of the increasing popularity of sea bathing, the changes brought about by visitors to the seaside, especially during the summer season, and the conflicts that resulted with local communities (RITCHIE 2021) have prompted seaside towns to adopt bye-laws to regulate the installation and use of bathing machines on their jurisdiction. In the United Kingdom, as early as mid-19th century the UK Parliament gave power to local authorities to rule different aspects of the use of bathing machines such as location for fixing the stands and limits of bathing areas depending on gender, measures to prevent indecent exposures, manners of using the machines and charges for their utilization, and distances from bathers and other uses of the sea by boats and vessels (fig. 5).

704	Cap. 89.	<i>Police Clauses.</i>	10 & 11 VICT.
<i>Bathing.</i>	And with respect to public Bathing ,	be it enacted as follows:	
Bathing Machines.	LXIX. Where any Part of the Sea-shore or Strand of any River used as a public Bathing-place is within the Limits of any special Act the Commissioners may make Bye Laws for the following Purposes; (that is to say,)		
	For fixing the Stands of Bathing Machines on the Sea-shore or Strand, and the Limits within which Persons of each Sex shall be set down for bathing , and within which Persons shall bathe:		
	For preventing any indecent Exposure of the Persons of the Bathers:		
	For regulating the Manner in which the Bathing Machines shall be used, and the Charges to be made for the same:		
	For regulating the Distance at which Boats and Vessels let to hire for the Purpose of sailing or rowing for Pleasure shall be kept from Persons bathing within the prescribed Limits.		
			LXX. And

Fig. 5. Extract of Public General Statutes passed in the Seventh Session of the Fourteenth Parliament of the United Kingdom of Great Britain and Ireland, 10 & 11 VICTORIA (1847). © UK Parliament/ Open Parliament Licence v3.0.

Although the pudor was still a dominant issue, by this time not all of the rules were concerned solely with the maintenance of decency. The popularity of sea bathing and the increasing number of machines and people on the beach sharing space with other activities such as boating and fishing (fig. 6) pushed for the spatial management of the beach to avoid conflict between the different uses.



Fig. 6. Vintage post-card of Bognor Regis/UK waterfront (no date). © Public Domain

Severo (2010) notes that the practice of bathing in the sea brought not only physical changes to the beachfront but also acquired an official status, with its own legislation that protected it from the activities that had traditionally taken place on the beach. The same author gives the example of the Municipal Ordinance of Oeiras, Portugal, of 1858 (fig. 7), which granted rights to bathers and established civil and safety rules for bathing in the sea. During bathing hours the regulation prohibited, among other things, the bathing of animals, the throwing of rubbish from boats or land, the launching of grapnels from boats that could harm bathers and regulated the placing of stakes that prevented the passage of carriages and horses.

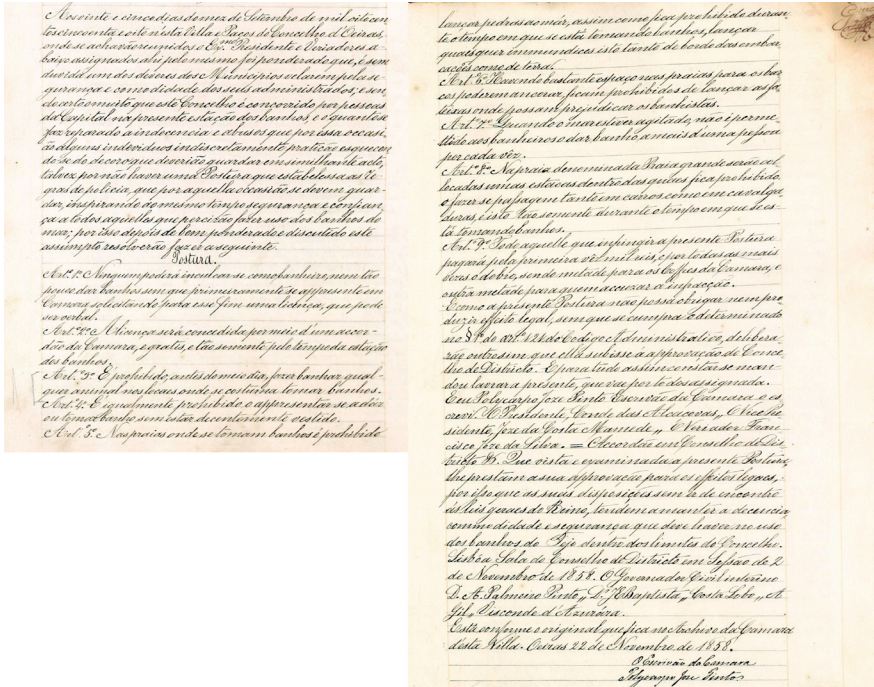


Fig. 7. Municipal Ordinance of Oeiras, Portugal, of 22nd November 1858. © Arquivo Público de Oeiras/ Public Domain

In other cases, the popularity of sea bathing was capable to influence the urban realm beyond the beach space. In Blackpool, United Kingdom, the popularity of its sandy beach and sea bathing possibilities forced the authorities to cope with an increase in population and visitors. In order to alleviate the resulting crowds and traffic on the streets, an Act of Parliament known as “Blackpool Improvement Act, 1865” was passed in 1865 for the further improvement of the town of Blackpool, which provided for the construction of a seafront promenade (fig. 8) and carriage road to allow free public access to the beach, relieve congestion on the seafront and also act as a sea defence (Architectural History Practice 2009).



Fig. 8. Blackpool Promenade circa 1890. © The Francis Frith Collection/
Public Domain

Similarly, in Rio de Janeiro, Brazil, the conditions for access to the beach were registered as early as 1871, when the municipality proposed ameliorations in the streets for the transit of people to the bathing areas at Russel Beach (Rio de Janeiro 1871) (fig. 9).

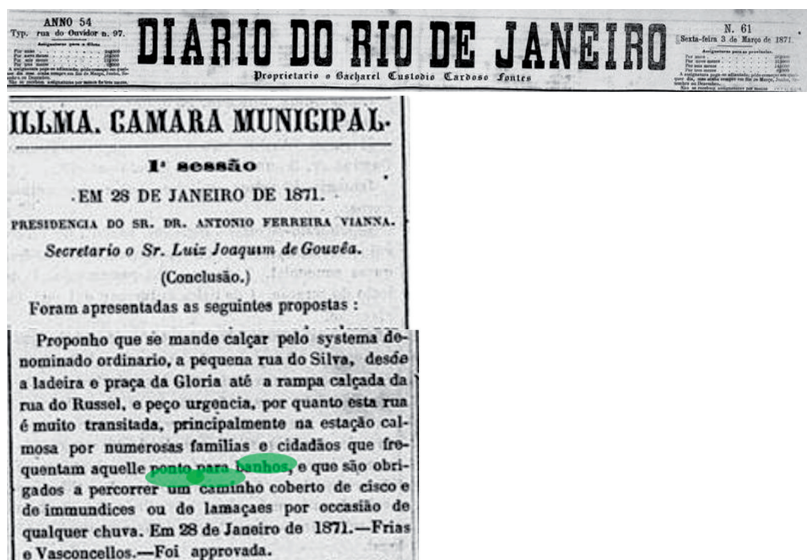


Fig. 9. Proposal to pave a road to improve traffic conditions for bathers in the vicinity of Russel Beach. © Câmara Municipal do Rio de Janeiro/ Public Domain

4. The changing manners of the 20th century: sea bathing, sunbathing and a traditional concern with pudor

In the transition from the 19th to the 20th century, manners had changed and gender segregation was almost universally abolished. Mixed bathing (fig. 10) led to the decline of bathing machines, which were gradually re-purposed into beach huts or entirely replaced by beach tents (FERRY 2023).



Fig. 10. Vintage photograph showing mixed sea bathing with the support of bathing machines (no date). © Rural Historia/Public Domain

The widespread adoption of swimwear and the emergence of the new trend for sunbathing for tanning, which required a greater exposure of bare parts of the body, laid the foundations for the redefinition of bodily exposure as an acceptable part of the cult of health (HORWOOD 2000). At the same time, the emergent fashion also gave a new impetus to the traditional preoccupation of some sectors of society with pudor (DEVIENNE 2015). The question of the limits of bodily exposure and its regulation was to remain controversial throughout the 20th century (fig. 11), and echoes of the debate can still be found today in the continuing attempts to discipline decorum by defining what is acceptable on the beach but not at the seaside.

EXTRAIT
DU REGISTRE DES ARRETES DU MAIRE

OBJET : Réglementation du port d'une tenue vestimentaire décente sur l'espace public communal.

Le Maire de la commune de PORNIC (Loire-Atlantique)

Vu le Code Général des Collectivités Territoriales,

Vu le Code pénal,

Vu le Code de la santé publique,

Vu le Code de la sécurité intérieure,

Considérant que l'exhibition d'un torse nu, qu'il soit masculin ou féminin, en dehors des espaces attendus comme les espaces de baignade, est de nature à porter atteinte à la décence vestimentaire et au bon ordre, voire d'être perçu comme une exhibition sexuelle aux regards des plus jeunes, en inéquation avec les valeurs de la citoyenneté que souhaite leur transmettre la municipalité ;

Considérant que le port du maillot de bain dans un espace public, en dehors des espaces de baignade, peut être de nature à altérer l'hygiène et la salubrité publique ;

Considérant que ces tenues de plage peuvent, pour certaines, apparaître choquante et inappropriées ;

Considérant qu'il est de la compétence du Maire de veiller au bon ordre et de réglementer l'usage de la voirie communale ;

ARRETE

ARTICLE 1 : En dehors des plages et de leurs abords (voie jouxtant les plages et parkings, sauf parking du Château), il est interdit de se trouver sur la voie publique ou dans un lieu public seulement vêtu d'une tenue de bain, ou même seulement le torse dénudé.

ARTICLE 2 : Cette interdiction prendra effet dès que l'arrêté aura acquis son caractère exécutoire puis chaque année du 1^{er} mai au 15 octobre.

ARTICLE 3 : Toute violation des interdictions édictée dans le présent arrêté sera punie de l'amende prévue pour les contraventions de 1^{ère} classe.

ARTICLE 4 : Madame la directrice générale des services, le chef de service de la police municipale, le commandant de communauté de brigades de gendarmerie de PORNIC, sont chargés, chacun en ce qui le concerne, de l'exécution du présent arrêté.

Fait à PORNIC, le 26 juillet 2021

Pour le Maire et par délégation,
L'Adjoint au Maire,

Daniel BRETON



« Le Maire certifie, sous sa responsabilité, le caractère exécutoire de cet acte et informe que le présent arrêté peut faire l'objet, dans un délai de deux mois à compter de sa notification, d'un recours pour excès de pouvoir devant le tribunal administratif de Nantes, par voie postale au greffe du tribunal ou via l'application « Télérecours citoyens » sur le site www.telerecours.fr »

Fig. 12. Pornic By-Law regulating the use of a decent dress within the communal public space (2021). © Mairie de Pornic/Domínio Público



Fig. 13. Spatialization of permitted areas for bodily exposure around “Plage du Chateau” in Pornic/FR. © Mairie de Pornic/Domínio Público (top)/ 2025 Google Earth/ Airbus, Maxar Technologies (left)/Mestrinho (collage)

The problem is that dress conventions frontiers between bathing areas and the rest of the city are drawn on what Devienne (2015) calls ‘invisible lines’ that are likely to be ignored by beachgoers, especially when it comes to areas such as promenades, piers and other areas adjacent to and closely associated with beaches (fig. 14). Thus, enforcing “decent dressing” within the boundaries of sand and sea may therefore prove to be a more complex task than legislators originally thought when they considered beaches and the sea as entities separate from the city.



Fig. 14. Invisible line delimitating the frontier between the bathing area and the urban area at Scarborough beach, UK. © Stephen Sweeney CC-BY-SA-2.0 (centre)/ Mestrinho (collage)

In addition, the very idea of what is interpreted as appropriate clothing for bathing, and therefore permitted in beach areas, varies over time according to the moral codes and assumptions that prevail at any given time. For example, in Cannes in the 20th century, covering one's body parts while bathing in the sea was the norm (jersey for men and gown and trousers for women) (Ville de Cannes 1918) (fig. 15), whereas in the 21st century, the town's legislation requires exactly the opposite, interdicting women from accessing the sea with their bodies clothed in "burkinis" (Ville de Cannes 2016) (fig. 16).



Fig. 15. Town of Cannes By-Law regulating sea bathing (1918). © Mairie de Cannes/Domínio Público

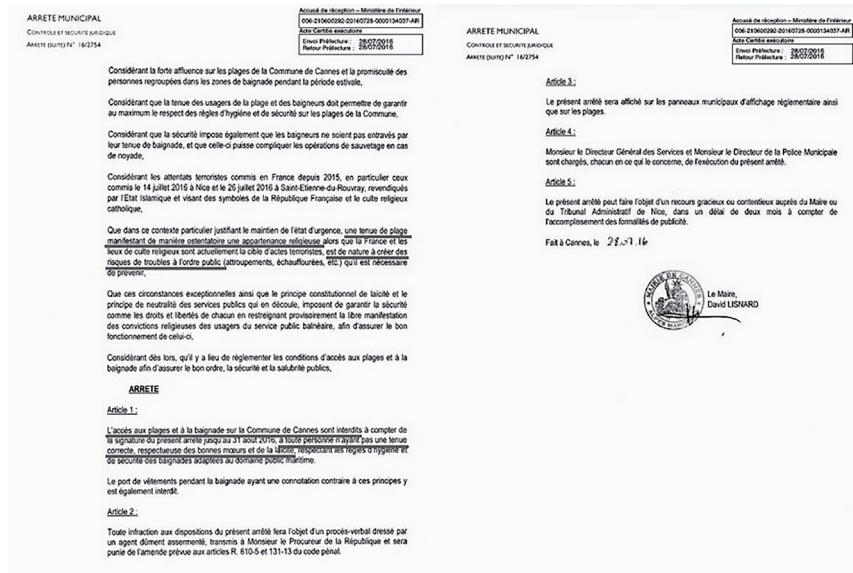


Fig. 16. Town of Cannes By-Law regulating beach and sea access according to appropriate dress-code (2016). © Mairie de Cannes/Domínio Público

5. The wet battles of the contemporary history: bathing in the sea and beach segregation

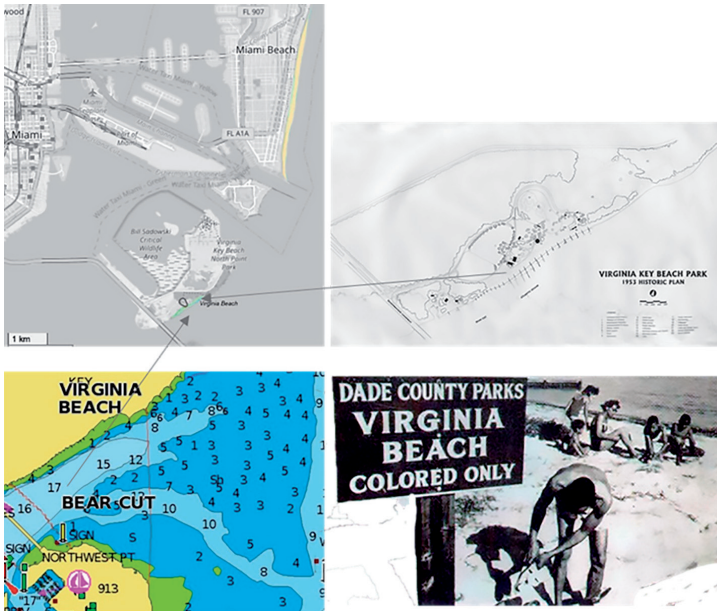
As Walton (2007) points out, the seaside is by its very nature a social melting pot, where different people meet away from their normal habitats, leading to problematic encounters. To avoid unwanted encounters, sea bathing has historically been associated with segregation of all kinds. As mentioned above, gender segregation has marked the revival of the practice, and both spatial and temporal segregation have been common means of preventing the mixing of the sexes during the act of bathing. However, even in places where mixed bathing was not an issue, such as in the United States, segregation took on new forms affecting both the legislation and the urban infrastructure that supported the activity of bathing in the sea. In America, the racialization of public space was mandated by Jim Crow laws (THOMPSON-MILLER & FEAGIN 2007), and whites-only beaches were the most common form of such urban space during the segregation era. It is worth noting that the right to swim in the sea became a symbol of civil rights resistance for the African American community in the form of planned wade-ins demanding equal access to the public beach (Global Nonviolent Action Database 2015). During the peaceful protest, black swimmers would wade into the waters of a segregated white beach to challenge the system (fig. 17).



Fig. 17. Wade-in at St. Augustine Beach/USA, June 1964. © Archives of Florida

The wade-ins were successful in influencing the acceptance of the black community to legally congregate by the sea and, in some instances, they also prompted the establishment of officially designated bathing areas and supporting infrastructure “for the exclusive use of Negroes” (PETERMAN 2021). One such example is Virginia Key Beach in Florida. Nevertheless, discrimination remained an issue, as the spatial allocation of such areas often privileged the choice of remote, polluted and dangerous locations, away from the most sought areas enjoyed by white audiences (diagram 1). It is known that in bathing areas reserved for people of colour, offshore waters could be risky, heavily pollute and absolutely unsuitable for bathing (KAHRL 2018). Furthermore, in beach areas designated for this group, the installed supporting infrastructure did not offer the same standard, accessibility, or level of maintenance as that available in the beach areas reserved for white people (BELL et al. 2019).

Diagram 1. Virginia Key Beach Park, Miami, USA.



(bottom right) Virginia Key Beach © Virginia Key Beach Park Trust;
 (bottom left) location of underwater channel known as “Bear Cut” © US Harbors; (top left) location of beach reserved for people of colour (green) and white people (yellow) © OpenStreetMap; (top right) Virginia Key Beach Park Plan © Virginia Key Beach Park Trust

Equally, in apartheid-era South Africa, racialization of bathing areas was promoted in accordance with South Africa's racial segregation laws of the time particularly by force of the Reservation of Separate Amenities Act of 1953 and its amendment of 1960 which included the sea and beaches as part of its scope (fig. 18).

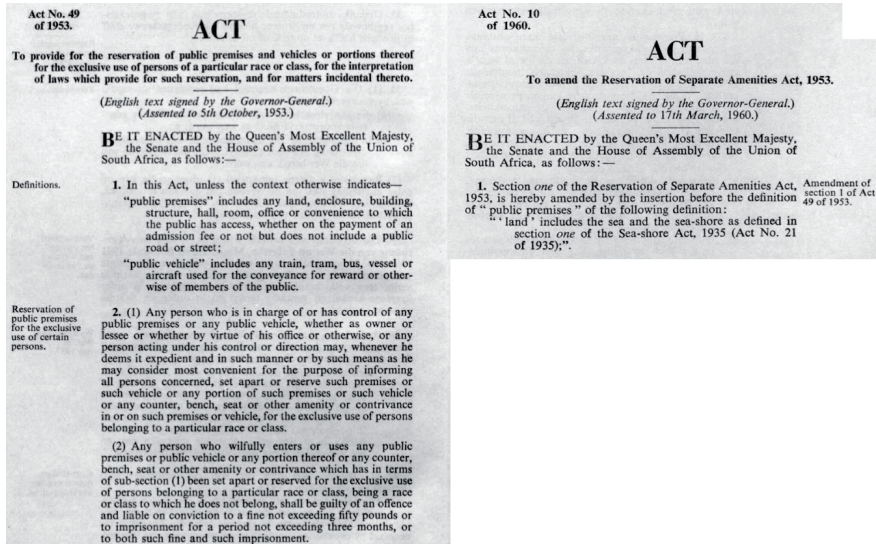


Fig. 18. Reservation of Separate Amenities Act of 1953 and its amendment of 1960. © US Library of Congress

Durrheim & Dixon (2001) explain that references to beaches as family places were used to justify racial exclusion and segregation. Based on this discourse and supported by legislation, as in the United States, the distribution of beaches along the coastline observed a racial hierarchy and policy of no contact, with a predominance of areas reserved for whites (fig. 19) although this group represented a smaller percentage of people in South Africa. Mirroring the patterns seen in the USA, discrimination was also evident in the context of infrastructure, with white beaches having better facilities, being more accessible and closer to the city, while 'non-white' beaches were pushed to the outskirts of the city, being either unsuitable for recreational use or frankly treacherous places (DURRHEIM & DIXON 2001).



Fig. 19. Sign alerting of legal beach reservation area according to race. © Guinnog CC BY-SA 3.0

Beach rules and infrastructure are therefore examples of how the sea can be made more or less available for use by bathers or specific user groups, with beach accessibility serving as a wild card in the game of segregating different audiences, with spatial implications along the way. Although public access to beaches is undoubtedly linked to the accessibility of the sea, i.e., the ability to physically enter the marine environment, some authors (REINDEERS et al.1977) note that guaranteeing public access to beaches remains a long-standing problem. Even though the era of legal beach apartheid is now over, the spatial boundaries between different users have undergone a new metamorphosis and been reborn in a new forms such as the privatization of beaches (LEGAMBIENTE 2022) and closure of waterfronts for ports and other industrial activities (KARSONO 2013). The private control of beaches is considered to be one of the strongest forces against public beach recreation (REINDEERS et al. 2010). Under this model, bathing in the sea, one of the most distinctive features of beach leisure, suffers from a collateral obstacle caused by the privatisation of the beachfront and the consequent blockage of connectivity, which makes the sea practically inaccessible or unevenly accessible to a few users. Indeed, it has been observed that, at times, the privatisation of beaches takes a covert form (Diário de Notícias, 2022; GONÇALVES, 2025) and, although in some countries like Portugal, public access to beaches

is guaranteed by law, in reality, the illegal practice of beach privatisation is implemented through the use of architectural tools to prevent or hinder access, such as gates or fences, or simply by reducing or not implementing the necessary infrastructure, such as parking lots and walkways (GONÇALVES 2025).

6. From disconnection to reconnection: the revival of urban swimming in the early 21st century and architecture as a mediator for bathing

Taken together, segregation, the closure of waterfronts and poor water quality may have contributed to a growing disengagement between people and the practice of swimming and other water-related recreation that was felt towards the end of the 20th century. Although at the time the picture looked rather unfavourable for urbanites looking for a bath and urban bathing culture was fragilized (GLOBEVNIK et al. 2022), by the early 21st century the tide had turned. This was made possible by a number of factors that took place in some parts of the world, towards end of the last century, which simultaneously helped to stimulate a revival of urban swimming in the following one. These were the effects of the implementation of legal norms dealing specifically with bathing water standards, such as the 1976 European Bathing Water Directive, replaced in 2006 by Directive 2006/7/EC, the large investments made on urban wastewater treatment plants (European Commission, no date) and the phenomenon of deindustrialisation of urban waterfronts, which has allowed the reopening of the urban fabric to the sea (BURDA & NYKA 2023).

The city of Copenhagen is a good example of this contemporary relational turn that has led to the renaissance of urban bathing. For 20 years, the city has invested in cleaning its former industrial harbour, installing wastewater treatment plants and large underground reservoirs to prevent untreated wastewater from entering the harbour area and, finally, a monitoring system to manage real-time data on bathing conditions in designated bathing areas (fig. 20) (GLOBEVNIK et al. 2022; MARK & ERICHSEN 2007). As a result, the water around the inner harbour, in the heart of the city, was clean enough to be declared safe for bathing, paving the way for swimming in the city centre, something that had been denied to the public since the practice was banned on health grounds in 1950 (JENSEN et al. 2015). Nevertheless, it must be observed that not all areas of the harbour are open to the public for the purpose of bathing. According with the Harbour Rules for the Port of

Copenhagen, bathing is only allowed in authorised bathing areas (Havnereglement Københavns Havn, Chapter 6, § 38). These may assume different typologies such as harbour baths, bathing zones and dip zones.

Bathing outside the designated areas is considered a transgression and may be punished by a fine (Havnereglement Københavns Havn, Chapter 8, § 43,1). It is important to highlight that the Harbour rules not only stipulate that bathing must occur in designated areas. It also requires that such areas shall present a characteristic built form to explicitly delineate their purpose and spatial boundaries, thereby differentiating them from other concurrent uses that may occur in the vicinity (fig. 20). It reads:

Havnereglement Københavns Havn, Chapter 6, § 38

§ 38. “ (...) Harbour bathing areas and bathing zones are characterised by being surrounded by a physical structure or buoys, floating barriers and the like, and where there are signs stating ‘Bathing permitted’”

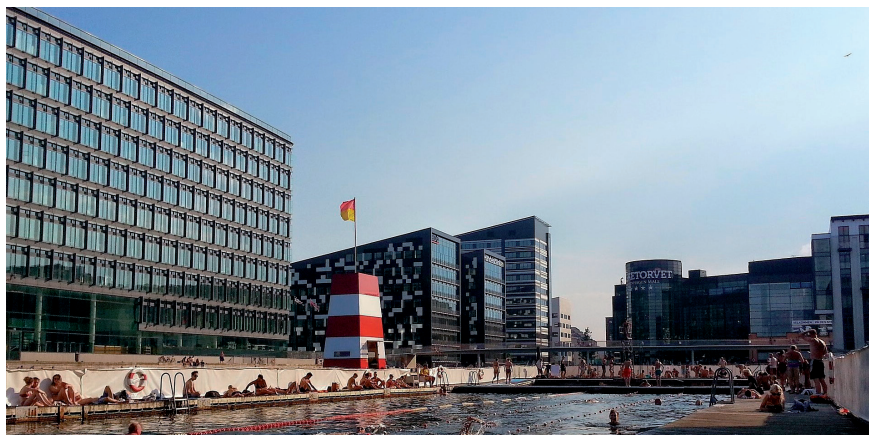


Fig. 20 Fisketorvet Harbour Bath, Copenhagen, DK. © DKON0005, CC BY-SA 4.0

In light of the aforementioned regulation, it is likely that the architectural design of the bathing areas not only provides convenience and accessibility for users but also mediates the spatial organisation of bathing activities in a manner that is coherent with other activities occurring within the harbour area such as the traffic of all sorts of watercrafts. This form and function relationship derives from the fact that, by its own nature, water is a boundless environment and the harbour might be considered what Jensen et al. (2015) call a “junction” that is, an “ill-defined and ambiguous site where the boundaries and interdependencies among systems, infrastructures, and practices are subject to tensions and ambiguities” (JENSEN et al. 2015: 568).

Conclusion

This paper presents an overview of the multiple and close interrelationships between sea bathing, architecture and law over the past two centuries. It demonstrates that architecture was initially utilised to facilitate a transition between the terrestrial and maritime realms. It was deployed in its most primordial function, namely, to provide shelter, in this case, not from the elements as usual, but rather from unwanted attention and indiscreet gazes. Over time, the relationship between architecture and sea bathing evolved from a classical approach related to build devices that facilitated bathing making it safer and more convenient, as seen in bathing machines, tents, huts, barges and harbour baths into new forms that are more subtle and akin to Perrault's (2012) interpretation of contemporary architecture, which is less about buildings and more about systems — sets of mechanisms and measures that transform places. In this latter form, the relationship of architecture and sea bathing reaches another scale, the district scale, and extends beyond the sea itself, becoming more closely related to phenomena occurring on land such as with the amelioration and transformation of urban waterfronts. This is illustrated by the transformations in the urban realm resulting from the influx of bathers to the bathing areas, most of which were subject to legal provisions so that they could have been implemented or managed according with other uses or, still, to comply with building and moral codes in place.

This study makes an original contribution to knowledge by highlighting the fact that, as bathing activities have become increasingly mainstream, legislation has been introduced to regulate not only the locations where bathing and the associated infrastructure could take place, that is, regulating spatial management, but, in addition, to rule the social practices that are deemed acceptable within these designated areas, while rendering those same practices unacceptable when carried out in other urban contexts, that is, ruling behaviour. The study shows that the association between bathing, law and modesty has been a persistent phenomenon throughout history, and it continues to be in the present through the establishment of regulations governing the conduct of bathers at beaches and other similar locations. The phenomenon may be described as the “spatialisation of decency”. This concept encompasses the way in which spatial limitations are established in order to regulate body exposure, an essential element of sea bathing. The findings suggest that the extent of this acceptance may vary depending on the prevailing moral standards and that its enforcement may prove challenging due to the proximity of and

interconnectedness of bathing areas with the rest of the urban environment, which is delineated by uncertain boundaries.

The issue of spatial implications resulting from gender, racial and economic segregation, some recurrent aspects associated with sea bathing, has also been documented. The evidence indicates that the design, allocation and infrastructure provided for bathing sites was frequently more aligned with the objective of segregation than with the suitability of these sites for water recreation. This is exemplified by the cases of the United States and South Africa. The analysis confirms what has already been noted in the literature: blue spaces can also lead to marginalisation and exclusion due to economic, political, cultural and historical factors (WHEATON et al. 2021). Throughout history, inequality has been a remarkable feature of who can use blue spaces, and this exclusionary characteristic still echoes in contemporary coastal practices (OLIVE & WHEATON 2021). In this regard we reviewed how beach accessibility, understood as the opportunities for interaction with and ability to use urban natural spaces (HAEFFNER et al. 2017) is still been used nowadays as a wild card for exclusion and presented how architectural tools such as gates and fences are used to create a new form of racialization of seaside space, this time no longer based on race as previously, but rather on social class distinction that favours private owners, even if this practice goes against what is preconised in the law.

The study finally explored the revival of urban bathing culture in the present era, which has resulted from a combination of legislative effort, economic profile changes and infrastructure amelioration. The city of Copenhagen was taken as an illustrative example to demonstrate how architecture may serve not only to facilitate accessibility and convenience for the use of bathing areas, but also to mediate the relationship between bathing areas and other concurrent uses of water in an environment that, by its own nature, is borderless.

In light of the growing recognition of water-related activities in urban settings and the resurgence of urban bathing, this paper aims to elucidate the complex and often contradictory yet ever-present relationships between sea bathing, law and architecture, which collectively shape the bather's experience. It should be noted, however, that this work does not aspire to be a definitive account of the theme. There are other relationships that could be identified within this triangulation, for example, the acceptance and mitigation of risk related to sea bathing. This particular area has not been explored in depth here, and it could be a topic worthy of further investigation in future research. In addition, a more systematic review would be welcome, focusing specifically on the legal history of sea bathing management in urban spaces in different countries,

highlighting similarities and differences, in order to gain insights into the best tools for promoting interactions with blue spaces and reflecting on how to prevent exclusionary practices that still plague urban blue spaces, since it has been demonstrated that their legal status as public spaces does not always guarantee that their use will not be distorted in an attempt to favour certain groups.

Bibliography

- ARCHITECTURAL HISTORY PRACTICE (2009). “Historic Townscape Characterisation Assessment North Promenade-Blackpool”. *Blackpool Heritage Characterisation Studies*, 1-64.
- BELL, Sarah; HOLLENBECK, Julie; LOVELL, Rebecca; WHITE, Mat; DE- PLEDGE, Michael (2019). “The Shadows of Risk and Inequality Within Salutogenic Coastal Waters”, in Foley, Ronan et al. (eds.), *Blue Space, Health and Wellbeing- Hydrophilia Unbounded*. Routledge, 151-166. <https://doi.org/10.4324/9780815359159>
- BURDA, Isabela Maria; NYKA, Lucyna (2023). “Innovative Urban Blue Space Design in a Changing Climate Transition Models in the Baltic Sea Region”. *Water*, 15, 2826, 1-25. <https://doi.org/10.3390/w15152826>
- BY & HAVN (2021). *Havnereglement Københavns Havn- Gaeldende Fra 24.03.2021*. Copenhagen.
- CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (1858). Postura de 22 de Novembro de 1858, Livro de Posturas, 1760 – 1867, fol. 57V.
- CARR, Karen Eva (2022). *Shifting Currents - A World History of Swimming*. London: Reaktion Books.
- CORBIN, Alain (2010). *Le Territoire du Vide : l'Occident et le Désir du Rivage (1750-1840)*. Flammarion.
- DAVIDSON, Lucy (2022). *What was a Victorian Bathing Machine?*. History Hit, retrieved from <https://www.historyhit.com/what-was-a-victorian-bathing-machine/> (accessed in 2024.07.01).
- DEVIIENNE, Elsa (2015). “Controverses à Los Angeles: le Port du Maillot de Bain en Ville au Début du XXe Siècle”. *Modes Pratiques Revue d'Histoire du Vêtement et de la Mode*, 1, 174-193.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2022). *Câmara de Grândola questionada por «privatização encapotada» da Praia da Aberta Nova*. <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/camara-de-grandola-questionada-por-privatizacao-encapotada-da-praia-da-aberta-nova-15113574.html> (accessed in 2024.07.01)

- DURRHEIM, Kevin & DIXON, John (2001). “The Role of Place and Metaphor in Racial Exclusion: South Africa’s Beaches as Sites of Shifting Racialization”. *Ethnic and Racial Studies*, 24, 3, 433-450. <https://doi.org/10.1080/01419870020036738>
- EKINCI, Ekrem (2014). *Sea Bathing, the Good old Fashion Way*. Prof. Dr. Ekrem Bugra Ekinci, retrieved from <https://ekrembugraekinci.com/article/?ID=626&sea-bathing--the-good-old-fashion-way> (accessed in 2024.07.01).
- EUROPEAN COMMISSION (no date). *Bathing water - EU rules to ensure clean and high quality bathing water across Europe*. Retrieved from https://environment.ec.europa.eu/topics/water/bathing-water_en (accessed in 2024.07.02)
- EUROPEAN PARLIAMENT & COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION (2006). *Directive 2006/7/EC of the European Parliament and of the Council of 15 February 2006 concerning the management of bathing water quality*.
- FERRY, Kathryn (2023). *The Remarkable Tale of the Bathing Machine*. Country Life, retrieved from <https://www.countrylife.co.uk/out-and-about/the-remarkable-tale-of-the-bathing-machine-258941> (accessed in 2024.07.01).
- GLOBEVNIK, Lidija et al. (2022). *Benefits of Bathing Waters in European Cities. ETC/ICM Technical Report 04/2022: European Topic Centre on Inland, Coastal and Marine Waters*.
- GONÇALVES, Mara (2025). *De Tróia a Melides, os acessos difíceis privatizam as praias de maneira “sub-reptícia”*. Reportagem do PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2025/07/18/fugas/reportagem/troia-melides-acesos-dificeis-privatizam-praias-maneira-subrepticia-2140902> (accessed in 2025.08.01).
- GOOGLE EARTH PRO (2020). Pornic-France, 47o 06 50.51 N/2o 06 22.23 O, elev. 0m, alt. 530m.
- GLOBAL NONVIOLENT ACTION DATABASE (2015). *Florida wade-ins to end racial segregation of public beach and pools (Civil Rights Movement) 1945-1964*. Retrieved from <https://nvdatabase.swarthmore.edu/content/florida-wade-ins-end-racial-segregation-public-beach-and-pools-civil-rights-movement-1945-19> (accessed in 2024.07.02).
- HAEFFNER, Melissa; JACKSON-SMITH, Douglas; BUCHERT, Martin; & RISLEY, Jordan (2017). “Accessing blue spaces: Social and geographic factors structuring familiarity with, use of, and appreciation of urban waterways”. *Landscape and Urban Planning*, 167, 136-146. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2017.06.008>
- HORWOOD, Catherine (2000). “Girls Who Arouse Dangerous Passions:

- Women and Bathing, 1900-39". *Women's History Review*, 9, 4, 653-673. <https://doi.org/10.1080/09612020000200265>
- JENSEN, Jens; LAURIDSEN, Erik; FRATINI, Chiara & HOFFMANN, Birgitte (2015). "Harbour Bathing and the Urban transition of Water in Copenhagen". *Environment and Planning*, 47, 554-570. <https://doi.org/10.1068/a130132p>
- KAHRL, Andrew (2018). *America's segregated shores: beaches' long history as a racial battleground*. The Guardian, retrieved from <https://www.theguardian.com/world/2018/jun/12/americas-segregated-shores-beaches-long-history-as-a-racial-battleground> (accessed in 2024.07.02).
- KARSONO, Bambang (2013). "Historical Analysis of Urbanity on the Waterfront". *Jurnal Arsitekno*, II, July, 53-61. <https://doi.org/10.29103/arj.v2i2.1244>
- LEGAMBIENTE (2022). *Rapporto Spiagge 2022 - La Situazione ed i Cambiamenti in Corso Nelle Aree Costiere Italiane*. Roma.
- MAIRIE DE PORNIC (2021). *Arrete Municipal Réglementation du port d'une tenue vestimentaire décente sur l'espace public communal*. PM.184/PERM/2021.
- MARK, Ole & ERICHSEN, Anders (2007). "Towards Implementation of the new EU Bathing Water Directive: Case studies: Copenhagen and Aarhus, Denmark". *Novatech 2007 - Sixth International Conference on Sustainable Techniques and Strategies in Urban Water Management*, Jun 2007, 1705-1712.
- MCDOWELL, Bill (2002). *Historical Research – A Guide*. Abingdon: Routledge.
- MCMANAMON, John (2021). "Neither Letters nor Swimming- The Rebirth of Swimming and Free-Diving". *Brill's studies in maritime history*, vol. 9, 2405-4917.
- PARLIAMENT OF THE UNITED KINGDOM (1847). *A Collection of the Public General Statutes Passed in the Tenth and Eleventh year of the Reign of her Majesty Queen Victoria, 1847*. London: W. Benning & Co.
- PARSONS, Jack (2018). *Victorian Summer Holidays: Sun, Sea and Segregated Beaches*. History Answers, retrieved at <https://www.historyanswers.co.uk/people-politics/victorian-summer-holiday/> (accessed in 2024.07.01).
- PERA MUSEUM (2018). *Sea Baths. Pera Museum & Istanbul Research Institute*, retrieved from <https://www.peramuseum.org/blog/sea-baths/1325> (accessed in 2024.07.01).
- PERRAULT, Dominique (2012). "Relation Between Artificial and Natural [Interview]". *ORIS Magazine*. [https://oris.hr/en/oris-magazine/overview-of-articles/\[98\]relation-between-artificial-and-natural,1361.html](https://oris.hr/en/oris-magazine/overview-of-articles/[98]relation-between-artificial-and-natural,1361.html)
- PETERMAN, Audrey (2021). *Water as A Divider: When Beaches Were Not For*

- All. Florida Humanities, retrieved from <https://floridahumanities.org/water-as-a-divider-when-beaches-were-not-for-all/> (accessed in 2024.07.02).
- POUGET, (1851). *Des Bains de Mer, Recherches et Observations Sur l'Emploi Hygiénique et Médical de l'Eau de Mer, et Sur les Influences de l'Atmosphère Maritime*. Bordeaux: CRUGY.
- REINDEERS, James; MALONEY, Frank.; FERNANDEZ, Dan and PARRISH, Anthony (1977). "Public Beach Access: A Guaranteed Place to Spread Your Towel". *Florida Law Review*, 29, 5, 853-880. <https://scholarship.law.ufl.edu/flr/vol29/iss5/2>
- RIO DE JANEIRO (1871). *Diário do Rio de Janeiro*, Anno 54, número 61, Sexta-feira 3 de março de 1871.
- RITCHIE, Robert (2021). *The Lure of the Beach: a Global History*. University of California Press.
- SEVERO, Carlos Manuel (2010). *A Cultura Balnear na Costa do Sol – Para um Museu da Praia*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, V.1.
- SILVA, A. (1949). "Barcas de Banho do Tejo". *Olisipo A.*, XIII, 49, Janeiro, 3-11.
- SHRIMPTON, Jayne (2017). *Bathing Machines and Beach Tents*. The Post, retrieved at <http://www.thepostmagazine.co.uk/brightonhistory/bathing-machines-and-beach-tents> (accessed in 2024.07.01).
- THOMPSON-MILLER, Ruth & FEAGIN, Joe (2007). "The Reality and Impact of Legal Segregation in the United States", in H. Vera, J.R. Feagin (eds.), *Handbooks of the Sociology of Racial and Ethnic Relations*. Boston: Springer, 455-465. https://doi.org/10.1007/978-0-387-70845-4_23
- VILLE DE CANNES (1918). *Arrete Concernat les Bains de Mer*. Cannes.
- VILLE DE CANNES (2016). *Arrete Municipal no 16/2754*. Cannes.
- VINCENT, Johan (no date). *Police des Bains de Mer sur la Cote Vendéenne - Extraits de quelques arrêtés municipaux allant de la Tranche à Noirmoutier (1816 à 1933)*.
- WALTON, John (2007). "Beaches, Baths and Beauty: Health and Body Exposure at the British Seaside from the 18th to the 20th Century", in Emmanuel Roudaut (2007), *Uses of Leisure Time in the UK. Revue Française de Civilisation Britannique*, XIV, 2, 117-134.
- WHEATON, Belinda, WAITI, Jordan Te Amaroana, OLIVE, Rebecca, & KEARNS, Robin (2021). "Coastal Communities, Leisure and Wellbeing: Advancing a Trans-Disciplinary Agenda for Understanding Ocean-Human Relationships in Aotearoa New Zealand". *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18, 2, 450. Doi: 10.3390/ijerph18020450

Ocio, pedagogía y propaganda: las giras anarquistas en *La Revista Blanca* durante la Segunda República española

Leisure, Pedagogy, and Propaganda: Anarchist Tours in La Revista Blanca during the Spanish Second Republic

ESTEFANÍA FERNÁNDEZ ANTÓN

Universidad Internacional de La Rioja, Facultad de Ciencias de la Educación y Humanidades

estefania.fernandez@unir.net

<https://orcid.org/0000-0002-4184-5400>

Texto recibido em / Text submitted on: 28/04/2025

Texto aprobado em / Text approved on: 12/05/2026



Resumen. El presente trabajo tiene como objetivo analizar el papel educativo, social e ideológico de las excursiones vinculadas al anarquismo, tal como fueron representadas en *La Revista Blanca* durante la Segunda República española. La metodología empleada es cualitativa, basada en el análisis documental. El corpus total de recopilación de datos está compuesto por 11 artículos y 121 reseñas. El cribado final de textos del estudio está constituido por 30 reseñas y 6 artículos. El análisis del corpus muestra que las excursiones vinculadas al anarquismo fueron presentadas como prácticas que combinaban actividades recreativas con contenidos formativos y espacios de interacción colectiva. Se concluye que estas particularidades se mezclaban con el objetivo de difundir y mantener la ideología libertaria a personas de diferentes edades, géneros y países.

Palabras clave. Giras anarquistas, Revista Blanca, II República.

Abstract. This study analyzes the educational, social, and ideological role of excursions linked to anarchism. It focuses on how they were presented in *La Revista Blanca* during the Spanish Second Republic. The methodology employed is qualitative and based on documentary analysis. The full corpus includes 11 articles and 121 reviews. The final corpus includes 30 reviews and 6 articles. The analysis shows that anarchist excursions were activities that combined leisure and learning. They also created spaces for people to interact. In conclusion, these activities combined leisure with the goal of promoting and maintaining libertarian ideology among people of different ages, genders, and countries.

Keywords: Anarchist Tours, Revista Blanca, II República.

Introducción

La Revista Blanca fue una de las principales publicaciones del anarquismo español entre finales del siglo XIX y parte de la Segunda República (1898-1936) y se fundó en seno de la familia de Juan Montseny (Federico Urales) y Teresa Mañé (conocida como Soledad Gustavo), con el fin de favo-

recer la educación de la clase popular bajo los preceptos anarquistas. La línea del periódico era intelectual y divulgativa, y mostraba una preocupación por la cuestión femenina, dinamizada en gran medida por Federica Montseny, hija de Urales y Mañé (BERNAT 2021; ESPIGADO 2002).

En el contexto de expansión del movimiento obrero y de los debates sobre la reforma social en la España contemporánea, la revista desempeñó un papel central como espacio de difusión cultural, política y educativa (BERNAT 2021; CLEMINSON 1995; TURBUTT 2022).

Aunque la Revista Blanca otorgaba una dedicación especial al avance femenino, la preocupación que en general mostraban los sectores anarquistas por la educación también fue uno de los puntos fuertes del texto (PRADO 2006). Esta inclinación propia del movimiento anarquista contribuyó a la creación de escuelas e iniciativas como ateneos, grupos culturales, coros y clubes de excursiones que permitían que tanto seguidores del anarquismo como curiosos se reunieran para formarse (LEE 2012).

Considerando el carácter pedagógico de la revista, el presente trabajo tiene como objetivo analizar el papel educativo, social e ideológico de las giras vinculadas al anarquismo en *La Revista Blanca* durante la Segunda República española. A partir de este planteamiento, se formula la siguiente pregunta de investigación: ¿Qué papel desempeñaban las excursiones vinculadas al anarquismo en *La Revista Blanca* como herramienta educativa, social e ideológica, y cómo contribuían a la difusión de la ideología anarquista en comparación con otras corrientes políticas contemporáneas?

La pregunta anterior será contestada al finalizar el análisis de la investigación, no obstante, para comenzar con este proceso se plantean los estudios previos. En términos de educación anarquista se encuentran los siguientes trabajos: Ascolani (2020), Benclowicz y Chiguay (2019), Catena y Luparello (2014), Cuevas (2010), Domínguez (2017), Garay (2017), González (2013), Lázaro (2024), López (2010), Ovejero (2005) y Pérez (2024).

Algunos de los trabajos anteriores analizan la confianza de los anarquistas en la educación como motor del desarrollo social, destacando que su propuesta principal consistía tanto en fomentar la bondad humana a través del sistema educativo (PÉREZ 2024) como en situar a la educación y a la cultura como bases fundamentales de su programa político (OVEJERO 2005). Otro estudio aborda las críticas anarquistas a la educación de carácter patriótico, dogmático y militarista, así como su defensa de modelos alternativos como la escuela moderna, en el contexto de la Argentina de 1910 a 1930 (ASCOLANI 2020).

Si bien estos estudios han contribuido a validar la importancia de la educación en el ideario libertario, su atención se ha centrado principalmente en

los discursos pedagógicos. En cambio, el presente trabajo propone desplazar el foco hacia prácticas concretas menos exploradas, como las giras, también denominadas en esta investigación como excursiones, para aportar mayor variedad terminológica y porque se emplean ambos términos en la publicación de análisis. En estas giras se articulaban experiencias de ocio y sociabilidad con una clara dimensión ideológica.

En el brazo de la educación anarquista también se encuentran estudios que analizan otras iniciativas diferentes a la Revista Blanca, pero con los mismos planteamientos ideológicos. Es el caso del periódico Nuestra Tribuna, editado en Argentina entre 1922 y 1925, cuyos contenidos fueron elaborados principalmente por mujeres anarquistas y estuvieron dirigidos a promover su formación y desarrollo (CATENA; LUPARELLO 2014). Más documentos libertarios como *La Questione Sociale*, *Biblioteca Sociológica*, *La Protesta*, etc., son analizados en el documento de Domínguez (2017), para identificar que estas publicaciones estaban diseñadas para impactar sobre el trabajo, la escuela, la pareja y el amor. Garay (2017) analiza La Liga Popular para la Educación Racional de la Infancia, que impactó en la educación obrera de Montevideo a través de la Revista Infancia. Benclowicz y Chiguay (2019) examinan la primera etapa de la revista libertaria *Nervio* durante la dictadura de Félix Uriburu, en cuyo contexto el equipo editorial se vio obligado a adoptar estrategias de supervivencia, como la incorporación de intelectuales nacionales e internacionales. La publicación fue concebida como un proyecto cultural centrado en el arte y la literatura, en la misma línea que los planteamientos de *La Revista Blanca*.

En conjunto, estos trabajos ponen de relieve el papel central de la prensa y de los proyectos culturales en la difusión de la ideología anarquista. Sin embargo, se centran principalmente en discursos, contenidos editoriales y estrategias culturales, prestando menor atención a prácticas concretas. En este sentido, el presente estudio aporta una perspectiva complementaria al analizar las excursiones como una práctica específica en las que se articulan educación, ocio y difusión ideológica.

Asimismo, hay otro grupo de trabajos centrado en escuelas e iniciativas vinculadas al ideario anarquista. En esta línea, Cuevas (2010) analiza las distintas etapas del desarrollo de esta corriente, desde los inicios del movimiento obrero hasta las experiencias de educación anarquista y desde 1975 hasta la actualidad. En esta última etapa destaca una escuela definida explícitamente como anarquista, la Escuela Libre Paideia, junto a otras con tendencias afines, como la Escola Lliure Els Donyets, ubicada en un entorno rural en la provincia de Valencia.

Por otro lado, González (2013) comenta que el programa alternativo de los anarquistas para los sectores populares se plasmó en escuelas racionalistas, escuelas nocturnas y dominicales, conferencias, charlas, cursos, lecturas, ateneos, etc. Algunas instituciones son la Escuela Moderna de Barcelona y los centros docentes y cívico-culturales acordes con sus principios ideológicos, como la Escuela del Trabajador (Madrid, 1845). Lázaro (2024) explora las ideas sobre educación integral promovidas por los libertarios españoles en diversos congresos de finales del siglo XIX, como el Congreso de Zaragoza (1872). López (2010) analiza también el congreso anterior, para concluir que el movimiento anarquista ha mantenido históricamente una confianza constante en la educación.

Hay otros antecedentes que tratan sobre excursionismo e higienismo en el anarquismo, en los cuales aparece también el tema de la educación y diferentes momentos históricos (ACKELSBURG 2018; CAIA 2023; NAVARRO 1998-2000; NAVARRO 2004; PORRINI 2013).

Desde el grupo recién señalado, el trabajo de Caia (2023) aborda la relación entre el trabajador rural y la doctrina anarquista. El documento menciona una tournée de propaganda organizada por seguidores del anarquismo para movilizar a los trabajadores rurales en el Alentejo en 1912. Esta excursión tuvo como objetivo apoyar la creación del asociacionismo rural y fomentar la expansión de la ideología.

Durante la II República, según Navarro (2004), las giras se realizaban con desplazamientos a pie, en autobús o en tren, se partía temprano, a menudo desde sindicatos, con himnos y banderas. Solían celebrarse en lugares cercanos a las ciudades, los domingos y reuniendo tanto a participantes locales como a visitantes.

En la guerra civil española, el anarquismo impulsó en el medio rural un modelo que transformaba la propiedad y producción hacia formas comunitarias. Desde esta corriente, se consideró el campo como alternativa al sistema urbano capitalista y se promovió la educación agrícola mediante publicaciones y giras (NAVARRO 1998-2000). Esta guerra afectó al desarrollo de las giras, pero no consiguió suprimirlas (NAVARRO 2004).

En zonas urbanas, como en Montevideo, los anarquistas desarrollaron actividades al aire libre (excursiones, picnics y deportes) con el objetivo de promover alternativas a la vida en la ciudad (PORRINI 2013).

Por otro lado, organizaciones femeninas como Mujeres Libres participaron en giras y actividades formativas, recorriendo pueblos y ciudades para promover la incorporación de otras mujeres dentro del movimiento anarquista. En este sentido, Pepita Carpena, Sara Berenguer y Soledad Estorach

participaron en las giras de Mujeres Libres, en colaboración de la CNT (ACKELSBURG 2018).

1. Metodología

La metodología del presente estudio sigue el enfoque cualitativo con énfasis en el análisis documental de los números procedentes de la Revista Blanca Arte, Ciencia Literatura y Sociología. Los documentos seleccionados provienen del 1931 al 1936.

Como criterio de inclusión, se seleccionaron aquellos textos que contienen referencias directas a las excursiones o giras libertarias. Se incluyeron tanto artículos como reseñas sobre dichas actividades. Como criterio de exclusión, se descartaron aquellos textos que, aun perteneciendo a la revista en el periodo estudiado, no presentan relación con el objeto de estudio. Asimismo, se excluyó el año 1935 en su totalidad debido a la ausencia de referencias a excursiones libertarias.

El corpus total recopilado está compuesto por 121 reseñas y 11 artículos. La distinción entre artículos y reseñas responde a que los primeros presentan un desarrollo textual más amplio, mientras que las reseñas consisten en textos breves asociados a imágenes. En los artículos también hay imágenes, pero la diferencia entre unos y otros depende de la cantidad de texto.

El corpus final de análisis se compone de 30 reseñas y 6 artículos.

Las fases de investigación son: fase 1: recopilación de todos los ejemplares de la Revista Blanca de 1931 a 1936. Fase 2: revisión de cada ejemplar para identificar todos los contenidos relacionados con las giras libertarias (121 reseñas y 11 artículos). Fase 3: integración de la información apta para el objeto de estudio en la parte de resultados, que comprende 30 reseñas y 6¹ artículos.

En la tabla que sigue se muestra la fase 2, las siglas que se emplean son “A” (Artículo) y “RCI” (Reseña con imagen). Esta información va acompañada de las fechas de publicación de la revista.

¹ 4 de los artículos están firmados por autores 1 de Estévez, 1 de Federica Montseny y 2 de Urales. Y los otros dos son los siguientes (LRB 01/06/1931; 15/04/1931).

Tabla 1. Fase 2: revisión de ejemplares

1/4/1931 (1A), 15/4/1931 (1A), 15/5/1931 (1A), 1/6/1931 (1A), 1/8/1931 (1A), 15/8/1931, 1/9/1931 (1A), 15/9/1931 (4RCI) , 1/10/1931 (2RCI), 15/10/1931 (4RCI), 1/11/1931 (4RCI), 1/12/1931 (4RCI) y 15/12/1931 (1 RCI). 6 artículos y 19 reseñas con imagen.

1/3/1932 (1RCI), 1/5/1932 (1RCI), 15/5/1932 (4RCI), 1/6/1932 (4RCI), 15/6/1932 (1RCI), 1/7/1932 (3RCI), 15/7/1932 (5RCI), 1/8/1932 (4RCI), 15/8/1932 (2RCI), 1/9/1932 (3RCI), 15/9/1932 (2RCI), 1/10/1932 (3RCI), 15/10/1932 (6RCI), 1/11/1932 (1A+2RCI), 15/11/1932 (4RCI), 1/12/1932 (4RCI) y 15/12/1932 (2RCI). 1 artículo y 51 reseñas con imagen

15/1/1933 (2RCI), 15/5/1933 (1RCI), 1/7/1933 (2RCI), 15/7/1933 (1RCI), 1/8/1933 (1RCI), 15/8/1933 (3RCI), 1/9/1933 (2RCI), 15/9/1933 (4RCI), 1/10/1933(1 sección 2 reseñas con imágenes/otra sección 2 reseñas con imágenes) 15/10/1933, (2RCI), 23/11/1933 (1RCI). 23 reseñas con imagen. En el número 1/10/1933 hay dos secciones diferentes de las excursiones.

6/4/1934 (1RCI), 12/4/1934 (1RCI), 26/4/1934 (2RCI), 11/5/1934 (1RCI), 18/5/1934 (2RCI), 25/5/1934 (2RCI), 8/6/1934 (1A+3RCI), 15/6/1934 (1RCI), 22/6/1934 (2RCI), 29/6/1934 (1RCI), 6/7/1934 (2RCI), 13/7/1934 (1RCI), 27/7/1934 (1RCI), 3/8/1934 (1RCI), 31/8/1934 (3RCI), 7/9/1934 (2RCI), 14/9/1934 (2RCI). 1 artículo y 28 reseñas con imagen

31/1/1936 (1A) y 29/6/1936 (2A). 3 artículos.

Total: 121 reseñas. 11 artículos.

Fuente: elaboración propia.

En la fase 3 del análisis, tanto las reseñas como los artículos se interpretan en su contexto histórico específico, lo que permite desentrañar la dimensión ideológica subyacente. No obstante, las imágenes que acompañan a estos textos no constituyen la fuente principal de análisis, porque las reseñas transmiten información de manera autónoma. En la mayoría de los casos, las imágenes muestran grupos de personas posando ante la cámara sin realizar ninguna acción concreta. En este sentido, las imágenes funcionan principalmente como testimonio de la presencia en un lugar concreto, más que como un elemento narrativo en sí mismas.

El análisis se realizó mediante una interpretación contextualizada de las fuentes, situando tanto artículos como reseñas en su marco histórico e ideológico. Este procedimiento permite identificar no solo contenidos descriptivos, sino también las dimensiones discursivas y políticas subyacentes. Se tienen en cuenta, por tanto, la intencionalidad de la revista analizada, así como

sus estrategias de construcción discursiva, especialmente en relación con la promoción de prácticas libertarias.

2. Resultados: carácter de las giras libertarias expuestas en la Revista Blanca durante la II República

Durante la II República Española, la Revista Blanca solicitaba a sus lectores fotografías de sus excursiones: “También reproduciremos las fotografías que nos envíen los grupos de excursionistas, lo mismo chicos que grandes, siempre, repetimos, que sean artísticos y que puedan estar reproducidos” (LRB15/04/1931: 534, artículo).

Estas fotografías debían de ir acompañadas de una reseña descriptiva de lo que sucedía en la imagen o lo que había tenido lugar durante la jornada. No obstante, esta parte textual no siempre se enviaba y, por tanto, se realizó un aviso dentro de la revista para que cada foto llevara un acompañante escrito: “Convendría que los amigos, al enviar las fotografías, nos enviaran una reseña de la gira para vestir, con ella, los grabados” (LRB 15/09/1931a: 256, reseña).

Las reseñas constituyen la principal fuente para la elaboración de los resultados de este estudio. Aunque algunas presentan un desarrollo limitado, en su mayoría ofrecen información clara y concisa que permite complementar las categorías de análisis. Asimismo, debe tenerse en cuenta que, en *La Revista Blanca*, el contenido de una misma sección puede aparecer agrupado o disperso en diferentes páginas, y que en un mismo número pueden coexistir varias secciones dedicadas a giras o reseñas, así como reseñas sin una sección específica.

Además es pertinente considerar a la gira libertaria, como alternativa educativa y como espacio de interacción donde el aprendizaje surgía de manera planificada o espontánea. En este sentido, la educación libertaria se entendía como un modelo pedagógico orientado al desarrollo integral del individuo, basado en la libertad, al tiempo que incorporaba una dimensión inclusiva (entendida como la participación en condiciones de igualdad y sin distinciones) y una dimensión de sociabilidad sustentada en la construcción de relaciones horizontales, cooperativas y comunitarias a través de la convivencia y el apoyo mutuo (HERREROS 2016), enmarcándose además en una cultura libertaria entendida como un conjunto de prácticas, valores y formas de vida orientadas a la construcción de espacios alternativos de educación y de convivencia (PALOMERO 1998).

Finalmente, se ha de señalar que las lecturas de las reseñas de las fotografías y de los artículos parecen indicar que no se dudaba de la experiencia

pedagógica que suponía la salida al exterior, pero que se prefería que todo surgiera de manera apasionada, sin planes educativos rígidos de por medio, propio de las aventuras que se viven bajo el sol y la alegría. Se verá esta esencia y su carácter inclusivo, en los resultados posteriores, teniendo presente factores como la edad, el género y la cultura.

2.1 Las giras libertarias en la Revista Blanca durante la II República: carácter inclusivo

Edad y género

Los participantes de las giras tenían diferentes edades, de modo que en un mismo evento podían coincidir niños, personas adultas y personas de mayor edad. Las reseñas reflejan una convivencia armónica entre estos grupos. Un ejemplo de ello se observa en la siguiente cita: “La compañerita: García, el camarada Sendón y cinco capullitos en medio de una floresta de Nueva York. Grupo sacado durante una gira campestre organizada por Cultura Proletaria” (LRB 01/12/1931a: 406, reseña). Y otro ejemplo es: “Grupo de conjunto de cuantos compañeros, compañeras y compañeritas pudo abarcar la máquina fotográfica en la gira campestre de Rubí” (LRB 01/07/1932: 93, reseña).

El uso de diminutivos aparece con frecuencia en estas reseñas, especialmente al referirse a niñas o mujeres más jóvenes, tal y como se acaba de apreciar en las dos citas anteriores. Otra texto con la misma casuística es: “Gira organizada por el Ateneo de Divulgación Social de Logroño. Aunque fue la primera gira, vióse muy concurrida de compañeritas, como puede verse en la foto” (LRB 01/08/1932: 139, reseña). No obstante, este recurso lingüístico no se limita exclusivamente al género femenino, sino que también se emplea para aludir a grupos mixtos, aunque es menos persistente:

Grupo de simpáticos compañeritos y compañeritas, pertenecientes a la juventud Libertaria de Granada, que asistieren a una gira organizada por dicha Juventud. Cada día las giras van divulgándose más y más (LRB 01/09/1932: 196, reseña).

La inclusión de la infancia en las giras muestra que los niños formaban parte activa de la vida comunitaria, participando en espacios que combinaban ocio, educación y socialización. Esta presencia responde al ideal anarquista de garantizar la formación desde edades tempranas, como refleja la siguiente cita:

Grupo de asistentes a la gira libertaria de Sabadell. Los niños, que nunca faltan en nuestras fiestas, ponen en esta foto la nota alegre y tierna de su presencia, adornándola con su gracia y con lo que representa su asistencia a estos actos, en los cuales se habitúan a vivir una vida mejor, más sana, más libre, más bella (LRB 01/12/1932a: 413, reseña).

En otras citas también se observa la presencia de personas de mayor edad, lo que indica que no solo interesaba la preservación ideológica entre los más jóvenes, sino también entre los adultos, superando prejuicios asociados a la edad, como la supuesta menor capacidad de formación o de mantener una vida militante: “Antes de la fiesta literaria se sacó, siempre por compañeros aficionados a la fotografía, estotro² grupo, donde pueden verse chicas muy guapas, niños muy simpáticos y dos caras demasiado viejas” (LRB 01/06/1931: 28, artículo). Las giras son mucho más que un intento de generar cantera o avivar el ideal anarquista, la invitación a personas más mayores demuestra que eran eventos que creían en el aprendizaje de los demás, indistintamente de la edad, y en el poder formativo de la comunidad:

Como ve el lector a la fiesta concurren niños, jóvenes y personas de edad. Las última concurren, antes de morir, al nacimiento de un mundo nuevo, más humano, más alegre, más bueno y más justo que el en que ellos vivieron en su juventud. Que no pierdan el optimismo las juventudes (LRB 13/07/1934: 551, reseña).

En estas excursiones libertarias, la inclusión intergeneracional y la participación de mujeres se presentaban como prácticas normalizadas, coherentes con los principios anarquistas de igualdad y de participación comunitaria. En este marco, todas las personas que integraban el colectivo eran concebidas como sujetos activos dentro de la vida social:

Simpático grupo de componentes a la gira organizada por los grupos libertarios de la comarca del Panades al bello pueblecito de San Quintín de Mediona. Hombres, niños y mujeres, mezclados fraternalmente en un día de camaradería y de anticipación de la vida futura (LRB 01/08/1933: 139, reseña).

Para el periodo analizado, Ackelsberg (1991) señala que la historiografía ha tendido a relegar a las mujeres a roles secundarios, una tendencia que

² Errata de la propia cita.

refleja, en parte, las propias tensiones de género presentes incluso en el anarquismo. En esta línea, otro estudio (GONZÁLEZ 2013) destaca que la educación femenina era considerada esencial en su imaginario, aunque persistían desigualdades discursivas vinculadas a roles de género tradicionales. En el contexto histórico analizado, las giras se configuraron como una estrategia de reafirmación femenina, como evidencian diversas reseñas entre 1931 y 1933, que se han visto previamente, y tal y como muestra la siguiente cita:

He aquí un grupo simpático de trabajadores del campo, entre el que no faltan compañeras, congregados en un día de franca camaradería y confundándose en una misma fraternal comunión de vida, de trabajo y de ideal. Las giras son también un medio de difusión de las ideas y deberían serlo de la prensa libertaria, como dan ejemplo estos compañeros (LRB 23/11/1933: 377, reseña).

Y en las dos citas posteriores, que recogen la intervención comunitaria de mujeres jóvenes. El texto número 1 es el posterior:

Un aspecto de la gran gira de carácter comarcal celebrada en el simpático puebla de «San Sadurn de Noya», Una alegre multitud de compañeros de ambos sexos, entre los que predominaba el elemento joven, se reunió en las afueras de la villa, pasando un grato día de expansión, de contacto con la Naturaleza y de compañerismo (LRB 01/09/1933: 211, reseña).

El texto número 2 es el posterior y procede de otra excursión de 1933, desde el cual se plantea que la presencia de mujeres jóvenes no se limitaba a una participación pasiva en una actividad recreativa, pues se evidencia también su implicación en las demandas políticas. La cita muestra cómo los “elementos juveniles de ambos sexos” comparten un espacio de sociabilidad que, en clave anarquista, rompe con las divisiones tradicionales de género y fomenta la acción colectiva. En este contexto, la participación femenina se integra en una cultura política que promueve la igualdad y la implicación directa en la lucha social:

En Carayaca {Murcia} se ha organizado una gira en la que han tomado parte principal elementos juveniles de ambos sexos. De ella nos da idea esta fotografía en la que destacan los carteles «queremos libertad y justicia», «Abajo la guerra», «queremos pronta amnistía», que son los gritos que salen de todos los pechos proletarios y que es alentador ver como repercuten en la conciencia juvenil (LRB 15/08/1933: 185, reseña).

Las reseñas de las giras libertarias mantenían que la inclusión del género femenino estaba resultando un éxito y que era una tendencia real, consiguiendo así que las mujeres se involucraran en las causas sociales de manera general y en las de índole anarquista de manera específica:

Gira realizada por la juventud anarquista de San Sadurn de Noya a un pintoresco lugar de las proximidades de dicho pueblo. La abundancia del elemento femenino en este conjunto gozoso, dice de qué manera, en toda España, la mujer es ya un elemento destacado y numeroso en las luchas sociales y en los medios anarquistas (LRB 01/10/1933a: 285, reseña).

Sin embargo, esta perspectiva de las excursiones libertarias no es compartida por fuentes secundarias que se encargan del estudio de la representación femenina en los sectores liberatorios, como ya se ha visto en Ackelsberg (1991) y González (2013). O como refuerza Kaplan (1971), que señala que con la llegada de la Guerra Civil el asunto femenino quedó relegado en los sectores anarquistas, dejando paso a los asuntos de guerra.

La presencia de las mujeres era cierta y se apreciaba en una gran parte de las citas que se han visto hasta ahora. Aunque su participación, cuando tenía lugar, podría estar vinculada a la promoción de la convivencia familiar, lo que favorecería su inclusión; pero este mismo marco también podría implicar la asignación del cuidado infantil a las mujeres:

La más bella de las fotos sacadas en el bosque de Can Feu de Sabadell es ésta, donde una joven madrina levanta entre sus brazos al más pequeño de los militantes anarquistas: un niño de pocos meses, nacido ya en Anarquía, por obra y gracia de las ideas y del amor de sus padres (LRB 01/12/1932a: 412, reseña).

Asimismo, la convivencia familiar permitía la participación de personas de distintas edades y géneros, favoreciendo al mismo tiempo la incorporación de los principios anarquistas desde las primeras etapas de la vida:

Organizada por la Agrupación cultural «Nueva Aurora» celebróse en los alrededores de Huelva, una bella fiesta. Consistió ella en una gira campestre, durante la cual se dio nombres libertarios a cuatro niños, hijos recién nacidos de camaradas. Se les puso, laicamente, los nombres de Germinal, Progreso, Fraternidad y Libertad. Terminó la gira en medio de la mayor cordialidad y con vivas entusiastas al ideal anarquista, florecido en cuatro nuevas obras de carne (LRB 01/11/1932a: 351, reseña).

En este contexto, la participación conjunta de personas de diferente edad y género no respondía únicamente a una lógica inclusiva, sino que funcionaba como un dispositivo pedagógico en el que se transmitían los valores anarquistas.

Más allá del lugar de origen

Las giras libertarias tenían una buena planificación de estrategias para el cultivo de sus ideales, como la inclusión por edad y género, tal y como se ha visto. También se encuentra otra estrategia como la inclusión de personas independientemente de su lugar de origen:

Un alegre instante de la gira libertaria celebrada en Rubí. La máquina sorprendió a un corro de compañeros y compañeras jugando en fraternal camarería, mezclados chicos y grandes, españoles, alemanes y chinos, que de todo había (LRB 15/07/1932b:126, reseña).

Otra cita vuelve a mostrar que no importaba de dónde procediesen los participantes, aunque es cierto que hay que avisar que los términos para referirse a las personas de otros países no era los más apropiado en alguna ocasión:

Los componentes del Grupo anarquista Kropotkine de Orán, fotografiados durante una excursión a los alrededores de la ciudad marroquí. Entre ellos destacamos la figura de un joven moro, simpatizante, atraído por las ideas ácratas y que se interesa por todas nuestras cosas. El ideal de redención humana que encierra el anarquismo, es común a todas las razas, a todos los pueblos y a todos los hombres (LRB 01/10/1933b: 276, reseña).

La inclusión de otras culturas se articulaba a través de la participación de personas procedentes de distintos contextos geográficos ya fueran españoles o extranjeros. Este fenómeno sugiere la existencia de dinámicas de carácter transnacional, en las que los discursos se configuraban en las intersecciones ideológicas entre distintos territorios:

Grupo de compañeros de Oran, durante una excursión realizada en tierras de África. El entusiasmo de estos camaradas mantiene viva la propaganda de las ideas ácratas en esas regiones aún semivírgenes para ellas. Todos son españoles emigrados, en busca de medios de vida y de trabajo. En sus manos, los periódicos nuestros son como el lazo que les une a las luchas de la Península y a la gran familia anarquista (LRB 01/10/1933b: 276, reseña).

La cooperación con grupos anarquistas de otros países también se hace visible en otras reseñas que presentan las excursiones en Argentina: “He aquí a un simpático grupo de camaradas que a orillas del río Paraná {San Isidro}, uno de las más hermosos parajes de la Argentina, han ejecutado una gira a beneficio de las presos sociales” (LRB 26/04/1934: 372, reseña). A finales del siglo XIX y principios del siglo XX, el internacionalismo anarquista fue una realidad para españoles y argentinos que, en este caso específico, se manifiesta como un acto simbólico en un escenario concreto, pero que trascendía este ámbito, ya que los anarquistas españoles viajaron a lugares como Argentina, reforzando la presencia de la ideología tanto allí como en España y facilitando el intercambio de publicaciones, como prensa y panfletos, así como de estrategias organizativas. Además, los inmigrantes y visitantes españoles desempeñaron roles importantes en el desarrollo del movimiento obrero y del movimiento anarquista de mujeres en cada país al que fueron (ACKEL-SBERG 2016). Otro ejemplo de la celebración de las giras en Argentina es el siguiente:

Grupo de concurrentes a una gira libertaria celebrada en las orillas del río Jarama en Buenos Aires, con concurrencia de un núcleo entusiasta de compañeros y compañeras, deseosos de pasar un día de camaradería y de contacto con la Naturaleza (LRB 15/01/1933: 28, reseña).

Otras tierras que aparecieron en las excursiones de la Revista Blanca fueron las europeas: “Grupo de compañeros franceses y españoles (entre ellos están Emilio Armand y el muy conocido militante Perrissaguet), fotografiados en el curso de una excursión al pantano del Barrache, en Limoges” (LRB 01/10/1933c: 278, reseña). Otra reseña semejante: Grupo de compañeros de Nimes (Francia), en una excursión instructiva (LRB 01/06/1932: 25, reseña). Y otra cita del estilo: “Grupo de compañeros de diversas nacionalidades reunidos en una gira internacional celebrada en Marsella” (LRB 31/08/1934a: 663, reseña).

En este sentido, las giras contribuían a la construcción de una cultura política de alcance internacional, al propiciar espacios de encuentro, intercambio y sociabilidad entre militantes de distintas procedencias.

2.2 Las giras libertarias expuestas en la Revista Blanca durante la II República: carácter natural y formativo

La naturaleza en sí misma

Los seguidores del anarquismo valoraban positivamente las posibilidades de desarrollo individual y colectivo que ofrecían tanto la naturaleza como los espacios urbanos, en la medida en que ambos podían constituirse como espacios públicos, entendidos no solo como ámbitos físicos abiertos, sino como escenarios de interacción social accesibles y compartidos. En este sentido, el entorno natural, dentro o en los márgenes de la ciudad, se configuraba como un lugar especialmente propicio para el despliegue de iniciativas educativas libres (NAVARRO 1998-2000).

Una vez inmersos en un entorno natural y libre de los esquemas fijos de los planes de estudio y de los escenarios de aprendizaje, las reuniones colectivas se hacían realidad. En este contexto el aprendizaje se convertía en una acción compartida, y la naturaleza era el escenario que actuaba como excusa para que tuvieran lugar las experiencias de aprendizaje experimental:

Estamos aquí, gozando, reunidos, de un día de campo Podemos cantar, gritar, correr alegremente, devueltos dichosamente a la infantilidad y a la inocencia. Y este espectáculo, mil otras veces visto ya en la campiña y en la playa, afirma y sugiere más vivamente en mí la creencia de que no hay libertad que pueda concebirse fuera del marco de la Naturaleza. Siempre he pensado, pues, que el retomo a la Naturaleza será, doblemente, la liberación del hombre y la vuelta al punto originario, al Paraíso de que nos arrojaron nuestra inocencia perdida y la embriaguez del primer hombre que bebió el vino de la Autoridad y de la Propiedad sobre los otros hombres y sobre las cosas (MONTSENY 15/05/1931: 584, artículo).

La naturaleza, al no ser concebida de primeras como un entorno reglamentado, contribuyó de una manera más viva a la creación de un clima emocional positivo y favoreció el potencial emancipador de la formación al aire libre, donde la autorrealización y el desarrollo humanitario se podían manifestar plenamente: “Una gira campestre, organizada por el Grupo Artístico Unión de Lyon, en las orillas del Ródano (Francia), en la que se reunieron numerosas familias de compañeros en un día de sol, aire, de alegría y de confraternidad” (LRB 15/09/1931b: 253, reseña). Otra cita que evidencia el componente educativo y la valoración de la naturaleza en las giras es: “Bella

foto hecha en la gira de Alicante. Los protagonistas se hallan enramados sobre el mejor amigo de la Humanidad: el Árbol” (LRB 15/05/1932: 364, reseña). El contacto con la naturaleza ya era un objetivo en sí mismo, desde el cual se podía plantear otras acciones como la que hemos visto de estar en comunidad o simplemente la acción de pasar un día en armonía en el exterior natural: “Los compañeros de Sestao en franca camadería y en contacto directo con la Naturaleza, manantial inagotable de salud, de vida y de optimismo” (LRB 11/05/1934: 2, reseña).

Las actividades que tenían lugar en la naturaleza eran actividades formativas, de conciencia social y de carácter recreativo. Y, de acuerdo con Navarro (2004), el recurso del espacio natural respondía a las limitaciones materiales de la época, ya que compensaba el deficiente estado de muchos locales destinados al uso colectivo.

Actividades formativas

La literatura popular libertaria del primer tercio del siglo XX se empleaba como medio propagandístico. Esta forma de expresión escrita era variada como podían ser las colecciones de novela corta de La Novela Ideal (SIGUAN 1981). Las giras de la Revista Blanca eran un ejemplo de contención de literatura: “la fotografía que se sacó de la fiesta literaria celebrada en un escenario improvisado al efecto” (LRB 01/06/1931: 26, artículo). En esta fiesta participaron diferentes seguidores o reconocidos perfiles del panorama libertario, como Max Nettlau³. Algunos participantes leyeron diferentes tipos de textos:

Libertad Puig, Natura Ocaña, Idilia Llozas, Rosa Traveset, Luz Arnal, Federica Montseny, Rafaela Mateu, padre e hijo Traveset, y el compañero José Mateu, que leyó un trabajo de presentación del grupo, y unas cuartillas de los compañeros Alejandro Gilabert y Vida Urzainqui. Dos jovencitos del cuadro artístico «Alegría Cultural», llamados Armonía Segarra y Placer artigas... (LRB 01/06/1931: 26, artículo).

Las actividades no se limitaban a prácticas formativas, como la lectura de artículos, sino que las jornadas libertarias también actuaban como espacios que inspiraban cultura a algunos anarquistas como Federico Urales. Este autor se sirvió de los paseos por la naturaleza para escribir pequeñas obras de la literatura popular, como la ya citada La Novela Ideal:

³ El militante Max Nettlau fue participante de otras giras (LRB 01/06/1932, reseña; LRB 15/07/1932: 126, reseña).

No hacemos más larga la reseña de esta gira, aun mereciéndolo por la importancia que tuvo, porque nuestra Federica ya se ocupó de ella en fas columnas de «El Luchador» y porque la próxima novelita de «La Novela Ideal», escrita por Federico Urales, está basada en un episodio que hubo en la dicha excursión, aunque del episodio muy pocos se enteraran (LRB 01/06/1931: 29, artículo).

El Luchador, que es otra de las obras que aparecen en la cita anterior, es un periódico de sátira, de crítica y de combate de repercusión anarquista. Fue publicado entre 1931 y 1933 y dirigido por Urales. Este texto fue junto con la Revista Blanca, la fuente más importante de divulgación del pensamiento de Federica Montseny (hija de Urales). Ambas publicaciones tuvieron como resultados unos 600 artículos de dicha autora (NASH 1975).

En las reseñas de la Revista Blanca se observó a personas leyendo el Luchador en las giras, por lo tanto, era una forma de hacer un guiño a otra obra de la familia fundadora de la Revista Blanca: “El compañero Elizalde y sus amigos descansando y leyendo El Luchador. Al fondo el embalse. Hemos puesto aquí este grabado por habernos sido imposible colocarlo en la página de excursionismo” (LRB 15/09/1931a: 256, reseña).

La cultura de las giras se representó mediante fiestas literarias, lecturas de publicaciones hermanas de la Revista Blanca o mediante otras acciones como la realización de un teatro con el mar como parte del escenario:

Otro aspecto de la gira de San Feliu. El objetivo captó el momento en que la Agrupación artística del Centro de Cultura de Salt representaba el acto simbólico «La Razón triunfará». Los pequeños artistas pusieron de manifiesto sus admirables dotes, improvisando un teatro de la Naturaleza que, junto al mar y baja el palto deslumbrante del cielo mediterráneo, resucitaba toda la belleza de la escenografía helénica (LRB 01/10/1932: 282, reseña).

Los mítines, los debates o charlas eran otras acciones formativas. Fue el caso de un debate sobre cuestiones del escenario educativo: “La hora del mitin, de controversia. (Se discutieron problemas educativos)” (LRB 01/06/1931: 27, artículo). O conferencias dadas por seguidores del credo anarquista: “Grupo de compañeros de Elche, fotografiado junto con el veterano propagandista y amigo Domingo Germinal en una salida al campo, durante la gira de conferencias dadas por Germinal en la comarca” (LRB 01/11/1932b: 329, reseña).

Asimismo, se tuvo ocasión de presentar las giras de las escuelas raciona-

listas en las páginas de la Revista Blanca. Estas escuelas conectaban con las excursiones libertarias, para extender su capacidad formativa, y tienen mucho sentido para la familia Montseny, al ser la hija del matrimonio educada en este tipo de institución (CAIAZZO 2014). Al principio del trabajo también se ha visto que González (2013) comentaba que el programa alternativo de los anarquistas para los sectores populares se plasmaba en estas escuelas. A continuación, se muestran los pies de la foto que tratan sobre los centros racionalistas en las giras. El primero de ellos: “Uno de los aspectos de la gira organizada por las escuelas racionalistas de San Feliu de Guíxols y de Salt” (LRB 31/08/1934b: 672, reseña). Otro ejemplo: “Los niños de las escuelas racionalistas de San Feliu de Guíxols y de Salt, en la primera de las dos poblaciones, de regreso de una excursión” (LRB 07/09/1934: 676, reseña).

Las actividades formativas se vinculaban principalmente a escenas educativas habituales, como el mitin, la fiesta literaria o la salida de una escuela; no obstante, también se desarrollaron iniciativas instructivas específicas, como una actividad orientada a comprender el proceso de producción quesera: “La escena que aquí reproducimos es la típica del ordeño de las Ovejas para la fabricación del queso, única fuente de riqueza y de relación con el resto de España, que mantienen estos hombres, reviviendo una eterna edad virgiliana” (LRB 15/08/1933: 186, reseña).

Este modelo formativo se articulaba, ante todo, desde la centralidad de la palabra dicha y compartida, en un contexto donde la transmisión oral no era un recurso secundario, sino el eje vertebrador del aprendizaje.

Otras actividades

En las escapadas la interacción con el entorno, la cultura y los otros estaban a flor de piel. No obstante, no solo era un evento de vinculación o de instrucción cultural, el tratamiento de las preocupaciones sociales y de las políticas estaban a la orden del día. El desempleo que azotaba aquellos días se convirtió en uno de los temas a tratar, demostrando que eran excursiones en consonancia con la realidad:

Más, al contacto con nosotros, al participar en diversiones y actos culturales de carácter filosófico o científico, no han tenido más remedio que cambiar de criterio, al ver que no fue necesaria, ni lo aterradora, con más de diez millones de desocupados en pleno verano, hondas inquietudes humanas preocupan a todos, ya que los Estados capitalistas propónense destruir y arrastrar todo lo que en su paso hallen, durante su desesperada agonía, pretendiendo hundir

en la barbarie de una nueva matanza a la humanidad toda; en una nueva era de tinieblas y dolores, donde marche, maltrecha de cuerpo y de espíritu (ESTÉVEZ 01/09/1931: 218, artículo).

Otro ejemplo resume muy bien lo que eran las giras, espacio para la recreación en la naturaleza y, como se acaba de ver, para favorecer las conversaciones necesarias:

Grupo de concurrentes a la gira libertaria celebrada en San Feliu de Guíxols, organizado por el grupo «Iniciación anárquica», y a la que asistieron camaradas de toda la provincia. El sitio, de ideal belleza, fue marco adecuado para la hermosura de una fiesta de confraternidad, en la cual se alternaron los juegos amenos con las charlas instructivas, las discusiones sobre temas de trascendencia, con los baños refrigerantes (LRB 01/10/1932: 282, reseña).

Asimismo, se organizaron actividades recreativas durante otras giras, orientadas exclusivamente hacia un propósito lúdico: “En otras partes del pinar, la juventud organiza juegos también” (URALES 01/08/1931: 155, artículo). Existen varios casos similares; a continuación, se presentan tres ejemplos de este tipo, siendo el primero de ellos: “Jugando a la gallina ciega. Como se ve, entre las anarquistas hay numerosas muchachas guapas y bien formadas” (URALES 01/08/1931: 157, artículo). El segundo ejemplo muestra cómo la acción recreativa se vincula posteriormente a un discurso para introducir una crítica al orden dominante:

El día, que ha servido, a la vez que de esparcimiento de restaurador de energías físicas, de tonificante del espíritu, ha transcurrido en medio de una inmensa alegría. Alegría por el cambio de impresiones, delectaciones espirituales si se quiere; por los juegos, bailes y cantos: por el agua, el aire y el sol. Agentes que aún no ha podido controlar el Sistema estatal presente, y por la armonía que remó durante la fiesta (ESTÉVEZ 01/09/1931: 218, artículo).

El tercer ejemplo es: “el niño que hay dentro de Urales jugando a la gallina ciega con otros niños, en la gira campestre celebrada en Rubí” (LRB 15/07/1932a: 120, reseña). También está el caso de giras que se combinaron con escaladas: “los más atrevidos se atreven a escalar y que alguno, de los maestros escalaron” (URALES 15/11/1932: 371, artículo). O también se organizaron comidas: “un momento de la gira libertaria organizada por Cultura Proletaria. Preparando la comida” (LRB 01/12/1931b: 410, reseña). Al

igual que en el segundo ejemplo anterior, otro texto donde se observa cómo las actividades recreativas sirven también como vehículo para introducir un discurso de denuncia social y política es la descripción de la gira libertaria celebrada en el bosque de Can Feu, en Sabadell. No obstante, se trata de un caso especialmente delicado, ya que el relato de la jornada festiva queda atravesado por la violencia posterior sufrida por algunos de sus participantes. En este caso, el encuentro no solo aparece como un espacio de sociabilidad y fraternidad obrera, sino también como una muestra de solidaridad hacia los militantes de Sabadell en el contexto de las tensiones sindicales y políticas del momento. La posterior referencia al asesinato de uno de los asistentes y a las graves heridas sufridas por otro desplaza el relato desde la celebración colectiva hacia la evocación de un clima de intensa conflictividad social y sindical, incorporando así una lectura crítica de la situación política que rodeaba al movimiento obrero libertario (LRB 01/12/1932b: 416). Constituyéndose todas estas actividades como una alternativa recreativa a los escenarios de taller y de fábrica tan habituales del momento (NAVARRO 2004).

Las acciones y reuniones educativas que surgieron bajo el emblema de giras libertarias eran contrarias a los límites por edad, género, lugar de origen y tipo de espacio. Como se ha podido comprender respecto a los espacios, las giras no necesitaban de paredes o de grandes recursos, pues los escenarios, que otorga la propia naturaleza junto con sus propios bienes, eran perfectos para las jornadas.

Desde el enfoque de las giras libertarias también se aprecia cómo se promovían la democratización de los espacios y del acceso a la cultura, elementos clave en la visión anarquista de la educación, que rechaza las relaciones jerárquicas y el control institucional sobre el aprendizaje.

Conclusiones

Las giras libertarias eran salidas al entorno natural con un carácter inclusivo. Su organización permitía que no solo fueran encuentros en la naturaleza, sino también espacios para mantener y difundir los ideales anarquistas entre personas de distintas edades, géneros y procedencias.

Desde la cuestión de género, las fuentes secundarias señalan que la inclusión femenina en el ámbito ácrata no alcanzó los niveles esperados para un movimiento que defendía firmemente la educación y la emancipación de la mujer (ACKELSBERG 1991; GONZÁLEZ 2013; KAPLAN 1971; NAVARRO 1998-2000). No obstante, las giras muestran cómo las mujeres fueron

un grupo que formaban parte de una iniciativa que compartían las jornadas con niños y con hombres. No se dice mucho de sus tareas, pero se afirma en una de las reseñas que la mujer estaba acogida en las luchas sociales y en las anarquistas. Entonces, los antecedentes expuestos invitan a cuestionar el peso efectivo de la ideología igualitaria en todos los ámbitos, incluidas las excursiones. Esta cuestión puede plantearse como una línea de investigación futura, junto con el análisis del papel de la mujer en la convivencia familiar en entornos naturales, evaluando si estas prácticas favorecían dinámicas de inclusión o, por el contrario, contribuían a la reproducción de roles tradicionales.

Las escapadas libertarias no se pueden entender como acciones puramente de recreo en el espacio natural, pues estaban orquestadas para servir a su propio credo (NAVARRO 2004). Algunos actos como contar con seguidores reconocidos de la ideología en las jornadas, bautizos de niños con nombres de inspiración libertaria, el guiño a periódicos libertarios también fundados por la misma familia que creó la Revista Blanca o la realización de escapadas en lugares dispares podrían convertirse en estimuladores o revitalizadoras de la doctrina. Esta información se recibe principalmente del texto analizado, pues la mayoría de las fotografías simbolizan una simple escapada con el retrato a sus participantes. En algunas ocasiones sí que se plantea imágenes con lemas: los carteles «Queremos libertad y justicia», «Abajo la guerra», «queremos pronta amnistía», que son los gritos que salen de todos los pechos proletarios y que es alentador ver cómo repercuten en la conciencia juvenil (LRB 15/08/1933: 185). No obstante, son excepcionales, pues las imágenes son mucho más disimuladas que los textos y pueden pasar por un simple encuentro excursionista sin una ideología de por medio.

Caia (2023) analiza una gira concreta en el Alentejo en 1912, para trabajadores rurales, y encuentra que efectivamente estas rutas no se hacían sobre la nada o sobre la exposición al aire, el sol y el agua (como sí que podía ser una actividad higienista de la época), sino que eran acciones programadas para potenciar el colectivismo anarquista. Navarro (1998-2000) también está a favor de esta perspectiva, ya que analiza giras que potenciaban el colectivismo del campesinado. Ahora bien, en la Revista Blanca el asociacionismo no estaba dirigido a un rol profesional. Navarro (2004) plantea también en su trabajo giras más genéricas, pero asociándose mayormente al espacio valenciano y, aunque cita a la Revista Blanca, aparecen narrativas de otros periódicos como Nueva Humanidad y Juventud Libre. Asegurando que son actividades de propaganda, pero también higienistas conviviendo ambos criterios.

En este sentido, y en contraste con estas prácticas anarquistas, estudios

sobre el ocio en regímenes autoritarios, como el análisis del ocio y la naturaleza en la Italia fascista (DOGLIANI 2014) o el trabajo de Baranowski (2007), que incluye la iniciativa *Kraft durch Freude*, muestran cómo las excursiones y las actividades recreativas tendían a ser organizadas desde el aparato estatal y a estar orientadas explícitamente hacia la propaganda y el control social, mediante el uso directo de símbolos, discursos y estructuras jerárquicas. Frente a ello, las excursiones analizadas en *La Revista Blanca* se caracterizan por una organización más voluntaria, dado que la difusión ideológica se integra en la experiencia colectiva y en la convivencia. Asimismo, mientras que en los regímenes autoritarios, el ocio funcionaba como un instrumento de adhesión dirigido desde arriba, en el caso anarquista analizado se configuraba como un espacio de sociabilidad horizontal, donde la interiorización de la ideología se producía a través de la participación de los excursionistas y, sin olvidar; por otro lado, que se potenciaba dicho credo desde las propias páginas de *La Revista Blanca*, que actuaba como autoridad moral.

A la luz del análisis realizado, cabe responder a la siguiente cuestión, con el fin de finalizar el estudio: ¿qué papel desempeñaban las excursiones vinculadas al anarquismo en *La Revista Blanca* como herramienta educativa, social e ideológica, y cómo contribuían a la difusión de la ideología anarquista en comparación con otras corrientes políticas contemporáneas? En definitiva, estas prácticas desempeñaban un papel fundamental al configurar espacios de sociabilidad donde la formación se producía preferentemente al margen de los canales institucionales y se basaba en la autogestión del aprendizaje, la experiencia compartida y el contacto con el entorno natural. De este modo, promovían una educación integral que trascendía los límites de la instrucción reglada y de los roles sociales tradicionales, fomentando la curiosidad, la convivencia y la implicación activa de los individuos en su propio proceso formativo. Asimismo, las salidas al exterior no solo facilitaban el acceso a contenidos culturales y sociales, sino que contribuían de manera efectiva a la difusión de la ideología anarquista.

Las prácticas libertarias aquí analizadas, a diferencia de otras formas de ocio vinculadas a corrientes políticas autoritarias, se caracterizaban por una difusión ideológica basada en la experiencia colectiva principalmente, en lugar de estar organizadas por sistemas estatales con fines propagandísticos. En este sentido, el análisis sugiere que estas excursiones se articulaban como espacios de sociabilidad horizontal y participación voluntaria, en los que la difusión ideológica se integraba en la experiencia colectiva.

Fuentes e Bibliografía

Fuentes primarias

- ESTÉVEZ, Antonio (01/09/1931). “Sección de excursionismo”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 199, 216-218.
- LA REVISTA BLANCA (15/04/1931). “De las reformas de la Revista Blanca”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 190, 534.
- LA REVISTA BLANCA (01/06/1931). “Un día de confraternidad y de compañerismo”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 193, 26-29,
- LA REVISTA BLANCA (15/09/1931a). “Por tierras de Estella”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 200, 256.
- LA REVISTA BLANCA (15/09/1931b). “Por tierras de Estella”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 200, 253.
- LA REVISTA BLANCA (01/12/1931a). “Sin sección”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 205, 406.
- LA REVISTA BLANCA (01/12/1931b). “Sección de excursionismo”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 205, 410-411.
- LA REVISTA BLANCA (15/05/1932). “Sin sección”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 216, 364.
- LA REVISTA BLANCA (01/06/1932). “Sección de excursionismo”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 217, 24-25.
- LA REVISTA BLANCA (01/07/1932). “Sin sección”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 219, 92-93.
- LA REVISTA BLANCA (15/07/1932a). “Sin sección”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 220, 120.
- LA REVISTA BLANCA (15/07/1932b). “Sección de excursionismo”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 220, 126-127.
- LA REVISTA BLANCA (01/08/1932). “Sin sección”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 221, 139.
- LA REVISTA BLANCA (01/09/1932). “Sección de excursionismo”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 223, 196.
- LA REVISTA BLANCA (01/10/1932). “Sin sección”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 225, 282.
- LA REVISTA BLANCA (01/11/1932a). “Sección de excursionismo”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 227, 351.
- LA REVISTA BLANCA (01/11/1932b). “Sin sección”. *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 227, 329.
- LA REVISTA BLANCA (01/12/1932a). “Sección de excursionismo”. *La Re-*

- vista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 229, 412-413.
- LA REVISTA BLANCA (01/12/1932b). "Sin sección". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 229, 416.
- LA REVISTA BLANCA (15/01/1933). "Sección de excursionismo". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 232, 28.
- LA REVISTA BLANCA (01/08/1933). "Sección de excursionismo". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 245, 139.
- LA REVISTA BLANCA (15/08/1933). "Sección de excursionismo". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 246, 185-186.
- LA REVISTA BLANCA (01/09/1933). "Sección de excursionismo". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 247, 211.
- LA REVISTA BLANCA (01/10/1933a). "Sección de excursionismo". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 249, 285.
- LA REVISTA BLANCA (01/10/1933b). "Por tierras de África". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 249, 276.
- LA REVISTA BLANCA (01/10/1933c). "Por tierras de África". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 249, 278.
- LA REVISTA BLANCA (23/11/1933). "Una gira libertaria en Alozaina y Casarabonela (Málaga)". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 253, 377.
- LA REVISTA BLANCA (26/04/1934). "Una gira en la Argentina". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 275, 372.
- LA REVISTA BLANCA (11/05/1934). "Una gira en Sestao". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, suplemento, 277, 2.
- LA REVISTA BLANCA (13/07/1934). "Salud y optimismo". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 286, 551.
- LA REVISTA BLANCA (31/08/1934a). "Sin sección". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 293, 663.
- LA REVISTA BLANCA (31/08/1934b). "Sin sección". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 293, 672.
- LA REVISTA BLANCA (07/09/1934). "Sin sección". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 294, 676.
- MONTSENY, Federica (15/05/1931). "El retorno a la naturaleza". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 192, 583-585.
- URALES, Federico (01/08/1931). "La moral de las giras campestres y la despedida hecha a Max Nettlau". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 197, 153-159.
- URALES, Federico (15/11/1932). "Gira de fraternidad libertaria en Vich". *La Revista Blanca Sociología Ciencia y Arte*, 228, 370-372.

Bibliografía

- ASCOLANI, Adrian (2020). “Nacionalistas y libertarios: tensiones en torno de las conmemoraciones y símbolos patrios en la educación primaria (Argentina, 1910-1930)”. *Revista Brasileira de História da Educação*, 20, 1-23 (<https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e129>).
- ACKELSBERG, Martha (1991). “Captación y Capacitación: el problema de la autonomía en las relaciones de “Mujeres Libres” con el movimiento Libertario”, in Ministerio de Trabajo e inmigración, Instituto de la Mujer (eds.), *Las mujeres y la guerra civil española*. Salamanca: Ministerio de Trabajo e inmigración, Instituto de la Mujer, 35-40.
- ACKELSBERG, Martha (2016). “It takes more than a village: Transnational travels of Spanish anarchism in Argentina and Cuba”. *International Journal of Iberian Studies, The Association for Contemporary Iberian Studies (ACIS)*, 29, 3, 205-223 (https://doi.org/10.1386/ijis.29.3.205_1).
- ACKELSBERG, Martha (2018). “Activism, Revolution and War: Mujeres Libres Addressing the Personal and the Political”. *Revista Universitaria de Historia Militar, Centro de Estudios de la Guerra*, 7, 13, 81-103 (<https://doi.org/10.53351/ruhm.v7i13.381>).
- BARANOWSKI, Shelley. (2007). *Strength Through Joy: Consumerism and Mass Tourism in the Third Reich*. Cambridge University Press.
- BENCLOWICZ, José Daniel D.; CHIGUAY, Violeta (2019). “Mensajes de todas las zonas eludiendo la censura en la Argentina: La revista anarquista Nervio a principios de los años 30”. *Cuadernos del CILHA*, 20, 2, 75-90.
- BERNAT, Carme (2021). “Identidades, género y moral anarquista en La Revista Blanca (1923-1936)”. *Ayer. Revista de Historia Contemporánea, Asociación de Historia Contemporánea*, 122, 2, 163-186.
- CAIA, João Gabriel (2023). “Trabalhadores Rurais de Évora e Anarquismo na Revolução Republicana: tentativa de reorganização sindical e propaganda entre as greves e a guerra”. *Revista de História das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 41, 255-271 (https://doi.org/10.14195/2183-8925_41_11).
- CATENA, Laura; LUPARELLO, Velia (2014). “Anarquismo y la emancipación de la mujer: El movimiento anarquista en Argentina y Nuestra Tribuna (1922-1925)”. *Historia 2.0: Conocimiento Histórico en Clave Digital, Asociación Historia Abierta*, 4, 8, 114-126.
- CUEVAS, Fracisco José (2010). “La línea rojinegra educativa del anarquismo español”. *Historia Actual Online*, 21, 101-109.
- CLEMINSON, Richard (1995). “Male inverts and homosexuals: Sex dis-

- course in the anarchist Revista Blanca”. *Journal of Homosexuality*, 29, 2-3, 259-272 (https://doi.org/10.1386/ijis.29.3.205_1).
- DOGLIANI, Patrizia (2014). “Environment and leisure in Italy during Fascism”. *Modern Italy*, 19, 3, 247-259 (doi:10.1080/13532944.2014.940152).
- DOMÍNGUEZ, Lucas (2017). “Un itinerario por los proyectos editoriales del anarquismo en Argentina: cambios, maniobras y permanencias”. *Izquierdas, Instituto de Estudios Avanzados*, 33, 21-41 (<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-50492017000200021>).
- ESPIGADO, Gloria (2002). “Las mujeres en el anarquismo español (1869-1939)”. *Ayer, Revista de Historia Contemporánea*, 45, 39-72.
- GARAY, Gerardo (2017). “Anarquistas y racionalistas en el marco de la Liga Popular para la Educación Racional de la Infancia: Montevideo, 1911-1916”. *Avances del Cesor, Universidad Nacional del Rosario*, 14, 17, 39-61.
- GONZÁLEZ, Teresa (2013). “Educación y transformación social: el proyecto educativo para las mujeres en el imaginario anarquista”. *História da Educação*, 17, 213-230.
- HERREROS, Javier (2016). *Pedagogía libertaria. Evolución histórica y situación actual en España. Un estudio de casos*. Tesis (Doctorado en Educación), Universidad de Granada.
- KAPLAN, Temma (1971). “Spanish Anarchism and Women’s Liberation”. *Journal of Contemporary History*, 6, 2, 101-110.
- LÁZARO, Luis. Miguel (2024). “Ricardo Mella Cea, anarquismo, utopía y educación”. *Historia y Memoria de la Educación, Sociedad Española de Historia de la Educación*, 19, 15-48 (<https://doi.org/10.5944/hme.19.2024.38242>).
- LEE, Andrew (2012). *Mothers without fathers or nothing more than a woman: Gender and anarchism in the work of Federica Montseny, 1923–1929*. Tesis (Doctorado en Filosofía), New York University, New York.
- LÓPEZ, Jesús (2010). “Educación y Guerra Civil. El caso de las juventudes libertarias”. *Historia de la Educación, Universidad de Salamanca*, 3, 215-236.
- NAVARRO, Rocío (1998-2000). “Las colectividades agrarias en los folletos anarquistas de la Guerra civil española”. *Hispania Nova: Revista de Historia Contemporánea*, 1.
- NAVARRO, Javier (2004). *A la revolución por la cultura: Prácticas culturales y sociabilidad libertarias en el País Valenciano, 1931-1939*. Valencia: Universitat de València.
- NASH, Mary (1975). “Dos intelectuales anarquistas frente al problema de la

- mujer: Federica Montseny y Lucía Sánchez Saornil”. *Convivium*, 44, 71-71.
- OVEJERO, Anastasio (2005). “Anarquismo español y educación”. *Athenea Digital*, 4, 8, 145-158 (<https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v1n8.224>).
- PÉREZ, Ani (2024). “Los afueras ilusorios de la educación libertaria”. *Teoría de la Educación. Teoría de la Educación. Revista Interuniversitaria, Universidad de Salamanca*, 36, 1, 53-71 (<https://doi.org/10.14201/teri.31256>).
- PALOMERO, Pablo (1998). “Cultura y educación en el anarquismo: España 1868-1939”. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 33, 183-193.
- PORRINI, Rodolfo Carlos (2013). “Anarquistas en Montevideo: ideas y prácticas en torno al “tiempo libre” de los trabajadores (1920-1950)”. *Revista História: Debates e Tendências*, 13, 2, 357-371 (<https://doi.org/10.5335/hdtv.13n.2.3279>).
- PRADO, Antonio (2006). *Anarcha-feminist writers in la Revista Blanca (1898–1905/1923–1936): Marriage, family and state*. Tesis (Doctorado en Estudios sobre Mujeres), University of Illinois at Urbana, Champaign.
- SIGUAN, Marisa (1981). *Literatura popular libertaria. Trece años de “La novela ideal” (1925-1938)*. Ed. Península: Barcelona.
- TURBUTI, Sophie (2022). “Sexual revolution and the Spanish anarchist press: Bodies, birth control, and free love in the 1930s advice columns of la Revista Blanca”. *Contemporary European History*, 33, 1, 338-356 (<https://doi.org/10.1017/S0960777322000315>).



ENTREVISTA
INTERVIEW

Reflections on Medieval Parishes, Small Communities, and the *Christianitatis Limes*¹

Interview with Professor Adinel-Ciprian Dincă (Faculty of History and Philosophy, Babeş-Bolyai University, Cluj-Napoca)

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras

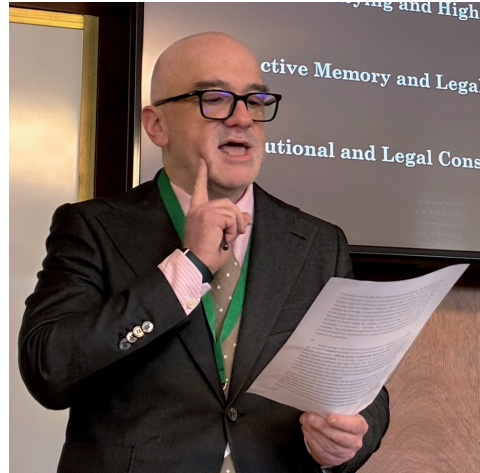
mcampos@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3131-7356>



Adinel-Ciprian Dincă is a Romanian historian specializing in medieval studies and cultural theory. His career reflects a synthesis of classical historical scholarship centered on written sources and contemporary methodological approaches to medieval literacy and documentary culture.

Adinel Dincă pursued his higher education at Babeş-Bolyai University in Cluj-Napoca, where he later obtained both his doctorate in 2008 and his habilitation in 2020. His postdoctoral formation extended significantly into the German-speaking academic space, including education and research stages at prestigious institutions in Austria, Germany, and Italy. This trajectory situates him within a broader Central European scholarly tradition, particularly in the auxiliary sciences of history (*Hilfswissenschaften*), which emphasize the critical study of manuscripts, printed books, and documentary practices.



¹ Funded by the European Union, on the frame of RESTORY - *Recovering Past Stories for the Future: A Synergistic Approach to Textual and Oral Heritage of Small Communities*, HORIZON Research and Innovation Actions, Cluster 2 - Culture, Creativity, Inclusive Society, Pillar 2 of Horizon Europe, HORIZON-CL2-2023-HERITAGE-01-04, 101132781. Views and opinions expressed are however those of the author(s) only and do not necessarily reflect those of the European Union or the European Research Executive Agency. Neither the European Union nor the granting authority can be held responsible for them.

Institutionally, Dincă holds the position of associate professor at the Faculty of History and Philosophy of Babeş-Bolyai University, where he teaches subjects such as Latin palaeography, diplomatic, and the medieval history of Transylvania and Romania. Parallel to his academic teaching career, he is a senior researcher at the «George Barițiu» Institute of History, one of Romania's leading research institutions in historical studies. Within this framework, he has been actively involved in the long-term editorial project *Documenta Romaniae Historica*, particularly the Transylvanian series of medieval charters, contributing to the critical publication of primary sources essential for the study of regional history. His dual affiliation reflects a common model in Romanian academia, combining teaching responsibilities with participation in large-scale editorial projects.

A notable dimension of his institutional profile is his role as co-founder and director of the “TRANS.SCRIPT. Centre for Diplomatic and Medieval Documentary Palaeography” in Cluj-Napoca, an interdisciplinary research and training hub dedicated to the study of medieval written culture. Through this centre, Dincă has contributed to the development of methodological frameworks that integrate palaeography, codicology, and diplomatic analysis, while also fostering international collaboration and advanced training in the analysis of historical written sources.

Dincă's research interests are firmly anchored in the study of medieval written communication and documentary practices of the Transylvanian Saxons, a West-European group of settlers invited by the Hungarian royalty to colonize the remote part of the Kingdom in the twelfth century. His core areas of expertise include medieval scripts in Latin alphabet, as well as the institutional history of the medieval Church and the intellectual traditions of Transylvania. More specifically, his work investigates the production, circulation, and use of written texts, with particular attention to literacy, ecclesiastical structures, and the social functions of writing within the collective framework of the Transylvanian Saxons. These interests are reflected in his contributions to the study of medieval correspondence, manuscript culture, as well as in his engagement with the history of education, legal literacy, and intellectual elites in the medieval period.

In terms of scholarly output, Dincă is the author of over a hundred studies, as well as several critical editions, monographs, and exhibition catalogues focusing on medieval Transylvanian history and literacy within a broader Central and Southeastern European context. His work often combines close textual analysis with larger historiographical and cultural interpretation, contributing to debates on the role of written culture in shaping social and institutional structures in medieval Latinity.

His involvement in research projects demonstrates a strong engagement with both national and international academic networks. He contributed to international digital humanities initiatives, such as the online edition of the *Urkundenbuch zur Geschichte der Deutschen in Siebenbürgen*, a major *corpus* of medieval documents relating to Transylvanian Saxons. His research funding has been supported by institutions in both Romania and abroad, underscoring his integration into transnational scholarly collaborations. His profile as a project leader is further illustrated by several coordinated research initiatives. In RISE (<https://rise-ubb.com/>), he served as principal investigator for the Romanian Academy partner in a consortium led by Babeş-Bolyai University, examining the formation of professors at the medieval University of Vienna and the emergence of Central European intellectual elites through manuscript, palaeographical, codicological, and prosopographical analysis. He later led MIGRATION 1.0 (<https://ts.centre.ubbcluj.ro/migration-1-0/>), focused on the “reversed migration” of Walloon settlers in medieval Transylvania and their cultural identity between the twelfth and fourteenth centuries. More recently, he has coordinated RO-VAT (<https://documentepapalesi-curiale.wordpress.com/>), a Romanian Academy-funded project on papal and curial documents in Romania, which aims to produce a critical edition of bulls and letters connected to the Romanian space between approximately 1250 and 1600, supported by Vatican and international archival research. He also leads RESTORY (<https://restory-heritage.eu/>), a Horizon Europe project hosted by Babeş-Bolyai University, dedicated to recovering textual and oral heritage in small communities and transforming historical memory into tools for cultural sustainability and community engagement.

Maria Amélia Campos – First and foremost, I should like to express my sincere gratitude for your acceptance of this invitation. It is a distinct privilege to conduct this interview, which I hope will provide a fruitful opportunity to reflect upon your distinguished scholarly trajectory. My aim is to explore your significant contributions to the History of the Middle Ages—particularly concerning the materiality of medieval manuscripts and the complexities of both lay and ecclesiastical literacy—within our shared field of interest: the medieval parish. For the benefit of those who may not yet be intimately acquainted with your extensive research, I should like to open our dialogue with the following question: In what ways do the Transylvanian parishes represent a singular geographical case study for examining the medieval ecclesiastical establishment and its broader social impact?

Adinel-Ciprian Dincă – Transylvanian parishes, especially those pertaining to the Transylvanian Saxons [and I want to highlight that within this discussion I am singularizing the environment of the Saxons not all the parishes in pre-modern Transylvania], offer a particularly revealing case study because they developed at the intersection of several ecclesiastical, political, linguistic, and confessional traditions. Medieval Transylvania was understandably not a homogeneous frontier, as any translational and liminal area: it was rather a contact zone in which Latin Christianity, royal administration, local noble power, urban and rural communities, and older regional structures interacted and continuously shaped each other. What makes the Transylvanian case singular is precisely this plurality, and the example of the so-called Transylvanian Saxons is especially instructive. Their parishes enjoyed a particular institutional configuration: they were partially exempt from the authority of the local bishop and placed under the jurisdiction of the Archdiocese of Esztergom, while maintaining the right of the lay community to elect their own priests [as well as the local judges]. These “German” parishes formed chapters or deaneries that exercised authority in both ecclesiastical matters and legal affairs. This autonomy or, if you prefer to avoid a modern concept, ‘loose ties to external forms of authority’ generated a remarkably vivid self-assumed activity, with frequent recourse to higher, non-regional authorities—both the Hungarian archbishop and the papal curia. In this environment, one observes the growing importance of highly trained clergy, especially those with university education in canon or civil law. By the late fifteenth and early sixteenth centuries, such qualifications had become markers of social prestige and instruments of advancement, particularly within the urban elites that shaped Transylvanian Saxons’ society. Therefore, I am frequently using the notion of ‘Scientification’ [which is the increasing reliance on systematic knowledge to legitimize and guide decisions in society. It represents the penetration of methods, techniques, and terminology produced in knowledge-seeking hubs—mostly in university—into domains previously governed by traditional knowledge, practical experience, or politics] as a crucial element in determining the societal role of the parish in the life of the Transylvanian Saxons.

At the same time, the parish environment—in towns, but also in rural settlements—functioned as a space of intellectual mobility. Clergymen educated abroad returned to their regions of origin and contributed to the circulation of ideas, texts, and practices between major cultural centres and their homeland. This dynamic contributed to the integration of the region into a broader Latin cultural landscape prior to the Reformation. Particularly

noteworthy is the cosmopolitan profile of many parish priests, especially in market towns and peripheral villages. Often originating from urban middle-class families, they pursued studies abroad and then occupied rural benefices, which served both as viable positions and as steppingstones toward more prestigious ecclesiastical careers.

These rural parishes were far from passive environments. Parish priests, chaplains, and altar rectors acted as cultural mediators: they commissioned or supported artistic production, collected and transmitted manuscripts, engaged in writing, and invested in the education of younger generations. At the same time, parish churches fulfilled practical communal roles, including defensive, medical, and economic functions, particularly in regions exposed to external threats. In this sense, the parish of the Transylvanian Saxons emerges as a multifunctional institution, combining religious, legal, cultural, and social dimensions. This is why is so valuable for understanding the broader mechanisms through which medieval society produced cohesion, hierarchy, and memory.

MAC – Since our initial meeting some years ago, I have often reflected upon our shared profile as historians of the *Christianitatis limes*. In that regard, how would you briefly characterise the nature of papal oversight within the Transylvanian territory following the Church Reform movement of the eleventh and twelfth centuries?

AD – I would describe papal oversight in medieval Transylvania as both normative and negotiated. Rome articulated universal principles: clerical discipline, sacramental order, episcopal authority, canonical marriage, control over benefices, and the right of appeal, to name just a handful of ideas. Yet, in Transylvania, as everywhere, such principles operated within a complex borderland society, where royal authority, episcopal jurisdiction, monastic networks, Saxon privileges, local patronage, and frontier conditions all mediated the practical and actual reach of the papacy.

The presence of the Holy See was therefore mostly indirect or discontinuous, yet structurally significant. It became visible through legates, mandates, confirmations of rights, dispensations, litigation, provisions, indulgences, and correspondence concerning ecclesiastical disputes. These instruments reveal that Transylvania, despite its marginal geographical position to Latin Christendom, was integrated into its legal and institutional vocabulary. At the same time, the region's distance from Rome and its social diversity meant that papal oversight depended heavily on local intermediaries who did not hesitate to exercise agency.

To this extent, Transylvania functioned as a frontier of *Christianitas* not because it stood on the fringe of Latin ecclesiastical order, but because that order had to be translated, adapted, and enforced through layered local realities and requirements. Papal authority provided the universal framework; Transylvanian society supplied the concrete conditions in which that framework acquired meaning.

MAC – Furthermore, what do the Transylvanian [Saxons’] parishes reveal regarding migrations, the literacy of lay communities and the broader concept of ‘communitarian resilience’ during the Middle Ages?

AD – Transylvanian Saxon parishes are especially useful because they allow us to see migration beyond demographic movement, framing it instead as institutional settlement. Communities arriving from different European regions did not merely occupy space; they organized it through churches, patronage networks, schools, cemeteries, confraternities, and documentary habits. The parish became one of the principal instruments through which mobile groups transformed themselves into stable communities.

They also reveal that lay literacy in medieval Transylvania should not be reduced to the ability of individuals to read and write. It often presented as a form of social literacy: the capacity of communities to produce and ‘consume’ textual expressions together with all symbols associated in order to defend rights, negotiate privileges, preserve memory, and communicate both horizontally and vertically. Thus, even where writing was generated by clerics or church-related notaries, it could ultimately serve profoundly lay and communal purposes.

This is where the idea of “communitarian resilience” becomes useful. Parish institutions helped communities endure crises, demographic change, conflict, legal disputes, and economic pressure. They preserved continuity through ritual, archives, local leadership, and shared memory beyond the spiritual normativity.

MAC – The relevance, validity, and methodological vigour of Micro-history have frequently been subject to debate and reassessment by contemporary historians. In your view, does Micro-history remain an essential and operative model in the twenty-first century?

AD – Even though microhistory as a method or questioning perspective generated over the past decades seminal ideas and works [and some of the most successful books], I would dare to say that it never been part of the dominant historiographical discourse. Still, I am arguing that microhistory

is in many respects indispensable to contemporary medieval studies, precisely because of the focused attention paid by it to sources and by the utmost fragmentary nature of the transmission of the textual information inherited from the medieval past. The value of microhistory lies in my view in its capacity to deconstruct and recover the density of historical experience, those layers of meaning, practice, and interaction that are often lost in large-scale, structural narratives. For a field such as yours and mine, which depends so heavily on fragmentary, uneven, and context-bound information, the zoomed-in approach offers a disciplined way of extracting significance from limited evidence. So, I fully concur with those historians who believe that things are more beautiful when viewed up close, especially when aesthetics, as a subjective value, are expressed through details often absent from analyses of a different nature.

That said, I do not see microhistory as an isolated or self-sufficient method. It is heavily debated whether this method should be integrated or not into the broader analytical frameworks. In this sense, in some instances, for me the ‘small scale’ is not an end, but a methodological entry point into wider historical processes. Hence, microhistory remains a highly inspiring operative model, provided it is applied with methodological rigour and conceptual awareness. It continues to remind us that historical structures are always mediated through human actors, local contexts, and concrete situations, precisely the dimensions that give historical inquiry its depth and explanatory power, facets of agency that tend to be abandoned in grand narratives and quantitative explanatory models.

MAC – This theme prompts me to ask you about the operative concept that has occupied your research in recent months: ‘Small Communities’. In what ways does the recognition, study, and problematisation of these ‘Small Communities’ contribute to addressing the historiographical challenges of the present day?

AD – The concept of “small communities” obliges us to take seriously historical actors and social formations that are often absorbed and ‘made invisible’ into larger categories: kingdom, Church, nation, ethnicity, confession, or empire. These categories are necessary, for sure, but the trade-off is that they can also flatten the past. Small communities restore analytical visibility to the individualized or singularized local parish, the village, the monastic environment, the urban neighbourhood, the school, or the confraternity – and their respective agential capacity—as places where historical change was actually experienced and negotiated.

For medieval Transylvania, this approach is particularly productive. The region was shaped by diversity, frontier conditions, and overlapping jurisdictions. Small communities allow us to observe how people built (or lost) cohesion in such a setting: through memory, ritual, written records, oral traditions, kinship, patronage, and shared spaces. They also help us understand resilience beyond its abstract quality, as a set of practices by which communities preserved identity, adapted to disruption, and transmitted knowledge across generations.

In relation to present-day historiographical challenges, the study of small communities offers a corrective to both national teleologies and overly general global narratives. It encourages a more plural, situated, and ethically attentive history, one that recognizes marginal, subaltern, and disarticulated voices, transmitted through fragmented and uneven archives. At the same time, it does not reject broader history; rather, it connects the local to the continental, showing how large processes become meaningful only when we understand their effects at the level of concrete communities. However, this latter bridge that connects the singular with the general might very well remain a matter of personal option. For the time being, I prefer to focus on close observation at a small scale and resist the temptation to extrapolate or extend the results to a macro level of explanation.

MAC – We have recently entered the final year of the RESTORY project (*Recovering Past Stories for the Future*), a Horizon Europe initiative comprising a consortium of eleven countries and approximately twenty institutions, coordinated by yourself and your colleague, Lavinia Snejana Costea, at the Babeş-Bolyai University in Romania. One can certainly envisage the considerable administrative and logistical burden involved in harmonising such a vast array of collective outputs. Looking back at the journey so far, what do you consider to be the project’s most significant achievements to date? Furthermore, what can the scholarly community and European civil society expect from this final year in terms of key deliverables and the enduring legacy of this extensive collaborative undertaking?

AD – I would say that one of RESTORY’s most important achievements has been the construction of a genuine European research community around a concept that is, by its nature, modest and fragile: the “small community.” The project has brought together twenty partners from twelve European countries, including universities, public institutions, companies, NGOs, heritage professionals, and local authorities, around the shared question of how tex-

tual and oral heritage can help communities understand change, vulnerability, and continuity.

A second achievement is methodological. RESTORY has not treated the Transylvanian Saxons merely as a local case study, but as a laboratory for comparison. The Transylvanian material has allowed us to formulate questions about memory, literacy, resilience, and identity that can then be tested in other European contexts. This comparative dimension is essential, because the project aims to generate methodological and interpretative tools applicable across Europe's cultural, political, and socio-economic diversity.

I also consider the project's public and civic dimension particularly important. RESTORY was never conceived as a purely academic exercise. Its purpose is to recover textual and oral stories in order to restore an emotional connection with discontinued traditions and to support cultural continuity. The training activities for museums, libraries, archives, and other cultural professionals are therefore part of the project's central intellectual mission, not merely secondary outputs.

In the final year, the scholarly community may expect a consolidation of results: comparative studies, interpretative frameworks, digital and educational resources, public-facing narratives, and tools for heritage professionals. For European civil society, the enduring legacy should be a model of how historical research can serve communities without simplifying the past. If RESTORY achieves its aims, it will demonstrate that small communities are not peripheral subjects of historical inquiry: they may as well be considered key vantage points for understanding resilience, solidarity, the transmission of culture, and the broader social significance of heritage.

MAC – Reflecting upon your *curriculum vitae*, one cannot help but be struck by the breadth of the research grants you have secured and the diverse projects you have directed in recent years. Your work seamlessly integrates palaeography and diplomatics with Heritage Studies and the Digital Humanities —all while maintaining a demanding pedagogical schedule. Beyond the perennial challenge of time management, what do you consider to be the primary tensions and, conversely, the symbiotic benefits of balancing high-level archival research with the responsibilities of teaching?

AD – The tension is real and, I think, structural rather than accidental. Archival research, especially in fields such as palaeography and diplomatics, requires long stretches of concentrated, often solitary work, a slow engagement with sources, and a tolerance for uncertainty and fragmentation. Teaching,

by contrast, demands rhythm, clarity, accessibility, and a constant readiness to translate complexity into intelligible form. These are, in a sense, different temporalities and different intellectual postures, and moving between them is not always effortless.

There is also a more subtle tension. Research tends to privilege specialization, while teaching obliges one to maintain a broader perspective. In the classroom, one cannot remain within the narrow confines of one's current project; one must situate it within larger historical frameworks and make it meaningful to students who are still forming their own intellectual orientation. This can sometimes feel like a dispersion of energies, particularly when administrative and project-related responsibilities are added to the equation.

At the same time, I would emphasize the symbiotic dimension. Teaching imposes a form of intellectual discipline: it forces one to clarify concepts, to question implicit assumptions, and to return constantly to first principles. Many of the questions raised by students—often very direct, sometimes unexpected—are, in fact, historiographically fundamental. They compel us to reconsider what we think we know and how we justify it.

Conversely, active research keeps teaching alive. It prevents the classroom from becoming a space of repetition. Working directly with manuscripts, documents, and fragments allows me to bring students into contact with the materiality of the past, with the processes through which knowledge is constructed. In this sense, the archive and the classroom are not opposed, yet complementary spaces: one produces knowledge, the other tests, refines, and transmits it.

Ultimately, the balance is less about resolving tensions than about accepting them as productive. The coexistence of research and teaching is demanding, but it is also what sustains the vitality of our discipline.

MAC – Furthermore, regarding the vital field of knowledge exchange, the rapport you have established with civil society and national institutions—such as local libraries and museums—is truly commendable. One might highlight, for instance, your transformative work at the parish library in Mediaș (Mediasch). Based on your experience, which aspects of our scholarly output do local communities find most meaningful, and what do you consider to be the primary obstacles in translating complex archival research into tangible public heritage?

AD – In my experience, local communities respond most strongly when scholarly work helps them recognize themselves in the archive. A medieval charter, a manuscript fragment, a parish register, or an old book becomes

meaningful not simply because it is old, but because it can be connected to a place, a family name, a church, a school, a neighbourhood, or a remembered tradition. Communities are often less interested in abstract institutional history than in the ways archival materials restore continuity between past and present.

The work in places such as Mediaș has shown me that heritage becomes truly public when it is no longer perceived as the property of specialists alone. Local libraries, museums, and parish collections preserve materials of exceptional value, though their importance is often hidden by human and technical barriers: on the one hand, poor knowledge of Latin (that often stems from its status as a “dead” language) and lack of palaeographical expertise of museum or parish personnel; on the other hand, damaged manuscripts, dispersed catalogues, and the absence of accessible contextualization. One of our tasks is therefore to translate without trivializing: to make the material intelligible while preserving its complexity.

The main obstacles are usually the difficulty of the sources and also the fragility of local heritage infrastructures. Many collections depend on limited personnel, unstable funding, insufficient conservation conditions, and uneven digitization. There is also sometimes a gap between academic time and community time: scholars work slowly, while communities need visible outcomes, narratives, exhibitions, catalogues, educational tools, and forms of recognition.

What communities find most meaningful, I think, is the gesture of restitution: showing that their local past matters, that it belongs to a wider European history, and that even small archives can speak to large questions of literacy, faith, memory, and resilience.

MAC – As one of the founders of TRANS.SCRIPT (The Centre for Diplomatic and Medieval Documentary Palaeography), you have been instrumental in fostering a vibrant research culture centred on the written heritage of Transylvania—one that is now impressively energised by your junior scholars. Considering these achievements, to what extent do you now integrate automated transcription technologies into your workflow? More broadly, how do you perceive the contribution of digital tools to the evolution of palaeography, and how can we ensure that future generations are trained to use these technologies with the necessary critical rigour and deep foundational knowledge?

AD – Automated transcription technologies are becoming increasingly useful, although I would describe them as instruments of assistance rather

than substitutes for palaeographical expertise. In various editorial endeavours, where the precision of reading, dating, contextualising, and editing documents is essential, the machine can accelerate certain stages of work: preliminary transcription, comparison of hands, layout recognition, indexing, searching, and the management of large documentary *corpora*. Yet the decisive act remains critical interpretation.

Palaeography is more complex than the simple conversion of graphic signs into modern characters. It is the study of writing as historical evidence. A letterform, an abbreviation, a correction, a seal, a notarial formula, or a marginal note must be read in relation to institutional practice, chronology, geography, legal culture, and material context. Automated tools may detect patterns, but they do not yet understand why those patterns matter. For this reason, I see digital tools as profoundly beneficial when they are embedded in a rigorous scholarly workflow. They allow us to compare more material, visualize networks, build *corpora*, improve access, and train students on a wider range of examples than was previously possible. However, they also create risks: false confidence, dependence on opaque models, and the illusion that transcription is a purely technical operation.

The task of our generation is therefore pedagogical as much as technological. We must train young scholars to use digital instruments experimentally and critically, while preserving the older disciplines: Latin, diplomatic, codicology, and archival method. The future palaeographer should be neither a nostalgic manuscript reader nor an uncritical user of software, but a scholar capable of moving intelligently between the archive, the edition, and the digital environment.

MAC – Looking ahead, how do you envision your own scholarly trajectory by the year 2036? Which primary research themes do you anticipate will engage you and your team over the coming decade? Furthermore, as we witness the rapid proliferation of AI and advanced digital tools, how do you perceive the evolving role of the historian? In your view, what will define the ‘historian of the future’?

AD – By 2036, I hope my work will continue to develop around the same central concern: the history of written culture as a history of small communities. I expect that my team and I will remain engaged with medieval Transylvanian parish archives, literacy, and the social uses of writing. These themes are far from exhausted. On the contrary, when approached through comparative and digital methods, they can still reshape how we understand the place of Central and Eastern Europe within medieval Latin Christendom. I also

anticipate a stronger movement toward integrated documentary ecosystems: critical editions connected with manuscript images, prosopographical databases, geospatial tools, and comparative *corpora*. Their aim may go beyond simply digitizing sources into reconstructing the relationships between people, institutions, texts, and places. To this extent, projects such as RESTORY point toward a broader research agenda in which archival scholarship, digital humanities, and public heritage become increasingly interconnected.

As for artificial intelligence, I do not think it will diminish the historian's role, provided we understand that role correctly. AI may help us transcribe, classify, compare, retrieve, and visualize sources at a scale previously impossible. But it cannot replace the historian's responsibility to interpret evidence, evaluate uncertainty, understand context, and formulate meaningful questions. The danger is not the tool itself; it is the loss of critical distance.

The historian of the future will therefore need a double competence. On the one hand, he or she must preserve the classical skills of the discipline: languages, palaeography, diplomatics, source criticism, chronology, and historiography. On the other hand, the historian must understand digital infrastructures, data models, algorithmic bias, and the epistemological limits of automated analysis. The future historian will not be defined by technology alone, as much as by the ability to combine technical fluency with historical judgement. In the end, our task will remain what it has always been: to transform traces of the past into responsible, verifiable, and humanly meaningful knowledge.

Reflexões em torno das paróquias medievais, das pequenas comunidades e do *Christianitatis Lines*²

Entrevista com o Professor Adinel-Ciprian Dincă (Faculdade de História e Filosofia, da Universidade de Babeş-Bolyai, Cluj-Napoca)

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras

mcampos@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3131-7356>



Adinel-Ciprian Dincă é um historiador romeno especializado em estudos medievais e teoria cultural. A sua carreira reflete uma síntese entre a investigação histórica clássica, centrada nas fontes escritas, e as abordagens metodológicas contemporâneas à literacia da sociedade medieval e à cultura documental.

Adinel Dincă completou a sua formação superior na Universidade de Babeş-Bolyai University in Cluj-Napoca, onde mais tarde defendeu o seu doutoramento, em 2008, e a sua agregação em 2020. A sua formação pós-doutoral estendeu-se significativamente ao espaço académico de língua alemã, onde realizou estágios de formação e investigação em instituições de prestígio na Áustria, na Alemanha e em Itália. A sua trajetória insere-o numa tradição académica mais ampla da Europa Central, nomeadamente nas ciências auxiliares da história (*Hilfswissenschaften*), que dão ênfase ao estudo crítico de manuscritos, livros impressos e práticas documentais.

Do ponto de vista institucional, Dincă ocupa o cargo de Professor Associado na Faculdade de História e Filosofia da Universidade Babeş-Bolyai, onde leciona disciplinas como Paleografia Latina, Diplomática e História Medieval da Transilvânia e da Roménia. Paralelamente à sua carreira docente, é investigador sénior no Instituto de História “George Bariţiu”, uma das principais instituições de investigação da Roménia no domínio dos estudos

² Financiado pela União Europeia, no âmbito do projeto RESTORY - *Recovering Past Stories for the Future: A Synergistic Approach to Textual and Oral Heritage of Small Communities*, HORIZON Research and Innovation Actions, Cluster 2 - Culture, Creativity, Inclusive Society, Pillar 2 of Horizon Europe, HORIZON-CL2-2023-HERITAGE-01-04, 101132781. As opiniões e pontos de vista aqui expressos são, no entanto, da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da União Europeia ou da Agência Executiva Europeia para a Investigação. Nem a União Europeia nem a entidade financiadora podem ser responsabilizadas por eles.

históricos. Neste contexto, tem estado ativamente envolvido no projeto editorial de longo prazo *Documenta Romaniae Historica*, em particular na série transilvana de cartas medievais, contribuindo para a publicação crítica de fontes primárias essenciais para o estudo da história regional. A sua dupla filiação reflete um modelo comum no meio académico romeno, combinando responsabilidades de ensino com a participação em projetos editoriais de grande escala.

Uma importante dimensão do seu perfil institucional é o papel como cofundador e diretor do “TRANS.SCRIPT. Centro de Paleografia Diplomática e Documental Medieval” em Cluj-Napoca, um centro interdisciplinar de investigação e formação dedicado ao estudo da cultura escrita medieval. Através dele, Dincă contribuiu para o desenvolvimento de quadros metodológicos que integram paleografia, codicologia e análise diplomática, promovendo simultaneamente a colaboração internacional e a formação avançada na análise de fontes escritas históricas.

Os interesses de investigação do Professor Dincă estão firmemente enraizados no estudo da comunicação escrita medieval e das práticas documentais dos saxões da Transilvânia, um grupo de colonos da Europa Ocidental convidado pela realeza húngara para colonizar a região, no século XII. As suas principais áreas de especialização incluem os manuscritos medievais em alfabeto latino, bem como a história institucional da Igreja medieval e as tradições intelectuais da Transilvânia. Mais especificamente, o seu trabalho investiga a produção, circulação e utilização de textos escritos, com especial atenção à literacia, às estruturas eclesíásticas e às funções sociais da escrita no quadro coletivo dos saxões da Transilvânia. Estes interesses refletem-se nas suas contribuições para o estudo da correspondência medieval e da cultura manuscrita, bem como no seu envolvimento com a história da educação, a literacia jurídica e as elites intelectuais no período medieval.

No que diz respeito à produção académica, Dincă é autor de mais de uma centena de estudos, bem como de várias edições críticas, monografias e catálogos de exposições centrados na história medieval da Transilvânia e na literacia, inseridos num contexto mais amplo da Europa Central e do Sudeste Europeu. O seu trabalho combina frequentemente uma análise textual aprofundada com uma interpretação historiográfica e cultural mais abrangente, contribuindo para os debates sobre o papel da cultura escrita na configuração das estruturas sociais e institucionais na Europa Latina medieval.

O seu envolvimento em projetos de investigação demonstra um forte compromisso com redes académicas tanto nacionais como internacionais. Contribuiu para iniciativas internacionais no domínio das Humanidades Di-

gitais, tais como a edição online do *Urkundenbuch zur Geschichte der Deutschen in Siebenbürgen*, um importante *corpus* de documentos medievais relacionados com os saxões da Transilvânia. O financiamento da sua investigação tem sido apoiado por instituições tanto na Roménia como no estrangeiro, o que sublinha a sua integração em colaborações académicas transnacionais. O seu perfil como líder de projeto é ainda ilustrado por várias iniciativas de investigação coordenadas. No RISE (<https://rise-ubb.com/>), desempenhou funções de investigador principal em nome da Academia Romena, parceira num consórcio liderado pela Universidade Babeş-Bolyai, analisando a formação de professores na Universidade medieval de Viena e o surgimento das elites intelectuais da Europa Central através da análise de manuscritos, da paleografia, da codicologia e da prosopografia. Posteriormente, liderou o projeto MIGRATION 1.0 (<https://ts.centre.ubbcluj.ro/migration-1-0/>), centrado na “migração inversa” dos colonos valões na Transilvânia medieval e na sua identidade cultural entre os séculos XII e XIV. Mais recentemente, coordenou o RO-VAT (<https://documentepapalesicuriiale.wordpress.com/>), um projeto financiado pela Academia Romena sobre documentos papais e curiais na Roménia, que visa produzir uma edição crítica de bulas e cartas relacionadas com o espaço romeno entre aproximadamente 1250 e 1600, apoiada por investigação arquivística do Vaticano e internacional. Lidera também o RESTORY (<https://restory-heritage.eu/>), um projeto Horizon Europe sediado na Universidade Babeş-Bolyai, dedicado à recuperação do património textual e oral em pequenas comunidades e à transformação da memória histórica em ferramentas para a sustentabilidade cultural e o envolvimento comunitário.

Maria Amélia Campos – Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha sincera gratidão por teres aceitado este convite. É um grande privilégio conduzir esta entrevista, que espero venha a constituir uma oportunidade frutífera para refletires sobre o teu percurso académico. O meu objetivo é explorar os teus contributos mais relevantes para a História da Idade Média – em particular no que diz respeito à materialidade dos manuscritos medievais e às complexidades da literacia laica e eclesiástica – no âmbito do nosso campo de interesse comum: a paróquia medieval.

Para aqueles que estejam menos familiarizados com a tua extensa investigação, gostaria de iniciar o nosso diálogo com a seguinte pergunta: De que forma as paróquias da Transilvânia constituem um caso de estudo geográfico singular para a análise da estrutura eclesiástica medieval e do seu impacto social mais alargado?

Adinel-Ciprian Dincă – As paróquias da Transilvânia, especialmente as pertencentes aos saxões da Transilvânia [e gostaria de salientar que, no âmbito desta discussão, estou a referir-me especificamente ao contexto dos saxões e não a todas as paróquias da Transilvânia pré-moderna], constituem um caso de estudo particularmente revelador, uma vez que se desenvolveram na intersecção de várias tradições eclesiásticas, políticas, linguísticas e confessionais. A Transilvânia medieval não era, compreensivelmente, uma fronteira homogénea, como qualquer área de transição e eliminar: era antes uma zona de contacto na qual a Cristandade Latina, a administração régia, o poder nobiliárquico local, as comunidades urbanas e rurais e as estruturas regionais mais antigas interagiam e se moldavam continuamente umas às outras. O que torna o caso da Transilvânia singular é precisamente esta pluralidade, e o exemplo dos chamados saxões da Transilvânia é especialmente instrutivo. As suas paróquias gozavam de uma configuração institucional particular: estavam parcialmente isentas da autoridade do bispo local e colocadas sob a jurisdição da Arquidiocese de Esztergom, mantendo ao mesmo tempo o direito da comunidade laica de eleger os seus próprios padres [bem como os juízes locais]. Estas paróquias “alemãs” formavam cabidos ou decanatos que exerciam autoridade tanto em assuntos eclesiásticos como em questões jurídicas. Esta autonomia ou, se se preferir evitar um conceito moderno, estes “vínculos fracos com formas externas de autoridade”, gerou uma atividade auto-assumida notavelmente viva, com recurso frequente a autoridades superiores, não regionais – tanto o arcebispo húngaro como a cúria papal. Neste ambiente, observa-se a crescente importância de clérigos altamente qualificados, especialmente aqueles com formação universitária em direito canónico ou civil. No final do século XV e início do século XVI, tais qualificações tinham-se tornado marcadores de prestígio social e instrumentos de ascensão, particularmente entre as elites urbanas que moldavam a sociedade dos saxões da Transilvânia. Por isso, utilizo frequentemente a noção de “cientificização” [que é a crescente dependência do conhecimento sistemático para legitimar e orientar as decisões na sociedade e representa a penetração de métodos, técnicas e terminologia produzidos em centros de busca de conhecimento – principalmente nas universidades – em domínios anteriormente regidos pelo conhecimento tradicional, pela experiência prática ou pela política] como um elemento crucial na determinação do papel social da paróquia na vida dos saxões da Transilvânia.

Ao mesmo tempo, o ambiente paroquial – nas cidades, mas também nos assentamentos rurais – funcionava como um espaço de mobilidade intelectual. Clérigos formados no estrangeiro regressavam às suas regiões de

origem e contribuíam para a circulação de ideias, textos e práticas entre os principais centros culturais e a sua terra natal. Esta dinâmica contribuiu para a integração da região num panorama cultural latino mais vasto antes da Reforma. Particularmente digno de nota é o perfil cosmopolita de muitos párocos, especialmente em cidades mercantis e aldeias periféricas. Frequentemente provenientes de famílias da classe média urbana, prosseguiram os seus estudos no estrangeiro e ocuparam depois benefícios rurais, que serviam tanto como cargos viáveis como trampolins para carreiras eclesiásticas mais prestigiadas. Estas paróquias rurais estavam longe de ser ambientes passivos. Os párocos, capelães e reitores de altar atuavam como mediadores culturais: encomendavam ou apoiavam a produção artística, colecionavam e transmitiam manuscritos, dedicavam-se à escrita e investiam na educação das gerações mais jovens. Ao mesmo tempo, as igrejas paroquiais desempenhavam papéis comunitários práticos, incluindo funções defensivas, médicas e económicas, particularmente em regiões expostas a ameaças externas. Neste sentido, a paróquia dos saxões da Transilvânia surge como uma instituição multifuncional, combinando dimensões religiosas, jurídicas, culturais e sociais. É por isso que é tão valiosa para compreender os mecanismos mais amplos através dos quais a sociedade medieval produzia coesão, hierarquia e memória.

MAC – Desde o nosso primeiro encontro, há alguns anos, tenho refletido frequentemente sobre o nosso perfil comum enquanto historiadores das fronteiras da Cristandade Latina. Nesse sentido, como caracterizarias, de forma sucinta, a natureza da supervisão papal no território da Transilvânia após o movimento de reforma da Igreja dos séculos XI e XII?

AD – Descreveria a supervisão papal na Transilvânia medieval como sendo simultaneamente normativa e negociada. Roma articulava princípios universais: disciplina clerical, ordem sacramental, autoridade episcopal, casamento canónico, controlo sobre os benefícios eclesiásticos e o direito de recurso, para citar apenas alguns exemplos. No entanto, na Transilvânia, como em todo o lado, tais princípios operavam no seio de uma complexa sociedade de fronteira, onde a autoridade real, a jurisdição episcopal, as redes monásticas, os privilégios saxónicos, o patrocínio local e as condições fronteiriças mediavam o alcance prático e efetivo do papado. A presença da Santa Sé era, portanto, sobretudo indireta ou descontínua, mas estruturalmente significativa. Tornava-se visível através de legados, mandatos, confirmações de direitos, dispensas, litígios, disposições, indulgências e correspondência relativa a disputas eclesiásticas. Estes instrumentos revelam que a Transilvânia, apesar

da sua posição geográfica marginal em relação à cristandade latina, estava integrada no seu vocabulário jurídico e institucional. Ao mesmo tempo, a distância da região em relação a Roma e a sua diversidade social significavam que a supervisão papal dependia fortemente de intermediários locais que não hesitavam em exercer a sua influência.

Nesta medida, a Transilvânia funcionou como uma fronteira da *Christianitas* não porque se situasse à margem da ordem eclesiástica latina, mas porque essa ordem tinha de ser traduzida, adaptada e aplicada através de realidades e exigências locais complexas. A autoridade papal forneceu o quadro universal; a sociedade transilvana forneceu as condições concretas nas quais esse quadro adquiriu significado.

MAC – Além disso, o que revelam as paróquias [de saxões] da Transilvânia sobre as migrações, a literacia das comunidades leigas e o conceito mais amplo de “resiliência comunitária” durante a Idade Média?

AD – As paróquias de saxões da Transilvânia são especialmente úteis porque nos permitem encarar a migração para além do movimento demográfico, enquadrando-a, em vez disso, como um estabelecimento institucional. As comunidades provenientes de diferentes regiões europeias não se limitaram a ocupar o espaço; organizaram-no através de igrejas, redes de padroado, escolas, cemitérios, confrarias e hábitos documentais. A paróquia tornou-se um dos principais instrumentos através dos quais grupos móveis se transformaram em comunidades estáveis. Revelam também que a literacia laica na Transilvânia medieval não deve ser reduzida à capacidade dos indivíduos de ler e escrever. Apresentava-se frequentemente como uma forma de literacia social: a capacidade das comunidades de produzir e “consumir” expressões textuais juntamente com todos os símbolos associados, a fim de defender direitos, negociar privilégios, preservar a memória e comunicar tanto horizontal como verticalmente. Assim, mesmo quando a escrita era produzida por clérigos ou notários ligados à Igreja, acabava por servir, em última análise, a fins profundamente leigos e comunitários. É aqui que a ideia de “resiliência comunitária” se torna útil. As instituições paroquiais ajudaram as comunidades a suportar crises, mudanças demográficas, conflitos, disputas legais e pressões económicas. Preservaram a continuidade através de rituais, arquivos, liderança local e memória partilhada, para além da normatividade espiritual.

MAC – A relevância, a validade e o rigor metodológico da micro-história têm sido frequentemente objeto de debate e reavaliação por parte dos historiadores contemporâneos. Na tua opinião, a micro-história

continua a ser um modelo essencial e válido no século XXI?

AD – Embora a micro-história, enquanto método ou perspectiva de análise, tenha gerado, nas últimas décadas, ideias e obras seminais [e alguns dos livros de maior sucesso], atrevo-me a dizer que nunca fez parte do discurso historiográfico dominante. Ainda assim, defendo que a micro-história é, em muitos aspetos, indispensável aos estudos medievais contemporâneos, precisamente devido à atenção focada que dedica às fontes e à natureza extremamente fragmentária da transmissão da informação textual herdada do passado medieval. O valor da micro-história reside, na minha opinião, na sua capacidade de desconstruir e recuperar a densidade da experiência histórica, aquelas camadas de significado, prática e interação que muitas vezes se perdem nas narrativas estruturais em grande escala. Para um campo como o teu e o meu, que depende tão fortemente de informação fragmentária, desigual e ligada ao contexto, a abordagem de aproximação oferece uma forma disciplinada de extrair informação a partir de dados limitados. Assim, concordo plenamente com os historiadores que acreditam que as coisas são mais belas quando vistas de perto, especialmente quando a estética, enquanto valor subjetivo, se expressa através de detalhes frequentemente ausentes de análises de natureza diferente.

Dito isto, não vejo a micro-história como um método isolado ou autosuficiente. É muito debatido se este método deve ou não ser integrado em quadros analíticos mais amplos. Neste sentido, em alguns casos, para mim a “pequena escala” não é um fim, mas um ponto de entrada metodológico em processos históricos mais alargados. Por isso, a micro-história continua a ser um modelo operativo altamente inspirador, desde que seja aplicada com rigor metodológico e consciência conceptual. Continua a lembrar-nos que as estruturas históricas são sempre mediadas por atores humanos, contextos locais e situações concretas, precisamente as dimensões que conferem à investigação histórica a sua profundidade e poder explicativo, facetas da agência que tendem a ser abandonadas nas grandes narrativas e nos modelos explicativos quantitativos.

MAC – Este tema leva-me a questionar-te sobre o conceito central que tem ocupado a tua investigação nos últimos meses: as “Pequenas Comunidades”. De que forma o reconhecimento, o estudo e a problematização destas “Pequenas Comunidades” contribuem para enfrentar os desafios historiográficos da atualidade?

AD – O conceito de “pequenas comunidades” obriga-nos a levar a sério os atores históricos e as formações sociais que são frequentemente absorvi-

dos e “tornados invisíveis” por categorias mais amplas: reino, Igreja, nação, etnia, confissão ou império. Estas categorias são, sem dúvida, necessárias, mas o preço a pagar é que também podem simplificar excessivamente o passado. As pequenas comunidades devolvem visibilidade analítica à paróquia local individualizada ou singularizada, à aldeia, ao ambiente monástico, ao bairro urbano, à escola ou à confraria – e à sua respetiva capacidade de ação – enquanto locais onde a mudança histórica foi efetivamente vivida e negociada. No caso da Transilvânia medieval, esta abordagem é particularmente produtiva. A região foi moldada pela diversidade, pelas condições de fronteira e pelas jurisdições sobrepostas. As pequenas comunidades permitem-nos observar como as pessoas construíram (ou perderam) coesão num contexto deste tipo: através da memória, do ritual, dos registos escritos, das tradições orais, do parentesco, do patrocínio e dos espaços partilhados. Também nos ajudam a compreender a resiliência para além da sua qualidade abstrata, como um conjunto de práticas através das quais as comunidades preservaram a identidade, se adaptaram à perturbação e transmitiram conhecimento através das gerações. Em relação aos desafios historiográficos atuais, o estudo das pequenas comunidades oferece uma correção tanto às teleologias nacionais como às narrativas globais excessivamente gerais. Incentiva uma história mais plural, situada e eticamente atenta, que reconheça vozes marginais, subalternas e desarticuladas, transmitidas através de arquivos fragmentados e desiguais. Ao mesmo tempo, não rejeita a história mais ampla; pelo contrário, liga o local ao continental, mostrando como os grandes processos só se tornam significativos quando compreendemos os seus efeitos ao nível de comunidades concretas. No entanto, esta última ponte que liga o singular ao geral pode muito bem continuar a ser uma questão de opção pessoal. Por enquanto, prefiro concentrar-me na observação atenta à pequena escala e resistir à tentação de extrapolar ou alargar os resultados a um nível macro de explicação.

MAC – Entrámos recentemente no último ano do projeto RESTORY (*Recuperar Histórias do Passado para o Futuro*), uma iniciativa do programa “Horizonte Europa” que reúne um consórcio de onze países e cerca de vinte instituições, coordenado por ti e pela nossa colega, Lavinia Snejana Costea, da Universidade Babeş-Bolyai, na Roménia. É certamente possível imaginar a considerável carga administrativa e logística envolvida na articulação de um leque tão vasto de trabalhos coletivos. Olhando para trás, para o percurso percorrido até agora, quais consideras serem as conquistas mais significativas do projeto até à data? Além disso, o que podem a comunidade académica e a sociedade civil esperar

deste último ano em termos de resultados-chave e do legado duradouro deste enorme projeto colaborativo?

AD – Diria que uma das conquistas mais importantes do RESTORY foi a construção de uma verdadeira comunidade de investigação europeia em torno de um conceito que é, por natureza, modesto e frágil: a “pequena comunidade”. O projeto reuniu vinte parceiros de doze países europeus, incluindo universidades, instituições públicas, empresas, ONG, profissionais do património e autoridades locais, em torno da questão comum de como o património textual e oral pode ajudar as comunidades a compreender a mudança, a vulnerabilidade e a continuidade. Uma segunda conquista é de natureza metodológica. O RESTORY não tratou os saxões da Transilvânia meramente como um estudo de caso local, mas como um laboratório de comparação. O material da Transilvânia permitiu-nos formular questões sobre memória, literacia, resiliência e identidade que podem depois ser testadas noutros contextos europeus. Esta dimensão comparativa é essencial, porque o projeto visa gerar ferramentas metodológicas e interpretativas aplicáveis em toda a diversidade cultural, política e socioeconómica da Europa. Considero também particularmente importante a dimensão pública e cívica do projeto. O RESTORY nunca foi concebido como um exercício puramente académico. O seu objetivo é recuperar histórias textuais e orais, a fim de restabelecer uma ligação emocional com tradições interrompidas e apoiar a continuidade cultural. As atividades de formação para museus, bibliotecas, arquivos e outros profissionais da cultura fazem, portanto, parte da missão intelectual central do projeto, não sendo meramente resultados secundários. No último ano, a comunidade académica pode esperar uma consolidação dos resultados: estudos comparativos, quadros interpretativos, recursos digitais e educativos, narrativas dirigidas ao público e ferramentas para profissionais do património. Para a sociedade civil europeia, o legado duradouro deverá ser um modelo de como a investigação histórica pode servir as comunidades sem simplificar o passado. Se o RESTORY atingir os seus objetivos, demonstrará que as pequenas comunidades não são temas periféricos da investigação histórica: podem muito bem ser consideradas pontos de vista fundamentais para compreender a resiliência, a solidariedade, a transmissão da cultura e o significado social mais amplo do património.

MAC – **Ao analisar o teu currículo, é impossível não ficar impressionado com a variedade das bolsas de investigação que conseguiste obter e com a diversidade dos projetos que dirigiste nos últimos anos. O teu trabalho integra articuladamente a Paleografia e a Diplomática com os**

Estudos do Património e as Humanidades Digitais – tudo isto enquanto manténs uma agenda pedagógica muito exigente. Para além do desafio constante da gestão do tempo, quais consideras serem as principais dificuldades e, inversamente, os benefícios simbióticos de equilibrar a investigação arquivística de alto nível com as responsabilidades do ensino?

AD – A tensão é real e, creio eu, de natureza estrutural e não acidental. A investigação arquivística, especialmente em áreas como a Paleografia e a Diplomática, exige longos períodos de trabalho concentrado, muitas vezes solitário, um contacto gradual com as fontes e uma tolerância à incerteza e à fragmentação. O ensino, em contrapartida, exige ritmo, clareza, acessibilidade e uma disponibilidade constante para traduzir a complexidade numa forma inteligível. Trata-se, num certo sentido, de temporalidades diferentes e de posturas intelectuais diferentes, e transitar entre elas nem sempre é fácil.

Existe também uma tensão mais subtil. A investigação tende a privilegiar a especialização, enquanto o ensino obriga a manter uma perspetiva mais ampla. Na sala de aula, não se pode permanecer dentro dos limites estreitos do projeto atual; é preciso situá-lo em quadros históricos mais amplos e torná-lo significativo para os alunos que ainda estão a formar a sua própria orientação intelectual. Isto pode, por vezes, parecer uma dispersão de energias, especialmente quando se acrescentam à equação responsabilidades administrativas e relacionadas com projetos.

Ao mesmo tempo, gostaria de salientar a dimensão simbiótica. O ensino impõe uma forma de disciplina intelectual: obriga-nos a clarificar conceitos, a questionar pressupostos implícitos e a regressar constantemente aos princípios fundamentais. Muitas das questões levantadas pelos alunos – frequentemente muito diretas, por vezes inesperadas – são, na verdade, fundamentais do ponto de vista historiográfico. Elas obrigam-nos a reconsiderar o que pensamos saber e como o justificamos. Por outro lado, a investigação ativa mantém o ensino vivo. Impede que a sala de aula se torne um espaço de repetição. Trabalhar diretamente com manuscritos, documentos e fragmentos permite-me colocar os alunos em contacto com a materialidade do passado, com os processos através dos quais o conhecimento é construído. Neste sentido, o arquivo e a sala de aula não são espaços opostos, mas sim complementares: um produz conhecimento, o outro testa-o, aperfeiçoa-o e transmite-o.

Em última análise, o equilíbrio não consiste tanto em resolver tensões, mas sim em aceitá-las como produtivas. A coexistência da investigação e do ensino é exigente, mas é também o que sustenta a vitalidade da nossa disciplina.

MAC – Além disso, no que diz respeito ao domínio fundamental da partilha de conhecimento, a relação que estabeleceste com a sociedade civil e as instituições nacionais – tais como bibliotecas e museus locais – é verdadeiramente louvável. Destaquemos, por exemplo o trabalho transformador na biblioteca paroquial de Mediaș (Mediasch). Com base na tua experiência, que aspetos da produção académica as comunidades locais consideram mais significativos e quais são os principais obstáculos à transferência da investigação arquivística complexa enquanto património público tangível?

AD – Na minha experiência, as comunidades locais reagem com maior entusiasmo quando o trabalho académico as ajuda a reconhecerem-se nos arquivos. Uma carta medieval, um fragmento de manuscrito, um registo paroquial ou um livro antigo ganham significado não apenas por serem antigos, mas porque podem ser associados a um lugar, a um apelido, a uma igreja, a uma escola, a um bairro ou a uma tradição que se mantém viva na memória. As comunidades estão frequentemente menos interessadas na história institucional abstrata do que nas formas como os materiais de arquivo restabelecem a continuidade entre o passado e o presente.

O trabalho em locais como Mediaș mostrou-me que o património se torna verdadeiramente público quando deixa de ser percebido como propriedade exclusiva de especialistas. Bibliotecas locais, museus e coleções paroquiais preservam materiais de valor excepcional, embora a sua importância seja frequentemente ocultada por barreiras humanas e técnicas: por um lado, o fraco conhecimento do latim (que muitas vezes decorre do seu estatuto de língua “morta”) e a falta de conhecimentos paleográficos do pessoal dos museus ou das paróquias; por outro lado, manuscritos danificados, catálogos dispersos e a ausência de contextualização acessível. Uma das nossas tarefas é, portanto, traduzir sem banalizar: tornar o material inteligível, preservando a sua complexidade.

Os principais obstáculos são geralmente a dificuldade das fontes e também a fragilidade das infraestruturas do património local. Muitas coleções dependem de pessoal limitado, financiamento instável, condições de conservação insuficientes e digitalização desigual. Existe também, por vezes, um fosso entre o tempo académico e o tempo da comunidade: os estudiosos trabalham lentamente, enquanto as comunidades precisam de resultados visíveis, narrativas, exposições, catálogos, ferramentas educativas e formas de reconhecimento.

O que as comunidades consideram mais significativo, penso eu, é o gesto de restituição: mostrar que o seu passado local é importante, que pertence a

uma história europeia mais ampla e que mesmo pequenos arquivos podem abordar grandes questões de literacia, fé, memória e resiliência.

MAC – Como um dos fundadores do TRANS.SCRIPT (Centro de Paleografia Diplomática e Documental Medieval), tens desempenhado um papel fundamental na promoção de uma cultura de investigação dinâmica centrada no património escrito da Transilvânia – uma cultura que é agora impulsionada de forma impressionante pelos teus jovens estudantes e orientandos/as. Tendo em conta estas conquistas, em que medida integras as tecnologias de transcrição automatizada no teu trabalho? Numa questão mais ampla, como entendes a contribuição das ferramentas digitais para a evolução da Paleografia e como podemos garantir que as gerações futuras sejam formadas para utilizar estas tecnologias com o rigor crítico necessário?

AD – As tecnologias de transcrição automatizada estão a tornar-se cada vez mais úteis, embora eu as descreva como instrumentos de apoio e não como substitutos da especialização paleográfica. Em vários projetos editoriais, onde a precisão na leitura, datação, contextualização e edição de documentos é essencial, a máquina pode acelerar certas fases do trabalho: transcrição preliminar, comparação de caligrafias, reconhecimento de disposição tipográfica, indexação, pesquisa e gestão de grandes *corpora* documentais. No entanto, o ato decisivo continua a ser a interpretação crítica.

A paleografia é mais complexa do que a simples conversão de sinais gráficos em caracteres modernos. É o estudo da escrita como prova histórica. Uma forma de letra, uma abreviatura, uma correção, um selo, uma fórmula notarial ou uma nota marginal devem ser lidos em relação à prática institucional, à cronologia, à geografia, à cultura jurídica e ao contexto material. As ferramentas automatizadas podem detetar padrões, mas ainda não compreendem por que razão esses padrões são importantes. Por esta razão, considero as ferramentas digitais profundamente benéficas quando estão integradas num fluxo de trabalho académico rigoroso. Permitem-nos comparar mais material, visualizar redes, construir *corpora*, melhorar o acesso e formar estudantes com base numa gama de exemplos mais ampla do que era anteriormente possível.

No entanto, também criam riscos: falsa confiança, dependência de modelos opacos e a ilusão de que a transcrição é uma operação puramente técnica. A tarefa da nossa geração é, portanto, tanto pedagógica como tecnológica. Temos de formar jovens estudiosos para utilizarem instrumentos digitais de forma experimental e crítica, preservando simultaneamente as disciplinas mais antigas: latim, diplomática, codicologia e a metodologia arquivística. O

futuro paleógrafo não deve ser nem um leitor nostálgico de manuscritos nem um utilizador acrítico de software, mas sim um estudioso capaz de transitar de forma inteligente entre o arquivo, a edição e o ambiente digital.

MAC – Olhando para o futuro, como imaginas a tua própria trajetória académica até ao ano de 2036? Quais são os principais temas de investigação que antecipas como centros da tua atenção e a da atenção tua equipa na próxima década? Além disso, à medida que assistimos à rápida proliferação da IA e de ferramentas digitais avançadas, como percebes a evolução do papel do historiador? Na tua opinião, o que irá definir o “historiador do futuro”?

AD – Até 2036, espero que o meu trabalho continue a desenvolver-se em torno da mesma preocupação central: a história da cultura escrita como história de pequenas comunidades. Espero que a minha equipa e eu continuemos a dedicar-nos aos arquivos paroquiais medievais da Transilvânia, à literacia e aos usos sociais da escrita. Estes temas estão longe de estar esgotados. Pelo contrário, quando abordados através de métodos comparativos e digitais, podem ainda redefinir a forma como compreendemos o lugar da Europa Central e Oriental no seio da cristandade latina medieval. Prevejo também um movimento mais forte no sentido de ecossistemas documentais integrados: edições críticas associadas a imagens de manuscritos, bases de dados prosopográficas, ferramentas geo-espaciais e *corpora* comparativos. O seu objetivo poderá ir além da simples digitalização de fontes, visando a reconstrução das relações entre pessoas, instituições, textos e lugares. Nesta medida, projetos como o RESTORY apontam para uma agenda de investigação mais ampla, na qual a investigação arquivística, as humanidades digitais e o património público se tornam cada vez mais interligados.

Quanto à inteligência artificial, não creio que venha a diminuir o papel do historiador, desde que compreendamos esse papel corretamente. A IA pode ajudar-nos a transcrever, classificar, comparar, recuperar e visualizar fontes numa escala anteriormente impossível. Mas não pode substituir a responsabilidade do historiador de interpretar evidências, avaliar incertezas, compreender o contexto e formular questões significativas. O perigo não é a ferramenta em si; é a perda da distância crítica.

O historiador do futuro precisará, portanto, de uma dupla competência. Por um lado, deve preservar as competências clássicas da disciplina: línguas, paleografia, diplomática, crítica de fontes, cronologia e historiografia. Por outro lado, o historiador deve compreender as infraestruturas digitais, os modelos de dados, o viés algorítmico e os limites epistemológicos

da análise automatizada. O historiador do futuro não será definido apenas pela tecnologia, mas sim pela capacidade de combinar fluência técnica com julgamento histórico. No final, a nossa tarefa continuará a ser o que sempre foi: transformar vestígios do passado em conhecimento responsável, verificável e humanamente significativo.



RECENSÕES

GÄNGER, Stefanie & OSTERHAMMEL, Jürgen (eds.) (2024). *Rethinking Global History*. Cambridge: Cambridge University Press, 292 pp., ISBN 978-1-009-44402-6.

Na senda da História Global, Stefanie Gänger e Jürgen Osterhammel coordenaram um esforço coletivo de reavaliação teórica deste campo historiográfico, debruçando-se sobre instrumentos analíticos, referências conceituais e configurações metacognitivas que o atravessam. *Rethinking Global History* constitui uma reflexão epistemológica e sistematizadora, muito ausente no escopo da História Global, e representa um contributo decisivo para a formulação de abordagens metodológicas diversificadas que favoreçam trabalhos fundamentados e inovadores na área. Outro mérito do livro reside no vasto elenco de autores e publicações referenciados ao longo da exposição, reforçando o Estado da Arte elaborado, o qual é crítico, seletivo e abrangente – atravessando a década de 1980 à atualidade.

O carácter ambicioso desta obra coletiva materializa-se num conjunto de textos distribuídos por três partes distintas. Na primeira, “Forms of Inquiry and Argumentation”, discutem-se processos formais de questionamento e argumentação em ambiente historiográfico, problematizando-se a parametrização conceitual e a sua decorrente operacionalização. Jürgen Osterhammel, lembrando que todo o questionamento tende a reduzir a complexidade dos fenómenos e que a História Global contempla uma vastidão de temáticas e fontes, convida-nos a refletir sobre explicação histórica à luz desta tensão. Alessandro Stanziani versa sobre comparação à escala global e, reconhecendo a dificuldade de selecionar parâmetros neutros para comparar fenómenos diametralmente distintos, pretende superar exercícios de mera identificação de diferenças e semelhanças através de novos modelos comparativos. Christina Brauner foca-se numa dimensão temporal, averiguando a possibilidade de se estabelecerem periodizações com aspirações universais, num nível global, quando o mundo é trespassado por múltiplas temporalidades e culturas de tempo. Por fim, Pim de Zwart sublinha os méritos de integrar abordagens quantitativas na História Global, denotando que a quantificação fortalece empiricamente o campo e aproxima-o das humanidades digitais que, tantas vezes, lidam com números.

Na segunda parte, “Concepts and Metaphors”, os textos abordam questões que, tendo implicações de ordem metodológica, privilegiam uma dimensão émica do jargão utilizado nesta subdisciplina e realçam a relevância (e impactos) da linguagem figurativa (*Sprachbilder*) para a História Global.

Sujit Sivasundaram analisa a evolução do significado do conceito “global”, salientando a sua natureza artificial e contingente, e coloca-o em diálogo com outras áreas disciplinares, nomeadamente com a sociologia e relações internacionais. Valeska Huber salienta a pertinência dos historiadores globais recorrerem a um vocabulário que capte a natureza contraditória e conflituante da globalidade, sugerindo o uso do conceito de esfera em alternativa a termos como “conexão”, “circulação”, “integração” e respetivos antónimos. A concluir esta secção, Dániel Margócsy examina a transformação semântica do conceito de escala, questionando se existem, de facto, níveis de análise e, sobretudo, se há incompatibilidade entre os planos micro, macro e global.

Finalmente, “Configurations and Telos” procura resgatar os historiadores de representações mentais que muitas vezes não são problematizadas e, como tal, estão contaminadas de vieses, convidando à reflexão sobre direcionalidade e teleologia das Histórias Globais. Jan C. Jansen critica a presunção de uma integração global contínua e crescente e demonstra como pensar teleologia pode suscitar reflexões criativas sobre direcionalidade, coerência e processos no contexto da historiografia global. Jeremy Adelman discute a essência da noção de distância, afirmando que esta, não sendo apenas uma variável espacial, é, num mundo interligado, resultado de processos sociais que não podem ser desconsiderados pelo campo. Stefanie Gänger debruça-se sobre as bases implícitas que guiam os historiadores quando associam materialidade e cultura material a escalas e contextos de observação específicos, no âmbito global e particular. No último capítulo, Dominic Sachsenmaier desconstrói a premissa de que a História Global renuncia os “centrismos”, demonstrando um desfasamento entre as mudanças no pensamento teórico dos historiadores e as suas práticas concretas.

Embora com diferentes níveis de acuidade, os textos conciliam a problematização epistemológica com a apresentação de argumentos baseados em exemplos concretos, conferindo inteligibilidade às teses defendidas. Não obstante, realço os três textos que considero demonstrarem maior clareza e que, cumprindo o objetivo de reforçar a componente metodológica da História Global, mais contribuições trazem para esta subdisciplina e para a historiografia em geral.

O capítulo de Jürgen Osterhammel, “Explanation: the limits of narrativism in Global History”, é incontornável por incidir sobre uma operação primordial na historiografia: a explicação. Explicar historicamente significa tornar as fontes inteligíveis e descortinar as razões que desencadearam fenómenos ocorridos em determinados contextos espaciais, temporais, políticos, económicos, sociais e culturais, em suma, conferir sentido ao passado. Peran-

te a ausência de um carácter explicativo, a historiografia transforma-se numa narrativa descritiva, superficial e pouco útil à compreensão dos fatores estruturais e conjunturais que condicionaram a ação dos atores históricos. O autor, alinhando com esta ideia, defende que a explicação não deve ser negligenciada no âmbito da História Global, porque esta reduz a complexidade inerente à abundância de fontes no campo, sem resvalar para teorias monocausais. No entanto, este exercício implica escolhas difíceis: selecionar o que é relevante, ou seja, definir a origem do problema e os nexos de causalidade a perseguir; por outro lado, determinar a forma como explicamos.

De uma forma cristalina, Osterhammel constrói uma reflexão que desvenda o desinteresse dos historiadores globais nesta matéria – resulta da viragem narrativista na década de 1970, em detrimento da teoria analítica – e, simultaneamente, procura revertê-lo realçando as vantagens para a História Global de um ecletismo metodológico inspirado nos processos explicativos da sociologia. Em concreto, o autor explica como a Sociologia, através da definição precisa de fatores de análise e das suas relações, do uso do conceito de “mecanismos”¹ para conferir previsibilidade aos processos humanos e do recurso a técnicas de sequenciação para a compreender repetições e/ou mudanças temporais e conjunturais, prepara o terreno para narrativas de teor explicativo. Para ilustrar o seu argumento, Osterhammel invoca uma questão levantada por David Bell: o que se ganha ou perde em adotar uma perspetiva global na análise da Revolução Francesa? Esta interrogação, válida para qualquer fenómeno histórico que tenha sido considerado num âmbito não global, coloca em evidência a constatação de J. Osterhammel:

Se forem acrescentados fatores adicionais – neste caso, ‘globais’ – a um modelo explicativo, é necessário formular hipóteses que especifiquem de forma precisa as possíveis ligações causais entre os novos fatores e os restantes elementos do modelo. Invocar uma “globalidade” atmosférica não explica nada² (p. 37).

Esta observação corrobora a relevância das ferramentas e estratégias empregues pela Sociologia e consubstancia uma fórmula metodológica que corresponde ao espírito da obra e ao objetivo do capítulo – como explicar, de forma intrincada, sistematizada e inteligível, em História Global.

¹ Sobre o uso do conceito de “mecanismo” é destacado o artigo de Nancy Cartwright, “Causal Inference” in Cartwright, Nancy and Montuschi, Eleonora (eds.) (2014), *Philosophy of Social Science: A New Introduction*, Oxford: Oxford University Press.

² Tradução direta. As citações utilizadas na recensão são traduções do autor.

Valeska Huber, no seu capítulo, “Openness and Closure: Spheres and Others Metaphors of Boundedness in Global History”, tece uma crítica à terminologia consagrada na História Global que não se limita a reproduzir a tese, consensual, de que os desequilíbrios, divergências e exclusões devem ser contemplados nos processos globais. Esse reconhecimento generalizado, segundo a autora, não se traduz numa rutura com a predisposição para se privilegiarem noções de abertura, circulação e fluidez – muitas vezes difusas e intangíveis – que atribuem um carácter amórfico ao Global. Como tal, face à inadequação de conceções e metáforas empregues nesta área, Huber examina o potencial analítico do conceito de “esferas”, considerando-o como um espaço demarcado de inclusões e exclusões, ideal para captar as tensões, condicionamentos, exclusões e limites da globalidade, cuja aplicabilidade se divide em duas modalidades distintas.

A autora explica que esfera pode-se reportar à dimensão circunscrita do globo, apresentando-se como uma amálgama de visões de globalidade e humanidade que surge, sobretudo, em discursos de “mundos fechados”. Em alternativa, esfera pode configurar um carácter “multiesférico”, isto é, referir-se a diversos domínios mais concretos – políticos, económicos, sociais, comunicacionais, etc. – assumindo uma dimensão que sendo global, é, simultaneamente, excludente e restringida a determinadas regiões ou a segmentos populacionais. Ambas as variantes contestam o carácter amórfico e fluído do global e “orientam-se, em vez disso, para ideias de delimitação e de estabelecimento de fronteiras” (p. 146-147), argumento corroborado pela diversidade de exemplos fornecidos por Huber³. Creio, no entanto, que a noção “multiesférica” merece ser destacada, a partir da imagem de “esfera pública”, porque esta revela explicitamente a tensão entre abertura e fechamento e a pertinência de se idealizarem fronteiras numa perspetiva social e comunicacional. Em princípio, “esfera pública” está associada à ideia de abertura e inclusão, porém, a autora demonstra como um conjunto de fatores – raça, classe, género, literacia, acessibilidade tecnológica – pode contribuir para a exclusão de certos indivíduos. Esta constatação reforça a premência de “uma mudança das unidades geográficas (e a sua desconstrução) para a análise das unidades sociais, de modo a revelar mais claramente as desigualdades e as hierarquias globais” (p.160). Em suma, o conceito de “esfera” representa uma adição preciosa à linguagem da História Global pelo seu valor metacognitivo e metodológico, contribuindo para a captação das contradições da globalidade numa lógica não dicotómica e valorizando a dimensão social em contextos globais.

Outra forma de conceber a exclusão social é desenvolvida no artigo de

³ Para a primeira versão, atente-se nas páginas 148-152.

Jeremy Adelman, “Distance: A Problem in Global History”, associada à noção de distância. O autor propõe a resignificação urgente desta conceção, procurando, paralelamente, realçar as consequências da replicação de vieses historiográficos. A distância emerge, frequentemente, como sendo preexistente e exógena à condição humana, quando, na verdade, ela é um efeito da ação do Homem por assumir contornos sociais e não apenas físicos. Nesta linha de pensamento, Adelman esclarece que no momento em que a distância física se tornou uma relíquia do passado, transformou-se numa configuração social, oferecendo um exemplo paradigmático: o cruzeiro Zaandam durante a pandemia de COVID-19. Nessa ocasião, a “aldeia global” viu-se atravessada por barreiras, criadas por decreto, que visavam determinar quem tem direito a ser cidadão ou a ter um Estado sob a égide da saúde coletiva. Este fenómeno reflete, claramente, como a mobilidade e a circulação internacionais empurraram, em sentido contrário, milhões de indivíduos para redes e mecanismos de controlo, distinção e exclusão – corporizados em tribunais, polícias fronteiriças, campos vedados, passaportes –, destinados a mitigar os efeitos da integração nos Estados-nação.

O raciocínio de Adelman, alerta, habilmente, o leitor para o perigo de reproduzir ideias preconcebidas, concretamente a ideia de um mundo global, com uma dinâmica capitalista, universal e sincronizada. Esta, aliás, foi desmentida por intermédio de diversos fenómenos como o *Brexit*, a eleição de Donald Trump, o deflagrar da guerra da Ucrânia. Felizmente, após uma tendência inicial para a História Global considerar que o aumento de escalas reduziria a relevância da distância, verificou-se o reconhecimento e uso de noções como “mobilidade”, “proximidade”, “intercâmbio” e “conexão” desbravaram rotas de exploração distintas que não dissolveram a sensação de distância, conferiram-lhe, antes, uma nova roupagem. A distância merece, de facto, uma resignificação na disciplina, porém, creio que a maior virtude do texto reside na reflexão que o autor protagoniza ao insistir na imprescindibilidade de repensarmos a direcionalidade da historiografia global, dos seus conceitos operativos e unidades de análise: “Quanto mais cedo nos conseguirmos livrar de narrativas que implicam uma lógica singular ou uma mudança inevitável de um mundo de aldeias para a aldeia (...), melhor” (p. 234).

Rethinking Global History confirma o seu carácter reflexivo e não prescritivo ao não incluir uma conclusão, realçando, assim, as principais características da obra: o questionamento sobre o *modus operandi* da História Global e a reflexão sobre potenciais perspetivas metodológico-conceituais, exercícios que nunca serão dados por terminados. Aliás, as questões abertas que pairam por toda a obra, inspiram estudos similares que abordem conceitos e imagens

não esmiuçadas: “redes”, “periferia”, “cadeia”, “difusão”. “agência”, “estrutura”, entre outros. De resto, importa salientar que o livro corresponde aos objetivos enunciados e constitui um marco decisivo para o desenvolvimento de uma nova História Global, consciente das suas limitações e potencialidades e, sobretudo, capaz de mobilizar metodologias e instrumentos de análise que capturem a natureza múltipla e por vezes contraditória dos seus objetos. Não obstante, teria sido interessante que a segunda parte do livro, “Concepts and Metaphors”, explorasse mais metáforas conceituais, atendendo à importância que a linguagem figurativa assume no imaginário do campo, em função das suas implicações ao nível da metodologia, conceitos e direcionalidade.

BERNARDO DE ALMEIDA HENRIQUES

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

bernardodealmeidahenriques@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6480-0443>



ROSS, Corey (2024). *Liquid Empire: Water and Power in the Colonial World*. New Jersey: Princeton University Press, 465 pp., ISBN 978-0-691-21144-2.

Publicado em 2024, *Liquid Empire: Water and Power in the Colonial World*, é o livro mais recente de Corey Ross, diretor do *Institute for European Global Studies* da Universidade de Basel. Com provas dadas nos campos da história ambiental e imperial (veja-se, por exemplo, *Ecology and Power in the Age of Empire: Europe and the Transformation of the Tropical*, publicado em 2017 pela *Oxford University Press*), Ross propõe-se agora a recentrar a história dos impérios europeus, “tradicionalmente terra-cêntrica” (p. 6), focando-se nos espaços aquáticos influenciados por estas empreitadas históricas. Observando e descodificando as interseções históricas entre o poder político e o saber científico, a obra em mãos pretende fazer dos espaços e dos recursos hídricos laboratórios de observação para a mais ampla vida dos impérios europeus. Assim, Ross propõe-se a descortinar as formas como “os estados modernos, incluindo os estados coloniais, fizeram mais do que governar a manipulação da água, eles governaram *através* da manipulação da água”¹ (p. 11). Para cumprir este objetivo, Ross divide a sua investigação em dois eixos principais, a implantação de um conjunto de estados-impérios em África e na Ásia, e os legados, intelectuais e materiais, que estes deixaram para trás.

Dividido em 8 capítulos, aos quais acrescem a introdução e epílogo, o livro define desde cedo aquilo que pretende ser: um estudo de carácter global e natureza transimperial, capaz de estabelecer comparações e recuperar similitudes entre os casos analisados – a gestão dos recursos hídricos nos territórios sob administração dos impérios britânico, francês, holandês, belga, e, em menor grau, alemão e português (p. 1-20). Iniciando o grosso da sua análise em meados do século XIX, coincidente com a consolidação do poder imperial europeu na Ásia e África, Ross estende o seu estudo até ao período pós-independência, procurando explorar os modos como “as águas do mundo pós-colonial – na sua gestão, exploração, reconfiguração e contestação – continuaram a ser moldadas pelos resquícios materiais e ideológicos dos impérios” (p. 330).

A narrativa de Ross é construída através de um “enquadramento cronológico fluído” (p. 15), coincidente com a natureza dos objetos de estudo, que permite ao autor alternar entre territórios (de forma intra e interimperial), conforme o foco temático de cada capítulo. Aquilo que Ross demonstra

¹ Todas as traduções feitas no âmbito desta recensão são da responsabilidade do autor.

continuamente é que a gestão dos recursos hídricos não só constituiu uma empreitada partilhada entre estes atores históricos, como esteve intimamente ligada à alegada “missão civilizadora” do colonialismo europeu. Desde a abertura de canais artificiais, navegáveis ou para fins de irrigação (p. 21-121); a alteração radical das paisagens para cultivo e assentamento (p. 122-202); o fomento de uma proto-indústria da pesca, em água doce ou em alto mar (p. 203-240); o desenvolvimento de sistemas de saneamento e gestão de resíduos (p. 241-278); até aos mega-projetos de engenharia hidroelétrica (p. 279-327), a alegada vontade de “civilizar” as populações sob domínio europeu apresentou-se como o principal objetivo declarado entre todos estes poderes imperiais para justificar a sua ação sobre a esfera hidrológica.

Não obstante a existência de uma empreitada partilhada entre os poderes imperiais, que conjugava a gestão dos recursos hídricos à alegada “elevação” das populações nativas, Ross demonstra que esta foi uma realidade contingente, marcada pela diversidade de ideários e opções político-técnicas para atingir tal fim. Recuperemos, a título de exemplo, o caso dos sistemas de irrigação nos territórios do Pacífico no século XIX. Ao contrário da visão adotada nas Índias Orientais Neerlandesas, onde a “Política Ética” de *welfare* indígena incentivou o desenvolvimento de projetos de irrigação de pequena escala (p. 91-93), no Raj britânico “as secas recorrentes (...) as ideologias tecnocráticas, hierarquias socioculturais e políticas de exclusão” (p. 97), fizeram dos projetos de grande escala opção privilegiada pelos administradores coloniais para o desenvolvimento dos recursos hídricos.

Ao mesmo tempo, e evitando narrativas essencialistas, Ross demonstra que a alegada missão civilizadora europeia foi frequentemente um “projeto inerentemente contraditório” (p. 243). Desde Hong-Kong até Dacar, os projetos hidráulicos lançados pelos poderes imperiais foram projetos de desenvolvimento económico, mas também empreitadas de controlo e reordenamento das sociedades coloniais. Os megaprojetos de abertura de canais artificiais (p. 148-158); as iniciativas de controlo e redirecionamento de cheias (p. 182-202); a transformação dos territórios para a construção de reservatórios e barragens (p. 310-327), frequentemente obedeceram a critérios economicistas, mas também étnico-raciais, não só deslocando forçosamente segmentos inteiros da população, mas destruindo também ecossistemas inteiros (p. 328-382). Já os sistemas de saneamento e escoamento, não tão radicais na alteração das paisagens naturais, criaram autênticos “enclaves de salubridade” (p. 361), deixando as populações periféricas à mercê de sistemas de saneamento improvisados. Através de uma análise que ultrapassa o marco da descolonização formal, Ross demonstra como todas estas dinâmicas cimem-

taram distinções sociais, económicas e étnicas que persistem até à atualidade (p. 383-392).

Ao longo de toda a obra, Ross recorre a uma série de peritos técnicos, maioritariamente engenheiros hidráulicos, para explicar a “natureza, mentalidade e limites dos projetos imperiais de engenharia hidráulica” à época (p. 139). Através do estudo das suas trajetórias, intelectuais e geográficas, Ross demonstra como estas figuras se tornaram autênticas zonas de contacto transimperial (HEDINGER & HÉE 2018), exemplificando dinâmicas de entrelaçamento entre cidades, impérios, e sociedades profundamente distintas. Estes atores, que frequentemente divergiam das prioridades e preferências dos administradores políticos, circularam entre territórios do mesmo império, entre territórios de diferentes impérios, mas também para lá das fronteiras dos estados-império europeus. A título de exemplo, a Índia colonial tornou-se num “local de treino para os peritos de irrigação britânicos, mas também um local de peregrinação para a fraternidade mundial de engenheiros hidráulicos” (p. 97). No entanto, com o decorrer do século XX e o cimentar dos Estados Unidos da América como *hub* intelectual internacional, os engenheiros ao serviço dos estados coloniais deslocaram-se também para este território, cooptando alguns dos seus modelos de desenvolvimento hidroelétrico e adaptando-os às necessidades locais das respetivas sociedades (p. 311-327).

Por fim, ao estender a sua análise até ao período pós-descolonização, Ross dá força às teses defendidas pela perspetiva transimperial de que a utilização dos marcos “colonial/independente” como pontos de viragem historiográfica será sempre demasiado redutora. Através de uma análise empiricamente sustentada, o autor demonstra que a gestão dos recursos hídricos esteve, e permanece ainda, intimamente ligada a “noções de cidadania, simbolismo cultural, diferenciação social e saúde pública” (p. 362). Apesar dos seus esforços de modernização, os estados pós-descolonização formal não eliminaram os mecanismos de diferenciação social nos seus territórios. Ao invés, com o cooptar dos projetos de desenvolvimento de recursos hídricos, cooptaram também as retóricas civilizacionais dos antigos administradores, “substituindo o «nativo atrasado» pelo imigrante rural pobre” (p. 362), imergindo as respetivas comunidades em novas dinâmicas paternalistas e reproduzindo velhas dinâmicas de exclusão social.

O livro, em toda a sua extensão, apresenta uma série de contributos que extravasam o campo da historiografia, provando ser também uma referência útil para especialistas em estudos de área. Ainda assim, é seguro afirmar que *Liquid Empire* faz mais do que iluminar aspetos originais e pertinentes acerca das histórias cruzadas do internacionalismo, imperialismo e ambientalismo

dos séculos XIX e XX. Os diversos casos explorados por Ross demonstram a forma como a existência dos impérios foi marcada por dinâmicas de conectividade, cooperação e competição, tanto em relação aos seus pares, como em relação àqueles que alegavam ser os seus antecessores ideológicos, dando forças à perspectiva transimperial (BARTH & CVETKOVSKI 2015; HEDINGER & HÉE 2018).

Não obstante, a obra em questão apresenta também algumas limitações, nomeadamente na secção das continuidades e descontinuidades pós-coloniais (p. 328-382), igualmente importantes de um ponto de vista intelectual e metodológico. Como alguns trabalhos já demonstraram, os “regimes internacionais de desenvolvimento” (UNGER 2018) foram, em inúmeros casos, produtos da atuação de antigos peritos técnicos e administradores coloniais enquanto funcionários das agências internacionais de desenvolvimento (HODGE 2007). Apesar das diversas menções de Ross a algumas destas agências e instituições internacionais, entre as quais se destacam o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a análise da atuação destas, na gestão dos recursos hídricos, é sempre superficial. Teria sido interessante, e sugere-se aqui uma hipótese de investigação futura, interrogar de maneira sistematizada a forma como os peritos e administradores ao serviço dos estados-império mencionados foram absorvidos pelas agências internacionais, ou até mesmo recrutados pelos estados pós-coloniais, para desempenhar tarefas no âmbito da gestão dos recursos hídricos.

Um outro aspeto, e talvez de natureza editorial, prende-se com o modo como o material citado é apresentado. Isto não afeta necessariamente a validade deste trabalho, que é sem dúvida empiricamente sustentado. No entanto, para o leitor mais curioso, principalmente aquele já familiarizado com as práticas do ofício do historiador, a não identificação clara dos arquivos respeitantes a cada um dos materiais primários citados, desde relatórios a planos científicos, no momento que são mencionados, pode dificultar a leitura e análise mais fina deste trabalho.

Bibliografia

BARTH, Volker; CVETKOVSKI, Roland (2015). “Introduction: Encounters of Empires. Methodological Approaches”, in V. Barth e R. Cvetkovski (eds.), *Imperial Co-operation and Transfer, 1870–1930: Empires and Encounters*. Londres, Nova Iorque: Bloomsbury, 3-33.

- HEDINGER, Daniel; HEÉ, Nadin (2018). “Transimperial History – Connectivity, Cooperation and Competition”. *Journal of Modern European History*, 16, 429-452. <https://doi.org/10.17104/1611-8944-2018-4-429> (consultado a 22/01/2025).
- HODGE, Joseph Morgan (2007). *Triumph of the expert: agrarian doctrines of development and the legacies of British colonialism*. Ohio: Ohio University Press.
- ROSS, Corey (2017). *Ecology and Power in the Age of Empire: Europe and the Transformation of the Tropical*. Oxford: Oxford University Press.
- UNGER, Corinna R (2018). *International Development, a Postwar History*. Londres: Bloomsbury Academic.

ANDRÉ RIBEIRO FERNANDES

Universidade de Coimbra, CHSC

andrefernandes5200@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-3901-8281>



BRINCKLEY, Leanna T. P. (2024). *Coastal Trade and Maritime Communities in Elizabethan England*. Boydell & Brewer, 258 pp., ISBN 978-1837651887.

A obra em análise, da autoria de Leanna Brinckley, publicada pela editora *Boydell & Brewer* é a mais recente produção da historiografia britânica que analisa o comércio doméstico inglês e as suas comunidades marítimas no período Isabelino (1558-1603). Através de um estudo dos registos portuários (conhecidos como *Port Books*) de Bristol, Southampton e Hull, complementados com outra documentação diversa de natureza fiscal, judicial e local, a autora procura explorar três aspetos centrais: compreender a estrutura e natureza do comércio costeiro, a atuação dos indivíduos destas comunidades marítimas e o posicionamento social, económico e político destes agentes na sociedade do seu tempo (p. 3).

Leanna Brinckley é doutorada em História pela Universidade de Southampton, tendo também tido uma passagem na sua formação pela Universidade de Bristol. Assim, não é de estranhar na sua obra a influência de figuras reconhecidas da história marítima inglesa como Evan T. Jones, Richard Stone e Craig Lambert que rapidamente contextualizam o leitor da natureza da obra que se apresenta.

É possível detetar, logo na introdução, que não se trata de uma obra que simplesmente objetiva uma síntese sobre o comércio costeiro do reino inglês, mas sim um estudo pormenorizado que parte de três regiões portuárias distintas (Bristol, Southampton e Hull) para estudar os seus agentes. É nesta secção que se matiza claramente a sua natureza empírica e quantitativa, baseada numa análise extensa dos *Port Books* dessas três localidades no período de 1568 até 1580, apresentados na base de dados descrita no Apêndice A (p. 205-207). Essa informação foi posteriormente cruzada com outra documentação diversa, em que se destacam as avaliações da riqueza dos mercadores identificados nos *Lay Subsidy Returns* apresentados no Apêndice C (p. 214-224). Se a introdução cumpre com a função de elucidar o leitor face à natureza das fontes analisadas, às suas potencialidades e métodos empregues no tratamento – incluindo definições conceptuais das categorias empregues – esta apenas peca pela sua extrema brevidade (reduzida a três páginas).

Consequentemente, a questão-problema central da autora apenas surge de forma embrionária no final da secção acabando por ser interrompida abruptamente. De tal forma que a autora se vê depois obrigada a complementá-la no capítulo 1, “The Elizabethan maritime economy”, que mais se figura como

uma adenda contextual à introdução. Somente nesta secção é permitido ao leitor apreender, de forma mais clara, não tanto uma tese no sentido literal do termo, mas o argumento central da autora:

[...] that coastal trade was not only an integral part of the kingdom's commercial, social and political success, [...] but that it was often composed of career coastal workers, who approached their trade with sensible business strategies and an entrepreneurial spirit (p. 9).

Trata-se assim de uma obra que se posiciona de forma a reavaliar o papel do comércio costeiro na economia marítima inglesa do período elisabetano, procurando reequilibrar certas tendências historiográficas de autores anteriores – também presentes na historiografia ibérica – que ora marginalizam o papel do comércio doméstico ou tendem a privilegiar o de longa distância.

Dito isto, se é verdade que na organização da obra poderiam ter sido fundidas numa só as duas primeiras secções, ou repensadas organicamente, já os restantes capítulos (cap. 2 a 6) se apresentam, no geral, bem estruturados em função das questões delineadas. Os capítulos 2 e 3, “Commodities, markets and trade routes” e “The Dynamics of Coastal Trade”, complementam-se e obedecem claramente a uma lógica de escala macro-cêntrica, analisando as estruturas e características do comércio marítimo costeiro nas suas rotas, mercados e produtos. Já o capítulo 4, “Business networks, seafaring communities and commercial models”, transita para os agentes e as suas redes de negócios. A obra termina assim com o capítulo 5, “The socio-economic position of coastal traders”, onde se procura perceber a importância política, social e económica desta comunidade marítima doméstica.

Na sua estrutura, destaca-se positivamente o facto de cada capítulo iniciar com uma breve introdução da sua função e fechar com uma síntese conclusiva do argumento da secção em causa. Cada secção destas encontra-se dividida em três subcapítulos que permitem compartimentar eficazmente a informação, embora seja de lamentar que estes não figurem no índice geral do livro. Acrescem, no final, quatro apêndices (A, B, C e D) extremamente úteis para complementar e ilustrar os riquíssimos dados que suportam a análise. Além dos apêndices A e C mencionados, apresenta-se também o apêndice B que sistematiza os produtos comercializados entre portos e o Apêndice D, com a avaliação do valor das cargas transportadas pelo porto de Hull recorrendo às apreciações monetárias dos produtos que constam numa fonte particular inglesa dos chamados *Book of Rates*.

No geral, trata-se de uma obra com bons instrumentos auxiliares de leitura

em que se destaca a presença de numerosos e utilíssimos gráficos, tabelas e mapas ilustrativos que podem ser consultados no seu índice, que são típicos de um estudo desta natureza. Sublinha-se, pela sua originalidade e relevância, os mapas de residência dos diversos grupos sociais de mercadores, mareantes e outros ofícios de Bristol e Southampton (5.1 a e b, 5.2 e 5.3), que comprovam alguns dos aspetos conhecidos da cidade na época moderna relativamente ao agrupamento espacial em função de critérios sociais e corporativos. Por outro lado, a existência do índice remissivo final permite navegar a obra mais facilmente, embora se verifique a ausência de algumas palavras que deveriam lá constar (por exemplo, Portugal encontra-se 3 vezes ao longo da obra, designadamente na p. 5, p. 160 e p. 163, mas não possui, aí, uma entrada própria).

Relativamente ao conteúdo, destaca-se no capítulo 2 o domínio notável, por parte da autora, da diversidade geográfica do comércio costeiro marítimo inglês ao reconstruir de forma articulada as principais rotas de cabotagem que o estruturavam. Começando pelo nordeste inglês, Brinckley descreve as rotas do carvão de Newcastle até Hull e a distribuição pelo *hinterland* no condado de Yorkshire, as ligações dos mercadores e mareantes de Hull com Londres, passando pelos portos de East Anglia (King's Lynn, Great Yarmouth), seguindo para Southampton e os portos do Hampshire e Dorset, as rotas do ferro de Sussex ou do estanho da Cornualha, e no canal de Bristol as relações da cidade com os portos galeses, com o Somerset (Minehead, Bridgewater) e com os portos fluviais do rio Severn. O pendor descritivo deste capítulo poderá tornar difícil o acompanhamento da narrativa por parte de um leitor pouco familiarizado com a geografia portuária britânica. Ainda assim, encontra-se em linha com a finalidade contextualizadora da secção em causa. Pedir-se-ia aqui, talvez, um mapa ilustrativo, possivelmente como um gráfico de fluxos comerciais com a informação contida na tabela 2.1 (p. 34) ou do Apêndice B, de forma a aliviar estes problemas.

Em todo o caso, o capítulo 3 apresenta-se como o complemento analítico essencial ao contexto proporcionado na secção anterior. É aqui que a autora mergulha em maior detalhe na articulação sistémica das dinâmicas do comércio doméstico inglês ao conceptualizar a hierarquização e especialização de funções de cada um dos três nódulos portuários. Algo particularmente evidente, por exemplo, quando se destaca como em Bristol, a maior ligação da sua comunidade mercantil ao comércio internacional dava uma certa liberdade de atuação aos atores dos portos secundários para se especializarem no abastecimento deste complexo regional e da cidade (p. 65).

A decisão de incluir nesta secção o último subcapítulo, "Repeat engagement and risk management", prenuncia a transição subtil na escala de análise para

a dimensão individual dos agentes e da sua atuação. Ao se debruçar sobre as estratégias individuais dos membros das comunidades marítimas e as suas práticas de mitigação de risco, Brinckley demonstra claramente que estas eram racionais e flexíveis, ajustando a sua frequência de interação e partilha de espaço da carga em função das rotas, produtos e indivíduos com quem operavam. Era, no entanto, relevante ter visto a análise da autora da gestão de risco a ser complementada por uma reflexão sobre a influência de dinâmicas institucionais (seguros informais, mecanismos de colaboração dos mercadores locais) e sociais (reputação confiança prestígio, disponibilidade de capital) nestas estratégias, sobretudo tendo em conta a qualidade da recente produção historiográfica ligado ao tema (Maria Fusaro, Gijs Dreijer).

O capítulo 4 marca o ponto central metodológico e analítico da obra. Recorrendo aos pressupostos da análise de redes sociais – explicitamente fundamentado no início da secção – aplicada às conexões dos atores estudados nos *Port Books*, a autora debruça-se de uma forma irrepreensível sobre a frequência e tipologia de parcerias estabelecidas entre mercadores e mestres. Desta forma, recorrendo a gráficos de visualização bastante ilustrativos destas redes, demonstra-se como a atuação dos agentes era particularmente adaptativa conforme as operações comerciais em causa, tendo em conta o tipo de rota, o produto, o seu valor, ora abrindo-se a novos agentes ou reduzindo a sua densidade. Não obstante, esta riqueza empírica das análises efetuadas, na sucessiva enumeração de exemplos individuais, por vezes difícil de acompanhar, a autora poderia ter ido mais longe em alguns casos, tais como o de William Gee em Hull e Thomas Cook em Southampton que abrem uma janela privilegiada para o estudo das relações informais, da reputação e confiança e das dinâmicas institucionais envolvidas nestas comunidades marítimas.

O último capítulo da obra apresenta-se como uma secção final de mudança para um panorama mais geral ao nível social e político. O questionário que a autora monta nesta secção é extremamente pertinente. Trata-se de certo modo em tentar colocar um ponto final sobre a possibilidade de acumulação de riqueza e prestígio social destes agentes na esfera do comércio doméstico. Recorrendo a uma fonte peculiar da fiscalidade inglesa, que consiste em avaliações da riqueza dos membros mais afluentes dessas comunidades marítimas nos chamados *Lay Subsidy Returns*, a autora demonstra claramente que sim, destacando a multiplicidade de casos díspares entre si que o comércio doméstico envolvia. Uma das ideias que Brinckley destaca, nomeadamente que as baixas barreiras à entrada deste universo e o ecleticismo de funções exercidas se traduziam em fronteiras altamente fluídas e porosas destas comunidades marítimas costeiras, vai ao encontro do que outros estudos da historiografia marítima têm defendido.

A conclusão avançada pela autora, apesar de extensa e porventura redundante, é sólida e contundente. De acordo com Brinckley a aparente natureza caótica e desordenada das comunidades marítimas domésticas é, no fundo, uma visão que reflete o pouco conhecimento que se possuía sobre o tema. É certo que um leitor mais cético poder-se-á questionar até que ponto é que a autora não força demasiado este argumento tendo em conta a riqueza de estudos monográficos locais e regionais existentes, que argumentam o contrário, numa escala mais reduzida. No entanto, a forma como se mobilizam diversos dados para a sustentação desta hipótese é talvez o seu maior contributo.

Em suma, trata-se de um estudo sólido e de qualidade, de natureza eminentemente empírica, sustentado por um método rigoroso de cruzamento e análise de fontes de tipologia diversa. O seu principal mérito reside menos na inovação conceptual – já conhecida noutras geografias – do que na demonstração sistemática e convincente do dinamismo e racionalidade do caso concreto do comércio costeiro inglês no período isabelino. A obra cumpre com a função a que se propôs e enriquece o reportório historiográfico inglês ao renovar a sua abordagem ao tema. É, todavia, por vezes demasiado prudente, podendo ter ido pontualmente mais longe na incorporação de alguns aspetos recentes sobre gestão de risco e instituições marítimas já mencionadas. Para esse fim, talvez beneficiasse um pouco de mais diálogo com a historiografia portuária e marítima continental ou com monografias regionais de fora do mundo britânico.

Ainda assim, *Coastal Trade and Maritime Communities in Elizabethan England* constitui um contributo relevante para o estudo das economias marítimas europeias e oferece pistas metodológicas interessantes para o meio académico português. Num campo onde predomina a fragmentação entre estudos monográficos locais ou regionais, muito necessitava a historiografia portuguesa de uma revalorização das dinâmicas do seu comércio costeiro neste período. Esperemos que a familiarização com a obra ofereça alguma inspiração para a sua prossecução. Julgo residir aí a sua importância para este público.

BRUNO MIGUEL DUARTE FAUSTINO

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

bruno.m.d.faustino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6964-810X>



VINE, Angus (2025). *Early Modern Merchants and their Books*. Oxford: Oxford University Press, 432 pp., ISBN: 9780198881636.

A contribuição das comunidades mercantis para a circulação do conhecimento durante a época moderna tem vindo a ganhar espaço na historiografia das últimas décadas, propondo uma interpretação que atribui a esses agentes um papel mais ativo e que desafia a noção de que a produção intelectual partia apenas das esferas cortesãs e académicas. A mais recente obra de Angus Vine apresenta uma análise minuciosa da produção textual mercantil e do seu enquadramento no humanismo, evidenciando a permeabilidade entre práticas comerciais e formas de construção do saber.

Com formação em Cambridge, onde também desenvolveu investigação, Vine exerce atualmente funções na Universidade de Stirling, incluindo a coordenação do programa de English Studies. O seu percurso demonstra uma especialização na história da cultura material, da circulação do conhecimento e das práticas de escrita e de edição. Este estudo decorre de um projeto de investigação financiado pela British Academy e concretiza-se em oito capítulos, cada um composto por vários subtítulos, acompanhados de uma introdução, uma *coda* e um índice onomástico que juntos compõem um contributo determinante para a história do livro e para a história cultural e intelectual.

À introdução o autor atribui o subtítulo “The Merchant’s Two Cultures”, que enuncia aquele que será o fio condutor da obra: o entrelaçar do mundo mercantil com a cultura literária. Os manuscritos são, para o investigador, uma das oportunidades de interpretação mais ricas sobre os interesses, gostos e consumo cultural deste grupo, o que se reflete na seleção das fontes analisadas. Embora se reconheça que as principais preocupações destes agentes seriam mercantis, é na escrita – desde correspondências a obras publicadas – que se entrevê encontros linguísticos, materiais e intelectuais. Essencialmente, o autor argumenta que o fosso entre o humanismo associado às universidades e às elites e as práticas escritas ligadas aos meios mercantis é menos profundo do que a historiografia do século XX sugeriu.

Os primeiros dois capítulos funcionam como uma contextualização do desenvolvimento da prática textual no seio das comunidades mercantis. A partir da explicação do método veneziano de contabilidade e dos seus reflexos nas práticas textuais e materiais, Vine apresenta as transformações que permitiram a este grupo documentar as suas relações comerciais e gerir os seus bens com maior eficácia. Produções escritas como diários e livros de contabilidade exprimiam um saber prático indispensável à credibilidade e à confiança nas

redes comerciais, funcionando simultaneamente como espaços de cristalização de conhecimento.

Segundo o autor, a aprendizagem do ofício mercantil assentava em técnicas pedagógicas de matriz humanista que moldavam tanto o conteúdo como a forma desses textos. Não obstante a solidez desta contextualização, a análise poderia ter dialogado de forma mais profunda com os estudos sobre o ensino e o papel das escolas ligadas às companhias mercantis enquanto expressões de filantropia, assim como primeiro espaço de contacto dos jovens mercadores com saberes práticos e com referências de formação humanista.

Contudo, os manuais e livros técnicos estavam longe de constituir as únicas formas de produção textual com que os mercadores contactavam. Vine examina como a concentração de riqueza abriu espaço para interesses literários e culturais, algo que se refletiu tanto nas obras que colecionavam como na sua própria produção escrita. Entre o seu património material surgiam livros de poesia ou textos de meditação que seriam associados às elites ou a círculos eruditos, numa cultura do livro que se manifestou nas práticas devocionais, no lazer e na aprendizagem e que permite compreender os mercadores como leitores, escritores, colecionadores e correspondentes que partilhavam conteúdos e referências literárias de matriz humanista entre si.

A investigação prossegue com a conexão entre os registos comerciais e a composição literária através de uma abordagem micro-histórica. Por exemplo, ao centrar-se na figura de um mercador, John Sanderson, colecionador e compilador que documentou com minúcia o seu negócio e o curso da sua vida, o investigador dissecou como a sua produção literária refletiu técnicas de escrita mercantil e como ambas revelaram uma preocupação coeva com a memorialização da vida e dos interesses pessoais. Estes registos literários e comemorativos traduziram, segundo o autor, hábitos característicos do mundo mercantil e permitem compreender a valorização, entre mercadores influentes, da produção de narrativas extensas sobre si próprios. Em vários momentos, porém, a relação entre estes materiais e o humanismo permanece relativamente nublada. O capítulo demonstra de forma convincente a densidade e variedade da escrita de Sanderson, mas nem sempre esclarece, para o leitor menos familiarizado com o debate, em que medida essa produção pode ser qualificada como humanista e segundo que critérios se distingue de outras formas de autoescrita.

Vine abre o quarto capítulo com o estudo das doações de Lewes Roberts, mercador galês que contribuiu materialmente para o Jesus College em Oxford. A partir desse conjunto, o autor reconstrói o horizonte intelectual do doador e evidencia a articulação entre conhecimento mercantil, preocupações literárias

e interesses teológicos. A sua principal doação foi o exemplar daquela que pode ser tomada como a sua obra maior, *The Marchants Mappe of Commerce* (1638), que Vine apresenta como o manual mercantil mais completo do seu tempo. O autor dedica a este tratado parte substancial do capítulo, explorando-o em detalhe e comparando-o com manuais anteriores. Em conjunto com produções posteriores de Roberts, constrói uma reflexão direta sobre aquilo que designa por humanismo mercantil.

Já a partir do caso do mercador Walter Mountfort, o autor analisa como as suas preocupações e a sua perceção do mundo eram moldadas pelo universo mercatório, mas exprimidas através de práticas textuais marcadas pela tradição universitária. Esta secção concentra-se na peça de teatro que compôs e examina o modo como nela se articula a cultura comercial com a cultura intelectual do século XVII.

Nos últimos dois capítulos, o autor analisa os casos dos mercadores Marmaduke Rawdon e James Boevey. Os seus manuscritos sobreviventes evidenciam interesses literários, históricos, antiquários e de história natural, articulados com os registos das suas vidas e trajetórias comerciais, reafirmando assim a tese central deste estudo. No caso de Rawdon, os seus escritos, conforme o próprio indica, tinham a intenção de o apresentar como um mercador observador, colecionador de peças singulares e produtor de conhecimento, trazendo para a Grã-Bretanha o fruto das suas observações. Essa postura aproxima-se, em vários aspetos, do *Parasceue ad historiam naturalem* de Francis Bacon e contribuiu para projetar a sua família no círculo da *gentry* inglesa, transformando-o numa figura de mercador humanista dotado do peso social e cultural associado a essa condição. Por fim, o autor dedica uma atenção excecional ao legado escrito de Boevey, destacando como as suas reflexões e contributos sobre a educação se alinharam com os movimentos pedagógicos do século XVII. Concorda-se com a conclusão do autor de que Boevey representa um expoente, ou talvez o melhor exemplo, da interseção entre comércio, literatura e conhecimento nesta obra.

Ainda que os casos analisados sejam ricos e variados, a opção de articular a análise em torno de estudos de caso incorre, por vezes, numa organização interna menos coesa. Uma estrutura orientada segundo a tipologia de produção escrita e intelectual destes mercadores teria conferido maior congruência ao conjunto, permitindo a um leitor menos especializado acompanhar as linhas de argumentação e as conclusões de forma mais clara. Ademais, embora o foco britânico seja perfeitamente compreensível à luz das fontes, esse recorte confere ao livro um carácter algo anglocêntrico e de reduzido diálogo com outras tradições mercantis europeias. Teria sido benéfico explicitar esse enquadramento

geográfico de forma mais clara na introdução ou demonstrar que o conceito de “humanismo mercantil” não se limitou aos contextos britânicos¹.

Não obstante estas reservas, esta obra constitui um extenso e rigoroso trabalho de investigação e sistematização da produção historiográfica que, nos últimos vinte anos, vem desbravando caminho à compreensão dos quotidianos mercantis, do seu património, da educação, do patronato e capital cultural. A principal virtude do estudo reside na recolha e análise inédita da contribuição dos mercadores ingleses para a produção de conhecimento, bem como dos seus hábitos e práticas de escrita à luz da influência humanista. Trata-se de um trabalho verdadeiramente inovador que consolida Angus Vine entre os principais intérpretes do chamado “humanismo mercantil” e que dialoga harmoniosamente com a sua obra anterior, *Miscellaneous Order* (2019).

MARIA RITA LOIO

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras
mariaritaloio@gmail.com

<http://orcid.org/0009-0007-5023-4015>



¹ Veja-se, p. ex., Peter Burke, *A Social History of Knowledge* (2000), os trabalhos de Francisco Bethencourt sobre redes mercantis sefarditas e a sua produção cultural, ou Florike Egmond sobre colecionadores holandeses e o seu papel no conhecimento sobre história natural.

CASTELNAU L'ESTOILE, Charlotte de (2022). *Páscoa e seus dois maridos. Um romance inspirado na história real de Páscoa Vieira, uma escrava entre Angola, Brasil e Portugal*. Trad. Miguel Freitas da Costa. Alfragide: Edições ASA II, 255 pp., ISBN 978-989-23-5424-8.

O livro *Páscoa e seus dois maridos*, da autoria de Charlotte de Castelnau L'Estoile, apresenta a vida de uma escravizada negra, Páscoa Vieira, a partir da reconstituição do processo inquisitorial que lhe foi movido sob a acusação de bigamia. Tanto a escravizada como o processo se revestem de características particulares. Páscoa foi submetida a processos de escravização em Massangano e em Salvador da Baía, e duas vezes casada, em África e no Brasil. Denunciada por ser ainda vivo o seu primeiro marido quando desposou o segundo, caiu na rede da Inquisição e foi-lhe movido um processo que decorreu em três continentes.

Charlotte de Castelnau L'Estoile é historiadora e professora de História Moderna na Universidade de Paris, e tem dedicado boa parte da sua investigação à História do Brasil. O livro, publicado inicialmente em 2019, em França, foi laureado, em 2020, com os prémios *Prix Lycéen du Livre d'histoire* e *Prix du Sénat du Livre d'histoire* e foi traduzido e publicado no Brasil (2020) e em Portugal (2022).

Utilizando como fonte principal o processo da Inquisição (114 fólios), resultante de uma investigação judiciária que decorreu entre 1693 (denúncia) e 1700 (sentença), a autora teve como objetivo, partindo do inquérito inquisitorial, “reconstituir os contornos de um mundo atlântico escravagista, espreado por três continentes ... [e] também apresentar aos leitores uma figura e uma voz de mulher que, se bem que escrava, tentou construir a sua vida e fazer frente às provações” (p. 16).

Num hábil exercício de aplicação de micro-história num contexto caro à história global, com a qual dialoga, Castelnau L'Estoile, tendo como fio condutor a vida de Páscoa – narrada no seu processo –, analisa temas e processos no âmbito da escravatura, da colonização, da evangelização, da missão, da Inquisição portuguesa e do império português. Considerando como ponto de partida a acusação de bigamia, a autora explora a relação entre escravatura e cristianização; as relações entre Inquisição e Episcopado, questão que não aprofunda, sobretudo no tocante às razões que justificam o facto de este caso ter seguido para a Inquisição; aborda a doutrinação e os mecanismos de disciplinamento das populações escravizadas; destaca a importância do casamento de escravizados, tanto para a Igreja como para os próprios escravos, chamando a atenção para a forma como este sacramento foi passível de ser ‘instrumentalizado’ por escravizados para justificar desvios, alegando, por

exemplo, que os ritos não haviam sido realizados corretamente (do que o caso de Páscoa é ilustrativo). Num constante jogo de escalas, que faz mover a análise desde o sertão de Angola, para a movimentada Salvador da Baía e a capital do império, Lisboa, a autora coloca em evidência as deslocações que se realizavam, bem como as dificuldades e contingências a que estavam sujeitas, salientando a circulação atlântica.

Páscoa, nascida escrava em Angola, ali casada com outro escravizado, Aleixo, foi vendida e embarcada pelo seu amo para o Brasil, como castigo pelas suas várias fugas e infidelidades. Pouco depois de aí chegar, casou com Pedro Arda, também escravizado. Sendo reconhecida, foi denunciada à Inquisição por bigamia, uma vez que o seu primeiro marido ainda estava vivo. No direito canónico, o crime de bigamia era invocado quando existiam dois casamentos sacramentais, sendo o primeiro cônjuge vivo quando do segundo casamento. O tribunal avançou com um inquérito realizado à escala atlântica: em Angola (Luanda e Massangano), no Brasil (Salvador da Baía) e em Portugal (Lisboa). Ao longo dos sete anos do processo inquisitorial, foram ouvidas 25 testemunhas, com segredo absoluto, e apenas Páscoa cruzou o Atlântico, dado que todo o procedimento inquisitorial foi realizado através da rede de oficiais inquisitoriais, oficiais e *ad hoc*, numa relevante gestão de meios. Não é de somenos importância que, em finais do século XVII e inícios do século XVIII, uma escravizada, mulher, tenha viajado por três continentes.

O livro é composto por oito capítulos, prólogo, introdução, epílogo, dois mapas e bibliografia. A autora faz uso de inúmeras transcrições do processo permitindo ao/à leitor/a o contacto próximo com a fonte.

No primeiro capítulo, “A denúncia”, e para contextualizar esta que foi feita pelo amo brasileiro de Páscoa, a autora apresenta uma breve história da Inquisição, da sua presença no Brasil e do medo que inculcava na população – “Francisco Álvares Távora, o denunciante, é movido pelo «temor»” (p. 26) –. Aproveita também para refletir sobre a ligação existente entre população escravizada e livre, pensando no facto de que a escravizada foi reconhecida no Brasil, por um primo do amo que regressava de Angola. Não só reconheceu a mulher como sabia da sua situação de casada. Castelnau L’Estoile apresenta, ainda, algumas reflexões sobre a coexistência entre cristianismo e escravatura, aspeto que, na verdade, esteve na base do processo instaurado a Páscoa.

O segundo capítulo, “Um Inquérito Judiciário à Escala do Atlântico”, dá início ao processo propriamente dito. Tomada a decisão de avançar com o inquérito, destaca-se a minúcia da Inquisição, salientando as especificações formais dos inquisidores nas indicações que fizeram seguir para Angola e Brasil. As perguntas e os ‘atores’ (inquiridores e inquiridos) foram pormenorizadamente estabelecidas

e transmitidas. Em Salvador da Baía foram ouvidas cinco testemunhas. A autora aborda os casamentos entre escravizados, no seguimento da informação de que foi anexa ao processo cópia da certidão de casamento de Páscoa e Pedro. Seguem-se os testemunhos recolhidos em Angola (Luanda): foram ouvidas seis testemunhas e anexada uma declaração do prior de Massangano. Tratam-se as relações entre Angola e o Brasil, realçando a autora que a

história de Páscoa é uma ilustração da *Angola brasílica*, expressão que sublinha a complementaridade entre os dois espaços do Brasil e da África Central, ou seja, esse conjunto particular do Atlântico Sul que se desenvolveu entre dois litorais e um oceano, Angola forneceu desde a década de 1580 uma grande parte dos escravizados do Brasil (p. 69).

O terceiro capítulo, “O Bem da Justiça”, sustenta a prudência do tribunal que, não conseguindo obter prova cabal do primeiro casamento, decidiu pela recolha de novos testemunhos para verificação e corroboração do que já havia sido apurado. Uma questão é premente: não se encontrou nem o registo do primeiro casamento nem testemunha do mesmo. Assim, seriam agora ouvidos o antigo amo e Aleixo, o primeiro marido.

Em “Massangano: O Antigo Mundo de Páscoa”, o quarto capítulo, descreve-se o seguimento do inquérito no sertão de Angola, na fortaleza de Massangano. Foram ouvidas quatro testemunhas da família dos amos angolanos e Aleixo, o suposto primeiro marido. Fornece-se ao leitor, agora, acesso a informação mais pessoal e pormenorizada sobre Páscoa, o primeiro marido, o casamento e o contexto em que ela viveu até ser embarcada para o Brasil. Destacam-se as genealogias apresentadas, dos amos, mas, sobretudo, dos escravizados, a que se juntam algumas considerações sobre a sociedade luso-africana da época e sobre Massangano, a sua história e importância estratégica. Aborda-se a escravidão no Brasil e em Angola e a travessia do Atlântico no contexto do trato, ressaltando o facto de Páscoa não ter seguido o percurso habitual, sendo inserida num contexto de venda privada.

O capítulo 5, “Contrainquérito na Baía: Pedro Arda e Páscoa em Ação”, afasta-nos do processo, num interregno em que tomamos conhecimento da diligência levada a cabo pelo casal Páscoa Vieira e Pedro Arda procurando obviar a separação a que foram sujeitos, em virtude da venda de Pedro (cautela do seu amo, depois de saber que Páscoa já seria casada). Pedro Arda recorreu ao tribunal episcopal para reaver o direito de viver com a sua esposa. Este capítulo é interessante sobretudo em dois aspetos: a *agência* dos escravizados, que apelam para a autoridade episcopal procurando resolver a sua separação; a

capacidade de Páscoa contactar a mãe, em Massangano, e dela obter informações úteis ao seu processo. Neste interlúdio, vemos, por um lado, os escravizados em ação e, por outro, o secretismo do processo inquisitorial, desconhecido dos escravizados e da instituição judicial eclesiástica à qual se dirigiram.

O sexto capítulo, “Presunção de Culpa: Uma Mulher em Frente aos seus Juízes”, explora a prisão de Páscoa, no Brasil, e a conseqüente viagem para Lisboa, que durou cerca de dois meses e meio. “Ouvimo-la”, finalmente, contar a sua versão dos factos. “Vemo-la”, em frente aos juizes a quem nunca cedeu. A sua defesa é a de que o primeiro casamento não era válido, “pois não houve as palavras e os gestos da troca de consentimento que fazem o casamento segundo o direito canónico e as regras tridentinas” (p. 147), a que acrescenta que “mal estava cristianizada na época em que vivia em Angola. É certo que fora batizada, mas não conhecia nem a língua portuguesa, nem as orações fundamentais da Igreja” (p. 148). Páscoa tinha a noção do que estava em jogo e sabia como se defender. Percebemos a “violência” (não física, mas psicológica) dos inquiridos e a persistência da ré que acabou considerada culpada, sendo condenada a três anos de exílio em Castro Marim.

No sétimo capítulo, “O Casamento Escravo e o que está em Jogo”, é dado destaque à questão do casamento de escravizados, os debates teológicos que gerou, as reflexões que propiciou, a teoria produzida e o que na prática foi, de facto, executado. É apresentado frei João Romano, o missionário capuchinho que realizou o primeiro casamento, discutindo-se se, na verdade, não teria Páscoa razão sobre a não conformidade da cerimónia com os preceitos tridentinos. Com este pano de fundo, é abordada a missão em África.

O oitavo capítulo, “Exílio e Nostalgia do Brasil”, trata da sentença e da execução da pena. Analisa-se o auto da fé e a trajetória de Páscoa para o exílio. É possível perceber, então, uma última iniciativa sua: um pedido para encurtar a pena, depois de dois anos, que foi aceite. Mas a partir daqui nada mais sabemos.

Este é um caso *sui generis*, cuja apresentação nos faz discorrer sobre a escravização de seres humanos de origem africana no mundo atlântico; refletir sobre o modo como, no seio da Igreja, se foi ponderando a questão da escravatura; e avaliar como populações subalternizadas utilizaram o direito e o matrimónio para resistir e afirmar a sua identidade face aos colonizadores. Uma escravizada, de um universo de milhões, salta para a boca de cena em função de uma conjugação de fatores: a sua venda para o Brasil, o seu reconhecimento, o momento da candidatura do seu amo à prorrogação do cargo de notário público, a recente chegada à Baía do comissário da Inquisição de Lisboa.

A autora reconhece a limitação da fonte, desde logo preparada por homens da Inquisição, portanto, é a sua visão parcial que estamos a analisar. É a vida de uma

mulher escravizada apresentada pela pena de quem procurava, apenas, provas de bigamia. Páscoa foi, assim, descrita como uma mulher preta escravizada (e, depois, alforriada), inconformada com o seu destino que procurou amenizar – vejam-se as fugas que levaram a que fosse vendida, ou a tenacidade frente aos inquisidores, mantendo sempre a sua versão dos factos. Adaptou-se às circunstâncias e enfrentou-as com argúcia, pensemos na nova vida no Brasil, ou na linha de defesa que seguiu (a invalidade do primeiro matrimónio, cuja cerimónia não seguiu a norma tridentina, e o seu desconhecimento da doutrina cristã à época).

Dois apontamentos finais: por um lado, considero que teria sido interessante e útil informação mais detalhada sobre a estrutura e o funcionamento da Inquisição; sobre os mecanismos de disciplinamento das populações escravizadas e os seus limites; e uma explicação mais fundamentada da tensão entre Inquisição e Episcopado relativamente à jurisdição sobre a bigamia. Por outro lado, creio ser redutora a forma como a autora tenta fazer a ligação da história de Páscoa à história de género, afirmando que: “Abordar as questões do casamento do ponto de vista de uma mulher escrava permite uma história de género, isto é, que tenha em conta as relações entre os homens e as mulheres.” (p. 224). Falar de género é muito mais do que compreender as relações entre homens e mulheres. Poderia ter feito esse diálogo através, por exemplo, de uma reflexão sobre como a escravidão promoveu a construção de uma violência de género sobre as mulheres de cor (ainda hoje sentida).

A autora reconhece que pretendeu fazer diferente do que habitualmente se fez no estudo da escravatura, fugindo à história centrada nos números e procurando, na senda das tendências historiográficas recentes, humanizá-la, abordar os escravizados ‘por si’, enquanto sujeitos atuantes, com todas as limitações que advinham do seu estatuto. Privilegiou a individualidade e a história da vida. Creio que teve sucesso e que nos apresenta uma obra com relevância historiográfica, que contribui, entre outros campos, para as histórias da escravatura, da cristianização, do Brasil e de Angola. O seu estudo é também ilustrativo da importância e das possibilidades da “história vista de baixo”, no caso concreto, do mais baixo “estrato” da sociedade: uma mulher, escravizada, julgada e condenada.

CARLA ROSA

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

crmargarida@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5391-2132>



Ramirez, Janina (2025). *Femina – Uma Nova História da Idade Média Através das Mulheres Dela Omitidas*, trad. de Rita Carvalho. Lisboa: Casa das Letras, 532 pp., ISBN 978-989-581-1991.

No coração de um tema que várias disciplinas e áreas de estudo têm abraçado como uma prioridade não só para compreender melhor o passado, mas também para questionar e emendar o presente, *Uma Nova História da Idade Média Através das Mulheres Dela Omitidas* firma uma promessa aparentemente difícil de cumprir a solo.

Na verdade, num volume de mais de 400 páginas – acrescido de várias páginas de notas e de uma bibliografia final –, Janina Ramirez, licenciada e mestre em História de Arte, pela Universidade de Oxford, e apresentadora de programas culturais na BBC, anuncia no título da sua obra uma tarefa ingente: falar de mulheres ‘invisíveis’ (porque “omitidas”: eis a solução linguística encontrada para traduzir o phrasal verb *written out* usado no original) no período medievo, dando a entender que o seu contributo aportará novidades.

Organizado em 9 capítulos (“Motores de mudança e agitadoras”; “Decisoras; Guerreiras e líderes”; “Artistas e mecenas”; “Polímatas e cientistas”; “Espias e foras da lei”; “Reis e diplomatas”; “Empresárias e influenciadoras”; e, por fim, “Excepcionais e marginalizadas”), o livro traz a lume o perfil de figuras femininas da Baixa Idade Média e do seu entorno familiar, sociocultural e político – da Princesa de Loftus a Æthelflæd, filha de Alfredo, o Grande, à guerreira de Birka e das bordadeiras da “tapeçaria” de Bayeux, passando pela fugaz alusão a Esclarmonde, a cátara, até à mística Margery Kempe.

Quase tão ousada como incauta, a proposta da autora britânica parece, no entanto, soçobrar quando se folheiam as primeiras páginas do livro que um generoso tamanho de letra adensa: “Não estou a reescrever a história. Estou a usar os mesmos factos, números, eventos e provas a que sempre tivemos acesso, combinados com avanços e descobertas recentes” (p. 13). Aparenta ser movediço o chão que pisa, de combinação, todavia ainda é cedo para duvidar, pois às obras de divulgação sempre se concedem benignas ‘licenças poéticas’ e certos ardis maviosos de captação da atenção dos leitores, sobretudo tratando-se de uma autora que não teme dispersar-se ao calcorrear ambiciosos lapsos temporais, “desde as esculturas da antiguidade até à arquitetura pós-moderna” (informação contida na badana da obra).

Erigir pilares a partir de informações rarefeitas e lacunares foi um desafio aceite por vários historiadores ao longo de várias décadas, conscientes de que se moviam em áreas mal conhecidas, mas prenhes de revelações. No

âmbito da história das mulheres no ocidente, muito antes do florescimento dos estudos feministas, a safra foi acolhida por nomes grados como Régine Pernoud (que além do célebre livro *La Femme au temps des cathédrales*, saído em 1980, se ocupou de modo mais desenvolvido de Joana D'Arc, de Leonor de Aquitânia, de Heloísa ou de Hildegarda de Bingen), Georges Duby (*Dames du XIIIe siècle*) e Michelle Perrot, coordenadores de uma obra em cinco volumes que se mantém ainda hoje como referência no panorama editorial (o volume sobre a Idade Média saiu em 1991) e que contou na versão portuguesa com a revisão científica de várias docentes da Universidade de Coimbra. Mas também se podiam concitar os esforços de Emilie Zum Brunn e de Georgete Epiney-Burgard que, após a saída de *Femmes troubadours de Dieu* (1988), escreveram a quatro mãos *Women Mystics in Medieval Europe* (1998). E, sob pena de mencionarmos apenas a tradição francófona, que Janina Ramirez coloca sob o total e inexplicável obliúvio, devemos lembrar também que o tema aliciou Caroline Walker Bynum (*Jesus as Mother. Studies in the Spirituality of the High Middle Ages*, 1984 e *Fragmentation and Redemption: Essays on Gender and the Human Body in Medieval Religion*, 1992), Bonnie Anderson e Judith Zinsser (*A History of Their Own: Women in Europe from Prehistory to the Present*, 1988), Peter Dronke (autor de *Women writers of the Middle Ages* de 1984 e editor do *Epistolarium* de Santa Hildegarda para a Brepols) ou, mais próximo de nós, e apenas a título ilustrativo, Carmen Pallares Méndez, que procurou investigar os passos de Ilduara (1998), de Dona Urraca (2004) e das mulheres medievais na Galiza (2011). Escapando ao perímetro medievo, mas sob o signo do combate ao 'esquecimento' Manuel Fernández Álvarez lançou *Casadas, monjas, ramerias y brujas: la olvidada historia de la mujer española en el Renacimiento* (2005).

A inscrição, no parágrafo anterior, do nome de alguns investigadores de grande craveira que pensaram e investigaram o lugar da(s) mulher(es) na *media aetas* procura antecipar que, em face de tamanha tradição historiográfica, Janina Ramirez colocava o seu contributo numa fasquia alta. Mas, será que conseguiu deixar de lado a paixão pela apresentação de programas de televisão para se enfronhar pacientemente no que já se escrevera sobre mulheres na Idade Média? São inegáveis as competências comunicativas e a vivacidade performativa mobilizadas pela historiadora de arte nas conferências disponíveis no youtube, mas nivelar-se-ão os desvendamentos escritos por essa mesma bitola?

Na obra em apreço, enceta-se um movimento de vaivém entre o mundo medievo e a época contemporânea, a difícil condição feminina e a delicadíssima rede que envolve enigmas e problemas quase insolúveis, uma vez que a autora lembra que "reenquadrar as narrativas de modo a incluir as mulheres signifi[ca] muitas vezes situá-las em cenários maioritariamente dominados

por homens” (p. 119). E, de facto, ela vislumbra, não raras vezes, nos achados arqueológicos (moedas, joias, inscrições funerárias e ossadas) o catalisador dessa demanda, isto é, o descentramento do testemunho escrito dá azo a uma abordagem mais especulativa, de bifurcadas hipóteses. Provavelmente, na mente de Ramirez ganha corpo a preocupação de contar uma estória cativante em detrimento da perseguição rigorosa de elementos que promovam a anunciada “nova história”. Não admira, por isso, que, ao descrever a forma como o *Riesencodex*, alfobre de grande parte da obra de Hildegarda de Bingen, foi resgatado por Margarete Kühn e Caroline Walsh, no final dos anos 40, acredite estar perante “um thriller pós-guerra com um *twist* medieval” (p. 232).

O *twist* ou o ar retrô legitima-se como estratégia de *marketing* e se, em termos editoriais, atrair mais iniciados para a leitura ... tanto melhor. O senão reside, todavia, a nosso ver, no perigo de se cair numa tendência sensacionalista, de simplificação de conteúdos que, em favor de uma aproximação ao público e a causas sensíveis na contemporaneidade, se arrisca a ceder ao desvirtuamento anacrônico. De facto, à partida, a presença de Hildegarda (p. 231-284), objeto de estudo de primeira água há muitas décadas no âmbito da história e da filosofia, e com imensa projeção nos meios digitais, seria de estranhar. A que propósito comparece a teóloga de origem germânica, em número tão significativo de páginas numa *História* que visa restaurar capítulos esquecidos da história das mulheres?

Em formato televisivo, a dimensão criativa de Janina Ramirez pode ser bem-vinda e acicatar a curiosidade de alguns telespectadores. Não obstante, terá o livro o mesmo efeito de persecução de informações históricas fundamentadas? A divulgação goza de certas ‘licenças poéticas’, como já havia assinalado no início deste texto, porém a fantasia tem limites. A referência à *Summa Aurea* de Guillaume de Auxerre, na página 294, com vista à denúncia da “ligação entre ignorância e feminilidade” decorre de uma instrumentalização linguisticamente incompetente do tratado. Ao consultarmos um exemplar da *Summa* latina, não encontramos qualquer marcação de género no passo citado pela autora (Auxerre, Lib. III, 2, q.5, fol. 148). Em boa verdade, os asininos associados aos simples (e aos idiotas), por Guillaume de Auxerre, contemplariam metaforicamente homens e mulheres, sem que se verificasse uma penalização deliberada da figura feminina.

Uma análise apressada desinforma e acentua brechas sociais, mentais, religiosas... Janina Ramirez evidencia ter desatendido a advertência final do livro (“Cada um de nós faz parte da passagem da História, que está sempre a mudar. É da nossa responsabilidade pensar a maneira como queremos que ela seja registada e recordada.”), em favor de um desiderato

formulado poucas linhas antes: “precisamos de olhar para trás para compreender onde estamos agora e criar o futuro que queremos ver” (p. 437). A compreensão tem, sem dúvidas, um lugar cimeiro na História, já o ato de criação n’*Uma Nova História da Idade Média Através das Mulheres Dela Omitidas* pode embotar a seriedade do seu propósito científico.

MARISA DAS NEVES HENRIQUES

Universidade de Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa

marisaneves.henriques@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7268-0565>



GARCÍA GONZÁLEZ, Francisco; ORTEGA DEL CERRO, Pablo (eds.) (2023). *Los hogares de los mares. La familia en la España marítima, siglos XVI-XIX.* Gijón: Ediciones Trea, 354 pp., ISBN 978-84-19823-71-7.

O livro *Los hogares de los mares. La familia en la España marítima, siglos XVI-XIX* foi editado em dezembro de 2023 por Francisco García González e Pablo Ortega del Cerro. Constituído por treze capítulos, tem como principal objetivo mitigar a lacuna sobre aquilo que se conhece sobre as famílias que viviam em locais marítimos ou influenciados pelo mar, desde o século XVI até ao século XIX. A pintura do início do século XX que se encontra na capa do livro, *Las tres velas*, de Joaquín Sorolla, remete-nos para a vida no mar, com três mulheres em primeiro plano, uma delas com uma criança ao colo e três embarcações a vela no mar, em segundo plano.

O primeiro capítulo, “La vida a bordo. Un microcosmos social en la Carrera de Indias”, de autoria de Pablo Emilio Pérez-Mallaína Bueno, tem como principal objetivo demonstrar o interior das embarcações da Carreira das Índias. Para isso, principia por descrever o que dentro delas se passava, comprovando que eram uma pequena representação da sociedade. Dentro das naus, existiam diferentes níveis de autoridade política, religiosa e militar, assim como distinções claras em relação ao estatuto económico e ao prestígio social. Através de relatos contemporâneos a esta rota, o autor explicita que estas embarcações eram constituídas por pessoas de múltiplas funções e estatutos, incluindo artesãos, meros passageiros e membros da família de vice-reis, onde se incluíam, também, mulheres. As mesmas fontes foram, ainda, exploradas para conhecermos os diferentes cargos marítimos, assim como a fé e costumes religiosos destes homens e as dificuldades da vida marítima, onde se incluíam os ataques, naufrágios e mortes.

O capítulo dois, de autoria de José Manuel Vásquez Lijó, “Los matriculados de mar, 1750-1830: notas sobre cómputos, problemas, fraudes y remedios”, explora aqueles que trabalhavam no mar e, por isso, estavam incluídos nas matrículas. Através da análise dos diferentes dados desta fonte, o autor conclui que o ofício do mar era de herança familiar. Com o foco em dar a conhecer os diversos cargos ocupados por aqueles que aí trabalhavam, descreve-os, tendo que deixar de parte dois grandes cargos da construção naval, o de *carpintero de la ribera* e de *calafate*, dado fugirem do objetivo principal do livro. Descrevem-se, não só, os pescadores, os veteranos, os jubilados, mas também os *muchachos*, crianças que trabalhavam no mar, e os *terrestres*, que atracavam e arrastavam as embarcações. Explora-se, ainda, o comércio marítimo, a guerra e os homens

que escolhiam desertar, comumente aqueles com ligações familiares prévias ao mar.

“Mujeres de las comunidades marítimas a finales de la Edad Moderna: lo que sabemos y no sabemos de ellas” é o título do capítulo número três, escrito por Ofelia Rey Castelao; que principia pela análise daquilo que já se conhece destas mulheres. Uma área lacunar, a autora analisa trabalhos antropológicos e outros que utilizam como fonte relatos de turistas, que registavam o que consideravam extraordinário. A falta de fontes, conclui, dificulta a chegada a lugares-comuns, levando à carência de monografias metodologicamente atualizadas e à frequência de estudos fragmentários. Assim, considera indispensável a legislação, censos realizados na segunda metade de Setecentos e registros paroquiais para compreender os comportamentos familiares da época, destacando as escrituras notariais como essenciais para o estudo da dimensão social das mulheres da costa, através de documentação como as solicitações de pobreza, de viuvez, de reconhecimento do desaparecimento de filhos e maridos, escrituras de tutela e dotes, escrituras de crédito, contratos de trabalho, etc. Relativamente ao trabalho feminino, epiloga que as mulheres do mar, para além de assumirem as tarefas domésticas, tinham uma situação laboral descontínua e irregular, sazonal, informal e complementar, levando a situações económicas comprometedoras. Relembra, porém, que existiam mulheres comerciantes com elevada importância social.

O quarto capítulo, “Héroes y villanos. Masculinidades, guerra y hogares de la Real Armada”, de María Dolores González Guardiola, começa por explicitar que a história da Real Armada é contada sempre pela perspectiva masculina. Passando pela análise dos tópicos mais comuns em comunidades afetadas pela guerra através de outras obras e fontes como correspondência, desconstroem-se os ideais masculinos da valentia e heroísmo, explicitando que foram os estudos de género e estudos feministas que acarretaram bagagem conceptual que incorpora as noções de masculinidade ou identidades sexuais, e explicam-se as vidas dos homens que viviam do mar.

Com o objetivo de caracterizar as famílias da Galiza marítima, segue-se o capítulo de Anxo Rodríguez Lemos, “Entre o mar de fóra y o mar de dentro: las familias en la Galicia marítima a finales de la Edad Moderna”. Começa por fornecer o contexto do crescimento da região do século XVI ao XIX, potenciado não só por se ter tornado sede da administração real, mas também por ser a capital do *Departamento Marítimo del Norte* e pelo crescimento agrícola, ocupação da maior parte dos pescadores ao longo do ano. Como a maior região piscatória da atual Espanha, mais de um terço das suas embarcações tinha o objetivo de pesca. A alta densidade populacional da costa fez com que

a população se fragmentasse em pequenos lugares ou aldeias, que estavam dispersas pelo espaço. Assim, pequenos conjuntos de casas juntas formaram *casais*, concentrando vizinhos consoante o grau de aproveitamento do solo. Por outro lado, a riqueza marítima permitiu que assentassem pessoas no espaço imediato; deste modo, as localidades do litoral sofreram um certo estancamento ou um crescendo controlado, potenciado pela falta de crises e doenças. Por último, explora-se o comércio marítimo da região e o aumento do número de casamentos entre mercadores estrangeiros e locais, como forma de integração na sociedade.

O sexto capítulo do livro, da autoria de Fernando Manzano Ledesma, tem como título “¿Más vale comprar la sangre? Cartografía de los matrimonios entre parientes en Asturias (siglos XVIII-XIX)”. Este texto tem como objetivo mostrar em que zonas é que predominaram estes casamentos e naquelas em que aconteceu o oposto, perceber as causas destes comportamentos opostos e identificar a intensidade deste fenómeno nas paróquias costeiras e nas do interior asturiano. Ao analisar registos paroquiais, o autor chega à conclusão que em 44.045 casamentos analisados, 16.358 realizaram-se na região ocidental das Astúrias, 15.201 no centro e 12.486 na parte oriental. Destes, 3.825 necessitaram de dispensa papal. O grau de consanguinidade mais comum era o 3.º ou 4.º grau, seguindo-se os em 2.º e 3.º grau e, ainda, o matrimónio entre primos carnais e tios/as e sobrinhos/as. A região ocidental das Astúrias era aquela onde eram menos comuns os matrimónios entre parentes, com apenas 14,1% dos matrimónios deste tipo. Estes eram mais comuns no oriente das Astúrias. Existia também uma grande influência dos sistemas de repartição de bens na herança, visto que nas regiões central e oriental se fazia a repartição igualitária de bens pelos filhos do casal. O autor mostra ainda que, na parte ocidental, o sistema era o do morgadio e, depois de analisadas duas povoações: a paróquia de Santa María de la Barca, no concelho de Navia e o porto de Lastres, chega à conclusão de que o mar não influenciou a percentagem de matrimónios entre parentes, prevalecendo a importância dos sistemas hereditários nesta decisão.

Elena Llorente Arribas é a autora do sétimo capítulo, “Familias en ultramar. Casas de comercio vizcaínas en el Atlantico (siglos XVI y XVII)”, onde se identificam diversas famílias da região de Biscaia que participaram no comércio daquela que é considerada a primeira globalização atlântica. Elorrio, Lequeitio, Bilbao e Portugaleta foram quatro dos núcleos com mais atividade mercantil, situando-se perto do mar e de portos, em zonas de passagem entre Castela, Cantábria e França, em rotas industriais importantes para setores do comércio basilares para a economia do País Basco. Com o avanço e complexificação do comércio, estas famílias colaboraram ao realizar uma multitude de acordos e

contratos com pessoas em comum. As famílias de Biscaia fizeram-no através de casamentos arranjados entre os seus filhos, implementando uma política material que contribuía para alcançar os interesses da economia doméstica e a casa do comércio, estratégias de nupcialidade que se moveram num espetro amplo entre a endogamia (o mais comum entre estas famílias) e a exogamia.

“Hogares ausentes y trayectorias de género en la Barcelona de mar (XVII-XVIII)” é o oitavo capítulo deste livro, escrito por Mariela Fargas Peñarrocha, que começa por definir aqueles que são considerados “gente de mar”: grupo que integrava aqueles que passavam tempo nos barcos (marinheiros, pescadores, galeotes e pilotos), os que trabalhavam na construção naval (carpinteiro de ribeira, veleiros, amarradores e remolares), os que trabalham nos ofícios portuários (barqueiros e descarregadores de muelles). Enquadramento necessário para definir o seu objetivo primário: estudar as pessoas do mar e as suas famílias cujo desenvolvimento social esteve marcado por uma maior fragilidade, por períodos de ausência do seu lar, mas também relacionadas com a procura de um outro rendimento que permitisse a sua sobrevivência. Através da seleção do grupo mais amplo, o de pequenos marinheiros, pescadores e trabalhadores portuários, utilizam-se diversas fontes para os caracterizar, como descrições em correspondência e obras suas contemporâneas e outras publicadas posteriormente. A autora considerou fundamental perceber de que forma a ausência destes homens impactava a sua família, algo que se comprovava pelo facto de a mulher assumir a posição central, contribuindo grandemente para o sustento da família.

“Los trabajadores de las almadrabas y sus familias en Valencia y Cataluña, siglos XVI-XVII”, de Judit Vidal Bonavila é o nono capítulo do livro em análise, que tem como principal objetivo perceber quem realiza de forma direta as almadrabas. Uma técnica piscatória complexa, que fazia com que os trabalhadores se organizassem em comunidades específicas que existiam num tempo circunscrito do ano, estabelecendo-se perto do mar. A autora explicita as duas realidades exploradas e que se complementam, sendo possível perceber como é que se formaram diferentes linhagens de almadrabeiros e a migração dos trabalhadores e comerciantes, sempre em busca de melhores lugares e condições de vida.

Pablo Ortiga del Cerro é o autor do décimo capítulo, “A la sombra de la Aramada: hogares, familias y parentelas del Departamento Marítimo de Cartagena en el siglo XVIII”. Ao se converter na capital do Departamento Marítimo e por acolher uma das bases navais mais importantes da monarquia hispânica, a população da cidade quadruplicou. Por isso, registou-se uma entrada e saída constantes por parte de militares e marinheiros. Utilizando

documentação notarial e o *Catastro de la Ensenada*, o autor compreendeu a estrutura das famílias, mas também os 27 subsetores profissionais da cidade. A população separava-se em quatro grupos: as pessoas do mar; os encarregados pelas manufaturas e obras do arsenal marítimo; a população militar que pertencia aos corpos de infantaria e artilharia da Marinha; e, um grupo de elite constituído pelos oficiais militares e administrativos da *Real Armada*. Quando analisada a documentação notarial, foi possível tirar ilações sobre as relações de parentesco dos elementos dos quatro grupos acima referidos: predominava a família nuclear, com redes mais amplas e complexas do que descrito nas fontes. Por outro lado, e através de documentação produzida por solteiros e/ou viúvos, sobressai a importância de membros da família como irmãos, tios, sobrinhos, primos, etc. Sobressaem as estratégias utilizadas por aqueles que se aproximavam da velhice, doença, etc. Eram os familiares imediatos que garantiam a assistência necessária, mas existia outra opção, dado o carácter migrante da população na cidade de Cartagena.

“Hogares y gente de mar en Andalucía mediterránea a finales del Antiguo Régimen” é o capítulo de autoria de Francisco García González e Daniel Maldonado Cid, o antepenúltimo deste livro. Ao analisarem o *Catastro* de 16 localidades, os autores constatam que a família predominante era a família nuclear pequena, constituída comumente por três pessoas. Praticamente um quarto de todas as famílias tinham a mulher como chefe de família, e, nas regiões em que existiam mais pessoas ligadas ao mar, a habitação tinha uma maior presença de filhos no seu interior, sendo superiores à média de outros grupos socioprofissionais. Destacam-se as zonas extremamente influenciadas pelo fluxo comercial e pelo trabalho do mar, especialmente em relação à composição das famílias. Muitos destes tinham que recorrer a outras atividades socioeconómicas para garantir a sobrevivência de todos os membros do seu agregado familiar. A grande oferta de outros empregos fazia com que diversos homens e mulheres tivessem mais do que um, para garantir a sua sobrevivência. No entanto, as suas vidas estariam sempre marcadas pelas dificuldades ligadas ao mar.

O décimo segundo capítulo deste livro, de autoria de Jesús Manuel González Beltrán e Guadalupe Carrasco González, “Gente de mar: actividad profesional y entorno familiar en la bahía de Cádiz en la segunda mitad del siglo XVIII”, tem como objetivo identificar as profissões desempenhadas pela “gente de mar” nas localidades de Cádiz, El Puerto de Santa Maria e Rota, terras de domínio de atividade marítima, num período chave para os confrontos navais motivado pelo controlo dos mares nos territórios coloniais. Neste cenário, a cidade de Cádiz e a sua baía constituíam o núcleo principal das relações comerciais intercontinentais. Ao analisar as fontes da indústria e documentação

notarial, conclui-se que é muito difícil chegar a conclusões irrefutáveis sobre o assunto, pois são diminutas as fontes que chegaram até hoje, inviabilizando uma evolução desta população ao longo do tempo. Deste modo, os grupos laborais que se podem considerar dentro do coletivo do mar são os tripulantes de embarcações e os ofícios de mestranda. Os marinheiros eram um grupo formado por analfabetos, com má conduta, sem património e com salários baixíssimos. Constata-se que era um setor geracional, de pais para filhos, sendo comuns os casamentos entre componentes de famílias marinheiras. As famílias eram nucleares, compostas por pais e filhos e o apogeu da família acontecia quando o cabeça de casal tinha entre 41 e 50 anos, num período onde já teriam todos os seus filhos e estes ainda não se tinham emancipado. Outros tipos de família são raros, e quando existia alguém a acrescentar ao núcleo costumava ser familiares que necessitavam de assistência.

O último capítulo do livro, “Hombres de mar y mujeres de tierra. El miedo da la perdida del esposo en Canarias durante el Antiguo Régimen”, de Nira Santana Montañez e Juan Manuel Santana Pérez, tem como principal objetivo estudar a documentação do tribunal eclesiástico, como protocolos de incumprimento matrimonial, de forma a dar a conhecer mais sobre as famílias cujo cabeça de casal trabalhava no mar. Ao contrário do que era comum, as famílias eram constituídas por muitos filhos. Ademais, a maioria dos homens viviam e trabalhavam do mar, o que acarretava transtorno e preocupação. As mulheres, por outro lado, deviam fiar, coser, cozinhar e exercer enquanto parteiras. Caso o seu marido embarcasse e não regressasse a casa, elas viviam vidas duras e difíceis, tendo que se adaptar e procurar outros empregos, sempre ligados a funções extremamente feminizadas, como as de padeiras, vendedoras e fiadoras de tear. Vida que se complicava, especialmente pela crise que assombrou as ilhas no final do século XVIII e que deixou a população em condições de vida miseráveis.

O livro, que tem como principal objetivo dar a conhecer as famílias e estruturas familiares, heterogêneas e múltiplas, daqueles que enfrentaram as agruras do mar, colmatando algumas das áreas que se ignoravam, cumpre o seu propósito. De forma eloquente e clara, são-nos mostrados diferentes campos das vidas destas pessoas, como as estruturas familiares, locais e laborais, em diferentes regiões da atual Espanha. Desde o casamento, às estratégias a ele associadas, ligadas aos negócios e transmissão de terras, vemos o papel fundamental do mar na vida destas pessoas, múltiplo e complexo. A vida das famílias do mar, e muito particularmente das suas mulheres, era árdua, marcada pela ausência dos seus maridos e dos seus filhos e, muitas vezes, também pela sua perda; face a isto, enfrentavam as dificuldades de forma resiliente. Conclui-se,

portanto, que se trata de uma obra esclarecedora e que nos permite conhecer as dificuldades dos que viviam a sua vida dentro e fora das águas do mar.

INÊS TENREIRO BERNARDO

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

inestbernardo@gmail.com

<http://orcid.org/0009-0007-1650-4894>



WILKES, Sue (2024). *Young Workers of the Industrial Age: Child Labor in the 18th and 19th Centuries*. Barnsley: Pen & Sword Books, 278 pp., ISBN 978-1-03611-383-4.

Era uma vez um império que se considerava o culminar do progresso humano. O ferro e o vidro erguiam-se, na Grã-Bretanha do século XIX, como símbolos de modernidade, inovação e prosperidade, exaltados em exposições universais e na retórica triunfalista da era vitoriana.

Sue Wilkes é uma historiadora britânica especializada em História Social e Industrial da Grã-Bretanha, especificamente no quotidiano da Revolução Industrial e na vida das classes trabalhadoras. Embora formada em Física, no Lady Margaret Hall da Universidade de Oxford, o seu percurso consistente na investigação histórica valeu-lhe a eleição como *Fellow of the Royal Historical Society*, confirmando o seu reconhecimento. A obra analisada, publicada em 2024 pela editora Pen & Sword History, é considerada o seu trabalho mais maduro e completo, estruturada em catorze capítulos, compreendendo um período que se inicia nas origens do trabalho infantil da época pré-industrial e que culmina na institucionalização da escolaridade obrigatória nos finais do século XIX.

Sue Wilkes inicia a obra *Young Workers of the Industrial Age: Child Labor in the 18th and 19th Centuries* com uma evocação deliberadamente narrativa da Exposição Universal de 1851 e do Crystal Palace, símbolo máximo do triunfo industrial e imperial britânico: “Once upon a time, in Queen Victoria’s reign, a fairytale palace of glass and iron was built”. Associada a contos de fadas, a aplicação da expressão “once upon a time” não é utilizada ingenuamente: opera como um recurso teórico que convida o leitor a questionar a natureza ilusória desse esplendor. Por detrás do palácio de ferro e vidro, uma metáfora do progresso e da modernidade vitoriana, escondia-se uma realidade marcada pelo trabalho extenuante, perigoso e prematuro de milhares de crianças. É precisamente esta dissonância entre o imaginário do progresso e a realidade vivida pelos mais vulneráveis que estrutura toda a obra de Wilkes.

Ao longo da obra, a autora desconstrói a imagem idealizada da Revolução Industrial, demonstrando que a consolidação da economia assentou numa normalização social do trabalho infantil profundamente enraizada na pobreza estrutural, na moral religiosa e na ideologia do *laissez-faire*. Não ficando por uma narrativa linear de progresso, a autora apresenta um percurso marcado por ambivalências, resistências e avanços graduais, no qual a criança foi sendo progressivamente redefinida, desde força produtiva indispensável a sujeito

merecedor de proteção e educação. Wilkes examina as múltiplas formas de trabalho infantil, desde os aprendizes paroquiais¹, às fábricas, às minas, à agricultura, ao trabalho doméstico, às oficinas urbanas e à migração imperial, demonstrando que o trabalho prematuro foi um elemento estrutural da economia industrial e não um fenómeno residual. Articulando testemunhos infantis, com relatórios parlamentares e um relativo enquadramento legislativo, a autora evidencia tanto a dimensão da exploração, como as ambivalências e resistências sociais e políticas. Deste modo, a obra evidencia que a progressiva limitação do trabalho infantil resultou de uma lenta mudança de mentalidades e de políticas, inseparável da redefinição da infância na modernidade industrial e imperial britânica. Sublinhando bem a relação entre as alterações legislativas e as representações sociais da infância, mediante referências a moralistas, à imprensa, à filantropia e aos escritores românticos, refere a autora que a transformação foi igualmente simbólica como económica.

Ao utilizar um leque amplo de fontes, desde relatórios oficiais (*Children's Employment Comissions*, relatórios de inspetores de fábricas e inquéritos sobre minas), jornais e revistas, casos judiciais, a memórias e depoimentos orais e biográficos, designadamente de Charles Dickens, além de fontes iconográficas e locais, Sue Wilkes concilia estatística, evidências legais e narrativas testemunhais, comprovando a solidez da obra. Não obstante, apesar das referências a estimativas, a autora não desenvolve extensamente as análises estatísticas, optando por contextualizar números quando necessário e restringindo-se a uma abordagem qualitativa. Ainda assim, quando utiliza relatórios parlamentares, Wilkes explora de forma eficaz os relatórios das comissões como fontes privilegiadas para estudar as alterações legislativas e o papel da opinião pública, um caminho metodológico clássico e coerente quando se analisa trabalho infantil. Paralelamente, ainda que empregue fontes orais e de inquéritos de forma eficaz, carece de uma elucidação relativamente aos limites destas fontes, designadamente o enviesamento nas inquirições parlamentares, a representatividade dos depoimentos e as estratégias retóricas das partes interessadas.

Metodologicamente, a combinação entre escalas macro e micro analíticas, isto é, a utilização do contexto económico e legislativo, mas também os testemunhos e casos, permite captar tanto as dinâmicas estruturais como a realidade vivida. Este método é excepcionalmente profícuo para explicar a dualidade das atitudes, desde os pais, aos patrões e aos reformadores. Por outro

¹ *Parish apprentices* eram crianças pobres ou órfãs entregues pelas paróquias a mestres, frequentemente em fábricas ou oficinas, ao abrigo das *Poor Laws*, ficando legalmente vinculadas e fornecendo mão de obra barata em troca de sustento e, teoricamente, formação profissional.

lado, a obra privilegia fontes em inglês e sobretudo britânicas, isto é, adequando-se ao objeto, mas limita comparações transnacionais que enriqueceriam a análise. Além disso, embora a autora cite estimativas e censos, a inserção de análises quantitativas mais sistemáticas, como gráficos e tabelas comparativas, robusteceria argumentos sobre a extensão e intensidade do fenómeno. Verifica-se ainda a utilização de mapas e referências regionais, porém a autora não produz uma análise que cruze variáveis como a idade, setores, regiões e tempo, o que diminuiria a necessidade de referir casos específicos.

Historicamente, é uma obra que adquire um valor significativo. Dando visibilidade às vozes das crianças, através dos testemunhos das comissões e memórias, contribuindo para a *history from below* e recuperando a experiência dos sujeitos subalternos, mostrando o papel dos depoimentos infantis na construção da consciência pública vitoriana, a obra alia-se a estudos bem consolidados na historiografia (HOPKINS 1994; HORN 1994; KIRBY 2003), num processo de dignificação da infância bem conseguida. Todavia, carece de uma análise relativamente às experiências de minorias, especialmente quando o imperialismo é referido. Há uma lacuna evidente de análise interseccional, de género, etnia e raça, que poderia ser benéfica, se não fundamental, para estudos globais e pós-coloniais.

Ainda assim, integra um extenso conjunto de temas, atravessando a indústria têxtil, as minas, a agricultura, o trabalho doméstico e os aprendizes paroquiais, prestando ao leitor um panorama intersectorial raro em obras de síntese como esta. Num trabalho que aborda um tema tão complexo como o trabalho infantil, seria quase inevitável transformar a obra numa *misery memoir*. Mas, de facto, Wilkes evita cair numa narrativa unívoca de miséria total: reconhece casos de resiliência, oportunidades e diversidade regional.

Se a obra abre com *once upon a time*, evocando o imaginário do progresso industrial, Sue Wilkes sustenta que esse passado não pertence aos contos de fadas, alinhando-se a uma historiografia que, desde meados do século XX, tem problematizado as narrativas enaltecidas da Revolução Industrial.

Clara e inteligível, *Young Workers of the Industrial Age: Child Labor in the 18th and 19th Centuries* é uma obra que recupera a voz das crianças e realça as contradições morais da industrialização. É uma contribuição útil para futuros estudos sobre infância, trabalho e reformas sociais do século XIX, e um ponto de partida para investigações mais analíticas e comparativas. A autora revela ainda uma preocupação com a relevância atual do tema, mencionando que, segundo a Organização Internacional do Trabalho, milhões de crianças continuam a trabalhar e em condições precárias no século XXI, um eco das contradições do século XIX, que confere atualidade à investigação.

Bibliografia

- HOPKINS, Eric (1994). *Childhood Transformed: Working-Class Children in Nineteenth-Century England*. Manchester: Manchester University Press.
- HORN, Pamela (1994). *Children's Work and Welfare, 1780-1890*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KIRBY, Peter (2003). *Child Labour in Britain, 1750-1870*. London: Palgrave Macmillan.

Laura da Silva Duarte
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
laura_2000_duarte@hotmail.com
<https://orcid.org/0009-0008-8139-9223>



BERMEJO, Jesus Manuel (2023). *Portugal e a Sociedade das Nações (1919-1939): Distinção Diplomática*. Lisboa: Caleidoscópio, 259 pp., ISBN: 9789896588472.

A Sociedade das Nações (SDN) tem sido entendida pela historiografia tradicional como uma entidade marcada pela sua incapacidade em garantir a paz e evitar a eclosão da Segunda Guerra Mundial e, por esse motivo, consagrada pelo fracasso. No entanto, esta organização tem despertado nos últimos anos a atenção de alguns historiadores, tais como Jesús Manuel Bermejo. Este autor propõe que se realize a sua reinterpretação historiográfica a partir de novas perspetivas, das quais se salientam a análise do papel que desempenhou no mundo do pós-guerra, assim como a sua ação e a sua herança.

O estudo da SDN, a partir de diferentes prismas, permite ao autor considerá-la como uma entidade pioneira enquanto organização transnacional no que diz respeito à organização do seu Secretariado, assim como pela valorização do papel desempenhado no seu seio pelas pequenas e médias potências no panorama internacional. É nesse âmbito que o autor enceta a sua investigação, considerando que os novos estudos realizados sobre a SDN se devem distanciar dos relatos “realistas” (p. 15) provenientes da área das relações internacionais, que estendem o discurso narrativo do seu fracasso em garantir a paz, devendo em contrapartida enveredar por novas abordagens, tais como a participação e o papel desempenhado pelas pequenas nações enquanto atores no panorama mundial, ou pelo estudo da sua estrutura e dos seus órgãos técnicos. Assim, salienta-se a abordagem realizada no âmbito da micro história e da história transnacional como elementos essenciais para a construção de uma história global.

Através do estudo e análise da ação dos diplomatas portugueses junto da SDN, bem como das opções políticas de Portugal ao longo de duas décadas, Bermejo contribui para um maior conhecimento sobre a SDN enquanto entidade histórica imprescindível na compreensão da história do século XX. Em conformidade com o preconizado por Drayton e Motadel, o autor assume, na sua investigação, que é essencial os historiadores adotarem “uma nova sensibilidade aos agentes, forças e fatores históricos em escalas acima e abaixo daquelas da nação ou região” (DRAYTON et al. 2018: 1-21).

Jesús Manuel Bermejo considera que o estudo do período histórico compreendido entre a Conferência de Paz de 1919 e a invasão da Polónia em 1939, tem sido negligenciado em Portugal. Na sua opinião, isso deve-se à especial atenção que a historiografia nacional tem prestado ao estudo do

Estado Novo e à transição para a democracia. Considera ainda que, no que diz respeito à participação de Portugal na SDN, esta temática se pode considerar “órfã de uma investigação cuidada e detalhada” (p. 16). No entanto, salienta igualmente a existência de um conjunto de autores que têm contribuído para a análise das opções diplomáticas de Portugal nos grandes centros de decisão internacionais nesse mesmo período, tais como Cristina Pacheco, José Medeiros Ferreira, Filipe Ribeiro de Menezes, António José Telo, Hipólito de la Torre Gómez e A. H. de Oliveira Marques. O autor pretende que esta investigação ajude a preencher essa lacuna ao estudar a participação de Portugal no âmbito da SDN no decorrer das duas décadas do período entre guerras. Salienta-se então o destaque que concede à intervenção dos diplomatas portugueses em Genebra, tendo em consideração os três regimes que tiveram lugar em Portugal nesse mesmo período: a I República (1919 e 1926); a Ditadura Militar (1926 e 1933); e o Estado Novo (1933 até ao eclodir da Segunda Guerra Mundial).

A partir deste pressuposto, Jesús Manuel Bermejo colocou como questão inicial do seu estudo: se Portugal teria desenvolvido, no âmbito da SDN, uma política externa adequada a um Estado com o seu estatuto geopolítico de forma a garantir os seus interesses? Nesse sentido, justificou os repetidos insucessos de Portugal, nas suas tentativas de afirmação internacional, com o clima de instabilidade interna do país, nomeadamente ao não conseguir assento enquanto Membro Não-Permanente do Conselho Executivo da SDN.

Partindo destes pressupostos o autor deu início à sua investigação privilegiando a consulta de arquivos e fontes hemerográficas, devido à escassa bibliografia específica. Salienta, contudo, que o estudo das fontes documentais foi articulada com a consulta das publicações dos principais jornais nacionais da época, tais como o *Diário de Notícias*, *O Século*, *Diário de Lisboa* e *A Capital*; assim como de periódicos portugueses, como *Seara*, *A Batalha* e o *Boletim Geral das Colónias*; com o intuito de apreciar as diversas opiniões sobre a SDN e a sua ação. Considera também que dessa forma foi possível avaliar a opinião pública e as suas diferentes sensibilidades em relação aos acontecimentos internacionais mais significativos da época em estudo.

Com um discurso historiográfico claro e preciso, a obra de Jesús Manuel Bermejo encontra-se dividida em cinco capítulos. O capítulo, preliminar, explica a origem da SDN, propondo uma reflexão sobre os antecedentes que conduziram à sua criação. Nesse contexto, o autor lembra que a instituição, oficialmente estabelecida a 10 de janeiro 1920, surgiu como resposta das potências vencedoras à falência do sistema internacional no verão de 1914, que vigorava desde a derrota de Napoleão e do Congresso de Viena, nos anos de 1814 e 1815. O designado “Concerto da Europa” (p. 27) estava assente

num princípio de equilíbrio de poder, no qual nenhuma potência europeia deveria alcançar um estatuto de superioridade absoluta perante as outras. Este “Concerto” orientou as nações na direção de jogos de alianças e de políticas de interesses, conduzindo o continente europeu à sua ruína e a um horror nunca visto nos campos de batalha. Estavam então abertas as portas para uma nova ordem mundial e para uma nova forma de encarar as relações entre os Estados.

A partir desse ponto, Bermejo estuda aprofundadamente a gênese da SDN e a sua estrutura organizativa, através da qual a ordem mundial seria determinada por um organismo multilateral. Destaca-se o facto de o autor considerar que esta representou a primeira tentativa de estabelecer uma organização política internacional com órgãos de carácter permanente na história da humanidade, o que revela a sua importância. Através de um breve resumo, o leitor é convidado a percorrer o interior da SDN, pelos seus órgãos constitutivos, desde a Assembleia ao Conselho, passando pelo Secretariado-Geral. Em simultâneo, torna-se também possível conhecer as competências dos respetivos órgãos e as suas ligações a outras instituições, as quais, embora atuando de forma autónoma, mantinham com elas uma relação de dependência, tais como o Tribunal Permanente de Justiça Internacional, em Haia, e a Organização Internacional do Trabalho.

No primeiro capítulo são analisadas as motivações que conduziram à participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Aqui propõe-se não só a compreensão dos objetivos traçados por Lisboa para a Conferência de Paz de 1919, mas também as razões que motivaram a sua integração na SDN, enquanto membro fundador, bem como a posição e as reservas sentidas perante a adesão da Espanha à organização. Explica-se que a intervenção portuguesa no conflito foi motivada por um conjunto de fatores que não deverão ser encarados de forma particular, mas sim como um todo, os quais contribuíram para a posição das autoridades de Lisboa. Assim, no seguimento do pensamento de outros historiadores, tais como Hipólito de la Torre (TORRE GOMEZ 1980) e José Medeiros Ferreira (FERREIRA 2006), o autor sublinha que a preservação e defesa dos territórios portugueses em África não deve ser considerada a única ou a principal causa da entrada de Portugal no conflito. O desejo governamental de reforçar o regime republicano no que concerne à política externa, quer face a uma possível ameaça espanhola e ao apoio à França republicana, quer numa tentativa de pôr fim à dependência estrangeira a que o país estava sujeito, terão sido também causas relevantes para essa decisão.

Ainda no primeiro capítulo, o autor analisa a participação de Portugal na Conferência de Paz de Paris e como a conjuntura nacional influenciou os resultados aí obtidos. A morte de Sidónio Pais e, no período subsequente, o

clima de guerra civil aumentaram o descrédito internacional com que o país era encarado por parte das potências europeias, enquanto os conflitos internos e a confrontação de interesses a nível nacional contribuíram para desviar a atenção da Conferência de Paz. Será, pois, compreensível que os “delegados portugueses se tenham sentido marginalizados pelos seus colegas europeus por representarem um Estado no meio de uma guerra civil” (p. 42).

No segundo capítulo, o autor elabora a análise das reparações e indemnizações de guerra no âmbito da política interna nacional, assim como do papel desempenhado por Portugal, enquanto membro da SDN, nos primeiros conflitos e contendas diplomáticas com que a organização se confrontou. Neste âmbito, é analisada a situação vivida pela I República Portuguesa no início da década de 1920, a crise política com a alternância sucessiva de governos, a crise económica e o clima de grande instabilidade social. Esta realidade conduziu, segundo Bermejo, a um crescente isolamento de Portugal no seio da SDN, condicionando a pretensão portuguesa em conseguir um lugar como Membro-Não Permanente do Conselho Executivo da SDN. Seguidamente, é realizado o estudo crítico do envolvimento de Portugal na resolução dos conflitos regionais com que a organização se enfrentou e nos quais foi chamada a intervir. O autor salienta que a intervenção nacional em incidentes como os de Vilnius, Danzigue, a criação do Estado Livre do Fiume na atual Croácia, a crise das ilhas Åland entre a Suécia e a Finlândia, ou o conflito que opôs a Itália de Mussolini à Grécia no conflito pela região de Corfu, na fronteira greco-albanesa, é de pouca relevância. Esta circunstância resultou do isolamento internacional referido anteriormente, bem como da carência de peso político do país no panorama mundial.

Em seguida, o autor apresenta de forma objetiva e clara a situação económica em que se encontrava a Europa no pós-guerra, as divergências existentes no seio das potências vencedoras no que diz respeito ao pagamento das indemnizações de guerra e ao interesse em fomentar a recuperação da Alemanha, bem como o peso das referidas indemnizações para a economia e para sociedade alemã, assim como a intervenção francesa no Ruhr, devido ao incumprimento dos pagamentos estabelecidos por parte da Alemanha. Por fim, é analisada a importância das reparações de guerra para Portugal. O autor salienta que para um país em grave crise financeira, a concretização do pagamento dessas reparações tornava-se uma questão primordial. Considera, portanto, que uma das principais preocupações da política externa de Lisboa na década de 1920 foi conseguir esse pagamento. Merece destaque a preocupação do autor em cruzar diversas fontes e em realizar a sua análise a partir de diferentes perspetivas de forma a permitir novas respostas às interrogações colocadas no início da investigação.

O autor considera que o estabelecimento de um novo regime de cariz autoritário e a derrocada da I República Portuguesa não se traduziram em mudanças significativas na política externa portuguesa (p. 107). As preocupações do novo regime, resultante do golpe de Estado de 28 de maio de 1926, significaram um regresso à diplomacia com Madrid, mantendo-se a aliança com Inglaterra a funcionar como o eixo da política externa nacional.

No terceiro capítulo, Manuel Jesús Bermejo estuda os principais desafios com que se confrontou a Ditadura Militar, designadamente o reconhecimento do regime no âmbito internacional. Estas linhas de orientação, a continuidade da política externa e a legitimação do regime, estão patentes na circular enviada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros a todas as representações diplomáticas em Portugal, no dia de 4 de julho de 1926, na qual se dava conhecimento das alterações sofridas no Governo, garantindo que a política externa portuguesa iria manter-se no quadro do que fora traçado pelo governo anterior.

O fim da constante instabilidade política em que a I República mergulhara e o restabelecimento da autoridade do Estado, assim como a continuidade da política externa, foram elementos determinantes para o reconhecimento do novo regime. Neste contexto, o autor destaca ainda que, em relação à política externa, o novo Governo pretendia a diversificação das relações com novos parceiros, sem com isso abandonar a política anterior, nem pondo em causa a aliança com a Grã-Bretanha. Por esses motivos são encetados esforços para o restabelecimento de relações privilegiadas com o Brasil, de forma a conseguir uma aproximação com Espanha; o fortalecimento das relações com a Bélgica e com a França, assim como a restauração das relações diplomáticas com a Alemanha.

No mesmo capítulo, são ainda abordados outros desafios, surgidos no período da Ditadura Militar, nomeadamente a necessidade de Portugal integrar um bloco geopolítico no seio da SDN, de forma a evitar o isolamento a que estava vetado; a tentativa das autoridades de Lisboa em obter um empréstimo junto do Conselho Executivo SDN, perante a recusa dos bancos, bem como a condição da existência obrigatória de um intermediário internacional para a concretização do mesmo. Por fim, são analisadas as ameaças sentidas em Lisboa no âmbito dos debates levados a cabo na Assembleia da SDN sobre a possível criação de uma Europa de carácter federal e as suas repercussões para a integridade nacional e para a manutenção dos territórios ultramarinos, com base no projeto veiculado por Aristides Briand, então ministro dos Negócios Estrangeiros de França.

No quarto e último capítulo da obra, estudam-se de forma aprofundada as relações estabelecidas entre o Estado Novo e a SDN, assim como a atuação dos

diplomatas nacionais no quadro da organização, na linha das relações exteriores traçadas por Lisboa e da intervenção portuguesa na resolução dos grandes conflitos que emergiram no decorrer da década de 1930, nomeadamente no conflito do Chaco, que opôs as repúblicas da Bolívia e do Paraguai entre 1932 e 1935; o conflito na Manchúria e a invasão de grande parte das províncias orientais da China pelo Império do Japão em 1931; a invasão da Etiópia pelas tropas italianas de Benito Mussolini em 1934; ou a Guerra Civil de Espanha, a partir de 1936.

Com recurso a bibliografia de referência sobre o tema (FERREIRA 2006), o autor interpela uma ampla diversidade de fontes, entre as quais artigos publicados por delegados portugueses em Genebra no jornal oficial da SDN (VASCONCELOS 1935); telegramas enviados para Genebra a partir de Lisboa com as orientações a seguir pelos diplomatas portugueses, conservados no Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MATA 1934); legislação nacional (Decreto-Lei n.º 25. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 20 de março de 1935), assim como publicações periódicas da época (Diário de Notícias, 1 de dezembro, 1935), explora novos caminhos de análise permitindo assim uma nova visão, não só sobre a história da diplomacia e da política externa portuguesa no período entre guerras, mas também da SDN.

A obra permite ao leitor compreender a importância da SDN na sua época, sobretudo para a política de afirmação externa implementada pelo Estado Português. Através de novas hipóteses de investigação, o autor explora um conjunto vasto de fontes, de várias proveniências, tendo tido acesso a arquivos nacionais e internacionais, bem como a correspondência privada e particular, passando pela imprensa portuguesa e estrangeira. A sua análise cruzada permite aferir, não só a importância da SDN, mas também o interesse que a instituição criou em Portugal, quer junto das autoridades, quer junto da opinião pública. Neste contexto, saliente-se ainda a importância que Manuel Jesús Bermejo dá aos atores em palco, às personalidades políticas e às suas próprias visões do mundo. Dessa forma, podemos afirmar que o texto assume um carácter mais intimista, permitindo uma maior ligação ao leitor.

Julgamos que a leitura deste estudo é importante para conhecer e compreender, não só a política externa portuguesa no período que decorreu entre a Conferência de Paris em 1919 e o início da Segunda Guerra Mundial, mas também o papel desempenhado pela SDN no cenário mundial, quer pela nova abordagem ao tema, quer através das diferentes perspetivas adotadas pelo autor. No entanto, talvez a inclusão das referências bibliográficas nas páginas em que são mencionadas e não no final da obra permitisse uma consulta mais eficaz, facilitando a sua leitura.

Bibliografia

- DECRETO-LEI N.º 25:150 do Ministério dos Negócios Estrangeiros Diário do Governo 20 de março, 1935.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1 de dezembro, 1935.
- MATA, Caeiro da (1934). Telegrama n.º 44. AHMNE.
- FERREIRA, José Medeiros (2006). *Cinco regimes na política internacional*. Lisboa: Fundamentos.
- TORRE GÓMEZ, H. de (1980). *Na encruzilhada da Grande Guerra, Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Estampa.
- VASCONCELOS, Augusto (1935). *League of Nations Official Journal*, Special Supplement, 135.

LUÍS MANUEL FRIAS RATO MARTINS

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

Luismartins071@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-6061-1813>



TENA FERNÁNDEZ, Ramón; SILVA, Sara Reis da e SOTO VÁZQUEZ, José (coord.) (2025). *Censura y educación en la LIJ durante las dictaduras de Franco y Salazar/Censura e educação na literatura infantojuvenil durante as ditaduras de Franco e Salazar*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 259 pp., ISBN 978-84-9044-715-4.

As investigações em arquivos não se fazem da noite para o dia. A obra bilingue (espanhol e português) intitulada *Censura e educação na literatura infantojuvenil durante as ditaduras de Franco e Salazar*, coordenada pelos investigadores Ramón Tena Fernández, Sara Reis da Silva e José Soto Vázquez, começou a ser pensada em 2023, e constitui o número 37 da Colección Arcadia, a cargo de Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. A coleção recebeu a máxima distinção do índice de editoriais do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (ie-CSIC), e está indexada nas bases Clarivate e Elsevier. A publicação encontra-se nos formatos impresso e eletrónico. Conta ainda com selo de qualidade da Unión de Editoriales Universitarias Españolas, e é avalizada pela Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación e pela Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología.

Os oito artigos – quatro em espanhol e quatro em português – resultam da colaboração de onze investigadores de diferentes Universidades, muitos deles nomes de referência no estudo da literatura infantojuvenil. O tópico específico da censura na literatura para crianças e jovens tem vindo a ser trabalhado há mais de quinze anos, expressando-se em congressos internacionais, na publicação de artigos e edição de obras em importantes selos editoriais, como *Censura infantojuvenil en la literatura y educación europea* (2024) e *La censura de la literatura infantil y juvenil: (desde las posturas gubernamentales a las formas soterradas)* (2022), ambos lançados pela editora Dykinson.

Apesar desses esforços, a temática ainda constitui campo fértil para a investigação, a fim de compreender: como operaram os aparelhos censores de Espanha e Portugal na Literatura Infantojuvenil? Que legislação controlou “o quê” e “como” se deveria publicar para crianças e jovens? Quem eram os censores? Que tipos de temáticas ou conteúdos foram considerados inadequados?

A obra aqui analisada apresenta enormes contributos para a compreensão de indagações como essas. Destaca-se, ainda, a pertinência do seu lançamento no contexto das comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos, em Portugal (2024), e do término da ditadura franquista, em Espanha (2025).

Assim como o título do volume, tanto a introdução como as considerações finais aparecem em formato bilingue. A introdução, contudo, poderia ser um

pouco mais equilibrada, dedicando o mesmo número de linhas às contribuições espanholas e portuguesas.

Um ponto forte das investigações é a utilização de fontes de pesquisa originais de censura – do Arquivo Nacional Torre do Tombo, em Lisboa, e do Archivo General de la Administración (AGA), em Alcalá de Henares. Os investigadores partilham com os leitores as dificuldades desse tipo de pesquisa: letras manuscritas ilegíveis, lentidão nos processos de reprografia, falta de informações sistematizadas sobre os agentes censores e, no caso espanhol, as restrições impostas pela Lei 16 de 1985, que permite o acesso à documentação apenas após a comprovação de morte do censor e passados 25 anos dessa data (p. 159). Como se trata de acervos históricos e de acesso restrito, o conhecimento produzido é original e de grande interesse não apenas para especialistas em literatura infantojuvenil, mas também para estudiosos da História, das Ciências Sociais, da Educação e dos Estudos Literários e Culturais.

Destacam-se, ainda, pontos de contacto entre as duas realidades, como o documento *Instruções sobre Literatura Infantil*, publicado em Portugal em 1950 e, de forma muito similar, em Espanha em 1951. A instrumentalização da literatura infantojuvenil para a propagação dos ideais morais dos regimes – fortemente ligados à religiosidade católica – também se faz sentir nos dois países. É de louvar o carácter colaborativo do volume, que ilumina um período turbulento e recente da história de Portugal e de Espanha, bem como o foco na censura, que, como apontam os investigadores, tende a ressurgir nos tempos atuais.

José António Gomes, figura de proa nos estudos da literatura infantojuvenil portuguesa, assina o primeiro artigo, “A censura aos livros infantis e juvenis em Portugal, durante o Estado Novo”. Logo na Introdução, alerta para o facto de nenhum sistema autoritário ter prescindido da Censura – grafada com inicial maiúscula –, para o controlo opressivo e a manipulação ideológica. O autor defende que a censura na Literatura Infantojuvenil portuguesa se fez sentir de forma mais aguda na imprensa periódica, como se pode comprovar com as obras *Maria Papoila* (1973) e *O Soldado João* (1973), de Luísa Ducla Soares, vetadas nos jornais e depois publicadas em livros.

O segundo artigo, da autoria de Inês Costa e Ana Margarida Ramos, debruça-se sobre o tema “Censura e teatro para a infância: o caso das adaptações de *O Capuchinho Vermelho*”. Centra-se em sete adaptações do conto, identificadas nos Arquivos da Torre do Tombo, avaliadas pela censura entre 1954 e 1972, de autoria de nomes de destaque da literatura infantojuvenil ou do meio teatral português. A censura ocorria em dois momentos: na leitura do texto e, posteriormente, na prática de o censor assistir a um ensaio geral do espetáculo.

O terceiro artigo, “Contos de Fadas e Censura: um estudo sobre *A Bela*

Adormecida” é da responsabilidade de Sara Reis da Silva. A atenção dada pelo regime aos destinatários infantis, através das *Instruções* publicadas em 1950 revela, segundo a autora, a “firme consciência da importância da arte como poderoso instrumento de propaganda” (p. 80). A pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo envolveu duas operetas e uma peça em um ato, adaptações do conto de fadas de diferentes autores, publicadas entre 1931 e 1955. Há poucas observações censórias, uma vez que os textos mantêm as hierarquias e a divulgação do estereótipo feminino de passividade.

“*Os Lusíadas* ao serviço da ditadura de Salazar: processos de censura na reescrita de João de Barros” é o quarto artigo, de Ângela Balça e Fernando Azevedo. Os autores destacam a presença da censura até mesmo em sistemas mais recentes, como o mundo digital, com os fenómenos denominados de “politicamente correto” e “cancelamento” (p. 98). A investigação centra-se nas diversas edições d’*Os Lusíadas*, publicadas entre 1930 e 1952, pelo escritor João de Barros (1881-1960), acessíveis para consulta na Biblioteca Nacional de Portugal. As reduções ou ampliações do texto matricial detetadas serviram à inculcação do ideário da ditadura.

Moisés Selfa Sastre abre a secção espanhola com o artigo “Legislación y normas a las que debieron ajustarse las publicaciones infantiles y juveniles en la España franquista (1955-1977)”. O conjunto de decretos e normas legislativas serviram ao controlo da produção cultural, a fim de que os recetores não tivessem acesso a discursos que fossem contra o oficial e se encorajassem, assim, a questionamentos. A legislação de 1975 evocou ares de democracia, ao tratar de “convivência cidadã” (p. 150) e a Ordem de 1977 abriu ainda mais o cenário, ao introduzir uma dimensão de cidadania ligada à humanidade e não só à nação espanhola.

O artigo de Ramón Tena Fernández e José Soto Vázquez intitula-se “Las mujeres censoras en el control de la LIJ y su influencia en la educación lectora durante el franquismo. El caso de María África Ibarra Oroz”. Os investigadores analisaram 506 expedientes de censura, 184 deles de literatura infantojuvenil, de 30 diferentes leitores. As tabelas apresentadas são de grande valia, pois permitem perceber, por exemplo, o quanto as publicações para crianças e jovens eram mais censuradas (65,7%) do que aquelas destinadas a adultos (33,7%) (p. 178). María África Ibarra Oroz assumiu destaque, neste contexto, como censora, tendo-se empenhado na defesa dos valores do regime. Pertencente à elite, foi funcionária pública de alto escalão, com estreita ligação à Igreja.

A investigadora Teresa Julio assinou o artigo “Autoras de teatro infantil bajo la atenta mirada de la censura franquista (1951-1961)”. Nele salienta a dificuldade de obter informações sobre a biografia das onze autoras. O período

analisado circunscreve-se ao primeiro decénio de atuação do Ministerio de Información y Turismo (MIT), durante o qual, segundo os estudiosos, a censura endureceu. Os 29 textos originaram-se maioritariamente de recriações de contos de fadas ou tradicionais, com personagens bruxas, fadas, princesas e príncipes. Julio levanta a hipótese de a censura ter limitado a imaginação das autoras, que ficaram restritas a histórias e personagens já conhecidas.

O contributo que segue, de Clara Sanz-Hernando, tem o título “El cómic norteamericano y la censura: el caso de la editorial Novaro en el final del franquismo”. Nele a autora examina os números submetidos para autorização prévia, no ano de 1973, pela empresa mexicana distribuidora de histórias em quadrinhos dos EUA. *Tarzán*, *Supermán* e *Batman* foram os títulos de maior sucesso, que eram vendidos a baixo custo. A violência era o motivo que mais mobilizava a censura. As tabelas e figuras ajudam o leitor a compreender a incidência das categorias censoras, ou ainda a comparação da atuação simultânea de duas instâncias, a Comisión de Información y Publicaciones Infantiles y Juveniles (CIPIJ) e a Dirección General de Prensa (DGP).

Nas considerações finais evocam-se os tempos atuais e as tentativas de apagamento do passado. Sublinha-se, assim, a importância do volume em questão, por “promover o encontro e o questionamento do passado, valorizando a memória, trazendo-a e explicando-a no presente” (p. 258), o que se constitui, na visão dos autores, uma “luta delicada” (p. 258).

O volume encerra com uma espécie de convite ao leitor para se aproximar de uma obra-manifesto, composta por estudos que denunciam a visão limitada e limitante dos poderes censórios e ditatoriais espanhol e português, impostos sobre a “utilidade do inútil” (Ordine, 2016), a literatura infantojuvenil.

RENATA FLAIBAN ZANETE

Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos
renafai@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5241-7823>



PERALTA, Elsa; DOMINGOS, Nuno (eds.) (2023). *Legacies of the Portuguese Colonial Empire: Nationalism, Popular Culture and Citizenship*. London, New York, Oxford, New Delhi, Sydney: Bloomsbury, 411 pp., ISBN: 978-1-3502-8979-6.

Legacies of the Portuguese Colonial Empire: Nationalism, Citizenship and Popular Culture, livro editado por Elsa Peralta e Nuno Domingos, encontra-se dividido em 12 capítulos e conta com a contribuição de 13 autores, entre os quais os editores. A obra oferece uma análise crítica da presença, por vezes não reconhecida, de legados imperiais em várias áreas da sociedade portuguesa contemporânea, com especial foco na cidade de Lisboa. A capital portuguesa, explica Peralta, é evidenciada por condensar no seu espaço público, de forma mais expressiva, uma complexa inscrição de memória alusiva ao império, operando como uma síntese simbólica da identidade nacional e assim oferecendo um observatório privilegiado para investigar as complexidades da composição e divulgação dessas memórias públicas.

Contributo de grande valia, o prefácio escrito por Benoît de L'Estoile transporta o leitor às origens da obra num dos seus programas de investigação sob perspetiva de uma *anthropology of colonial legacies*. Tal informação permite uma análise da evolução dos estudos do campo e também possibilita observar mais de perto um caso específico, como Lisboa.

Para alcançar os seus objetivos, com a profundidade que lhes é devida, o livro ordena os seus capítulos ao longo de três grupos temáticos, cada um com foco numa área específica da vida portuguesa onde é possível encontrar heranças, nem sempre tão visíveis, dos legados coloniais. Assim, a formar uma sequência gradativa, a análise inicia-se no cerne do império, explorando as suas fundações. Em seguida, dirige o foco para a sociedade e os espaços citadinos, contextualizando-os numa fase mais madura. Por fim, culmina no exame das relações sociais e culturais vigentes, entendidas como consequência dessa trajetória histórica.

A primeira parte *Empire, Nation, and Memory Politics* é um convite a examinar a composição de uma memória pública sobre o império português, pois esta faz parte de um processo ativo de afirmação discursiva através de meios políticos e institucionalizados. Este esforço está presente na criação de comemorações, topónimos, estátuas e monumentos, expressando um processo simbólico de inscrição de uma memória, muitas vezes mitificada, do império e da identidade nacional. É destacado o papel fundamental do luso-tropicalismo como pensamento capaz de dar vida a esse projeto através da construção de uma identidade nacional singular. Essa teoria que dá o suporte teórico necessário

para a crença na excecionalidade do colonialismo português é exemplificada por Domingos através de dois casos: o primeiro, a biografia de Eusébio da Silva Ferreira, famoso futebolista nascido em Moçambique, que é frequentemente apresentado como um exemplo de sucesso individual no sistema colonial. Assim, através de uma narrativa de assimilação, reforça-se a ideia de que o colonialismo português era benevolente e proporcionava oportunidades para todos, ignorando as estruturas de poder coloniais e a exploração de recursos humanos. O segundo caso são as interpretações das obras arquitetônicas modernistas que os portugueses deixaram nas suas ex-colônias africanas. A visão da beleza e originalidade que se encontra na literatura formal sobre estas cidades coloniais, modernas e bem construídas, esconde a segregação e a violência que marcaram o sistema colonial mesmo depois da colonização.

Como uma espécie de introdução à secção seguinte, Nuno Oliveira examina como a diversidade cultural é incorporada no espaço urbano de Lisboa. A sua análise é principalmente baseada em mecanismos de governabilidade, ou seja, como a autarquia intervém na construção de narrativas e na implementação de políticas urbanas com o objetivo de promover a cidade. Essa campanha, geralmente com intenções turísticas e de bons investimentos, estetiza e instrumentaliza a diversidade cultural, mas, na prática, continua a silenciar as desigualdades e conflitos sociais existentes. Essa narrativa da *mistura* e do *cruzamento de mundos* é funcional, mas extremamente perigosa, pois funda as bases da identidade nacional num passado fragmentado e mítico de onde são selecionadas apenas as conquistas, sem nunca haver um real enfrentamento das realidades difíceis.

Interessa destacar que os autores, nessa parte, embora debruçando-se sobre aspetos mais conceptuais, dão ao leitor uma clara consequência contemporânea de todo o processo. É trazida a questão do turismo e da mercantilização do passado, tão latentes hoje em cidades centrais como Lisboa. Nesse sentido, os estudos de património aparecem como peça fundamental, seja como propaganda utilizada pelo Estado na promoção de uma narrativa ou mesmo como evidência material do império. A inclusão dessas novas problemáticas é de grande valia, pois, como afirma Peralta, embora levem a uma progressiva despolitização, ainda contêm a possibilidade de contestação e articulação de contra-memórias.

Na segunda secção, intitulada *Postcolonial Space, Work, and Citizenship*, a análise volta-se para a integração dos indivíduos que se deslocaram das antigas colônias para Portugal. Esta parte analisa as continuidades e descontinuidades da experiência histórica destes sujeitos pós-coloniais num ambiente onde são colocadas em evidência questões como identidade, pertença e cidadania. Embora após o 25 de Abril a democracia tenha introduzido mudanças, a desqualificação no trabalho e na educação, aliada ao racismo, coloca muitos

desses indivíduos numa posição de subordinação social. Empregos de baixa qualificação e a interação ambígua e frequentemente violenta com as instituições governamentais são indícios da continuidade das relações coloniais.

No capítulo de Ascensão, argumenta-se que a marginalidade, entendida aqui primordialmente no seu aspeto habitacional, era uma experiência comum até mesmo para os cidadãos portugueses que se deslocavam de outras regiões para a capital em busca de melhores condições. Os assentamentos, que mais tarde iriam configurar favelas habitadas em grande parte por imigrantes, foram locais de reunião de diversos grupos socialmente desfavorecidos e onde se pode observar diversas dinâmicas, como a etnicização e feminização do trabalho, discriminação social e racial e também uma solidariedade de classe. Posteriormente, a quebra dessas comunidades é exposta através da dispersão dessas populações em alojamentos estatais, que embora em melhores condições continuavam a afirmar a segregação.

Ainda nesta secção, os capítulos de Stevens e Frangela elegem as migrações cabo-verdiana e brasileira como exemplos da interação entre estrangeiros e locais com o meio em intensa transformação. Sobre o primeiro grupo são destacadas a língua crioula e a música como resistência e afirmação identitária em ambiente lusófono. Isso porque a lusofonia embora apresentada como um elo cultural comum que fortalece relações entre Portugal e os países de língua portuguesa, revela uma visão problemática por ignorar relações de poder pós-coloniais.

Por meio de um estudo etnográfico sobre a comunidade de imigrantes brasileiros, particularmente em Arroios, levanta-se o debate sobre representações forjadas no período imperial, que influenciam a maneira como esses indivíduos são vistos e como se percebem no novo ambiente. As interações sociais, muitas vezes caracterizadas por desigualdades e estereótipos, refletem legados coloniais.

Em *Popular Culture and Everyday Colonial Legacies*, terceira parte que contém os últimos quatro capítulos do livro, são exploradas as manifestações dos legados coloniais que por vezes podem passar despercebidas a plena vista: a cultura popular. Isso porque estar imerso num meio em constante movimento dificulta enxergar forças e influências. Para ser analisado a fundo, o dia a dia precisa de uma certa distância.

A obra, nesta parte, explora como as perspectivas cosmopolitas e multiculturais são utilizadas como veículos comerciais da retórica colonial, enquanto analisa as apropriações, negociações e subversões dessas mesmas heranças. Os autores e coordenadores parecem ter a preocupação de explorar aspetos diferentes de uma mesma manifestação, não como forma de apresentar uma visão final sobre as temáticas, mas de colocar os casos numa perspectiva comparada.

A rejeição do excecionalismo colonial português – apresentado como

uma criação propagandística do Estado Novo – é um tema central da obra, manifestando-se não apenas na terceira secção, mas em toda a sua extensão. O mesmo ocorre com a crítica à exploração da lusofonia, que pode ser observada no capítulo escrito por Rui Cidra. Este, mostra como esse conceito criado por Portugal para recuperar a sua grandeza imperial é apropriado e usado por músicos africanos que o reinterpretam para servir os seus próprios interesses. A contrapartida também acontece, como argumentam Bart Paul Vanspauwen e Iñigo Sánchez-Fuarros ao analisarem a seleção musical nos voos da companhia aérea portuguesa TAP. A análise visa compreender a perspetiva cultural lusófona empregada pela empresa e como as estratégias de *branding* corporativo alimentam as categorias culturais de *marketing*. Os autores defendem que frases, imagens e sons utilizados no marketing da TAP são instrumentalizados para construir, discursivamente, imagens culturais de afeto. Essa construção ocorre no contexto de uma lusofonia globalizada e mercantilizada.

Em suma, a obra apresenta toda a argumentação numa linguagem clara e acessível, tornando-a compreensível para um público amplo, incluindo aqueles sem conhecimento prévio aprofundado sobre a temática. A inclusão de um índice detalhado e interativo (tendo sido feita essa revisão a partir de uma versão digital) facilita a navegação pelos temas específicos abordados em cada capítulo. Também a disposição das referências bibliográficas ao fim de cada capítulo fornece um guia para pesquisas adicionais e exploração das fontes.

Importa destacar que o ponto forte do livro é a diversidade de perspetivas apresentadas por um grupo de diferentes áreas e ocupações, mas que debruçadas sobre a mesma temática proporcionam ao leitor uma análise abrangente, crítica e reflexiva. Além disso, a ênfase nas continuidades coloniais com foco na transição para a democracia, permite uma maior imersão na problemática por se tratar de questões políticas e sociais contemporâneas.

O livro é, de facto, um grande contributo para os estudos coloniais e dos legados imperiais. No entanto, seria de grande valia a publicação em língua portuguesa, não só para o público português, mas também das ex-colónias e os seus descendentes que são diretamente afetados por esses legados, pois como salienta Amílcar Cabral, a língua é um dos legados coloniais mais importantes.

LINDSEY DE OLIVEIRA CORRÊA

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

lindseycorrea.loc@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8940-528X>



Artigos

De mulher para mulher: capelas e morgados de sucessão feminina nos territórios da coroa portuguesa (sécs. XIV-XVII)
MIGUEL AGUIAR

Identificando duas obras da livreria da Rainha D. Leonor (1458-1525): *O Livro dos Boos Costumes* e o *De Ornatu Mulierum*
ANA ISABEL BUESCU

De Propaganda Inquisitione. O controlo do Santo Ofício Romano sobre e através da Congregação Missionária
DENNJ SOLERA

Transformación de la diplomacia en China bajo el orden westfaliano: tensiones geopolíticas y relaciones Sino-Europeas (siglos XVIII-XIX)
MANUEL PEREZ GARCIA

Sea bathing, architecture and law: an overview of 200 years of intersections at the seaside
LUÍS CARLOS MARTINS MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO

Ocio, pedagogía y propaganda: las giras anarquistas en *La Revista Blanca* durante la Segunda República española
ESTEFANÍA FERNÁNDEZ ANTÓN

Entrevista

Reflections on Medieval Parishes, Small Communities, and the Christianitatis Limes
MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS



CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

UIDB/00311/2025



Governo da República
Portuguesa

